Adriano Duarte Rodrigues

ESTRATÉGIAS DA COMUNICAÇÃO

Editorial Presença

Adriano Duarte Rodrigues

ESTRATÉGIAS DA COMUNICAÇÃO

Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade

Editorial Presença

FICHA TÉCNICA

Título: *Estratégias da Comunicação*
Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade
Autor: *Adriano Duarte Rodrigues*
Copyright © by Adriano Duarte Rodrigues e Editorial Presença, Lisboa, 1990
Capa: *Ilustração retirada de* Gioconda *de René Magritte (1953)*
Composição: *Textype — Artes Gráficas, Lda.*
Impressão e acabamento: *Guide — Artes Gráficas, Lda.*
1.ª edição, Lisboa, 1990
2.ª edição, Lisboa, Outubro, 1997
3.ª edição, Lisboa, Fevereiro, 2001
Depósito legal n.º 161 014/01

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa à
EDITORIAL PRESENÇA
Rua Augusto Gil, 35-A 1049-043 LISBOA
Email: info@editpresenca.pt
Internet: http://www.editpresenca.pt

INTRODUÇÃO

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO COMUNICACIONAL E A NOVA RACIONALIDADE CIENTÍFICA[1]

A emergência da questão comunicacional tem efeitos epistemológicos inegáveis, em particular no domínio das ciências humanas. O próprio desenvolvimento das ciências humanas não pode ser isolado do movimento de ruptura epistemológica para com os quadros de referência em que se inseriam as interrogações e os procedimentos das ciências modernas, de natureza predominantemente classificatória e evolucionista.

Na sua origem, as ciências humanas aparecem como um gesto escandaloso, na medida em que o homem de sujeito se desdobra em objecto de saber. É certo que logo no acto fundador deste gesto podemos observar uma inflexão normalizadora, vergando o seu projecto às necessidades de legitimação do poder e à reprodução do bom senso e do senso comum, às tarefas terapêuticas, reduzindo o próprio discurso das ciências humanas a figuras predominantemente injuntivas, prescritivas e normativas. Se, de facto, esta inflexão normalizadora e esta ordem terapêutica desempenharam, no convívio académico com as ciências clássicas, um papel de legitimação das novas disciplinas e uma função alimentar dos seus promotores, tratava-se também de uma exigência das modalidades aceites do saber regidas pelos paradigmas herdados da *Aufklärung*, com suas metáforas redutoras deterministas, as metáforas do discurso naturalista, economicista, historicista e filológico.

Às ciências humanas estava assim reservado um devir técnico pragmático de inspiração behaviorista, devir tanto mais indiscutido quanto mais acriticamente se aceitavam estes quadros paradigmáti-

---

[1] Este texto retoma, com algumas alterações de pormenor, um texto publicado na *Revista de Comunicação e Linguagens*, Porto, Afrontamento, n.º 3, Junho de 1986, pp. 171-179.

cos não só para explicar os fenómenos observados mas, sobretudo, para os delimitar e definir.

A este tecnicismo ingénuo corresponde, aliás, o processo de regionalização das teorias, assim como a sua fragmentação numa multiplicidade de disciplinas em torno da compartimentação de objectos, compartimentação empírica nem sempre fundada rigorosamente. Deparamo-nos, assim, com uma pulverização indiscriminada de saberes e com regimes discursivos que se confrontam não só entre disciplinas diversas mas no seio de uma mesma disciplina, confronto por conseguinte tanto inter como intradisciplinar.

Ao pretender arrumar estes discursos inter e intradisciplinares que proliferam no domínio das ciências humanas, Michel Foucault dava conta da existência de uma tríplice bipolaridade, correspondente à sobrevivência da ordem clássica do saber no seio da modernidade, a bipolaridade própria ao paradigma naturalista (norma *versus* função), a bipolaridade própria ao paradigma económico (regra *versus* conflito) e a bipolaridade própria ao paradigma filológico (sistema *versus* significação)[2]. Semelhante enclausuramento teórico foi em grande parte responsável pela amnésia que passou a vigorar nas ciências do homem, levando ao esquecimento da sua natureza escandalosa originária que consiste em destituir a razão da sua soberania antropocêntrica ou, para ser mais preciso, em constatar a sua constituição discursiva como estratégia legitimante do poder, como efeito de discurso. Trata-se, de facto, de uma descoberta de difícil aceitação pelas instituições, nomeadamente pela instituição universitária. Sendo a ordem da dominação fundamentada na rigidez da razão dominante, na narratividade naturalizante e fundadora de uma razão universal, semelhante descoberta desconstrutora não pode deixar de ser considerada como um gesto profundamente dessacralizante e de se tornar por isso objecto de repúdio e de condenação, como uma espécie de crime de impiedade sacrílega. Tal como no tempo de Marx e de Freud, a sobrevivência académica das ciências humanas continua ainda hoje comprometida e a exigir por conseguinte compromissos, como diria Max Weber, entre o sábio e o político, prevalecendo publicamente o saber fazer do perito comanditado pelo político sobre o saber do sábio.

A tecnicização das ciências humanas, esta nova forma de ingerência do político na ordem científica, acompanhou, aliás, de perto o desabrochar de um modo específico de organização das socieda-

---

[2] Cf. Michel Foucault, *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard, 1966, pp. 366-378.

des contemporâneas, convertendo-as em poderosos instrumentos de legitimação dos interesses da economia e da política, não só como dispositivos de confirmação das suas opções, de convencimento dos contraditores, de orientação das escolhas a fazer entre opções contrárias concorrentes, como, sobretudo, mecanismo ao serviço da rentabilização dos seus empreendimentos, de normalização dos efeitos perversos dos seus actos e de recentralização dos espaços marginais. Confundem-se, assim, hoje, facilmente ciências humanas com técnicas de sondagem, com estudos de audiência, de públicos e de mercados, com instrumentos de peritagem, com engenharia psicossociológica, com futurologia eleitoral, com modalidades clínicas de consultoria e de testagem. Todo um saber taxonómico de natureza morfológica e fisiológica ocupa, assim, o imaginário acerca destas disciplinas disciplinadoras, escamoteando a natureza crítica da reflexão acerca dos seus efeitos, dos seus critérios de intervenção e das suas funções, reduzindo a investigação a uma tarefa arquivística cujo sentido se confunde sem discussão com modalidades identitárias do senso comum das maiorias e com o bom senso mais ingénuo[3]. Como diz Michel Serres, «le pouvoir veut de l'ordre, le savoir lui en donne»[4].

A tecnicização das ciências humanas, este processo normalizador do seu gesto originário, acompanhou de facto o desenvolvimento da sociedade industrial, enquanto aplicação tecnológica das ciências aos mais diversos domínios da produção tanto dos objectos como dos consensos, do mercado económico e do mercado político, fundada no discurso mítico de supostas necessidades naturais do homem e da sociedade[5]. Às ciências humanas foi assim reservado o papel de instrumentos de detecção das supostas necessidades do mercado, de mecanismos de ajustamento entre a oferta e a procura, de adequação entre o trabalho e a máquina produtiva, tolerando-se na melhor das hipóteses a problematização das tarefas enquanto modalidade de pesquisa destinada a afeiçoar o funcionamento técnico e metodológico das disciplinas. De qualquer modo, aos resultados susceptíveis de questionar criticamente esta função técnica das disciplinas estão reservadas várias formas de excomunhão, desde a suspeita ideológica e a marginalização institucional até aos cortes de verbas às instituições académicas e aos investigadores.

---

[3] Cf. Gilles Deleuze, *Logique du Sens*, Paris, Minuit, 1969, pp. 96-100.

[4] Michel Serres, *Hermes IV. La Distribution*, Paris, Minuit, 1977, p. 12.

[5] Cf. Jean Baudrillard, *Le Miroir de la Production*, Paris, Casterman, 1973; *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. 70, pp. 11-44.

Em Portugal, a debilidade política e a falência generalizada dos grandes mitos legitimantes tradicionais, a interrupção e o esquecimento da longa tradição científica que no passado o espaço cultural português possuiu, o uso alegórico de problemáticas e de noções importadas são alguns factores de agudização deste processo. Assistimos, assim, indefesos a uma divisão internacional curiosa do trabalho de aplicação técnica de saberes produzidos e criticados noutras regiões do mundo. Para melhor nos darmos conta da cumplicidade política dos actuais dirigentes portugueses com esta estratégia de dependência científica basta recordar que, por ocasião da recente discussão de um programa europeu de cooperação científica internacional, enquanto os restantes países europeus propunham as ciências humanas como áreas prioritárias, o governo português ignorava-as completamente, preferindo reter apenas domínios de aparência imediata rentável, tais como as ciências aplicadas e as tecnologias informáticas. Seria um erro considerar este fenómeno como um esquecimento. Trata-se de uma autêntica estratégia de reificação e de naturalização da esfera das necessidades colectivas em nome das quais se legitimam os interesses particulares dos sectores económico e políticos dominantes, se camuflam e se travam os trabalhos susceptíveis de questionar e de eventualmente pôr em causa o imediatismo. Procura-se, assim, eximir a leitura mais banal da realidade a uma discussão aprofundada e problematizante, ignorando a sua natureza arbitrária e socialmente determinada pelos jogos de interesses em presença. Fundamentalmente, aquilo que nesta forma de ignorância e nesta estratégia está em jogo é um autêntico neototalitarismo recentralizador de todas as modalidades de errância, da imaginação teórica, de toda a espécie de derivas aleatórias e plurais de trajectos e de investimentos. Estratégia performativa tecnocrática, eufórica e ingénua, como a que pudemos observar, por exemplo, no espectáculo e no ritual que acompanhou o processo de entrada de Portugal nas Comunidades Económicas Europeias, é a que define o modelo europeu de discurso que consiste em esvaziar de qualquer referência conflitual os enunciados e em fazê-los circular, assim cuidadosamente esvaziados, segundo novos arranjos e novas combinatórias lexicais e sintácticas, pelos mais diversos campos e instituições sociais. É por isso que os textos emanados dos diferentes gabinetes da CEE, do Conselho da Europa ou UNESCO são feitos com frases estereotipadas semanticamente equivalentes a um nível zero do sentido que se aplica indiferentemente aos assuntos tratados. De facto, era com razão que um dos peritos das negociações da entrada de Portugal na CEE dizia

ingenuamente, no próprio dia da assinatura do tratado de adesão, que o texto do acordo pouco ou nada contava; o que contava era o que a partir de então os portugueses fizessem com o novo quadro criado. Deste modo, todo o saber está orientado para as novas tarefas negociais reguladoras dos conflitos, mediadoras de todos os campos antagónicos, desde os campos de operações militares inimigos, os campos económicos concorrentes, os campos políticos opostos, às relações entre a produção e o consumo, entre a indústria e a ecologia. Estratégia cínica que se limita a transferir para o jogo formal da elaboração de efeitos de sentido, para a prática discursiva, o jogo da regulação dos antagonismos de interesses e difere assim simbolicamente a solução dos diferendos. Já não se trata de uma visão funcional e liberal oposta a uma visão conflitual e de luta de classes. Trata-se da neutralização estratégica destas visões que configuraram até há pouco a totalidade do jogo político e organizaram as dicotomias teóricas das ciências humanas[6].

É neste contexto que a problemática comunicacional emerge no pensamento científico como quadro epistémico destinado a dar conta das estratégias discursivas, fluidas e plurais, que se jogam hoje no espaço público.

A ciência clássica é predominantemente taxonómica. Procura, por um lado, atingir uma equivalência denotativa entre os nomes e as coisas assim como regras lineares de associação dialéctica entre os nomes; tenta, por outro lado, organizar a suma dos nomes e das regras da associação numa ordenação hierárquica arborescente e cumulativa. A universidade é não só guardiã deste depósito enciclopédico como, sobretudo, ocupa um lugar transcendente, o de um ponto de fuga a partir do qual se perspectiva a razão legitimante dessa ordem. Projecto sem dúvida inatingível completamente, na medida em que jamais será possível reunir num todo organizado a suma dos saberes dispersos e livres, jamais regra universal definitiva poderá alguma vez ditar às teorias regionais que se têm constituído uma razão única susceptível de hierarquizar os saberes. Por seu lado, as narrativas fundadoras de uma razão legítima confrontam-se entre si, tanto do ponto de vista lógico, num diferendo insanável, atingidas como são tanto pelos paradoxos inerentes a quaisquer projectos fundadores como, historicamente, pela falência generalizada e pelas perversões incontáveis

---

[6] Cf. Jean-François Lyotard, *La Condition Post-Moderne*, Paris, Minuit, 1979, pp. 24 e ss.

dos seus mitos universalistas, tanto proféticos e restauradores de inúmeros paraísos perdidos como messiânicos e progressistas[7]. A falência das mais arreigadas crenças nos valores do progresso, da democracia e da produção, a rarefacção dos recursos energéticos, os efeitos perversos dos humanismos mais generosos sempre prontos a acender as fogueiras das inquisições em nome dos sacrossantos valores humanos dão razões acrescidas e por vezes inesperadas ao criticismo, em detrimento tanto do empirismo historicista como do dogmatismo mais totalitário, instaurando, em seu lugar, uma ciência do aleatório que dê conta da fluidez e do contínuo.

Duas imagens ajudarão a compreender o que se joga em torno desta nova epistemologia que se constrói à margem de diversas ciências humanas há já mais de 20 anos: o jogo de xadrez e o nó rodoviário. Duas imagens complementares, na medida em que cada uma delas nos permitirá ver aspectos originais desta nova epistemologia.

A rede rodoviária é constituída por uma multiplicidade de nós ou de pontos definidos pela sua natureza ambivalente, dado que cada materialidade singular, cada nó, é ao mesmo tempo ponto de chegada, ponto de partida e local de passagem[8]. Qualquer nó rodoviário é ponto de chegada de um percurso antecedente e ponto de partida para um percurso subsequente. É local de passagem, independentemente do sentido do trajecto. Deste modo, a materialidade eventualmente associada toponimicamente a uma designação, a um nome, assim como a procura da sua origem ou a averiguação dos transeuntes que passaram por lá ao longo do tempo, é questão interminável que não esgota a complexidade da rede no seu conjunto nem sequer as virtualidades de cada um dos seus pontos singulares. Qualquer destas considerações reduz a aspectos parcelares e extrínsecos a natureza fluida e complexa das singularidades que integram a rede. Nela, cada nó é, por conseguinte, um ponto crítico do sentido, havendo por isso nós de encruzilhada, nós em estrela a 2, 3, n dimensões.

Entre dois nós estende-se um percurso que pode ser seguido em sentidos divergentes, dependendo das linhas precedentemente seguidas. Mas a rede é raramente constituída apenas por dois nós. Em geral, é formada por uma multiplicidade de pontos e os trajectos não se limitam a uma direcção, existindo variadas possibilidades de des-

---

[7] Veja-se a lucidez com que Jean-François Lyotard assinala a emergência deste processo na modernidade, in *op. cit.* e *Le Différend*, Paris, Minuit, 1984.

[8] Esta imagem da rede e do nó rodoviário é inspirada na obra de Michel Serres, *Hermes II. L'Interférence*, Paris, Minuit, 1972, sobretudo no cap. 3, «Le Point Fixe de l'Intersubjectivité», pp. 131 e ss.

vios mais ou menos longos, mais ou menos directos e com índices variáveis de utilização regular. Contrariamente à regra da razão dialéctica clássica, regida pelo princípio económico segundo o qual a linha recta é a mais curta distância entre dois pontos, a lógica reticular é estratégica como a de um transeunte que, para evitar o engarrafamento na via mais curta, utiliza por vezes longos desvios para chegar mais depressa. A lógica da informação, tal como a de um transeunte, rege-se precisamente pelo princípio aleatório da complexidade das variações permitidas pela rede ou pelo modelo abstracto das combinatórias possíveis e da sua previsibilidade relativa, tal como o formaliza a célebre lei da entropia[9]. É esta lógica que encontramos, por exemplo, na astúcia[10], na sedução[11], na persuasão[12] e, de um modo geral, nos processos comunicacionais.

É graças a esta lógica que podemos dar conta igualmente dos fenómenos de *feed-back*, compreender a sua complexidade, sem nos deixarmos cair em leituras demasiado redutoras de cariz behaviorista que precisamente passam ao lado ou camuflam a sua especificidade e natureza, que costumam ser utilizados, nomeadamente, pelo discurso instrumentalizado dos *mass media*. Aquilo a que a teoria dos sistemas dá o nome de *feed-back* está, aliás, intimamente relacionado com os mecanismos a que a escola de Palo Alto deu o nome de *double bind*, mecanismos que pertencem ao domínio dos paradoxos que atingem o discurso, pelo facto de nele se jogarem estratégias tanto mais paralisantes e agonísticas quanto mais racionalmente se inscreve na lógica dialéctica da instituição[13]. Compreendemos assim melhor o estatuto ambivalente e paradoxal do sujeito da enunciação, deixando de o considerar como simples emissor para passarmos a considerá-lo como «nó politópico», «em situação de interferência», «sede de uma

---

[9] Sobre a teoria dos sistemas, a literatura é particularmente abundante. Veja-se, em particular, Jean-Louis Lemoigne, *La Théorie du Système Général. Théorie de la Modélisation*, Paris, PUF, 1977; Joel de Rosnay, *Le Macroscope. Vers une Vision Globale*, Paris, Du Seuil, 1975; Pierre Delattre, *Teoria dos Sistemas e Epistemologia*, Lisboa, Regra do Jogo, 1981.

[10] Cf., nomeadamente, Michel Serres, *Hermes I. La Communication*, Paris, Minuit, 1969, p. 13.

[11] Cf., nomeadamente, Jean Baudrillard, *De la Séduction*, Paris, Galilée, 1979.

[12] Cf. a tradição tanto clássica como moderna da retórica, em particular Chaim Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, *La Nouvelle Rhétorique. Traité de l'Argumentation*, Paris, PUF, 1958.

[13] Cf., em particular, P. Watzlawick e alii, *Une Logique de la Communication*, Paris, Du Seuil, 1972; Bateson e alii, *La Nouvelle Communication*, Paris, Du Seuil, 1981.

pluralidade de trocas e de intercepções»[14], ao mesmo tempo emissor e receptor de uma palavra outra, comum aos protagonistas do processo comunicacional, cristalizada nas próprias injunções da língua como forma de discursos possíveis, proibidos, permitidos, necessários.

A problemática comunicacional consiste, por conseguinte, na substituição da razão dialéctica linear e do seu paradigma aléctico por uma espécie de dispositivo tabular de natureza figural ou textual. É pois uma problemática topológica que faz intervir níveis de verdade, de concretude e de abstracção. Pertence a uma filosofia do aleatório e de singularidades complexas.

O jogo de xadrez ajudará a compreender outros aspectos desta lógica tabular[15]. Apesar de o número das peças e de as regras que regulam a sua deslocação no decorrer da partida permanecerem inalterados, enquanto regime abstracto de determinações absolutas e indiscutíveis, o jogo desenrola-se entre um ponto zero e um ponto de determinismo total, entre o primeiro e o último lance. Entre estes limites, os limiares inferior e superior de determinação, realizam-se estados diversos de saturação relativa das probabilidades de escolha dos jogadores. Cada lance altera a configuração do todo mas é determinado pela disposição que resulta das posições precedentes. É, tal como no exemplo da rede rodoviária, ponto de partida de uma nova configuração e ponto de chegada das configurações precedentes. Os valores de cada peça conjugam-se, assim, com os valores de posicionamento produzidos pelas jogadas sucessivas. Não se trata, portanto, de valores substanciais inerentes à natureza material do tabuleiro e das peças nem aos nomes que as peças têm, mas de valores formais unicamente ditados pelo posicionamento e pelas regras de deslocação das peças. Por isso são mais propriamente valores figurais de natureza infra-significante, análogos aos dos traços fonemáticos do sistema fonético da língua. O seu sentido é, portanto, puramente estratégico; tem a ver com as oportunidades permitidas pelas jogadas precedentes, com a expectativa em relação às oportunidades eventualmente aproveitadas pelo adversário e com as oportunidades que se pretende reservar ou subtrair aos lances subsequentes.

---

[14] Michel Serres, *Hermes II*, *op. cit.*, p. 152.

[15] A metáfora do jogo de xadrez já tinha sido utilizada por Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1978, 4.ª ed., pp. 54 e ss. e 188, e foi retomada brilhantemente por Michel Serres, em *Hermes I*, *op. cit.*, pp. 11 e ss.

Por outro lado, esta dimensão puramente topológica conjuga-se com uma dimensão rítmica onde intervém a aceleração ou o retardamento da realização dos lances, a sua inserção num percurso mais ou menos linear ou mais ou menos errático ou diferido. O conjunto dos trajectos forma uma configuração diacrónica que faz apelo à memória e grava na temporalidade uma espécie de dispositivo mnésico. Efeitos de anticipação ou de retardamento intervêm estrategicamente no dispositivo tabular.

O jogo de xadrez é um bom exemplo desta epistemologia do aleatório que toma o discurso como estratégia de mediação e de elaboração do sentido. Só que, enquanto o xadrez põe frente a frente dois mundos, figurados pelas peças brancas e pelas peças pretas, o discurso compreende uma multiplicidade indefinida de mundos, de peças e de regras, elevando a um número incalculavelmente elevado as figuras prováveis e as derivas possíveis. Existe ainda uma outra diferença de monta entre o xadrez e o discurso: no jogo de xadrez o xeque-mate é o seu termo final, ao passo que não existe termo à sucessão ilimitada dos lances do discurso.

Estas duas imagens, a da rede rodoviária e a do jogo de xadrez, permitem compreender tanto a natureza positiva como a natureza negativa da abordagem crítica da comunicação, ultrapassando assim a abordagem normativa a que os humanismos e as suas narrativas legitimantes pretendem ancorar-nos. Natureza negativa, no sentido em que cada um dos lances e cada um dos pontos ou nós da rede são definidos por configurações possíveis e por realizações eventuais que se confrontam e entram em litígio entre si. Natureza positiva, na medida em que tanto o xadrez como a rede dão a ver uma ordem de realizações performativas construtoras de mundos.

Vejamos apenas um dos aspectos das nossas sociedades em que esta ordem tabular do discurso se torna pertinente: as tecnologias da informação. Ao contrário das técnicas que são regidas pela ordem da produção, ordem substancial ancorada à reificação dos produtos e das mercadorias, as novas tecnologias são informáticas, isto é, são objectos de natureza formal algorítmica. O seu produto é a informação, um esquema de organização virtual de unidades disponíveis para realizações aleatórias de mensagens. As suas regras assemelham-se às do *bricolage*. São, por conseguinte, máquinas abstractas de conexão de singularidades puramente virtuais e de ordem heteróclita plural. Não são propriamente instrumentos de percepção nem utensílios de produção mas dispositivos de conexão e/ou de desconexão de formas. O saber configurado pelas tecnologias da informação

tornou-se, portanto, numa espécie de gigantesco «mecano». Apesar de as peças estarem perfeitamente definidas e as regras totalmente codificadas, o modelo agencia-as em configurações caleidoscópicas indefinidas com graus de (im)previsibilidade variáveis consoante as estratégias conjunturais prosseguidas. Tal como no xadrez, os percursos ou as trajectórias do processo de realização positiva ou de performatividade agenciam-se sob o modo serial. É esta modalidade serial que tende a projectar-se mesmo sobre os processos de produção industrial, reciclando a sua modalidade utilitária sob a miragem da modernização tecnológica. A moda e o *design* constituem dois resultados desta reciclagem serializante, atingindo praticamente todos os domínios, desde o vestuário e o mobiliário até ao automóvel, à decoração, à organização do espaço habitado. Semelhante processo atinge a linguagem, uma vez submetida ao trabalho dos dispositivos da informação. A logomaquia e a prolixidade são o resultado desta metamorfose acelerada de serialização dos modelos discursivos. A partir de formas elementares restritas, a informação acelera a proliferação interminável de variações e efeitos de sentido, de figuras. A uma extrema pobreza das formas contrapõe-se, assim, uma exuberância dos processos de agenciamento, das singularidades diferenciais.

É este o sentido da precedência actual dos processos performativos sobre o sistema, assim como da modalidade concreta e positiva da sua determinação. A procura acaba, assim, por prevalecer sobre o encontro, caindo rapidamente em degenerescência as figuras realizadas, acelerando-se o próprio movimento de decomposição das singularidades que passam a integrar o mundo ininteressante do devir amorfo e indiferenciado. No limite desta lógica, o modelo converte-se em pura performatividade dissuasora.

É este limite que é exorcizado pelo funcionamento arcaizante e regressivo dos discursos legitimantes, fazendo intervir modalidades narrativas de natureza política, pela evocação dos mitos prometeicos, pela encenação de heróis progressistas de natureza performativa, representativa e democrática. Um computador em cada lar como forma de gestão directa, imediata e democrática do espaço, de transparência e de acesso imediato aos actos do poder, de acesso gratuito e instantâneo aos bancos de dados e às informações disponíveis — eis alguns exemplos através dos quais se jogam hoje modalidades concretas de legitimação da dissuasão.

Como em informação o interesse de uma mensagem é inversamente proporcional à sua realização concreta, o valor informativo esgota-se no próprio devir colectivo das mensagens, no processo da

sua figuração, tendendo, portanto, para zero uma vez realizado e acessível a todos.

Michel Serres define de maneira lapidar a diferença entre o novo espírito científico tal como Bachelard o via e a nova ordem epistémica: «Le nouvel esprit se concentrait en une philosophie du non; le nouveau nouvel esprit se développe en une philosophie du transport: intersection, intervention, interception.»[16] Dito de outra maneira: enquanto o saber clássico dava a prioridade à razão dedutiva e à abstracção induzida a partir da experiência, o modelo maquínico actual é de natureza manipulatória e digital, fazendo intervir não a verdade ou a falsidade dos enunciados, mas a probabilidade estocástica de efeitos performativos de natureza pragmática.

A ideia de acontecimento torna-se, assim, particularmente actual. É precisamente o campo de uma multiplicidade indefinida de possíveis, aberto a um mundo de eventos aleatórios, de que se recortam não os mais económicos e óbvios, mas os mais interessantes para as jogadas que o presente abre. O seu interesse depende não só dos posicionamentos gerados pelos lances passados e a previsão dos lances futuros como também das expectativas em relação às estratégias escolhidas nos outros campos em presença.

Podemos, para concluir esta introdução, enunciar algumas características das perspectivas comunicacionais e das respectivas epistemologias.

Em primeiro lugar, o saber já não se constitui prioritariamente nos terrenos consistentes das disciplinas constituídas; elabora-se nas regiões moles de correspondência ou, melhor dizendo, de interferência entre as regiões disciplinares do saber, neste *no man's land* onde erram resíduos da ordem normalizadora da razão iluminada. Processa-se, portanto, por transferência, redução e deslocamento dos discursos constituídos e obrigados pelas determinações da ordem dominante.

Em segundo lugar, as perspectivas ou os pontos de vista a partir dos quais se fundam os discursos passam a equivaler-se, se os considerarmos como lances estratégicos de legitimação. Já não podemos, por conseguinte, hierarquizá-los em torno de uma perspectiva dominante sem incorrermos no risco de aceitar como indiscutível a sua dominação. É este o sentido da transdisciplinaridade, como maneira de dar conta da multiplicidade de arranjos discursivos ou de combinatórias, de efeitos de sentido, de regimes figurativos e aleatórios que proliferam no mundo actual.

---

[16] Michel Serres, *Hermes II, op. cit.*, p. 10.

Em terceiro lugar, a combinatória dos discursos é de natureza serial e transitiva. A serialidade consiste em encadeamentos lógicos e não cronológicos nem narrativos de entidades formais e não substanciais. É aquilo que Michel Serres pretende sugerir ao afirmar: «La science est une langue, jamais une parole.»[17] É transitiva, na medida em que a posição do próprio sujeito é reflexo de uma palavra outra que o constitui como instância legítima de enunciação.

[17] *Ibidem*, p. 38.

PRIMEIRA PARTE

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO COMUNICACIONAL NA MODERNIDADE

Por toda a parte se fala hoje de comunicação. Os jornais dedicam-lhe páginas e cadernos especiais. A rádio e a televisão discutem-na em mesas-redondas. A escola reserva-lhe cursos nos programas de ensino. Os governos e os organismos internacionais invocam-na em textos oficiais. Os homens exigem-na ou submetem-se aos seus imperativos. Os indivíduos e as instituições lamentam a sua falta tanto entre as pessoas como no seio das famílias, no espaço urbano, nas empresas, nas organizações. Acusa-se, nomeadamente, uma certa forma de urbanismo de a coarctar ou, pelo menos, de a diminuir. Promovem-se, aliás nem sempre com grande sucesso, formas alternativas de organização social que favoreçam formas regeneradoras da comunicação. Tanto a burocracia como a competição exacerbada são encaradas como mecanismos cerceadores da convivialidade. A plétora da informação é apontada como responsável pela apatia e pela indiferença crescentes perante questões graves que intervêm no dia-a-dia e se perfilam ameaçadoras no horizonte do próprio destino da humanidade. É o caso, nomeadamente, das preocupações com a poluição, o nuclear, a manipulação genética, a interferência técnica nos domínios, até há pouco tempo tabu, da reprodução humana e da sexualidade, acerca dos quais a informação generalizada não é capaz de propiciar o desenvolvimento de formas consensuais de entendimento.

Cada sociedade tem uma explicação para as suas formas de organização, em função de uma teoria implícita da comunicação que dá conta das relações dos indivíduos com a sociedade global e com as diversas instituições que a constituem, das instituições entre si e dos indivíduos uns com os outros, dos indivíduos e da sociedade global com a natureza. Mas o que era implícito torna-se agora explícito. Nas sociedades modernas actuais, a comunicação surge claramente como problema e como modo específico de questionamento. De que modo

e por que razões a questão comunicacional surge na modernidade são perguntas a que a primeira parte deste livro tenta responder ou que, na impossibilidade de uma resposta linear e consensual, tenta equacionar, a partir de uma interrogação acerca do processo de secularização dos ritos que geram as regularidades da vida colectiva (capítulo 1), da problematização do espaço público moderno (capítulo 2), da compreensão do processo de desenraizamento da experiência colectiva e da concomitante generalização de uma forma linear de percepção do tempo (capítulo 3) e de uma racionalização normalizadora dos valores (capítulo 4).

1

O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS RITOS COLECTIVOS

«A viragem da modernidade caracteriza-se, antes de mais, no século XVII, por uma desvalorização daquilo que é enunciado e por uma concentração no processo de enunciação. Quando o locutor era seguro ("Deus fala no mundo"), a atenção virava-se para o discernimento dos seus enunciados, para os "mistérios" do mundo. Mas quando esta certeza se perturba com a perturbação das instituições políticas e religiosas que a garantiam, a interrogação volta-se para a possibilidade de encontrar substitutos ao único locutor: quem vai falar?, e a quem? O desaparecimento do Primeiro Locutor cria o problema da comunicação, isto é, de uma linguagem *a realizar* e já não unicamente *a escutar*. No oceano da linguagem progressivamente disseminada, mundo sem clausura nem ancoragem (torna-se duvidoso, e dentro em breve improvável, que um único sujeito a aproprie para si só para a fazer ouvir), cada discurso particular atesta a ausência do lugar que, no passado, era designado ao indivíduo pela organização de um *cosmos*, e portanto a necessidade de recortar para si um lugar através de uma maneira própria de tratar um cantão da linguagem. Por outras palavras, é porque perde o seu lugar que o indivíduo nasce como sujeito. O lugar que lhe fixava outrora uma linguagem cosmológica, entendida como "vocação" e localização numa ordem do mundo, torna-se um "nada", uma espécie de vazio, que obriga o sujeito a dominar um espaço, a colocar-se ele próprio como produtor de escrita.», Michel de Certeau[1].

As relações sociais criam-se e mantêm-se ao abrigo dos processos de desagregação que espreitam a vida colectiva, graças à persistência de práticas sociais ritualizadas, maneiras de dizer e de fazer

---

[1] Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien*, vol. 1, *Arts de Faire*, Paris, Un. Géné. d'Ed., 1980, pp. 240-241.

regulares que orientam as expectativas em função da sua obrigatoriedade indiscutível. Os ritos sociais são estas modalidades quase automáticas de regularidades e de expectativas que se impõem a todos com obrigatoriedade. Constituem, assim, modos de dizer e de fazer, modalidades práticas cuja observância, respeito e observação provocam o reconhecimento recíproco. A sua observação permite reconhecer os outros como fazendo parte daquilo a que costumamos designar pelo pronome pessoal «nós», distinguindo-os, assim, daqueles que não demonstram conhecer nem obedecer às mesmas maneiras de dizer e de fazer. A sua observância faz com que sejamos reconhecidos, com que manifestemos a nossa vontade e o nosso desejo de sermos reconhecidos pelos outros. Os processos de comunicação são, deste ponto de vista, processos ritualizados que atravessam a experiência social, quer individual quer colectiva, em que está em jogo este reconhecimento recíproco. São, por conseguinte, sempre processos de visibilidade que têm a ver com a teatralidade da vida colectiva. Possuem uma cena e um modo de apresentação de si, bastidores que se adivinham mais do que se vêem por detrás do cenário, uma ribalta constituída por todo um jogo de luzes que tanto revelam como escondem partes da representação. Nos processos comunicacionais não existe, porém, separação entre actores e espectadores, ao contrário daquilo que se passa numa sala de teatro[2]. Cada um dos actores é assim, ao mesmo tempo, também espectador, na medida em que a visibilidade do desempenho dos papéis é inseparável do espectáculo que os actores dão inevitavelmente de si.

Os ritos sociais são as regras da teatralidade da vida colectiva que se impõem com força tanto mais indiscutível quanto mais arbitrárias e independentes da escolha racional de cada um dos protagonistas. A indiscutibilidade dos ritos sociais é também tanto maior quanto mais cada um considerar o seu papel como parte de uma peça ditada por uma instância transcendente, exterior, por conseguinte, ao espaço e à história da colectividade, a partir de um ponto de fuga a partir do qual se perspectivam todos os lugares da cena, e fundamento indiscutível da própria representação. A identidade e o lugar atribuído a cada um são, assim, relativamente estáveis e ditados desde esse ponto, mantidos, portanto, ao abrigo de contestação radical e sistemática.

Tanto o desenrolar da cena como os lugares atribuídos aos actores estão prefixados de antemão por uma ordem transcendente, reve-

---

[2] Cf. Louis Quéré, *Des Miroirs Equivoques*, Paris, Aubier Montaigne, 1982.; Erwin Goffman, *La mise en scène de la vie quotidienne*, 2 vols., Paris, Minuit, 1973.

lada numa temporalidade a-histórica, sem uma origem nem um termo determinados no decurso da temporalidade mortal dos homens, sobrepondo-se, assim, ao desenrolar factual da história humana. Por isso, a designamos como temporalidade mítica, por apresentar o cenário de uma outra representação, a dos deuses, a da gesta fundadora do *cosmos*, onde a sociedade dos homens, a *comunidade* ocupa o centro, ao mesmo tempo que este é o seu reflexo especular e a sua razão de ser. Em todas as sociedades tradicionais, nas sociedades não submetidas a um processo sistemático de modernidade, de ruptura com a tradição, encontramos sempre a presença de uma narrativa das origens que tanto atribui um lugar e uma explicação à experiência histórica e contingente como dita a sua forma de organização. É a esta luz que são lidas as próprias mudanças que ocorrem no desenrolar factual dos acontecimentos, assegurando-se-lhes, assim, coerência e inteligibilidade.

Nas sociedades ocidentais, as narrativas das origens que desde sempre serviram de quadro à estruturação de percepção do *cosmos* e da vida colectiva são os mitos judaico-cristãos da criação. As versões bíblicas da criação do mundo, assim como as versões eclécticas dos mitos indo-europeus que nos chegaram através dos mitólogos gregos, nomeadamente Homero, Hesíodo e os autores pré-socráticos, formam a herança mitológica que estrutura o nosso imaginário. Mas a sua vocação para se lançarem num processo generalizado de modernidade provoca um correspondente processo inevitável de secularização.

A partir do século XVII, o contacto dos povos europeus com outras culturas, nomeadamente asiáticas, africanas e ameríndias, reforçou o processo de *desencantamento* característico da nossa modernidade. Os antropólogos têm prosseguido o estudo sistemático das narrativas das origens, pondo em relevo, ao mesmo tempo, a natureza multifacetada do mosaico das culturas e a relativa convergência da lógica que preside às suas representações míticas. Para além das diferenças que apresentam, todas elas estabelecem, de facto, um princípio demiúrgico ou divino a partir do qual um quadro estável preside ao desenrolar histórico da experiência contingente da vida humana com as suas múltiplas dimensões e os seus diversos domínios[3]. A consciência da diversidade dos mitos das origens, das

[3] Cf., nomeadamente, Claude Lévi-Strauss, *Mythologiques*, Paris, Plon, 4 volumes, 1964, 1967, 1968, 1971; Georges Dumézil, *Mythe et Epopée*, Paris, Gallimard, 1968, 1971, 1973; Hélène Clastres, *La Terre sans Mal, Le prophétisme Tupi-Guarani*, Paris, Du Seuil, 1975; Pierre Clastres, *Chronique des Indiens Guayaki*, Paris, Plon, 1972; *La Société contre l'Etat*, Paris, Minuit, 1974.

teogonias, é em grande parte responsável pela relativização moderna do fundamento religioso da experiência. No entanto, a modernidade não é uma atitude exclusivamente reservada à nossa época, ao contrário do que a nossa maneira etnocêntrica de vermos e do que a ideologia positivista da *Aufklärung* tem pretendido inculcar desde os finais do século XVII. Observamos processos modernizadores em todas as culturas e em todas as épocas, mesmo nas mais antigas, na medida em que todas são inevitavelmente atravessadas por processos de desencantamento e de autonomização da experiência humana em relação aos mitos fundadores, de atitude crítica em relação aos quadros de explicação transcendente do mundo e da experiência. O desencantamento é o processo através do qual a razão humana procura indagar os mistérios do mundo da experiência tanto individual como colectiva, aspira a um questionamento autónomo em relação às razões que o quadro mítico lhe oferece, instituindo-se, assim, a razão humana em sujeito de saber e de fazer independente do Númen da Palavra mágica originária. É este processo de desencantamento que fundamenta a secularização observada como atitude nas mais diversas formas de sociedade. Traduz-se, nomeadamente, na emergência de uma modalidade nova de racionalidade, a da razão iluminista, enquanto princípio imanente do conhecimento, da acção e da linguagem[4].

A contrastar com a lógica religiosa, a lógica da secularização moderna, fundamentada na indagação autónoma da razão humana, esvazia os ritos sociais da sua referência transcendente de legitimação e da consequente estabilidade das normas, para em seu lugar instaurar a experimentação, a observação e o cálculo como modalidades legitimadoras do saber, da acção e da linguagem. A própria necessidade de legitimar é fonte de instabilidade. Por isso, Michel de Certeau, no texto citado no início deste capítulo, relaciona o aparecimento do problema da comunicação com «o desaparecimento do Primeiro Locutor» e com a consequente disseminação progressiva da linguagem. À razão humana está, por isso, reservada doravante já não apenas a escuta e a interpretação de uma Palavra transcendente, do Verbo bíblico ao *Logos* grego, como processo fundador da legitimidade, mas o recorte de um lugar particular, de um *topos*, a partir do qual se possa instituir como sujeito autónomo. É a identidade deste sujeito autónomo de discurso e de acção que se torna problemática, instável, processo de realização nunca acabado definitivamente na modernidade.

---

[4] Cf. Marcel Gauchet, *Le désenchantement du Monde. Une Histoire Politique de la Religion*, Paris, Gallimard, 1985.

O vestuário é um bom exemplo de alguns reflexos sociais deste processo de secularização[5]. Nas sociedades em que a identidade do sujeito não é uma questão explicitamente problemática, visto estar marcada, de uma vez por todas, de maneira transcendente, pelo lugar atribuído a cada um no seio de uma ordem preestabelecida, o vestuário situa cada um dos indivíduos, aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros, de acordo com o espaço que lhe está de antemão destinado. A farda do militar, o hábito religioso, a toga do académico ou do magistrado, o próprio vestuário do homem comum revelam claramente e testemunham publicamente de uma forma visível essa identidade indiscutível e consensual. Na modernidade, pelo contrário, exceptuando os momentos e os espaços privilegiados e excepcionais em que a lógica transcendente continua a ser preservada pelo paradoxal arcaísmo das instituições, cada um procura na constante inovação vestimentária, alimentada e aproveitada, aliás, por uma das instituições modernas — pela instituição da moda —, a problematização e a procura de uma identidade autónoma. Por isso, podemos dizer que, por esta permanente inovação, se joga ao mesmo tempo a esconder e a revelar o lugar que se procura ocupar no espaço social, num misto de conformidade e de transgressão. Trata-se, de facto, de uma sobrevalorização moderna do novo e da mobilidade, do processo da procura de uma identidade a alcançar, e de desvalorização da posse de uma identidade definitivamente adquirida, vista doravante como coerção à autonomia da identidade individual. Nenhum lugar é, deste modo, considerado como adquirido de antemão e, uma vez alcançado, é logo negado, para procurar-se um novo lugar, e assim indefinidamente. A experiência da procura de si e dos outros conta, assim, hoje, mais do que o encontro consigo próprio e com os outros.

As proibições do vestir que atingem as insígnias visíveis das instituições traduzem, aliás, a permanência da identidade, para além da sua problematização moderna, servindo para garantir a sua preservação ao abrigo da transgressão da sua ordem transcendente. Dantes, até no teatro se proibia o uso, sem a indispensável autorização, de uma farda ou de um hábito religioso. É certo que o Carnaval oferecia uma oportunidade de excepção a esta regra, constituindo como que um espaço ritualizado de transgressão impune. Mas tratava-se de uma ocasião excepcional, cuidadosamente distinta da norma habi-

---

[5] Cf., nomeadamente, Roland Barthes, *Système de la Mode*, Paris, Du Seuil, 1967; Alberoni, Dorfles, Eco, Livolsi, Sigurtà, *Psicologia do Vestir*, Lisboa, Ed. Assírio & Alvim.

tual. Nessa ocasião, o simulacro da excepção permitia precisamente distinguir entre a simulação e a realidade, o sujeito autêntico e o seu duplo.

Hoje, às proibições do duplo correspondem antiteticamente as produções generalizadas dos simulacros no seio da realidade[6]. Esta inversão é, aliás, um dos aspectos mais curiosos e interessantes da lógica da modernidade que preside às regras de funcionamento dos diversos domínios da experiência. Deste modo, à democratização dos valores corresponde um misto de convencionalidade e de consciência da arbitrariedade das normas, visíveis, nomeadamente, na instituição cosmopolita da moda. É neste quadro moderno que se assiste à promoção da categoria de sujeito, autonomizado em relação a uma identidade fixa e institucionalmente marcada de maneira definitiva e indiscutível. Mas, no próprio processo da sua produção, o sujeito esvazia-se de qualquer conteúdo substantivo e concreto de investimento, relegando-o para um destino movediço e flutuante, nómada, o de um duplo sem modelo fixo, de puro simulacro sem referencialidade constitutiva.

Aliás, é este destino flutuante que preside aos valores do experimentalismo em arte, assim como à busca incessante que caracteriza o puro jogo das formas da «arte pela arte», fórmula típica de todas as modernidades que têm na ruptura o fundamento determinante da sua legitimidade.

O processo de secularização dos ritos sociais que, como acabamos de ver, se reflecte por exemplo nas regras que presidem à criação, à estruturação e ao modo de funcionamento da instituição da moda e, de uma maneira geral, do conjunto das instituições modernas abarca a experiência moderna do mundo. Não instaura, porém, apenas a instância autónoma e problemática do sujeito. É ainda responsável pela constituição de um espaço público problemático.

---

[6] Ver, a propósito desta problemática dos simulacros, Jean Baudrillard, *De la Séduction*, Paris, Galilée, 1979; *Simulacres et Simulation*, Paris, Galilée, 1981; Gilles Deleuze, «Simulacre et Philosophie Antique», in *Logique du Sens*, Paris, Minuit, 1969, pp. 292-324; Jacques Derrida, «La Pharmacie de Platon», in *La Dissémination*, Paris, Du Seuil, 1972, pp. 69-197. Acerca da questão do duplo, ver Marc Guillaume, *Le Capital et son double*, Paris, PUF.

2

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MODERNO

As sociedades tradicionais não conhecem ruptura significativa entre os diferentes espaços sociais. A ruptura significativa nessas sociedades situa-se a outro nível, na fronteira entre o espaço da comunidade, habitualmente designada no discurso pelo pronome pessoal «nós», por um lado, e o mundo informe e indefinido dos outros, dos que vivem para além do território comum, dos que, por conseguinte, não possuem nome nem identidade claramente definidos. Os Gregos designavam os que estavam para além das suas fronteiras como *sklaboi*, escravos, ou *xenoi*, estranhos, bárbaros que não falam grego, opondo-os assim claramente aos *eleuteroi*, aos homens livres. Os Romanos designavam os que estavam para além das fronteiras do Império como *hostis* ou como *servus*, para os oporem aos *cives*, aos cidadãos[1]. Se, de facto, por um lado, o *hostis* podia ocasionalmente tornar-se *hospes*, hóspede, e ser assim objecto de atenções particulares por parte do *civis*, era, por outro lado, sempre um virtual *servus*, um escravo potencial, visto estar destinado a ser capturado e a tornar-se, assim, uma presa, um refém ou um despojo de guerra. A hospitalidade era assim, antes de mais, demonstração de benevolência, da generosidade e da magnanimidade do *civis*[2].

É verdade que, em determinadas circunstâncias excepcionais, os de fora, de condição infracultural e até de condição humana indefinida, sem direitos nem deveres claramente reconhecidos pelo nasci-

---

[1] Ver, a este propósito, as excelentes observações de Emile Benveniste, *Le Vocabulaire des Institutions Indo-Européennes*, vol. 1, *Economie, Parenté, Société*, Paris, Minuit, 1969, pp. 293-373.

[2] A importância das demonstrações de generosidade permanece como uma constante da tradição indo-europeia, enquanto estratégia institucional, podendo dar-se a ver num sem-número de práticas da vida quotidiana. Ver, a este propósito, a obra exemplar, embora demasiado esquecida, de Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class. An Economic Study of Institutions*, Macmillan Company, 1899.

mento, podiam aceder a uma qualidade supra-humana, atestar qualidades demiúrgicas, depois de passarem incólumes por duras provações naturais ou propositadamente criadas para atestar os seus poderes. De qualquer modo, o seu estatuto era sempre o da anormalidade, quer essa anormalidade fosse infra-humana, como no caso dos escravos ou dos reféns, quer fosse supra-humana, como no caso dos magos ou dos feiticeiros. O estatuto dos homens normais, daqueles que eram considerados simplesmente homens, esse, era o de pertença ao território comum, do território partilhado por todos quantos, pelo nascimento e pela iniciação, tinham adquirido as marcas distintivas da identidade comum e aprendido a identificar o lugar reservado a cada um dos elementos que integram o território próprio, por todos quantos sabiam, assim, movimentar-se com facilidade nos mesmos espaços, observando, portanto, sem servilismo nem formalismo exagerado, as regras da conveniência e da conivência.

A organização do espaço é, por conseguinte, nestas sociedades, indivisa, não existindo a ideia de uma especialização funcional, mas coexistência, nos mesmos lugares, de toda a pluralidade de funções que nos habituámos a distinguir nas sociedades modernas. Para Emile Durkheim, esta modalidade de organização social está intimamente associada a formas de solidariedade mecânica ou por similitude:

«Existe uma solidariedade social que provém do facto de um certo número de estados de consciência ser comum a todos os membros da mesma sociedade. É essa solidariedade que o direito repressivo configura materialmente, pelo menos no que tem de essencial. A parte que tem na integração geral da sociedade depende, evidentemente, da amplitude maior ou menor da vida social que a consciência comum abarca e regulamenta. Quanto mais relações diversas houver em que esta última faça sentir a sua acção, mais também ela cria laços que prendem o indivíduo ao grupo; consequentemente, mais a coesão social deriva completamente desta causa e dela traz a marca. Mas, por outro lado, o número destas relações é ele próprio proporcional ao das normas repressivas.»[3]

A consciência da natureza repressiva destas formas de solidariedade por similitude ou de solidariedade mecânica explica, em grande parte, a associação moderna entre libertação individual das coacções inerentes à dependência em relação aos laços que prendem à comunidade, por um lado, e autonomização funcional dos espaços que integram o território colectivo, por outro lado.

---

[3] Emile Durkheim, *De la Division du Travail Social* (1893), citado de *A Divisão do Trabalho Social*, vol. 1, Lisboa, Presença, 1977, p. 130.

Já no século I a. C., Vitrúvio considerava que o ideal de qualquer cidade consistia na perfeita harmonia entre o desempenho das três funções da *utilitas*, utilidade, da *firmitas*, solidez, e da *venustas*, prazer. A cidade era assim representada como um *cosmos*, organizado à semelhança da *oikos* ou da *domus*, tal como o espaço doméstico era uma cidade em miniatura[4].

A obra de Vitrúvio influenciou um dos principais inspiradores da estética renascentista, L. B. Alberti[5]. Em ruptura para com a concepção mística de Santo Agostinho (354-430)[6], concepção que servira de modelo na Idade Média à organização do espaço habitado e da arquitectura, a nova concepção renascentista promovida por Alberti é já distintiva de uma pluralidade de espaços funcionais. A cidade deixa de ser encarada em relação a um modelo teológico, à procura de uma correspondência com o modelo divino revelado pelas Sagradas Escrituras, de que tende a ser uma forma especular, para passar a respeitar a ordem geométrica da *perspectiva linearis*, da adequação do olhar e das funções a uma forma homogénea do real.

O modelo utópico de inspiração platónica continuou certamente vivo e deixou-nos, entre outras, as obras significativas de Thomas Morus (1478-1535)[7] e de Tommaso Campanella (1568-1639)[8]. Chegou, aliás, até aos nossos dias através de diferentes tentativas de restauração de comunidades de vida e de diversas modalidades do projecto ecológico. Foi, no entanto, a concepção funcional de Alberti que melhor se integrou no paradigma dominante da organização do espaço habitado moderno, ao mesmo tempo abstracto (geométrico) e empírico (funcional).

A Revolução Industrial respeitou esta herança moderna do funcionalismo e do realismo empírico de Alberti, redefinido, no entanto, a partir da visão eufórica das Luzes dos ideais de progresso de uma razão iluminista. No século XIX, o que o barão Haussmann (1809--1884) propõe não é um retorno à concepção utópica, mas a radica-

---

[4] Cf. Vitruvius, *De Architectura Libri Decem* (*ed. princeps*: 1486), ed. em Milão em 1966.

[5] Cf. Leon Battista Alberti, *De Re Aedificatoria* (*ed. princeps*: 1483), in *Opere Vulgari*, ed. Bonucci, 5 vols., Flore Firenze, 1843-1849, e em *Opere Volgari*, ed. C. Crayson, 2 vols., Bari, 1960-1966.

[6] Cf. Santo Agostinho, *De Civitate Dei*, in *Oeuvres Complètes, Patrologie Latine*, J. P. Migne ed., Paris, 1845-1849, e em *Oeuvres Complètes*, trad. de J. M. Péronne, P. F. Escalle/Vincent, Paris, 1869-1878.

[7] Cf. Thomas Morus, *A Utopia* (or: 1516), Lisboa, Guimarães & Comp.ª ed.

[8] Cf. Campanella, *A Cidade do Sol* (or: 1623), Lisboa, Guimarães & Comp.ª ed.

lização do funcionalismo, rompendo com a polifuncionalidade que impedia a especialização racional dos espaços, o que viria a dar lugar aos projectos de desconcentração e segmentação do tecido social[9].

Esta forma funcional e progressista de urbanismo que se inicia na segunda metade do século XIX caracteriza-se assim *a*) pela classificação e ordenamento das funções e necessidades sociais; *b*) pela separação espacial dos lugares destinados à satisfação destas necessidades e destas funções; *c*) pela estandardização e visibilidade dos protótipos dos edifícios destinados ao desempenho de cada uma das funções; *d*) pela desconcentração e segmentação do espaço habitado.

Este processo insere-se, obviamente, no quadro da explosão urbana que acompanha o desabrochar da industrialização com o consequente êxodo rural que, entre 1850 e os meados do século XX, não cessou de se desenvolver. O processo acelerado de crescimento das cidades industriais acentuou a necessidade de planificação racional das novas cidades. Bastará recordar que a população urbana da Europa passou, entre 1850 e 1970, de cerca de 20 milhões de habitantes para mais de 250 milhões e, no conjunto dos países industrializados, de apenas 50 milhões para mais de 500 milhões[10]. Era uma população recente-

---

[9] Cf. Haussmann, *Mémoires*, Paris, 1890-1893.

[10] A população urbana do mundo, entre 1920 e 1960, aumentou cerca de 73% e, no ano 2000, terá ainda crescido mais 54%. Nos países industrializados, cresceu, entre 1920 e 1960, cerca de 54% e virá a crescer ainda mais 35% até ao ano 2000. Mas é nos países do Terceiro Mundo que este aumento é percentualmente o mais elevado: 150% entre 1920 e 1960 e mais 105% até ao ano 2000.

Na América do Norte, com uma população urbana que ultrapassava já 50% em 1920, o acréscimo de citadinos foi de 34% até 1960 e no ano 2000 aumentará ainda mais 24%. A América Latina possuía em 1920 uma população urbana de cerca de 25%. Até 1960 aumentou 122% e crescerá ainda mais 63% até ao ano 2000. Em África, só cerca de 12,5% da população vivia em 1920 nas cidades. Mas até 1960 a população urbana africana aumentou 157% e aumentará ainda mais 116% até ao ano 2000.

No ano 2000, a população urbana do mundo ultrapassará 3000 milhões de pessoas; nos países industrializados estará próxima dos 1100 milhões e no Terceiro Mundo atingirá cerca de 2200 milhões de pessoas. Em 1980, a população urbana do mundo atingia já 1800 milhões de pessoas, enquanto os países industrializados já iam nos 800 milhões, as cidades do Terceiro Mundo compreendiam 850 milhões de pessoas.

No ano 2000, a população urbana será sensivelmente a mesma da população rural, com 3000 milhões de citadinos, mas enquanto os países industrializados terão apenas 250 milhões de pessoas nas cidades, os países do Terceiro Mundo contarão 2750 milhões.

As grandes cidades tendem a aumentar vertiginosamente. Entre 1920 e 1970, Nova Iorque passou de 8 milhões para 11,6 milhões de habitantes; Tóquio, de 4,2 para 11,4; Xangai, de 1,7 para 10,8; Buenos Aires, de 2,3 para 8,3; Paris, de 5 para 8; Pequim, de 0,9 para 7,6; Londres, de 7,2 para 7,4; Moscovo, de 0,95 para 7,2; São Paulo, de 0,6 para 5,2; Rio de Janeiro, de 1,3 para 4,2.

mente emigrada do campo, habituada, por isso, a uma concepção global e integrada da vida colectiva, contando com os «laços que prendem o indivíduo ao grupo» de que falava Emile Durkheim, em que todos se conheciam em função de uma história comum e o controlo social era exercido em ordem à conservação da produção de uma cultura própria, em que a segurança social perante os reveses da natureza era, por conseguinte, assegurada em virtude de formas de solidariedade concreta e directa. Os recém-chegados às novas cidades e aos novos subúrbios das antigas urbes, confrontados agora com espaços onde a história colectiva se havia processado sem eles, perdem os pontos de referência que até então tinham garantido o reconhecimento recíproco e assegurado as condições indispensáveis ao desenvolvimento de formas concretas de solidariedade. Ficam assim votados à irrupção de comportamentos anómicos de resposta das disfunções sociais e são atirados para espaços marginais em relação aos centros de decisão e de normalidade. Aos espaços marginais corresponde um discurso anómico, visto ao espelho da normalização. Deste modo, a uma organização social alimentada pela palavra trocada sucedia agora, para muitos milhões de pessoas, uma forma segmentada em que o silêncio se tornava a regra, como garante da preservação da intimidade, em que dirigir a palavra ao outro se tornava censurável, inconveniente e até mesmo provocatório.

O ideal funcionalista atinge o seu ponto culminante entre as duas Grandes Guerras, quando Charles Edouard le Corbusier (1887-1965) apresenta ao Congresso de Urbanismo de Atenas uma proposta dominada pela ideia de *zoning* ou de *zonage*. Na célebre *Carta de Atenas*, é proposto reservar «a cada função e a cada indivíduo o seu justo lugar», favorecer o imóvel colectivo «construído no seu próprio meio em que gozará de sol, de ar puro e de silêncio»[11].

Apesar destas excelentes intenções dos signatários da *Carta de Atenas*, o resultado foi amplamente negativo, como dão conta as críticas que não se têm feito esperar: monotonia, degradação, fealdade, gigantismo, distâncias cada vez maiores entre locais de habitação, de trabalho e de serviços, insuficiência dos indispensáveis meios de transporte, solidão e aborrecimento sobretudo das pessoas idosas, insegurança dos espaços intersticiais cada vez mais votados à circulação

[11] Cf. *La Charte d'Athènes*, Paris, Plon, 1943, e ed. de Minuit, 1957; Le Corbusier, *Manières de Penser l'Urbanisme*, Paris, 1963 (versão port.: *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1977).

de uma população anónima, criminalidade, esvaziamento e terceirização dos centros urbanos.

De locais de convivência social, onde o espaço existia na memória do uso, e nos gestos das relações quotidianas, a espacialidade moderna emerge segundo modalidades complexas. Empiricamente, o espaço funcionaliza-se, dividindo-se segundo o eixo do normal/patológico. Em termos abstractos, o espaço torna-se condição da experiência. A crise é inevitável e o facto de os espaços comuns se tornarem locais de anonimato de uma população flutuante, em permanente circulação, coloca no centro do debate actual as questões da natureza, da arqueologia, da estrutura e do modelo do espaço público moderno. Deste modo, o espaço público que teve como função unificar a experiência colectiva desagrega-se na modernidade.

Para uma genealogia do espaço público[12]

1. A figura do oikos *e do* koinos

O público é, antes de mais, uma categoria em que estão condensados hoje múltiplos estratos, o que lhe confere efeitos caleidoscópicos disponíveis para utilizações imprevisíveis e estrategicamente importantes. É que, apesar de se tratar de uma criação moderna, a sua utilização faz sempre apelo a narrativas arcaicas de fundação. Assim, Jürgen Habermas relaciona o aparecimento do espaço público com a instituição da democracia grega[13]. O público é, neste contexto, a esfera do *koinos* ou do *to koinon agathon*, no espaço da *polis*, ao mesmo tempo distinta e articulada com a esfera da *idios* ou da *taidia*, no espaço da *oikeios*. O *bios politikos* manifestava-se através da notoriedade (*aristotein*) dos pares (*omoioi*), no espaço da *agora*, pela palavra (*lexis*) e pela acção (*praxis*), assim como na guerra (*polemos*) ou na luta (*agonia*). A esfera do *bios politikos* distinguia-se, aliás, da esfera do *oikos*, na medida em que à liberdade que regia a palavra e a acção da primeira se contrapunha a lei da necessidade e da obrigatoriedade que vigorava na segunda, assente no domínio que o

---

[12] Este parágrafo reproduz com algumas alterações um artigo publicado com este título na *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 2, Porto, Afrontamento, Dezembro de 1985, pp. 7-14.

[13] Cf. Jürgen Habermas, *L'Espace Publique. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.

oikodespotes exercia sobre as mulheres e os escravos, assegurando assim a manutenção da ordem doméstica nos domínios da reprodução e do trabalho, exercendo inclusive aí um poder discricionário inalienável sobre a vida e sobre a morte. Deste modo, à liberdade dos cidadãos livres (dos *eleutheroi*), visível aos olhos de todos na esfera da *polis*, correspondiam antiteticamente as relações de dominação e de propriedade sobre os escravos e as mulheres, na esfera da *oikos*.

2. *A figura do* publicus *e do* privatus

O direito romano consagrou esta oposição entre, por um lado, o *dominium* ou o *imperium* do *publicus* e, por outro lado, o *privatus*, institucionalizando assim a figura do *paterfamilias*. Foi, aliás, através do direito romano que a divisão helénica entre a *polis* e a *oikeios* veio a regular a ordem feudal, assumindo, no entanto, uma nova configuração, a do livre acesso do povo ao espaço público, isto é, à *res extra commercium*, na qual se compreendiam as estradas, as praças, os rios, estes espaços que escapavam, por conseguinte, ao domínio da apropriação privada. É neste contexto da ordem medieval que surge a ideia de comunidade, enquanto conjunto dos espaços comuns subtraídos a uma apropriação exclusiva. Por seu lado, o domínio privado adquire a feição de domínio derivado do público, regido, portanto, por regras emanadas da jurisdição colectiva, deixando assim de ser uma esfera antitética da primeira. Ao senhor feudal é reservado o papel de representação da ordem colectiva, manifestada aos olhos de todos, tanto pelos seus atributos como pelos seus símbolos. A pertença à esfera pública relativiza-se em função do nível relativo de notoriedade que tanto as coisas como as pessoas possuem. Comuns são as pessoas e as coisas vulgares, degradadas, desprovidas de particularidades singulares, sem capacidade de ditar *motu proprio* ordens. Publicar torna-se, assim, equivalente de «requisitar para o Senhor»[14].

O que estrutura, no entanto, a esfera pública do senhor feudal é a sua função de «representação», sendo aliás mais uma função de apresentação, visível sobretudo no cerimonial religioso. É aí que essa função atinge o seu ponto mais elevado e visível. A figuração dessa função representativa é a catedral e a liturgia, figuração ao mesmo tempo espacial e ritual que gera o espaço e o tempo da visibilidade do público e a inscreve socialmente. O religioso não só legitima toda a discursividade como institui a única ordem legítima do saber. Os

[14] Cf. J. Habermas, *op. cit.*, p. 18.

actores sociais inscrevem-se na ordem interpretativa do discurso sagrado, do Livro escrito nas paredes e nos vitrais das catedrais, da Sagrada Escritura[15].

3. A constituição burguesa da «publicidade»

A partir do século XV, é a corte do soberano que se torna o centro da «publicidade»[16], com marcas e símbolos idênticos aos da representação religiosa, relegando assim para segundo plano as funções representativas dos senhores feudais que adquirem a pouco e pouco conotações provincianas negativas. O castelo torna-se o novo espaço da representação, mas, apesar de aberto ao povo, as festas que nele se desenrolam são prioritariamente coisas de cortesãos, aparecendo deste modo a nova categoria de *espectador* separado do campo da representação.

À medida que a burguesia assume um papel determinante na organização social, a natureza representativa do poder vai cedendo às modalidades jurídicas de gestão de uma nova modalidade de espaço, a do mercado. É neste novo contexto que emerge a ideia de Estado como entidade organizadora do mercantilismo, que surge a necessidade de tornar público, de dar a conhecer tanto os produtos disponíveis e os seus valores monetários como as regras que regem a sua circulação. No quadro desta nova forma de «publicidade», da publicidade burguesa, categoria abstracta de regulação do espaço do mercado, a privacidade converte-se, pela primeira vez, num direito que assiste ao cidadão livre, o de assegurar a defesa da sua autonomia perante a ingerência do Estado soberano, tanto no domínio das suas ideias como na esfera da vida doméstica, na esfera político-ideológica como na esfera económica[17].

4. A emergência da opinião pública iluminada

É este o quadro em que, nos finais do século XVII, nasce a imprensa periódica, visando assegurar simultaneamente as estratégias

[15] Cf., a este propósito, as interessantes observações de François Dagognet que se referem às relações entre o templo e a igreja com a cidade, em *Le Nombre et le Lieu*, Paris, Vrin, 1984, pp. 68-110.

[16] O termo publicidade é aqui utilizado na acepção etimológica de processo de tornar público, tal como o utiliza, aliás, Jurgen Habermas, e não na acepção hoje corrente de técnica promocional de bens e de serviços. Cf. *op. cit.*, 1978, pp. 9-15.

[17] É sobretudo a Thomas Hobbes que devemos a teorização desta distinção moderna entre o público e o privado.

contraditórias tanto de imposição das regras formais de gestão da *res publica* por parte do Estado burguês como de autonomia da privacidade e da domesticidade.

Se, de facto, num primeiro tempo, predomina o controlo e a dependência em relação ao soberano, depressa se desenvolve, sob a *Aufklärung*, a exposição da opinião livre do cidadão, dando assim origem, a partir da segunda metade do século XVIII, ao aparecimento da categoria da opinião pública e à sua relativa institucionalização como campo autónomo de legitimidade. Através da opinião pública nascente constitui-se o direito inalienável de formação de correntes pluralistas de uma razão separada da razão do Estado, muitas vezes contraditória em relação às suas pretensões, e uma vontade independente da vontade do soberano. É nas sociedades, nos clubes privados e, mais tarde, nos cafés que as correntes de opinião se formam a partir, nomeadamente, da discussão de opiniões controversas. Destas discussões emanam textos que a imprensa depressa divulga e que se apresentam como críticas de arte, de literatura, de teatro, de ideias. Uma imprensa especializada nasce neste ambiente diletante, crítico e apaixonado. É esta imprensa que, durante todo o século XIX, se cindirá em imprensa de opinião e em magazine literário e artístico.

À medida que, desde os finais do século XVIII, se forma uma escrita especializada e que aumenta o número de pessoas que sabem ler e escrever, desenvolve-se, paralelamente, o gosto pelo espaço privado da vida doméstica, cada vez mais confinada à habitação dos esposos e dos filhos, à família nuclear restrita. De facto, já no século XVIII, vemos surgir um novo tipo de habitação, reservando cada vez mais espaço e importância às divisões destinadas à salvaguarda e às marcas da personalidade própria de cada um dos membros da família e à intimidade doméstica do convívio entre os esposos e os filhos, restringindo-se as dimensões do salão e do pátio em favor da segmentação dos quartos e da sua localização, mantendo-os ao abrigo dos olhares e da deambulação de estranhos.

As funções do cidadão, simultaneamente empenhado na vida pública e na gestão da propriedade privada, de cônjuge, pertencendo a uma família marcada, sobretudo, pela notoriedade do nome de família, asseguradas de maneira polifuncional nos espaços comuns das sociedades, dos salões e dos cafés, vividas de maneira ambivalente no convívio colectivo, tornam-se cada vez mais segmentadas. Gera-se assim uma teia complexa de espaços separados em função de interesses e de projectos diversificados que exigem o estabelecimento de regras de racionalidade e de eficácia que levam o Estado

burguês a burocratizar as formas da sua gestão. Para a determinação e a imposição dessas formas, os interesses e os projectos são cada vez mais definidos de maneira *abstracta*, de modo a garantir, assim, a possibilidade de *articulação* dos diferentes campos divergentes e contraditórios, sob a égide de campos de mediação, nomeadamente o poder e o dinheiro, as duas instâncias que, segundo Jürgen Habermas, substituem a linguagem como mecanismos de coordenação da acção na modernidade[18].

5. *Do público* sujeito *ao público* objecto *de discurso*

O público, enquanto categoria do juízo crítico, torna-se, assim, numa instância de decisão e de legitimidade, num autêntico sujeito de enunciação, na medida em que se arroga o direito e até o dever de informar e de ser informado, situando para isso a sua legitimidade sob o modo do «saber», em oposição à modalidade da legitimidade do soberano, à modalidade do «querer». A opinião pública aparece, assim, como a instância do saber acerca dos factos, da honestidade objectiva da razão instruída, em luta contra o querer, a pouco e pouco associado à corrupção, ao obscurantismo despótico do soberano. É neste contexto que surge a reivindicação da transparência dos actos do poder perante o julgamento da opinião pública instituída em tribunal de recurso. Transparência, no entanto, ambivalente, na medida em que se joga doravante, através da notoriedade pública, tanto a fama ou o prestígio como o desprestígio e até a ignomínia, numa dualidade entre a sociedade civil, constituída pelos projectos e pelos jogos de interesses privados dos cidadãos, por um lado, e o Estado organizador das regras formais de gestão das contradições inerentes à autonomização cada vez mais exacerbada da sociedade civil, por outro.

Constituída pelos proprietários de bens e/ou de saber, isto é, pelos detentores de um capital económico e/ou simbólico, segundo a ordem social burguesa, a sociedade civil surge, aparentemente, como uma nova leitura da esfera pública da democracia grega, na medida em que, aos espaços concretos da notoriedade, à *agora*, à *lexis*, à *polemos* e à *agonia*, lhes substitui um espaço abstracto, separado, cada vez mais autónomo, condição indispensável à instauração de uma

[18] Ver, nomeadamente, Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, vol. 1, *Rationalité de l'Agir et Rationalisation de la Société*, Paris, Fayard, 1987, pp. 349-352.

publicidade circulante, regida pelas leis modernas da mercadoria, tais como os livre-cambistas as formularam e Marx, por exemplo, as teorizou. É assim que a forma abstracta da mercadoria destinada a converter-se em valor puro de troca acaba por subordinar assim todas as restantes dimensões sociais, com a consequente redefinição económica dos restantes valores, nomeadamente o político, o religioso, o familiar, o lúdico. Deste modo, os campos regidos pela lógica da reprodução, tanto biológica como social, subordinam-se ao campo da produção, ajustando aos valores deste campo os seus próprios interesses e projectos. É neste contexto que o espaço público se autonomiza e se transforma de modo a garantir a circulação generalizada, como campo privilegiado da publicidade dos produtos. Deste modo, a imprensa, de veículo da opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, torna-se, a pouco e pouco, produção de opinião, substituindo-se, assim, ao trabalho de elaboração colectiva que orientava o projecto iluminista, reservando esse trabalho a uma nova classe profissional, aos profissionais da mediação[19].

6. A figura do intimismo e do anonimato no espaço público moderno

É neste contexto que as funções conviviais do espaço público são transferidas quer para o domínio privado, cada vez mais definido de maneira intimista, constituído ao abrigo do olhar e da intrusão de estranhos, quer para o seu substituto, a escrita jornalística, convertendo-se o espaço público num território anónimo, de ninguém, gerido pelo Estado, num puro espaço de circulação e de passagem.

Prosseguindo assim o esvaziamento da sociabilidade concreta, o espaço público transforma-se em espaço de circulação anónima, repercutindo do nível da privacidade uma pura forma perversa e esquizóide de visibilidade social, espécie de miragem espectacular de todas as modalidades de convivência.

A fuga ao controlo, à vigilância, ao olhar dos outros, formas de que se reveste o projecto de preservação da autonomia individual no seio do espaço público e a natureza absoluta da realização do «eu»,

[19] O escritor e o jornalista surgem assim em confronto com o político, na luta pelo direito à função de mediação. Enquanto o primeiro se assume como mediador da humanidade, o segundo apresenta-se como mediador da vontade política, como fundador da legitimidade delegada. É no interior deste confronto que se legitima o chamado «quarto poder».

a busca da identidade individual, cortada de toda e qualquer referência à notoriedade do nome, às regras arcaicas da filiação e da aliança, contrapõe-se ao *voyeurisme* do espectáculo intimista dos *media*, de que, por exemplo, o erotismo é uma das formas mais eloquentes. É este espectáculo feérico de desnudamento, espécie de processo de *streep tease*, de vitrina e de montra, das fachadas e das paredes transparentes, que o *Playtime* de Jacques Tati pôs em cena e que a arquitectura paradigmática da Lever House na Park Avenue ou do complexo de La Défense exemplificam. São exemplos eloquentes da mesma lógica de morte do público e de desnudamento do privado, de anulação da tópica burguesa de estruturação do espaço social.

7. *A autonomização do campo discursivo dos* media

A própria escrita tornou-se estereotipada, eliminando cuidadosamente tudo o que exija esforço, obedecendo aos imperativos da circulação alargada a uma massa indiferenciada, definida mais como alvo do que como sujeito de palavra esclarecida. Já não é, por conseguinte, a razão e o saber contrapostos à vontade despótica do soberano que define a categoria do público; é uma média estatística, anónima, de reduzida instrução e de reduzida capacidade de intervenção concreta e efectiva.

Aquilo a que já no nosso século viria a chamar-se cultura de massa não é ao fim e ao cabo mais do que esta forma de escrita destinada a transferir as funções de convivência do espaço público para o domínio privado da apropriação individual, de maneira a garantir o seu valor de troca ilimitada.

A publicidade converte-se, assim, numa pura estratégia de inculcação não tanto de produtos mas, sobretudo, de mensagens e de efeitos de sentido, com a consequente transformação do lugar do cidadão que, de sujeito de uma opinião esclarecida, se converte em objecto consumidor de produtos discursivos.

De crítica, a opinião pública torna-se, assim, cada vez mais dependente de um novo campo de legitimidade, o da máquina discursiva dos *media*, campo cada vez mais autónomo dos restantes campos sociais como esfera obrigatória de visibilidade e de notoriedade. Nele todos os restantes campos sociais se reflectem como num espelho, não podendo as dimensões da prática social prescindir do seu contributo.

Este campo de mediação obrigatória faz repercutir capilarmente até ao mais íntimo recôndito do tecido social as suas marcas, nada podendo doravante escapar à sua inscrição. Embraia o domínio pri-

vado, doméstico e sedentário, domínio em que a crítica incontrolada e desviante se desenrola à margem das legitimidades institucionais e a racionalidade dos interesses divergentes escapa, por conseguinte, à dominação do poder regulador do Estado, sobre a esfera pública, anónima e circulante, nómada. O próprio desenvolvimento técnico, a transistorização e a miniaturização confere hoje aos *media* uma dimensão individualizante que os torna quase imperceptíveis e omnipresentes, infiltrando-se em todos os interstícios da vida privada, isolando os indivíduos à medida que os ecos do mundo chegam em catadupa aos recônditos da vida doméstica. É neste sentido que, por exemplo, Richard Sennett pode estabelecer a seguinte regra: «Quanto mais intimista é a comunidade, menos sociável ela é.»[20]

Depois de ter perdido a experiência colectiva do espaço público, à medida que se ia instituindo a esfera política burguesa, estarão as sociedades actuais a perder o sentido da privacidade, à medida que se institucionaliza o próprio campo dos *media* como esfera autónoma e derivada que anula todas as modalidades concretas de apropriação do espaço para, em seu lugar, instaurar uma pura forma discursiva, especular e abstracta, fundamentada na estratégia da sedução, relegando para segundo lugar a lógica da apropriação? Tratar-se-á de uma dinâmica subversiva total que substitui toda e qualquer possibilidade de revolução, de mudança e até de réplica?[21]

Qualquer resposta a estas questões terá inevitavelmente de passar pela análise das formas das estruturas de mediação, que resultam de um duplo processo: *1*) do desenraizamento da experiência colectiva; *2*) da tecnicização do mundo da vida (*Lebenswelt*). O trabalho de questionamento do espaço é assim indissociável da problematização moderna do tempo a que vamos dedicar o próximo capítulo.

[20] Richard Sennett, *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Du Seuil, 1979, p. 203.

[21] É que, como diz ainda Sennett, «à televisão não se pode replicar; só podemos fechá-la», *op. cit.*, p. 220.

3

O DESENRAIZAMENTO DA EXPERIÊNCIA COLECTIVA

As circunstâncias históricas que, no século XIV, acompanharam a invenção do relógio mecânico são particularmente sugestivas para ilustrar o processo da modernidade e a criação das condições técnicas e discursivas que permitiram a emergência da questão comunicacional. O relógio mecânico, mais do que qualquer outro invento, é o resultado de uma estreita e fecunda convergência de conhecimentos científicos, em particular da astronomia e da mecânica na sua acepção tradicional, com o engenho técnico ou, para falarmos como na época, entre as artes liberais e as artes mecânicas. Mas esta convergência é já uma das características fundamentais da modernidade, visto indiciar a autonomia de uma indagação racional em relação a um saber transcendente e mítico. Daí a natureza escandalosa deste invento e as proibições de que os seus autores começaram por ser alvo por parte da Igreja, com todo o imaginário efabulador que as rodearam. Junto dos arautos da mudança, os primeiros relojoeiros foram, no entanto, bem apreciados, a ponto de Petrarca considerar mestre Giovanni di Dondi, um dos primeiros relojoeiros a deixar-nos descrições minuciosas do seu invento, como «filósofo nato e naturalmente o príncipe dos astrónomos». Jean Gimpel recorda que, por volta de 1385, Filipe de Maisière, amigo pessoal de mestre Di Dondi, escrevia: «O relógio é uma tal maravilha que os astrónomos mais solenes vinham de regiões longínquas admirá-lo com o maior respeito.»[1]

Até ao século XIV, havia na Europa duas maneiras de contagem do tempo: o sistema canónico e o sistema dito temporário. O sistema canónico consistia na regulação das horas pelo sino que chamava para os ofícios religiosos, sete vezes por dia, por altura das orações regulares de *Matinas* (a meio da noite), de *Primas* (cerca das actuais

[1] Jean Gimpel, *A Revolução Industrial da Idade Média*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1986, pp. 155 e ss.

6 horas da manhã), das *Laudes* (ao nascer do Sol), de *Terças* (pelas 9 horas), das *Sextas* (pelas 12 horas), das *Nonas* (pelas actuais 15 horas), das *Vésperas* (ao pôr do Sol) e das *Completas* (ao deitar). O sistema temporário, por seu lado, dividia as 24 horas do dia em duas metades isócronas, correspondendo o ponto de partida da divisão ao nascer do Sol. A distância entre as horas do sistema temporário variava assim, obviamente, de acordo com as estações do ano e com a latitude em que nos encontrássemos. Em Londres, por exemplo, o intervalo que separava as horas umas das outras podia ir de 38 a 82 minutos. Se no Egipto a duração do dia podia variar entre 10 e 14 horas, em Londres podia variar entre 7h45m e 16h30m. Apesar de um dia comportar sempre 24 horas em toda a parte, a divisão do dia na Europa era, portanto, muito variável de um lugar para o outro e de uma estação do ano para a outra. Em cada manhã, a tarefa de dividir o dia e de regular o pêndulo comum revestia-se, por conseguinte, de uma grande importância para o ritmo da vida de toda a comunidade, pois dessa função dependia o ritmo dos trabalhos e de todas as práticas colectivas. Compreendemos, assim, a importância de que se revestiu a invenção do relógio mecânico, no século XIV, assim como as reacções controversas e apaixonadas que a generalização do seu uso suscitou um pouco por toda a parte.

Esta redução cronométrica da duração do tempo a uma sucessão estereotipada de batimentos uniformes, a uma pura sucessão rítmica de momentos homogéneos, estava destinada a desempenhar um papel fundamental no devir das nossas sociedades ocidentais. Lewis Mumford atribui-lhe por isso a responsabilidade pela viragem da nossa modernidade[2]. Equivale a uma espécie de estase do social, à obliteração da carga mnésica da vida colectiva para a votar doravante a uma origem imaginária e abstracta, a uma espécie de temporalidade pré-social, cortada das coacções da memória concreta, internalizando o gesto fundador de uma origem constantemente relançada e diferida no seio do presente. A duração torna-se assim, graças a este novo dispositivo cronométrico, pura potencialidade, aberta em permanência a toda a espécie de projectos, na medida em que esvazia a temporalidade de toda e qualquer duração concreta de sociabilidade. O cronómetro é por isso um puro dispositivo de incorporação da forma abstracta do tempo, tornando-o disponível para um processo de capi-

---

[2] Cf. Lewis Mumford, *Le Mythe de la Machine*, vol. 1, *La Technologie et le Développement Humain*, Paris, Fayard, 1973, pp. 382-383, e vol. 2, *Le Pentagone de la Puissance*, Paris, Fayard, 1974, pp. 236-237.

talização generalizada da temporalidade. Todas as formas da memória são assim postas em reserva e tornadas disponíveis para qualquer investimento.

É graças a este processo mecânico de esvaziamento e de disponibilidade que a legitimidade da sua imposição é garantida de antemão. Não sendo já o tempo de ninguém, o tempo cronométrico e o ritmo que imprime à vida colectiva tornam-se o tempo e o ritmo de toda a gente, à semelhança aliás do que se passa com o sistema da língua, esta instituição social por excelência, no sentido que Ferdinand de Saussure lhe dá[3]. Ao tempo moderno cronométrico corresponde assim o processo de *uniformização da experiência colectiva*: pelo facto de tanto o tempo como a experiência deixarem de pertencer a alguém, são doravante indiscutivelmente aceites legitimamente por toda a gente. Impõem-se com tanto mais força quanto mais todos e cada um se lhes submetem livremente, por uma simples razão de comodidade, como resultado da sua incorporação. Com a generalização do relógio assistimos ao aparecimento do grande dispositivo de tecnicização da experiência, inseparável do surgimento do sujeito moderno, deste processo de sujeição moderna de sujeitos livres.

Acabamos assim por usar o relógio como usamos a língua que falamos, sob o modo incorporado, inseparável da nossa relação ao tempo. Aliás, o processo de miniaturização do cronómetro, sob a forma do relógio de pulso, marca todo o processo genealógico de incorporação da forma originária do tempo, uma vez reduzida tecnicamente à sua dimensão cronológica uniforme[4].

Como diz André Leroi-Gourhan, «a sinergia operatória do utensílio e do gesto supõe a existência de uma memória em que se inscreve o programa do comportamento». É esta memória programática que no homem se encontra de uma maneira autónoma em relação às instruções instintivas para dar lugar à «exteriorização dos programas operatórios associados à sobrevivência do dispositivo colectivo»[5]. Memória individual e memória colectiva autonomizam-se em relação às instruções *in praesentia* dos estímulos imediatos do meio

---

[3] Cf. Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1978, pp. 35 e 43 (or: 1915).

[4] Veremos, na segunda parte (capítulo 6), que é este mesmo processo que hoje se generaliza com a actual constituição de um campo autónomo técnico-científico, marcado por uma espécie de quiasma entre o devir órgão dos dispositivos técnicos e, antiteticamente, pelo devir técnico do nosso próprio organismo.

[5] André Leroi-Gourhan, *Le Geste et la Parole*, vol. 2, *La Mémoire et les Rythmes*, Paris, Albin Michel, 1965, p. 36.

ambiente para, *in absentia* desses estímulos, proceder à projecção de cadeias operatórias virtuais, produzindo dispositivos destinados a intervir em acções futuras previsíveis, preservando ao mesmo tempo a memória do seu uso passado. Neste processo, o próprio tempo emerge como uma dimensão fundamental da relação do homem ao mundo, marcado por ritmos socialmente reconhecidos por todos.

Nas sociedades tradicionais, o tempo é vivido como pleno, uno e indiviso. Esta plenitude da experiência do tempo traduz-se na referência do presente aos tempos originários fundadores, associados à própria origem cósmica do universo. Situado fora da temporalidade efémera da vida, marcada pela experiência limite da morte, o tempo mítico originário assegura, no entanto, a coerência e a inteligibilidade do mundo humano.

Nestas sociedades, a transmissão da memória dos mitos fundadores é o fundamento da comunicação ou a tradição dos esquemas operatórios do saber e da acção indiscriminadamente associados. Através da palavra do ancião, dos gestos, dos comportamentos e das marcas simbólicas deixados no território comum pela sedimentação na memória dos tempos passados, a consciência de uma identidade propriamente cultural institui-se e alimenta-se.

Podemos assim reconhecer a dimensão temporal da comunicação destas sociedades através da observação dos estratos que ainda sobrevivem nas diversas camadas da estrutura social e pelo ritmo, longo ou curto, lento ou rápido, da sua emergência pontual.

Os processos de comunicação nas sociedades tradicionais são assegurados ciclicamente pelo retorno regular e à distância de fenómenos análogos, por ocasião de ritmos naturais, de contactos com o exterior e por ocasião das invenções técnicas. Estes momentos, além de constituírem ocasiões de retorno do mesmo, de inseridos na tradição de uma identidade, asseguram também a integração do novo, da mudança, do acontecimento.

As guerras, as invasões, os fenómenos migratórios, o nomadismo e a transumância dão origem a formas rituais que empenham toda a colectividade e são o pretexto para todo um conjunto de práticas destinadas a deixar marcas, tanto no território como nas mentes e nos corpos, assegurando a sua identificação, apropriação e reconhecimento colectivos.

Pierre Clastres deu-nos conta num belo texto desta relação da palavra com o mundo exterior numa sociedade nómada de caçadores. O exterior é, neste caso, simbolicamente o mundo da floresta:

«Quase sem transição, a noite apoderou-se da floresta, a massa das grandes árvores parece tornar-se mais próxima... E como que por um tácito acordo com o recolhimento geral a que se dispõem seres e coisas, mais nenhum ruído surge deste espaço furtivamente habitado onde um pequeno grupo de homens acampa... Os homens preparam-se para cantar e, esta noite, como tantas vezes a essa hora propícia, eles vão entoar, cada um para si, o canto dos caçadores: a sua meditação prepara a conjugação subtil de uma alma e de um instante com as palavras que vão exprimir.»[6]

Um dos contactos mais habituais com o exterior é, no entanto, o que ocorre por ocasião de um nascimento. Os rituais do parto e da iniciação são particularmente importantes do ponto de vista comunicacional nas sociedades tradicionais. Um novo *socius* é sempre um elemento potencialmente perturbador a exigir, por conseguinte, o desencadeamento de processos simbólicos entre os sexos e as gerações. A importância destes processos traduz-se, aliás, na própria estrutura etária e sexual da organização destas colectividades. Enquanto a estrutura etária procede da detenção do direito e do dever da palavra legítima, a estrutura sexual organiza os direitos e os deveres da procriação e da iniciação. Por isso, Serge Moscovici afirma: «De maneira simbólica para o iniciador e literal para o profano, o acto de iniciação reveste muitas vezes o aspecto de uma verdadeira parturição: um homem apodera-se de uma criança da comunidade e fá-la tornar-se homem, usando técnicas mágicas subtraídas às mulheres na noite dos tempos originários.»[7]

Um nascimento é, ao mesmo tempo, a introdução na colectividade de forças exógenas e um fenómeno natural perturbador da ordem instituída. Mas outros fenómenos naturais estão igualmente associados à emergência de processos simbólicos importantes para a vida da colectividade. É o caso dos ciclos lunares e dos ciclos solares, importantes pela natureza cíclica assim como pela sua relação com a apropriação cultural do ritmo sazonal. Por isso, todas as culturas marcam os ritmos cósmicos das estações do ano com ritos colectivos por ocasião dos quais a cultura se alimenta e a comunicação se estreita entre todos os membros da colectividade. Elaboram-se e articulam-se nestas ocasiões pela linguagem, pela dança, pelos gestos, pelo vestuário os símbolos próprios da identidade colectiva,

---

[6] Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado*, Porto, Afrontamento, 1979, pp. 99-125.

[7] Serge Moscovici, *La Société contre Nature*, Paris, Un. Géné. d'Ed., 1972, p. 200.

estreitando-se assim os laços que vinculam obrigatoriamente todos os membros da colectividade. É que eximir-se às exigências da convivência colectiva nestas ocasiões equivale a uma exclusão marginalizante. Marcel Mauss via nesses momentos a ocasião das prestações sociais totais, ao mesmo tempo vividas como obrigatórias e como livres[8].

Uma terceira ocasião de práticas simbólicas é a da invenção técnica. A invenção de um novo utensílio ou de um novo instrumento é sempre desestruturante para a vida habitual de qualquer colectividade e para os modos de apropriação e de domínio da natureza; dá origem ao choque da tradição com o novo e é, por isso, vivido como um fenómeno ambivalente. Ao pôr em causa a estrutura do tecido social e o lugar destinado a cada um dos seus membros, é vivido, ao mesmo tempo, como um fenómeno positivo de inovação e como um factor negativo de desordem potencial. Tradicionalistas e inovadores tendem, por isso, a esconjurar a ameaça que o novo invento representa para o equilíbrio do todo através de um complexo processo ritual, por vezes vivido de forma violenta, até ao restabelecimento de um novo equilíbrio integrador tanto do novo utensílio ou do novo instrumento como dos novos estatutos e papéis sociais gerados pela sua apropriação. Encontramos em todas as culturas a memória e a ressonância destes momentos fortes originados pela introdução de novos engenhos técnicos. Encontramos o eco dos mais antigos mitos tecnológicos da nossa cultura na luta fratricida entre Caim e Abel, assim como no célebre mito da Torre de Babel.

A disputa e o fratricídio correspondem à luta do pastor contra o agricultor, duas técnicas concorrentes na mesma área cultural. Apesar do sucesso da agricultura, é do pastor que Yahweh se agrada. No mito da Torre de Babel, tornamos a encontrar o eco de semelhante ambivalência por ocasião da introdução de novas técnicas de construção que estariam associadas à sedentarização nas mais antigas cidades.

São aliás frequentes os contos tradicionais populares que nos fizeram chegar a referência à invenção do ferro. O ferreiro e o guerreiro que fabricam e utilizam armas brancas são sistematicamente considerados nos contos populares de maneira negativa, sendo as suas acções reprovadas, apesar de os seus utilizadores ganharem contra os seus rivais que utilizam contra eles a funda ou o pau[9].

---

[8] Cf. Marcel Mauss, «Ensaio sobre o Dom», in *Antropologia e Sociologia*, São Paulo, ed. da Univ. de São Paulo, 1974, pp. 49-167.

[9] A título de exemplo, vejam-se os Contos XLV e XLVI da colectânea de Consiglieri Pedroso *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Vega, 1985, pp. 263-266.

Idênticos processos simbólicos ocorrem para assinalar ritmos mais curtos da experiência colectiva, tais como o ritmo sazonal e o ritmo diário que marca a separação entre o dia e a noite.

Nas sociedades tradicionais, a semana é pontuada pela alternância dos dias de trabalho e do dia festivo, associado ao descanso e ao convívio. É visível, através do vestuário, da alimentação e da assembleia da comunidade, a existência de um imperativo ritual para marcar a distinção do dia festivo e dos restantes dias. Estas práticas exteriorizam simbolicamente a separação de um tempo de excepção[10]. Por isso, são sempre associados ao sagrado, estando nestas ocasiões a experiência colectiva intimamente associada à norma, não da produção, mas da consumação da mais-valia produzida nos tempos normalmente consagrados ao trabalho produtivo[11].

O ritmo diurno é, por seu lado, uma minitemporalidade que compreende a alternância do dia e da noite, análoga à alternância dos ritmos mais alargados das semanas e das estações do ano.

Como diz Jean Starobinski, «o dia é uma das experiências fundamentais da nossa experiência. O ciclo aparente do Sol, a alternância da vigília e do sono asseguram uma articulação entre a vida do corpo e a grande regularidade que atribui à luz e às trevas a sua sucessão. Só uma abstracção simplificadora nos permite considerar o tempo vivido como um fluxo homogéneo. A nossa existência, na sua substância própria e no seu envolvimento maior, é dominada pelo ritmo dos dias e das noites. A nossa própria experiência da realidade dos objectos está-lhe submetida: o universo das coisas é tributário da luz do dia que o revela; esbate-se, torna-se incerto logo que a noite cai, logo que lhe substitui os terrores e os sonhos. A evidência que se oferece sob a claridade do dia não é da mesma ordem que as aparições que surgem sobre um fundo de trevas.

Não é por isso surpreendente que este dado natural seja uma das primeiras que se oferecem ao espanto do homem, à formalização cultural, à interpretação religiosa. O homem é o ser vivo que sabe que a sequência dos dias terá um termo; designa-se a si próprio como o *efémero*. Interroga-se acerca do lugar em que penetrará quando os

---

[10] Cf., a este propósito, Jean-Jacques Wunenburger, *La Fête, le Jeu et le Sacré*, Paris, Ed. Universitaires, 1977.

[11] Recorde-se que religião vem do latim *religare*, ao mesmo tempo ligar e desligar, atar e desatar, que o termo latino *consumare*, destruir completamente, sacrificar, nomeadamente pelo fogo, não equivale ao nosso *consumir*, no sentido económico moderno do termo, mas a *consumar*. Para o termo económico de consumir, temos o termo latino *consumere*.

seus olhos deixarem de se abrir para a sucessão dos dias e das noites, de acordo com a lei que governa a Terra e as paisagens habituais. Interroga-se, igualmente, acerca da maneira como os dias, as estações do ano, as idades tiveram início. É disso que as cosmogonias falam. Na maioria dos textos sagrados, é a obra primeira da divindade: "E houve um dia e houve uma noite."[12].

Os processos simbólicos nas sociedades tradicionais estão assim intimamente dependentes das representações cósmicas e biológicas, em torno da oposição entre a tradição e a inovação, entre os sexos e as idades, entre o espaço da comunidade e os espaços exteriores, assumindo, nestes diferentes processos, particular relevo a lógica consumatória que contraria a acumulação unilateral dos valores, tanto económicos como simbólicos, comuns, assim como dos dispositivos que intervêm na apropriação das coisas como dos símbolos de identificação dos indivíduos, do território comum, das relações de poder e da linguagem.

É por isso impensável assistirmos nestas sociedades à autonomização de domínios diversificados da experiência do mundo. O económico, o religioso e o político estão intimamente imbricados uns nos outros, obedecendo a uma mesma legitimidade transcendente. Não há também lugar, neste contexto de uma experiência total da experiência, para a explicitação de uma teoria da comunicação, visto não haver autonomização de um mundo próprio da linguagem, distinto do mundo das coisas, da subjectividade individual, da experiência colectiva. Nestas culturas, a comunicação confunde-se com a própria simbolicidade inscrita em todos os ritmos da experiência total do mundo, dando-se a ler indiscriminadamente nos ritos, nos provérbios, nos contos, no vestuário, nas práticas culinárias, discursivas, económicas, religiosas.

A matança do porco que ainda hoje se costuma praticar nalgumas aldeias tradicionais portuguesas por ocasião da quadra do Natal é um bom exemplo desta relação estreita e inextricável entre o económico e o simbólico. A família reúne-se no Natal e, nessa ocasião, até os membros da família que saíram para a cidade vêm juntar-se aos que ficaram na terra para partilharem esses momentos festivos que irão ter o seu ponto culminante na noite da consoada. Antes realiza-se a matança do porco.

Os homens arrastam o animal sob os olhares das mulheres e a curiosidade das crianças amedrontadas, a quem pedem para não

---

[12] Jean Starobinski, «Le Jour Sacré et le Jour Profane», in *Diogène*, n.° 146, Abril-Junho de 1989, pp. 3-4.

lamentar a sorte do bicho para que ele não resista à sorte que o espera, tudo no meio do alarido dos grunhidos premonitores da vítima.

Depois de o porco ter sido colocado em cima da banca ou da padiola e convenientemente agarrado com cordas, o homem mais experiente espeta-lhe a faca pontiaguda, com gesto certeiro e calculado. As mulheres, que entretanto preparam um alguidar com vinagre e sal, aproximam-se e recolhem cuidadosamente o sangue, remexendo sempre com uma colher de pau para que o sangue não coalhe.

Alguns homens fazem então uma fogueira com tojo e caruma e começam a chamuscar o pêlo do animal, terminando a operação barbeando-o cuidadosamente com facas e vidros e enrijecendo o courato com ramos de tojo incandescentes. É aos homens que compete a realização desta operação. Depois de escrupulosamente limpo e enrijecido, o animal é dependurado com a cabeça para baixo numa viga da cozinha térrea e o matador procede à sua abertura. São-lhe primeiro retiradas as vísceras fumegantes, que são colocadas num alguidar aparado pelas mulheres. Estas partem de seguida para o ribeiro, enquanto os homens retiram as molejas, tecido esponjoso e tenro de que são formadas as glândulas salivares.

Na ausência das mulheres, os homens assam as molejas no brazido e comem-nas entre eles, com temperos, regando abundantemente o petisco com o vinho novo da adega, no meio de ditos e conversas sexualmente ousadas que se calam pudicamente diante das mulheres e das crianças.

Entretanto, no ribeiro, as mulheres lavam as tripas abundantemente em várias águas, esfregando-as e temperando-as com sal e rodelas de laranja ou com vinagre.

Depois de aberto, limpo das entranhas e escancarado com a ajuda de canas aparadas e estrategicamente plantadas de um e outro lado da carne, o animal fica a enxugar e a arrefecer para a decepagem, que tem lugar no dia seguinte.

Depois de regressarem do ribeiro, as mulheres fritam a cachola, pedaços de baço e de fígado de que é feita a ceia familiar.

No dia seguinte, procede-se à divisão da carne do animal em pedaços com destinos diversos: a carne limpa e o toucinho são conservados na salgadeira, os pedaços menos aparatosos e as outras gorduras são temperados, segundo os costumes da região, para daí se fazerem os enchidos, curados durante semanas. Além dos pedaços destinados ao consumo familiar, são reservados lotes para oferecer a familiares e parentes.

Prática social eminentemente económica, própria de uma sociedade relativamente auto-suficiente, destinada que é a fornecer à família a carne de que necessita para o seu consumo, a «matança do porco», ainda hoje praticada nas aldeias mais afastadas de centros urbanos, é um costume extremamente complexo reproduzido por um ritual estereotipado onde podemos ver a relação entre o código da divisão sexual das tarefas e a reminiscência do *potlatch* de que fala Marcel Mauss[13].

É assim consagrado o lugar do homem como matador, sucedâneo da sua condição originária de caçador, em contraste com o lugar da mulher, como colectora. A faca do homem opõe-se assim, simbolicamente, ao alguidar da mulher, tal como o arco e as setas do caçador se opõem ao cesto da colectora.

A condensação das tarefas económicas arcaicas no rito da «matança do porco» deu, porém, origem a deslocações simbólicas extremamente ricas e sugestivas. Assim, ao trocar o arco e as setas pela faca do matador, o ritual marca simbolicamente a relação que o homem estabelece com a morte: a sua apropriação cultural. Por seu lado, a mulher, trocando o cesto com que recolhe as bagas e os frutos na floresta pelo alguidar em que apara o sangue e as vísceras do animal, marca a relação feminina com os elementos simbolicamente associados à procriação e à vida.

A supremacia do homem sobre a mulher é o que parecem exprimir simbolicamente os discursos «inconvenientes» dos homens, na ausência das mulheres, no momento de descanso, assimilável ao repouso do caçador, provando as molejas, o troféu da sua «caça».

As crianças presenceiam com um misto de curiosidade e de receio, de regozijo festivo e de temor quase religioso o conjunto do ritual. As admoestações de que são alvo desde o início incutem nelas o sentido indiscutível de uma ordem das coisas que não precisa de ser afirmada explicitamente para ser reconhecida por todos. Basta, por isso, a repressão das lamentações e dos diminutivos afectuosos que seriam tentadas a exprimir para com o animal indefeso, para nelas inculcar a crença numa relação directa e quase mágica entre as palavras e as coisas, no poder eficaz da linguagem.

Além da inculcação desta crença no poder eficaz da palavra, a repressão das lamentações traduz ainda a necessidade simbólica de exorcizar a vingança do animal que resiste ao destino que o matador lhe prepara ou do seu totem. A resistência à morte que o homem lhe

---

[13] Cf. Marcel Mauss, *op. cit.*

destina está portanto para a vingança indefinida do totem da vítima como a repressão das lamentações das crianças está para o domínio do homem sobre a morte.

Nas sociedades cinegéticas, o caçador não consome a sua caça; partilha-a obrigatoriamente entre os membros da comunidade, esperando dos outros o seu próprio sustento. Também a família que mata o porco ainda hoje nas aldeias portuguesas reparte com os parentes e os vizinhos. O contrário seria mal visto e sinal de inimizade, eximir-se às conveniências indispensáveis e indiscutíveis da solidariedade.

Neste contexto, o porco é um animal simbólico particularmente sugestivo e por isso presta-se a todo um conjunto de investimentos simbólicos e de práticas rituais, em função da sua relação à domesticidade, o que o marca como um animal ao mesmo tempo familiar e estranho, próximo e distante do homem. As culturas semitas proibem até a sua carne, invocando razões religiosas, interditos relacionados com a sua marcação negativa de animal impuro. É esta familiaridade, sobretudo porque lhe são dados a comer os restos da mesa do homem, em virtude, por conseguinte, da comensalidade, que traduz o aforismo português: «Quem quiser ver o seu corpo mate o seu porco.» Esta relação está, aliás, inscrita na língua portuguesa pela proximidade dos termos «porco» e «corpo». É precisamente esta relação ambivalente de semelhança e de diferença entre os termos que caracteriza a lógica simbólica.

Só podemos, no entanto, proceder a uma explicitação destas práticas no âmbito de uma teoria, a partir de um ponto de referência exterior que ponha à distância e desencante os mitos que fundamentam por dentro e alimentam estas práticas comunicacionais. As sociedades que fazem da modernidade um valor central da sua organização, em que o desencantamento secularizante se institui, realizam esta autonomização de esferas de racionalidade em relação à esfera mítica transcendente, criando assim as condições indispensáveis à produção de uma teoria não só dos seus próprios processos comunicacionais mas igualmente das práticas comunicacionais das sociedades tradicionais. Podemos ainda assim compreender as razões que impedem as sociedades tradicionais de produzir uma teoria da comunicação se tivermos presente que, mesmo nas sociedades modernas, existem inúmeras experiências que resistem a uma teorização. É o caso da experiência amorosa ou das manifestações de afectividade em geral que, pela sua natureza totalizante, resistem a qualquer forma de explicitação teorizante e desaparecem no mesmo instante em que as tenta-

mos racionalizar. Esta regra caracteriza, aliás, o permanente e difuso domínio do simbólico.

A contrastar com a concepção una, plena e indivisa da temporalidade que encontramos nas sociedades tradicionais, assistimos nas sociedades modernas a um processo de divisão do tempo, análogo àquele que descobrimos no capítulo anterior a propósito do espaço. A divisão moderna do tempo apresenta, nomeadamente, as seguintes características: autonomização positiva do presente em relação à memória do passado e aos projectos do futuro, estereotipização dos ritos sociais, estratégia amnésica.

A autonomização positiva do presente equivale à prossecução de uma espécie de processo interminável de libertação do sujeito em relação à memória do passado, encarado como coacção às virtualidades de autonomia do sujeito na fruição plena de cada um dos momentos da experiência. Quer se trate do domínio da afectividade, da apresentação de si ou da relação aos outros, quer ainda da relação às instituições sociais e ao mundo natural, o homem moderno dá prioridade à plena fruição das oportunidades que se lhe abrem actualmente e faz depender dessa fruição a plenitude da sua autonomia e a sua realização pessoal, valores centrais e indiscutíveis da visão moderna do mundo.

Ao contrário do mundo tradicional, que procura o restabelecimento de uma ordem ancestral e transcendente, através da anamnese dos seus indícios perdidos, o homem moderno intervém no presente no sentido de cortar as amarras com tudo que o impeça de valer por si e fazer eclodir as oportunidades que se lhe oferecem. A racionalidade funcional torna-se, assim, o princípio da acção e da linguagem modernas e estende-se aos mais diversos domínios da experiência, tanto do mundo exterior como do mundo interior. É o caso, por exemplo, do funcionamento dos centros comerciais cuja lógica de funcionamento permanente, 24 em 24 horas, oblitera qualquer forma de espessura mnésica, cortando qualquer referência não só à pena do trabalho produtivo mas igualmente aos ritmos cíclicos da consumação que observamos nas sociedades tradicionais com a alternância dos tempos produtivos e das ocasiões festivas. O funcionamento dos centros comerciais obedece antes a uma estratégia de exacerbação do desejo individual. Os objectos oferecem-se ao olhar, sem hiato, num indefinido presente. Idêntica lógica preside à sucessão estereotipada das rubricas dos jornais e dos programas televisivos. Os dispositivos de contracepção inscrevem-se numa mesma lógica libertadora em relação às coacções da conformidade ao passado e às consequências inde-

sejáveis para o futuro, no mundo autonomizado da procriação, tornado independente, nomeadamente, do domínio da afectividade. Na organização do espaço, tende por isso a predominar a disposição de módulos amovíveis, criando uma permanente disponibilidade ao encontro ocasional e ao desempenho de funções momentâneas e efémeras. Aos ciclos de reactualização ritual das marcas deixadas na memória pelos tempos originários fundadores corresponde antiteticamente na modernidade a sucessão serial das cadências de dispositivos cronométricos. O suporte do jornal converte-se no único ponto de referência formal da narratividade, em função do qual os próprios acontecimentos do mundo se convertem em pretexto. O acontecimento é assim o dispositivo da sua performatividade técnica.

Mas é no retorno das formas do passado, como, por exemplo, no sistema da moda, que melhor nos damos conta da amnésia que trabalha a temporalidade moderna. O passado é revivido ou «revisitado» sob o modo da reanimação museiforme e não como continuidade de um conteúdo axiológico. O que o retorno do antigo marca é a ruptura tanto em relação ao que o antecede como em relação à própria modernidade logo que ela se institui. Aliás, o passado é retomado como modelo e só retorna depois de apagada a memória do seu uso. É desta amnésia da função concreta originária que se alimenta a mais-valia gerada com o retorno da sua forma[14].

Os tempos fortes da comunicação nas sociedades modernas actuais deixam, por conseguinte, de ser tempos de consumação para se tornarem processos estratégicos, dispositivos calculados de racionalidade técnica, relegando para o domínio individual o prosseguimento das funções totalizantes da experiência. Não são, por isso, ocasiões de convívio festivo, mas um presente indefinidamente relançado de autonomia e de refúgio em espaços privados de fruição, convenientemente preservados da intromissão dos olhares e dos gestos dos outros. O encontro e o convívio podem até ser alargados indefinidamente, mas este alargamento faz-se em função de uma escolha individual de modo a serem privilegiadas a evasão e a ruptura em relação às estratégias que ditam o modo de funcionamento dos processos comunicacionais colectivos. Deste modo, o que conta é a partilha de projectos comuns autónomos e privados e não as solidariedades fundamentadas pela partilha de um território comum.

---

[14] Ver, a este propósito, o interessante livro de Henri-Pierre Jeudy, *Mémoires du Social*, Paris, PUF, 1986.

4

A RACIONALIZAÇÃO E A NORMALIZAÇÃO DOS VALORES

Segmentação do espaço social, desenraizamento da experiência, constituição de novas modalidades autónomas do espaço e do tempo, secularização dos ritos sociais são alguns dos processos que, como vimos nos capítulos precedentes, correspondem à emergência na nossa modernidade da questão comunicacional. Vamos agora tentar compreender como se elabora e como circula a ordem axiológica que legitima os processos comunicacionais modernos. Esta questão é tanto mais problemática quanto, como vimos, a legitimidade moderna não tem na ordem transcendente mítica um ponto de fuga que a perspective indiscutivelmente mas pretende instituir, em seu lugar, a multiplicidade das perspectivas autónomas da indagação racional do sujeito.

De facto, nas sociedades tradicionais, o sistema dos valores comuns que regem os comportamentos e os projectos são concretamente definidos e marcam indistintamente a totalidade indivisa da experiência, servindo assim de ponto de referência aos discursos e às acções. A sua indiscutibilidade é por isso função da natureza transcendente da sua fundação. Valores como o da vida e o da solidariedade são directa e imediatamente investidos em normas concretas que asseguram, através de inúmeros gestos quotidianos, a conformidade dos discursos, das acções e das omissões. Não há, por conseguinte, lugar para a definição formal e distinta das normas, visto elas fazerem parte intrínseca e inseparável da própria percepção de si e dos outros como parceiros de transacção comunicacional. Aquilo a que de fora poderíamos chamar normas não é, por conseguinte, visto como obrigação ou como coacção mas como normalidade inquestionável, como a única maneira concebível e com sentido de agir. É inconcebível pô-las sistematicamente em causa, submetê-las a uma indagação de natureza racional que não apele para um fundo mítico comum que lhes dê coerência

e que dê sentido à experiência tanto subjectiva como inter-subjectiva[1].

A natureza transcendente da legitimação da ordem axiológica tradicional tem como consequência imediata a estabilidade e a previsibilidade quase mecânica dos comportamentos, garantindo assim a segurança com que são encaradas as identidades colectivas e individuais. Aliás, a própria identidade individual é fracamente percepcionada na medida em que a sua estabilidade depende da conformidade aos ditames da identidade colectiva. Não existe separação entre a leitura dos valores e as normas que regem a sua aplicação contingente. Deste modo, o valor da vida é imediata e directamente lido de acordo com as regras que regulam as práticas, tornando assim impossível distinguir, por exemplo, aquilo que é de natureza axiológica e as práticas plurais que têm a ver com razões e interesses particulares, como, por exemplo, no caso da sexualidade. Aceitar discutir, nomeadamente, a legitimidade do aborto é neste contexto encarado como escandaloso e perturbador da identidade individual e colectiva, visto ser já um atentado imediato àquilo que é encarado como absoluto e universalmente aceite como indiscutível. A solidariedade, por seu lado, abrange a totalidade das relações sociais, é investida concretamente sob a forma de entreajuda por ocasião dos reveses da vida, sem necessidade de elaboração de normas distintas e formais de regulação.

O processo que, do ponto de vista da relação aos valores que fundamentam as relações sociais, melhor nos pode fazer compreender o aparecimento da problemática comunicacional é o da emergência de novas modalidades de racionalidade. As sociedades modernas procedem de uma clivagem entre o axiológico o normativo, com a consequente desvalorização das dimensões que escapam à instrumentalização técnica.

Encetado com os Gregos, no dealbar do pensamento racional, este processo de racionalização dos valores, que se traduziu, nomeadamente, por um processo generalizado de normalização, acelera-se nos finais da Idade Média para atingir o seu auge entre os meados do século XVII e a primeira metade do nosso século. Este processo consistiu, nomeadamente, na subordinação do conjunto das dimensões axiológicas à dimensão técnico-produtiva que a nossa análise sobre a invenção do relógio mecânico exemplificou.

---

[1] Ver, a este propósito, a meticulosa discussão desta problemática em Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, vol. 1, *op. cit.*, pp. 59-90.

Deste processo podem ser feitas duas leituras antagónicas: uma leitura eufórica e progressista, como a que Auguste Comte propunha ao sintetizar a evolução das sociedades em torno do progressivo advento do estádio positivo, e uma leitura disfórica, de inspiração predominantemente romântica, tal como a encontramos já em Jean-Jacques Rousseau, ao encarar a evolução das sociedades humanas como degradação do equilíbrio originário do *bon sauvage*.

É fácil compreender que nenhuma destas leituras dá conta das razões de sucesso do processo de normalização do sistema axiológico. O sucesso da razão iluminada está intimamente associado a um progressivo domínio e manipulação da natureza. Mas o sucesso do iluminismo estende-se igualmente ao domínio e à manipulação do mundo das relações sociais, das relações do homem consigo próprio e ao mundo da linguagem. Mas, ao contrário daquilo que habitualmente se pensa, esta extensão do projecto racional não é específico do mundo actual. Está já presente nas controvérsias de Platão e de Aristóteles com os Sofistas. O progresso do pensamento racional é desde então uma progressiva elaboração de dispositivos de controlo e de normalização tanto lógica e retórica como ética e pragmática.

O que caracteriza, no entanto, a viragem da modernidade é a subordinação da maioria das dimensões da vida individual e da vida colectiva à dimensão produtiva, votando-as assim a uma definição predominantemente económica da razão. A própria validação da racionalidade fica assim submetida à eficácia utilitária do saber e da acção.

O resultado mais importante deste processo consiste na diferenciação da vida social e do mundo natural numa multiplicidade de campos, fazendo-lhes corresponder, por um lado, domínios especializados do saber, uma vez convertido em formas de saber técnico-científico, e, por outro lado, domínios específicos do trabalho produtivo. Em nome da produção, todo o espaço social fica assim dividido em campos relativamente fechados e autónomos. A vida social é concebida predominantemente em função do investimento num presente cortado das representações herdadas do passado susceptíveis de o travar ou, pelo menos, de reduzir a sua influência.

É esta concepção utilitária da racionalidade moderna que fundamenta o universalismo da cultura ocidental. À universalidade ou mundialização da racionalidade produtiva está intimamente associado o processo subtil de abstracção do sistema axiológico moderno, indispensável para garantir uma contínua reformulação ou reelaboração das normas de modo a adaptá-las a interesses contraditórios e con-

tingentes. Este processo generalizado só é, no entanto, possível graças ao constante deslocamento do imaginário de modo a fazer aceitar sem custos demasiados a mudança permanente como um valor fundamental da modernidade.

A comunicação converte-se, assim, no processo de agenciamento por excelência da indispensável reconversão permanente do imaginário, assegurando, ao mesmo tempo, a articulação entre campos com pretensão à legitimidade de enunciação de discursos com força performativa. De prática ritual totalizante da experiência de uma comunidade que não se distinguia da simbolicidade, a comunicação torna-se, por conseguinte, na modernidade, num campo estratégico de natureza instrumental ao serviço da necessária reelaboração axiológica imaginária susceptível de legitimar a constante reformulação ético-jurídica dos dispositivos de articulação dos interesses divergentes dos diferentes campos e domínios da experiência. Este processo culmina na transformação do agenciamento comunicacional num campo particular a que damos o nome de *campo dos media* e que desenvolveremos na terceira parte.

A par de um processo de homogeneização constante de um sistema axiológico cada vez mais abstracto, à medida que se impõe a espaços alargados aos limites do planeta e cada vez mais cortado de toda e qualquer referência concreta a um território comum partilhado, assistimos a uma multiplicidade indefinida de variantes performativas, a um jogo ilimitado de virtualidades combinatórias, em função do constante ajustamento jurídico-político às situações contingentes do presente. É esta relação entre a homogeneidade axiológica e a natureza combinatória formal das normas, que se traduz nomeadamente no enclausuramento do discurso político moderno, votado inevitavelmente a um devir cada vez mais gestionário do jogo das variantes performativas do código da produção, que serve de referencial à composição dos interesses divergentes dos diferentes campos.

Deste modo, depois da época áurea do produtivismo que findou com o último conflito mundial e com o seu prolongamento, a guerra fria, em que a lógica moderna do valor se generalizou ao conjunto das diferentes dimensões da vida colectiva, com o correspondente processo de secularização da lógica sacrificial do dom e do contradom, o mundo actual está votado a um processo de elaboração generalizada do código sem qualquer espécie de referencialidade concreta, tal como o analisa, nomeadamente, Jean Baudrillard: «O que se pode sentir na raiva construtora dos *bulldozers*, das auto-estradas, das "infra-estruturas", na raiva civilizadora da era produtiva, é esta raiva

de não deixar nenhuma parcela improdutiva, de tudo referendar pela produção, sem mesmo esperar um aumento de riqueza — produzir para marcar, produzir para reproduzir o homem marcado. O que é a produção, hoje, senão este terrorismo do código?»[2]

Depois dos meios de produção, substituto abstracto da terra, assim desterritorializada, é o próprio código que preside à divisão social que se torna hoje objecto de elaboração. Em vez de produtos passa-se, assim, a manipular signos. Por isso, a publicidade, os *media*, a moda são hoje terrenos em que se afeiçoa a nova lógica significante para daí extravasar para o domínio político, económico, religioso, escolar. O que destes campos sociais modernos se retira é uma pura forma discursiva cortada de qualquer referencialidade concreta. Para se tornar eficaz recorre a uma pseudo-referencialidade, feita de puras marcas do real, numa concessão à remanescência daquilo que ainda perdura de arcaico no imaginário. Os novos meios de produção, se quisermos ainda utilizar este termo fora de moda por concessão para com a latência de um mundo arcaico, já não têm nada a ver com o tempo e os gestos de uma humanidade que assim deixamos para trás. Se os reproduzem é só para não ferirem demasiado as expectativas anacrónicas do homem, o único objecto a mais neste processo ilimitado de elaboração de uma ordem sígnica.

É certo que a nova lógica não se estende com igual dinamismo a todas as culturas indistintamente. O sistema axiológico tradicional e a lógica produtivista parecem ainda dominar largos espaços, até dentro de áreas que parecem ter descolado decisivamente. No entanto, a sua permanência é já em grande parte marginal, o que permite utilizá-la sob o modo imaginário como alimento regressivo do discurso político, oferecendo-lhe um suporte e uma ancoragem referenciais que já não se podem encontrar no seu próprio campo. O discurso dos *media* é o dispositivo mais activo desta transposição da referencialidade arcaica para o campo político moderno, convertendo o núcleo duro do real, uma vez transformado em acontecimento informativo, em museu folclorizado do social[3]. A prova mais óbvia desta transposição e do resultado museiforme deste processo é a natureza combinatória dos discursos no espaço mediático, o agenciamento linear dos acontecimentos permutáveis na grelha da programação ou na superfície impressa do jornal. O real converte-se em discurso diferencial e o discurso substitui-se ao real. O próprio corpo é produzido

---

[2] Jean Baudrillard, *L'Echange Symbolique et la Mort*, Paris, Gallimard, 1977.
[3] Cf., a este propósito, Henri-Pierre Jeudy, *Mémoires du Social*, Paris, PUF, 1986.

como puro signo, dessexualizado, jogo erótico de signos feéricos, puras imagens etéreas de natureza libidinal. Como diz ainda Jean Baudrillard, «o único referencial tornou-se o próprio modelo»[4]. O código integra assim de antemão todas as diferenças, tal como o programa do computador prevê já todos os usos possíveis.

Aquilo que o trabalho de elaboração do código, forma puramente combinatória dos signos, produz é o fim da ambivalência da troca simbólica, a clausura do social. Esta clausura apresenta-se sob a forma especular. No espelho, o mesmo responde ao mesmo, embora de forma invertida, anulando assim a ambivalência da irrupção do imprevisível, da singularidade, e devolvendo assim a imagem das *performances* do dispositivo. A publicidade, a moda, o jornal impresso, a rádio, a televisão, tal como o supermercado ou o centro comercial, não dão nem recebem nada; dão-se tudo a si próprios, fazendo-nos entrar na roda interminável da circulação dos signos que elaboram constantemente.

A normalização e a racionalização modernas chegaram, assim, a um resultado inesperado: o axiológico é progressivamente investido pela forma vazia da comunicação, pela circulação interminável dos signos. Mas esta forma vazia, em permanente processo de autodestruição, instaura uma visão crítica que reorganiza em permanência positivamente, como vimos na «Introdução», o conjunto dos saberes.

---

[4] Jean Baudrillard, *op. cit.*

SEGUNDA PARTE

O PROCESSO COMUNICACIONAL

Na primeira parte, tentámos dar conta da estreita relação entre a emergência da questão comunicacional e a modernidade. Vamos agora apresentar as componentes fundamentais do processo comunicacional. Depois de no capítulo 5 definirmos o processo comunicacional e de o inserirmos na experiência do mundo vivido, abordaremos sucessivamente as suas componentes técnica (capítulo 6), discursiva (capítulo 7) e crítica (capítulo 8).

5

COMUNICAÇÃO E EXPERIÊNCIA

«A teoria do agir comunicacional é essencialmente uma teoria da sociedade.»

«A teoria da actividade comunicacional não é uma metateoria. É antes o ponto de partida (*Anfang*) de uma teoria da sociedade que se esforça por justificar os seus parâmetros críticos.»[1]

Entendemos por comunicação tanto os processos de transacção entre os indivíduos como a interacção dos indivíduos com a natureza, dos indivíduos com as instituições sociais e ainda o relacionamento que cada indivíduo estabelece consigo próprio. Os processos comunicacionais abrangem, por conseguinte, domínios extremamente diversificados que compreendem actos discursivos assim como silêncios, gestos e comportamentos, olhares e posturas, acções e omissões. Os actos comunicacionais podem, no entanto, ser compreendidos em duas grandes dimensões da experiência humana: a dimensão *expressiva*, que diz respeito à elaboração de manifestações significativas, e a dimensão *pragmática*, que diz respeito à prossecução de transformações do mundo que nos rodeia, quer se trate do mundo físico natural quer do mundo institucional.

Os processos comunicacionais não abrangem, no entanto, apenas os actos expressivos e os actos pragmáticos explicitamente manifestados através de signos e comportamentos materiais. Uma palavra esperada mas não enunciada ou uma acção não realizada mas esperada ou virtualmente sugerida são igualmente actos comunicacionais. É por isso que o silêncio e a omissão podem comunicar de maneira tão forte como uma palavra proferida ou uma acção efectivamente realizada. Por vezes, a força do silêncio é ainda maior do

---

[1] Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, vol. 1, *Rationalité de l'Agir et Rationalisation de la Société*, Paris, Fayard, 1987, p. 13.

que um longo discurso. Aquilo que não se disse e aquilo que se deixou por fazer pertencem igualmente ao domínio da comunicação, na medida em que são processos transformadores de interacções. Daí a natureza extremamente redutora de perspectivas teóricas que se limitam a dar conta de actos de comunicação materialmente explícitos e que ignoram assim a importância do implícito, do não-dito e do interdito[2]. O facto de os processos comunicacionais poderem ocorrer mesmo na ausência de signos materiais exteriores torna particularmente complexa a averiguação dos critérios da sua realização, da sua estrutura e das suas modalidades de funcionamento.

Um dos critérios mais importantes para a averiguação de que existe processo comunicacional é o das expectativas a que responde, quer essa resposta seja positiva quer seja negativa. Assim, por exemplo, a ausência de resposta a uma pergunta pode constituir a comunicação de uma permissão, de um consentimento, de uma reprovação ou de um interdito, consoante a natureza da expectativa gerada pela formulação da pergunta e o lugar relativo que os interlocutores ocupam no quadro das relações institucionais[3].

O critério para a averiguação da existência ou não de um processo comunicacional está, por conseguinte, intimamente associado à natureza da prova da sua efectivação. A prova da realização de um processo comunicacional, ainda que implícito, é a sanção, positiva ou negativa, que recai sobre os interlocutores. Não dizer ou não fazer algo esperado pode merecer a aprovação ou a reprovação, de acordo com o sentido gerado pela expectativa. Mas tanto no caso de a sanção ser positiva como no caso de ser negativa, o facto de haver sanção é a prova indiscutível de que houve processo comunicacional.

A expectativa e a sanção são, portanto, dois indicadores fundamentais da natureza social de qualquer processo comunicacional, da sua inscrição numa teia de relações reguladas por regras ou normas de natureza prescritiva, judicativa, sancionadora. A relação comu-

---

[2] Damos o nome de *implícito* ao conjunto das significações que, sem serem expressas formalmente, resultam por dedução e por consequência daquilo que é formalmente expresso. Distinguimo-lo, por conseguinte, do não-dito e do interdito. O *não-dito* abarca todo o conjunto das significações pressupostas ou implicadas na relação comunicacional que não resultam daquilo que é formalmente expresso mas da natureza da própria relação. O *interdito*, por seu lado, remete para aquilo que, sendo formal ou informalmente excluído da expressão, é, no entanto, significado no espaço intersticial do discurso enunciado, no espaço deixado vazio entre as expressões do enunciado.

[3] O quadro institucional da comunicação será sistematicamente estudado na terceira parte.

nicacional é de natureza ambivalente, não só na medida em que é independente do resultado positivo ou negativo do seu resultado, mas ainda porque a comunicação se situa tanto a montante como a juzante da instituição das regras que a regulam. As regras são, por um lado, o resultado do processo comunicacional que as institui, mas, por outro lado, são também o quadro que lhe ditam o sentido e o regulam. A relação à língua é um bom exemplo desta relação ambivalente às regras, na medida em que, se a aprendemos pelo uso e se, deste modo, tanto o léxico como a gramática são o resultado desse uso socialmente sancionado, ela impõe-se-nos com força obrigatória e indiscutível, enquanto sistema de signos que confere sentido a cada um dos actos de fala. É tanto o resultado da elaboração dos falantes na sua prática discursiva, como condição prévia absoluta para que cada um dos actos de fala tenha sentido e signifique realmente o que cada um pretende expressar. Qualquer acto de comunicação inscreve-se, por isso, para além da relação observável entre os interlocutores, numa relação de natureza ambivalente às regras que os definem como interlocutores dos actos concretos de comunicação, dando assim sentido àquilo que dizem ou fazem e significação às mensagens e às acções trocadas. É por este motivo que, no fundo, nunca pode haver comunicação a dois; qualquer processo comunicacional, mesmo o de um indivíduo consigo próprio, coloca inevitavelmente em cena uma *instância terceira*, a instância institucional que vigia, normaliza e sanciona o dizer e o fazer dos protagonistas das expressões e das acções trocadas. A relação que no processo comunicacional os protagonistas estabelecem com a instância institucional que lhes dita as regras e o sentido daquilo que dizem ou fazem não é uma relação de significação mas simbólica, na medida em que é prévia à constituição das significações realizadas e ao seu reconhecimento pelos protagonistas. É por isso que mais do que falantes de uma língua, somos por ela falados. É algo em que mergulhamos e nos põe em cena.

Quando dizemos que a relação institucional que se estabelece em todo o processo comunicacional não é uma relação significante mas simbólica, pretendemos dizer que ela remete inevitavelmente e de maneira paradoxal tanto para uma totalidade que se impõe aos intervenientes no processo, assegurando assim uma reflexividade metacomunicacional, como para os modelos de natureza essencialmente cultural que lhes ditam as regras de enunciação, os papéis, as normas de acção, os esquemas de percepção e de classificação do mundo, os dispositivos de objectivação terminológica e sintáctica.

A descoberta desta instância institucional que preside a todo e qualquer processo comunicacional como terceiro ausente permite dar conta, nomeadamente, da distinção fundamental entre a comunicação humana e a troca de sinais que podemos observar entre outros seres da natureza. É o caso da impropriamente designada comunicação animal ou da troca de mensagens orgânicas de natureza biológica no próprio organismo humano. O critério desta distinção é o da natureza metacomunicacional que os processos de comunicação humana comportam inevitavelmente. Este trabalho metacomunicacional pode ser actualizado, como no caso em que os interlocutores explicitam o princípio que dá sentido à relação comunicacional presente ou passada («sou eu que te digo isto», «x pediu-me para te dizer isto»). Mas, na grande maioria dos casos, permanece virtual enquanto norma de conivência aceite implicitamente pelos interlocutores. Mesmo quando o trabalho metacomunicacional não é explicitado, está sempre disponível para uma eventual explicitação, e os interlocutores sabem-no. É este saber pressuposto, inexistente nas trocas de mensagens entre animais ou no mundo biológico, que garante a natureza metacomunicacional a qualquer processo de comunicação humana.

O facto de o trabalho metacomunicacional permanecer na maioria dos casos em estado virtual é o resultado da sua natureza simbólica. Ao contrário daquilo que é transaccionado ao nível significante, no trabalho metacomunicacional não se trata da instauração do mundo das significações trocadas mas do processo de gestação do sentido, da instituição da sua legitimidade. O processo metacomunicacional é assim, fundamentalmente, de natureza genética, sendo o próprio trabalho de instituição do sentido que obriga ou proibe, torna plausível ou improvável, necessário ou contingente, aquilo que constitui a natureza da transacção comunicacional.

Por isso, a explicitação do processo metacomunicacional só ocorre quando o sentido do processo comunicacional ou a sua legitimidade está em causa, quer por se ter perdido a sua memória e a sua identificação se tornar assim problemática, quer por se terem alterado as posições relativas dos protagonistas, quer ainda por o objecto, expressivo ou pragmático, da troca comunicacional ter deixado de estar associado à relação que se estabelece entre eles. Deste modo, a explicitação do trabalho metacomunicacional, de gestação do sentido do próprio processo comunicacional, só ocorre quando, por quaisquer destas razões, este sentido se perde ou entra em crise. Habitualmente, permanece implícito, servindo de ponto de fuga a partir do qual todo o processo comunicacional se perspectiva e adquire, portanto, sentido.

A explicitação do trabalho metacomunicacional faz intervir no próprio processo de comunicação um aspecto particularmente interessante, na medida em que permite descobrir alguns dos mecanismos que articulam o mundo do sentido com o da significação. O trabalho metacomunicacional, ao explicitar-se, em vez de se esgotar na significação transaccionada, desloca-se, à maneira de uma câmara fotográfica que, para se mostrar na película, precisa de uma outra câmara que não pode, por seu lado, ser mostrada na película que tira e que, por sua vez, para se dar a ver, necessita de uma outra câmara, e assim por diante indefinidamente. Não é pelo facto de a câmara que fotografa não poder aparecer na película que tira que ela é menos dispensável. Pelo contrário, é desse ponto em certo sentido exterior que se institui o lugar de onde tudo o que a película dá a ver é visível. A câmara que tira a fotografia não pode em rigor de termos ser considerada como exterior à película; está-lhe imanente como instância absoluta da visibilidade da totalidade da película e em cada uma das suas partes. Ao deixar-se mostrar, a câmara torna-se ela própria imagem e por este facto é o próprio princípio absoluto de condição de visibilidade que se desloca, permanecendo, assim, interior ao mundo que dá a ver como instituindo o horizonte da totalidade configurada.

Este processo, que em francês costuma ser designado pela expressão *mise en abîme*, de deslocamento indefinido do lugar da enunciação, preside ao dispositivo de articulação do trabalho metacomunicacional, doador de sentido, com o processo da comunicação. É por isso que, entre a gestação do sentido e a significação transaccionada, a relação não pertence ao mundo da lógica significante mas ao mundo da lógica simbólica.

Quando falamos de natureza simbólica da articulação do sentido com a significação e fazemos incidir sobre esta articulação a explicação fundamental da comunicação humana, pomos igualmente em relevo a natureza ambivalente da troca entre os mundos heterogéneos da experiência de cada um dos interlocutores. Qualquer comunicação ocorre sempre como um acontecimento imprevisível que, no entanto, se revela como advento de algo esperado e reconhecido como familiar. É deste reconhecimento que depende a natureza familiar e o grau de comunidade entre os mundos trocados.

No processo comunicacional, cada um dos mundos da experiência serve de ponto de partida para a intercompreensão, mas sofre alterações diversas que podem ir desde o alargamento ou estreitamento do horizonte hermenêutico até ao seu deslocamento para mundos inesperados. Mas só existe processo comunicacional se cada um dos pro-

tagonistas vir a sua experiência individual transformada pelo confronto com a experiência do outro interlocutor.

Na comunicação, o horizonte da experiência é elaborado pela pergunta subjacente ao processo de transacção. Pode ser explicitada quando o interlocutor questiona o sentido daquilo que é dito: «Porque diz isto?» «O que o leva a dizer-me isto, neste momento?» Mas o horizonte construído no processo comunicacional não diz apenas respeito à dimensão expressiva, ao mundo enunciado na e pela linguagem. Está igualmente subjacente à dimensão pragmática, ao agir humano com sentido: «Porque faz isto?» «Porque me fazes isto a mim, neste momento?» A construção do horizonte do acontecimento que constitui a singularidade de qualquer processo comunicacional, tanto do processo expressivo como do processo pragmático, só pode, no entanto, ser explicitada através da linguagem, visto ser esta a única modalidade com capacidade metacomunicacional. Na comunicação, cada um responde a uma pergunta. Embora situada na sua própria experiência do mundo, esta pergunta é também uma elaboração de uma nova experiência. Daí a sua singularidade e imprevisibilidade e, ao mesmo tempo, o seu reconhecimento como experiência familiar. O reconhecimento da familiaridade da experiência realizada no processo comunicacional é tanto mais esperado quanto mais funcional e ritualizada for a relação institucional e é tanto mais imprevisível e estranha quanto menos institucionalizada ela for. Mas há sempre um limite ou uma fronteira a partir da qual a intercompreensão se torna impossível; existe, portanto, um limite à previsibilidade relativa da experiência trocada. Este limite não coincide com os níveis de aceitabilidade das significações das mensagens ou das acções que integram o processo comunicacional. Apesar de aceitável tanto semântica como sintacticamente, o enunciado «está um lindo dia» não terá sentido na comunicação do professor que se esforça, por exemplo, por fazer compreender uma equação de matemática, na medida em que este enunciado pressupõe uma relação em que o estado do tempo seja pertinente do ponto de vista da experiência comum vivida aqui e agora pelos interlocutores.

A relação entre os protagonistas da comunicação é, por conseguinte, coextensiva a todo o processo de troca de mensagens ou de acções e, ao contrário daquilo que alguns autores pretendem, partindo de preconceitos estruturalistas, não lhes é exterior. A inscrição da relação entre os protagonistas encontra-se antes no âmago do processo de transacção de maneira diferida, visto ocupar um lugar, um *topos*, análogo ao do ponto de fuga na representação perspectivís-

tica. É este o fundamento epistemológico da análise topológica do processo comunicacional, da procura do lugar relativo dos protagonistas e da sua experiência em todo o processo, em relação à estrutura, ao modo de funcionamento e ao desenrolar do processo de intercompreensão. É também a natureza desta relação topológica que está na base de uma das dimensões fundamentais do trabalho metacomunicacional, da dimensão que consiste na reflexão ou na projecção do lugar relativo dos protagonistas no próprio processo de transacção comunicacional. Este trabalho metacomunicacional pode ser exemplarmente realizado na comunicação verbal. Embora a comunicação verbal não esgote todas as manifestações da comunicação, o facto de o destino de toda a experiência de transacção comunicacional ser a linguagem explica esta natureza exemplar da comunicação verbal.

O trabalho metacomunicacional consiste numa espécie de processo de modelagem dos enunciados com as marcas da enunciação, com as marcas, nomeadamente, da pessoa, do tempo, do lugar, do modo ou, se preferirmos, com as modalidades de ancoragem dos enunciados, das mensagens trocadas, ao longo de todo o processo de enunciação, na estrutura que dita a relação entre os enunciadores.

Este trabalho metacomunicacional, tanto o verbal como o não verbal, é fundamentalmente de natureza estratégica, visto ser uma espécie de distribuição de dispositivos destinados a suspender provisoriamente o diferimento interminável do lugar da enunciação em relação aos enunciados produzidos, a delimitar o seu horizonte ilimitado, a dispor um ponto de fuga que permita ancorar a perspectiva enunciativa, a parar esta deriva indefinida a que qualquer processo comunicacional está incontornavelmente votado.

Se a ancoragem do enunciado na enunciação depende do dispositivo de fixação topológica do processo comunicacional, ela está também destinada, no próprio instante em que os enunciados a inscrevem no processo enunciativo, graças ao trabalho metacomunicacional, a deslocar-se indefinidamente como numa espiral, saltando de espira em espira, à medida que o enunciado a converte em objecto de transacção.

Mas podemos ainda encarar a relação entre os enunciados e a enunciação como um dispositivo análogo ao das bonecas russas, feito de encaixes de um número indefinido de peças, num jogo indefinido de encaixes e de desencaixes. Perante a natureza vertiginosa desta deriva e deste diferimento interminável da última palavra, do termo do processo comunicacional, as marcas da enunciação desempenham o papel estratégico de enclausuramento, ainda que provisório, do horizonte e de configuração da experiência.

6

A DIMENSÃO LOGOTÉCNICA DA COMUNICAÇÃO

A questão comunicacional, ao constituir-se nas sociedades actuais como campo autónomo, não pode deixar de se confrontar com a problemática inerente ao mundo técnico. E isto por razões fundamentais que se prendem com o facto de a tecnicidade ocupar um lugar central na emergência e no devir do próprio paradigma comunicacional no seio da modernidade.

Habituámo-nos a considerar a técnica na dependência do sistema produtivo, associando-a intimamente ao campo económico. Identificamo-la predominantemente com os utensílios que servem o aumento da força e da precisão do gesto ou com os instrumentos que contribuem para tornar mais aguda e penetrante a percepção e a medição dos fenómenos. Esta coalizão da tecnicidade, por um lado, com a produção e a precisão dos gestos e, por outro lado, com a exactidão da percepção dos fenómenos limita, no entanto, o mundo da tecnicidade a uma esfera técnica restrita. A máquina representaria, assim, o paradigma dominante do utensílio tal como o microscópio e o telescópio representariam o paradigma do instrumento.

Assistimos, no entanto, a uma viragem importante do mundo técnico com a recente extensão da tecnicidade aos domínios da manipulação das relações sociais, da experiência subjectiva e do mundo da linguagem. O papel central que nestes domínios adquire hoje a mediação da linguagem, em particular do domínio do discurso, permite-nos reservar para estas dimensões da tecnicidade actual a designação de *logotécnicas*, para as distinguir das tecnologias que designam habitualmente as técnicas da era industrial, pertencentes ao mundo técnico-científico. Pretendemos assim realçar não só a ruptura introduzida com a extensão da tecnicidade à esfera do discurso, ao *logos*, mas também a emergência de uma das dimensões mais importantes do próprio processo comunicacional actual. Tecnologia poderia assim ser um bom termo para designarmos esta ruptura e esta

emergência, se não fosse a vulgarização algo imprecisa desta designação.

1. A *techne* grega: do mito à tecno-logia

Os Gregos possuíam no seu vocabulário um termo para designar uma forma particular de inteligência, a inteligência prática, o termo *metis*[1].

Metis, divindade feminina, filha de Okeanos, era a primeira esposa de Zeus e a mãe de Atena. Temendo que, depois de lhe ter dado Atena, viesse a conceber um filho varão que rivalizasse com ele, Zeus, aconselhado por Prometeu, engole-a e aloja-a assim nas suas entranhas. Deste modo, Metis estava destinada a um papel apagado e efémero no Olimpo, apesar da importância que assume em toda a tradição órfica.

Mas *metis* designa igualmente uma multiplicidade heteróclita de situações: «Uma teogonia ou um mito de soberania, as metamorfoses de uma divindade aquática, os saberes de Atenas e de Hefaístos, de Hermes e de Afrodite, de Zeus e de Prometeu, uma armadilha para a caça, uma rede de pesca, a arte do cesteiro, do tecelão, do carpinteiro, a mestria do navegador, o faro do político, o relance experiente do médico, as manhas de uma personagem astuta como Ulisses, as manhas da raposa e a polimorfia do polvo, o jogo dos enigmas e das adivinhas, o ilusionismo retórico dos sofistas.» O inquérito acerca da *metis* grega «atravessa o universo cultural dos Gregos em toda a sua extensão, desde as mais antigas tradições técnicas até à organização do seu panteão. Opera em todos os níveis, percorre-o em todas as suas dimensões, deslocando-se continuamente de um sector para o outro para identificar, através de documentos em aparência totalmente heterogéneos, uma mesma atitude de espírito, um mesmo modelo quanto à maneira como os Gregos representavam um determinado tipo de inteligência comprometida com a prática, confrontada com obstáculos que é preciso dominar, usando de manha para obter o sucesso nos mais diversos domínios da acção. (...) Diz respeito à história das técnicas e da inteligência aplicada tal como se manifesta no saber-fazer do artesão. Aparece sempre mais ou menos em ausência (*en creux*), submersa numa prática que não cuida em

[1] Cf. Marcel Détienne, Jean-Pierre Vernant, *Les Ruses de l'Intelligence. La Mètis des Grecs*, Paris, Flammarion, 1978.

nenhum momento, mesmo quando a utiliza, de explicitar a sua natureza nem de justificar os seus modos de procedimento»[2].

Deste modo, para os Gregos, a *metis* «é uma forma de inteligência e de pensamento, uma maneira de conhecer; implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a flexibilidade de espírito, a finta, o desenrascanço, a atenção vigilante, o sentido da oportunidade, diversas habilidades, uma experiência longamente adquirida; aplica-se a realidades fugazes, movediças, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam nem a uma medida precisa, nem ao cálculo exacto, nem ao raciocínio rigoroso»[3].

Não admira, por conseguinte, que para os filósofos da Academia, para Platão e para Aristóteles a *metis*, inteligência do múltiplo, do devir, do sensível, se oponha à *episteme*, conhecimento do ser, do uno, do imutável, do limitado, do saber recto e fixo.

As principais figurações da *metis* dizem respeito aos jogos da astúcia, à conquista do poder, às origens do mundo, aos saberes divinos.

Aparecem já no século VIII a. C. referências explícitas aos jogos da astúcia. No Canto XXIII da *Ilíada*, Homero refere-se à *metis* que Antíloco, filho de Nestor, revela por ocasião de uma corrida que o opôs ao rei Menelas. Apesar de conduzir uma parelha menos rápida, Antíloco acabaria por ganhar graças à *metis* que herdara de seu pai.

Détienne e Vernant reconhecem nesta descrição da *Ilíada* as características principais da *metis*: a sua oposição ao emprego da força bruta, o aproveitamento da boa oportunidade, do *kairos*, a diversidade multifacetada (*pantoie*) dos seus processos. A *metis* é assim uma *techne pantoie*, uma técnica multifacetada, com mil reflexos, uma *poikilometis*, um conjunto de procedimentos ondulantes, uma *aiole*, à maneira do reflexo da pele e do rastejar da serpente. A *metis* é um dom prometeico, etimologicamente uma *pro-meteia*, uma inteligência da previsibilidade e da antevisão das oportunidades, fastas ou nefastas, que se apresentarão no futuro. Opõe-se, por isso, à inteligência *epi-meteica*, que procura remediar e utilizar, depois de passada a oportunidade, os resultados obtidos.

A *metis* destes jogos da astúcia atravessa toda a tradição grega. Vamos reencontrá-la nos *Tratados da Caça e da Pesca* de Opiano, no século II da nossa era, para designar toda a espécie de expedientes e de astúcias que os homens partilham com os animais. Para

---

[2] Marcel Détienne, Jean-Pierre Vernant, *op. cit.*, pp. 8-9.
[3] Détienne, Vernant, *op. cit.*, p. 10.

Opiano, o caçador e o pescador são homens possuidores por excelência de *metis* e comunicam-na a toda a série de utensílios, aos anzóis, às redes, às armadilhas, às nassas. De igual modo, há animais que revelam uma *metis* particular. É o caso da raposa, *ankulometis kerdo*, de espírito subtil, que sabe parecer morta para no momento oportuno se lançar célere, num ápice, sobre a presa desprevenida e confiante. O polvo e o choco são excelentes exemplos de *metis*. São animais retorcidos, entortilhados (*poluplokoi*), erráticos (*polutropoi*), vigilantes (*dokeuein*) e atentos às circunstâncias de cada dia (*ephemeroi*).

Estas representações da mitologia grega são já um autêntico iluminismo, representando um esforço de racionalização de uma sabedoria ancestral dispersa, visto pôr em discurso a multiplicidade dos saberes mágicos primitivos. Em relação a esta modalidade arqueológica do saber, à *archè*, a mitologia é uma considerável suma, uma enciclopédia de conhecimentos, conferindo-lhes um valor que ultrapassa os limites da intuição esotérica e iniciática e se dá, sob o modo do *logos*, como uma razão universal.

Não admira, por isso, que corresponda à instauração do pensamento mitológico grego uma tecnicidade específica que ficou associada ao nome de Dédalo, nome demiúrgico, escultor e geómetra, o inventor dos labirintos e de estátuas com as pernas soltas[4]. Dédalo é precisamente o artista cuja *metis* consiste em desprender as pernas das suas estátuas, fazendo assim com que, deixando os lugares que até aí ocupavam imóveis, fossem seguir o seu caminho errático, rolando por todos os lados, sem a ajuda do seu pai.

A esta viragem do imobilismo para uma indefinida mobilidade de que Dédalo é responsável corresponde também a invenção da escrita que Platão atribui ao deus Toth[5]. Tal como as estátuas de Dédalo, também o discurso escrito se autonomiza em relação ao seu pai e erra por todos os lados, sem o suporte da paternidade maiêutica do seu autor.

Esta relação da invenção de Dédalo com a invenção da escrita permite compreender a tecnicidade da linguagem e o correspondente desenvolvimento da Sofística. Tal como o polvo ou o choco, também o sofista é o homem do discurso retorcido (*poluplokos*), o espia do instante oportuno (*ephemeros*). Como o lobo do mar,

---

[4] Cf. Françoise Frontisi-Ducroux, *Dédale. Mythologie de l'Artisan en Grèce Ancienne*, Paris, Maspéro, 1975.

[5] Cf. Platão, *Fedro*, 274 b-277 a.

é o homem do discurso errático (*polutropos*), é um espírito subtil (*ankulometis kerdo*) como a raposa, um homem de discursos ondulantes com mil e um reflexos (*aiolos*), o polumetista que Homero já vira em Ulisses, em Nestor ou em Antíloco. A mitologia é já radicalmente diferente da magia, não só por proceder de uma visão diferenciadora de diversos domínios e diferentes dimensões da experiência mas também por ser uma relação abstracta e reflexiva à experiência.

A mitologia distingue claramente o domínio do discurso das coisas designadas pela linguagem, enquanto a magia confunde-os numa visão totalizante e concreta. É por isso, antes de mais, uma técnica discursiva baseada na narrativização que confere à percepção do tempo uma dimensão linear que contrasta com a dimensão cíclica da magia.

Não admira que à mitologia corresponda uma tecnicidade distinta da tecnicidade mágica da feitiçaria. A tecnicidade mitológica corresponde à invenção de procedimentos práticos autónomos tanto aos ciclos e às leis do mundo natural, que observamos nas técnicas da domesticação dos animais, da agricultura ou do artesanato, como à manipulação do mundo da linguagem, com a invenção da escrita alfabética e das técnicas do discurso narrativo.

Há, por conseguinte, maior proximidade entre a mitologia e a ciência do que entre a mitologia e a magia. Ambas procedem da diferenciação de domínios e de dimensões da experiência do mundo que na magia se encontram confundidos. O pensamento científico procede desta viragem mitológica e explora as virtualidades diferenciadoras nela contidas.

No pensamento mágico, confundem-se as esferas da natureza e da cultura, o mundo da linguagem e o mundo das coisas designadas, a ordem do discurso e a ordem da acção, as dimensões ontológica, ética e estética do conhecimento, coincidindo inextricavelmente a verdade, a bondade e a beleza do ser numa mesma percepção.

2. Mito e técnica na tradição judaico-cristã

Na tradição hebraica, encontramos inúmeras ressonâncias deste confronto do pensamento mágico com o aparecimento da racionalidade mitológica e a concomitante passagem de uma tecnicidade arcaica para uma tecnicidade moderna.

Logo no *Livro do Génesis*, encontramos a ressonância desta viragem. A luta fratricida entre o lavrador Caim e o pastor Abel é contemporânea da emergência do neolítico. À sua maneira, a narrativa bíblica desta luta fratricida conta-nos o desenrolar da profunda crise técnica entre nómadas pastores e agricultores sedentários. O desfecho mortal de Abel às mãos do seu irmão Caim e a natureza da reprovação de que este foi objecto por parte de Yahweh mostram, do ponto de vista da narrativa bíblica, o sentido degradante da vitória de Caim, o agricultor sedentário, sobre Abel, o pastor nómada, assim como a nova forma de errância a que o agricultor foi votado e de que se tornou vítima:

«Abel foi pastor de ovelhas e Caim lavrador (...). Quando estavam no campo, investiu Caim sobre o seu irmão e matou-o. (...) O Senhor disse: "Qualquer um que matar Caim será castigado sete vezes mais." E o Senhor pôs um sinal a Caim para que o não matasse ninguém que o encontrasse. E Caim, tendo-se retirado de diante da face do Senhor, andou errante sobre a terra, e habitou o país que está a nascente do Éden.»[6]

Os mitos de Babel e do dilúvio que, de diferentes maneiras, se encontram numa grande diversidade de culturas representam de modo eloquente esta mesma viragem técnica. Ao pôr em cena a fragmentação das línguas e o devir errático do homem na sequência do empreendimento arquitectónico de Babel, o mito conta, à sua maneira, a ambivalência da relação do homem à técnica:

«Toda a gente se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras. Como os homens se deslocavam para oriente, encontraram uma planície no país de Shinear (Babilónia) e aí se instalaram. Disseram uns aos outros: "Vamos! Façamos tijolos e cozamo-los no fogo!" Os tijolos serviram-lhes de pedra e o betume serviu-lhes de massa. Disseram: "Vamos! Construamos uma cidade e uma torre cujo cume penetre os céus! Façamos para nós um nome e deixemos de andar dispersos por toda a terra!"

«Ora, Yahweh desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Yahweh disse: "Eis que todos formam um só povo e falam uma mesma língua, e este é o começo dos seus empreendimentos! A partir de agora mais nenhum empreendimento deixará de ser realizável para eles. Vamos! Desçamos! E confundamos a sua linguagem para que deixem de se entender uns aos outros." Yahweh dispersou-os por toda a face da terra e deixaram de construir a cidade.

---

[6] *Génesis*, 4, 1-16.

Por isso ficou chamada Babel, porque foi lá que Yahweh confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi de lá que os dispersou por toda a face da terra.»[7]

3. O que é um objecto técnico?

Que perguntamos exactamente quando pomos esta questão? Não pedimos para nos mostrarem os objectos que costumamos designar com este nome, como as crianças costumam fazer quando lhes perguntamos, por exemplo, o que é um lápis ou uma caneta e respondem mostrando o lápis que têm na mão: «O lápis é isto!» Se assim fosse, teríamos de esperar que todos os objectos técnicos tivessem sido realizados e reunidos numa tecnoteca universal para podermos dar uma definição extensiva da designação. Esta impossibilidade tem a ver com a própria historicidade do mundo humano.

Apesar de absurda, é, no entanto, esta maneira de proceder que o homem costuma utilizar para definir a técnica, uma concepção infantil e espontânea que parte da ostensão das coisas que respondem pelo nome que lhes atribuímos. A definição pelo inventário ou pelo elenco das coisas designadas pelos nomes, além de materialmente impossível, como vimos, em razão da própria historicidade do mundo humano, esconde ou venda a natureza ou o ser das coisas. É por isso que Heidegger afirmava: «A ténica não é a mesma coisa que a essência da técnica. Quando procuramos a essência da árvore, devemos compreender que aquilo que rege qualquer árvore enquanto árvore não é ele próprio uma árvore que se possa encontrar entre as outras árvores.

«Do mesmo modo, a essência da técnica não é absolutamente nada de técnico.»[8]

Uma resposta a esta questão poderia, então, consistir em dizer que é objecto técnico tudo aquilo que não é objecto natural. A tecnicidade consistiria, então, na artificialidade, na não-naturalidade. As coisas que tivessem como origem o engenho humano e não o livre desenrolar das leis físicas ou biológicas seriam objectos técnicos. Apesar de ao longo da história do mundo ocidental ter sido esta a resposta erudita, um exame ainda que superficial desta resposta basta-

---

[7] *Génesis*, 11, 1-10.

[8] Martin Heidegger, «La Question de la Technique», in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1986, p. 9.

ria para a recusar. Antes de mais, porque há objectos que resultam do engenho humano e não de leis físicas ou de leis biológicas e que, no entanto, não podem ser considerados propriamente objectos técnicos. É o caso dos objectos de arte. Embora possuam, obviamente, uma componente técnica, os objectos de arte são objectos estéticos e regem-se, enquanto tais, por princípios distintos dos princípios que regem os objectos técnicos. Mas há ainda uma outra razão fundamental para recusarmos a assimilação da tecnicidade à não-naturalidade. É que nem os objectos técnicos podem escapar à determinação das leis naturais nem os objectos naturais estão fora do alcance da tecnicidade. De facto, a partir do momento em que a natureza é habitada pelo homem e o homem, ser técnico por excelência, se insere no mundo natural, objectos naturais e objectos técnicos estão inextricavelmente relacionados entre si.

Recusada, portanto, igualmente esta segunda resposta, a da natureza artificial da técnica, poderíamos voltar-nos para outra resposta, a do uso. Um objecto seria técnico, quer fosse artificial quer fosse natural, desde que se prestasse a uma utilização humana. Esta outra resposta fundamentar-se-ia numa concepção antropológica da técnica, enquanto extensão, prolongamento ou substituição dos órgãos de relação do homem, ser incompleto e votado por isso a inventar dispositivos de complementação do seu apetrechamento biológico. Objecto técnico seria, então, tudo aquilo de que o homem se servisse para a locomoção, a preensão, a percussão, a visão, a audição, o olfacto, o tacto, a reprodução. A cada uma das funções de relação com o seu ecossistema, tanto como indivíduo como enquanto espécie, corresponderia uma tecnicidade específica. Esta definição antropológica da tecnicidade corresponde à concepção humanista e instrumental da técnica. Mas uma reflexão mais atenta revela-nos depressa a sua insuficiência. E isto porque um mesmo uso pode ser assegurado por objectos completamente distintos. O homem utiliza para se deslocar técnicas tão distintas como o dorso de um animal, a bicicleta, o automóvel ou o avião. Se a função determinasse a natureza da tecnicidade, estes diferentes modos de deslocação constituiriam objectos técnicos de idêntica natureza. Por outro lado, objectos técnicos da mesma natureza podem prestar-se a usos de natureza completamente diversa. É o caso, por exemplo, de um motor a gasóleo que tanto pode servir para fazer andar um automóvel como para fazer girar uma turbina de geração de energia ou para accionar uma máquina de confecção de produtos industriais. A tecnicidade de um objecto é, por conseguinte, autónoma em relação à natureza dos usos a que se presta, é

independente das suas aplicações humanas. Há objectos técnicos com estruturas e modos de funcionamento idênticos e que, no entanto, servem para realizar tarefas completamente distintas, assim como tarefas idênticas podem ser executadas por objectos técnicos completamente diferentes. Não é, por isso, a natureza instrumental de um objecto que define a sua tecnicidade. A este propósito, Heidegger afirmava:

«Ensinou-se durante muito tempo que a essência de uma coisa é aquilo que essa coisa é. Questionamos acerca da técnica, quando perguntamos o que ela é. Qualquer um conhece as duas respostas que são dadas a esta questão. Uma afirma que a técnica é o meio de certos fins. Segundo a outra, ela é uma actividade do homem. Estas duas maneiras de caracterizar a técnica são solidárias uma da outra. É que pôr fins, constituir e utilizar meios são actos do homem. O fabrico e a utilização de utensílios, de instrumentos e de máquinas fazem parte daquilo que a técnica é. Fazem parte dela estas próprias coisas que são fabricadas e utilizadas, assim como as necessidades e os fins para que servem. O conjunto destes dispositivos é a técnica. Ela própria é um dispositivo (*Einrichtung*), em latim *instrumentum*.

«A representação corrente da técnica, segundo a qual ela é um meio e uma actividade humana, pode, portanto, ser chamada a concepção instrumental e antropológica da técnica.»[9]

Uma definição de objecto técnico que pretenda ter em conta a sua autonomia tanto em relação à concepção infantil da mostração das coisas designadas ou em relação à artificialidade das regras que ditam a sua estrutura e o seu modo de funcionamento como em relação à concepção antropológica e instrumental não pode esquivar a compreensão da sua génese. Por isso, como diz Gilbert Simondon, o objecto técnico é uma unidade de devir segundo modalidades determinadas que o distinguem de outros tipos de objectos, nomeadamente dos objectos estéticos e dos seres vivos. Diz Simondon: «Existe uma forma primitiva do objecto técnico, a *forma abstracta*, na qual cada

---

[9] Martin Heidegger, «La Question de la Technique», in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1986, p. 10. Heidegger associa, neste texto, o termo latino de *instrumentum* com o termo dispositivo e o termo alemão *Einrichtung*, que significa disposição, instituição, arranjo, por exemplo de uma mesa ou de uma casa, organização, instalação. *Instrumentum* vem do verbo *in-struere*, que significa levantar, erguer, amontoar, reunir, juntar, edificar, dispor ou ordenar, preparar, meditar, maquinar, pôr (a mesa), carregar. *Instrumentum militare* era a bagagem que os militares levam consigo em campanha. É por isso um termo análogo ao de *disponere*, que significa colocar algo em todos os sentidos, completamente, de um lado ao outro, pôr em diferentes lugares, em ordem, compor, estabelecer, ordenar, decidir.

unidade teórica e material é tratada como um absoluto, acabada numa perfeição intrínseca necessitando, para o seu funcionamento, de ser constituída em sistema fechado.»[10] Esta forma primitiva apresenta problemas de «compatibilidade entre conjuntos já dados». A solidariedade entre estes conjuntos é assim uma solidariedade abstracta a exigir por isso um processo de compatibilização progressiva entre as exigências contraditórias dos diferentes conjuntos. Este processo consiste no progressivo compromisso entre estas exigências contraditórias. De abstracta, a solidariedade entre os conjuntos que constituem o objecto técnico vai-se progressivamente concretizando.

Existe uma tendência para pensarmos que as condições deste processo de concretização do objecto técnico têm a ver com aspectos de natureza económica, tais como a estandardização das peças e dos conjuntos que o constituem, a descoberta de modos de produção menos dispendiosos, a economia de energia ou da mão-de-obra, ou com aspectos de ordem social, tais como a satisfação de exigências práticas da sua manipulação, da maior fiabilidade ou facilidade de utilização ou ainda com a sua aparência ou a satisfação do gosto do utilizador. Estas razões são, no entanto, extrínsecas à tecnicidade e à sua génese; têm a ver mais uma vez com a concepcão instrumental da técnica. As verdadeiras razões são intrínsecas. O processo de concretização do objecto técnico, diz Simondon, depende do grau de síntese da sua organização, da sua estruturação como unidade integrada e coerente. Deste modo, ao contrário dos seres vivos, que estão, logo desde o início da sua existência, completamente integrados e coerentemente estruturados, que constituem desde o começo uma unidade coerentemente concreta, concorrendo todos os seus órgãos solidariamente para a coerência do todo, os objectos técnicos só se concretizam ao cabo da exploração das suas potencialidades de integração, da resolução propriamente técnica da compatibilização entre as exigências contraditórias dos seus órgãos. O devir dos seres vivos não é por isso uma génese concretizante como o é o dos objectos técnicos. É esta a razão da radical distinção entre os objectos técnicos e os seres naturais. O homem, enquanto ser vivo, tem como limite histórico não a sua integração biológica, mas a morte. Enquanto ser técnico, inventa, no entanto, objectos cujo devir, progressivamente integrado, tende para uma estruturação análoga à que os seres vivos possuem desde o início da sua existência.

---

[10] Gilbert Simondon, *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, Paris, Aubier-Montaigne, 1969, p. 21.

4. Objectos técnicos artesanais e industriais

Esta distinção genética entre a solidariedade abstracta inicial dos elementos constitutivos dos objectos técnicos e o seu devir concretizante permite dar conta da distinção clássica entre objecto artesanal e objecto industrial.

Aquilo que distingue os objectos artesanais dos objectos industriais é a natureza da sua organização intrínseca, a natureza abstracta ou concreta da solidariedade estrutural entre os conjuntos que o constituem. O objecto artesanal apresenta uma organização analítica, ao passo que os objectos industriais estão organizados sinteticamente. Veremos à frente as consequências que esta distinção acarreta para a compreensão da maneira como o homem se relaciona com uns e com outros.

Se o objecto artesanal é logicamente mais simples, do ponto de vista técnico apresenta maior complexidade, visto exigir intervenções constantes com vista à resolução pontual das incompatibilidades entre as exigências das suas diferentes partes. O objecto industrial, pelo contrário, é logicamente menos simples, visto integrar um grande número de órgãos e de funções no seio de uma estrutura complexa sinteticamente organizada como um todo, mas o seu aspecto técnico é menos complexo por se apresentar de antemão integrado como um objecto sinteticamente estruturado.

Deste modo, os aspectos essenciais e intrínsecos que permitem distinguir a tecnicidade dos objectos artesanais da tecnicidade dos objectos industriais contrapõem-se aos aspectos secundários e inessenciais da aparência e do uso a que se prestam. É o caso da natureza das variações que uns e outros podem apresentar. Os objectos artesanais apresentam um número limitado de variações dos seus aspectos secundários, apesar de cada um dos objectos artesanais ser único e prestar-se por isso a um número restrito de variantes. Os aspectos secundários dos objectos industriais são, pelo contrário, em número praticamente ilimitado, correspondendo ao aparecimento daquilo a que os Ingleses chamam o *gadget*, o acessório.

Correspondendo à era daquilo a que Walter Benjamin chamava a reprodutibilidade técnica[11], a industrialização povoa o mundo técnico de réplicas em número indefinido do mesmo objecto técnico. Cada uma das inúmeras réplicas de um objecto técnico industrial com-

[11] Cf. Walter Benjamin, «L'Oeuvre d'Art à l'Ere de sa Reproductibilité Technique», in *Essais*, vol. 2, Paris, Denoël, pp. 87-126.

porta idêntica organização concreta da mesma estrutura e rege-se pelas mesmas regras de funcionamento, embora possa apresentar uma multiplicidade de variantes facultativas que emprestam uma aparência de singularidade a cada uma das suas réplicas.

O limite do processo de integração completa da estrutura dos objectos técnicos que dita a sua concretização é, no entanto, um limite ideal e por isso nunca terminado historicamente, na medida em que, a verificar-se a realização desse limite ideal, assistiríamos à sua confusão com os seres vivos. É por isso um processo tendencial, permanecendo sempre algo de abstracto em qualquer objecto concreto, a exigir novas soluções concretizantes.

A génese concretizante opera-se, por isso, sempre ao longo de uma cadeia de descobertas e de invenções que conjuga a continuidade exploratória das potencialidades abertas por uma revolução técnica inicial com saltos que ocorrem no termo do esgotamento das potencialidades anteriores.

Deste modo, a evolução específica dos objectos técnicos procede por patamares de ultrapassagem dos limites de saturação do sistema constituído pelos subconjuntos técnicos. Estes saltos tecnológicos podem apresentar soluções de continuidade, como no caso dos aperfeiçoamentos sucessivos do motor do automóvel com a resolução encontrada ao problema da detonação que acompanha a combustão. Trata-se, nestes casos, de aperfeiçoamentos técnicos menores. Mas podem igualmente dar-se por saltos descontínuos, quando as soluções possíveis dentro de uma linhagem tecnológica atingem limites de saturação ou de esgotamento das possibilidades técnicas.

A evolução do processo de concretização opera-se não por uma diferenciação das funções nem ocorre através da adaptação a um limitado número de funções, mas sinergicamente. É todo o conjunto das funções que é progressivamente integrado e que se encontra envolvido no todo indiviso e indistinto, no termo de um processo de síntese concretizante.

5. Técnica e ciência

Este processo genético dos objectos técnicos depende do nível dos conhecimentos científicos disponíveis. Passando, com o processo de industrialização, a uma fase mais concreta de solidariedade entre os seus subconjuntos, o objecto industrial é radicalmente diferente do objecto artesanal, não por razões extrínsecas, em função da maneira

como é produzido ou dos usos diferenciados a que um e outro se prestam, mas em virtude da natureza e do nível dos conhecimentos científicos que intervêm na estruturação dos objectos industriais. Os conhecimentos científicos disponíveis unificam e racionalizam os saberes técnicos, convertendo-os em saberes tecnológicos, em saberes racionais, de natureza discursiva, autónomos, portanto, da prática ou da sua manipulação.

O mundo moderno depende, fundamentalmente, do processo acelerado de racionalização científica dos saberes técnicos. É neste contexto que, de princípio unificador da técnica, os conhecimentos científicos tendem a depender eles próprios do estádio da tecnicidade, numa espécie de curto-circuito entre a técnica e a ciência, instaurando, a par da tecnologia, a par, por conseguinte, de um discurso sobre a técnica, uma logotecnia, isto é, uma prática técnica de cuja natureza e nível depende o próprio conhecimento científico. É neste sentido que podemos hoje dizer que os conhecimentos científicos dependem cada vez mais daquilo que é possível realizar em laboratório, daquilo que os instrumentos de observação e de experimentação tornam possível ou impossível saber.

6. A origem absoluta de uma linhagem técnica

Podemos então perguntar pela origem absoluta de uma linhagem técnica. Quando surge um objecto técnico e quando começa o seu processo concretizante?

Enquanto resultado de um acto definido de invenção, um objecto técnico é, originariamente, um sistema não saturado de potencialidades destinadas a um progressivo processo de saturação, ao longo de um percurso de invenção, no decurso do qual assistimos à exploração das potencialidades de uma família técnica de que esse objecto primitivo é o antepassado.

Neste sentido, o acto de invenção inicial de uma linhagem é um acto de síntese constitutivo de uma essência técnica que permanece estável ao longo de um processo de síntese concretizante.

Este acto sintético consiste na invenção de uma mediação entre o objecto natural e a representação científica do mundo. É por isso que o objecto técnico primitivo é um objecto artificial que tende para a naturalização à medida que se vai concretizando.

O grau de naturalização do objecto técnico mede-se não só pela autonomia que apresenta em relação ao meio artificial do laboratório-

rio, da fábrica ou da oficina e em relação às suas funções específicas mas também pela semelhança cada vez maior com a estrutura orgânica e o modo de funcionamento sinérgico que caracteriza os objectos naturais.

7. Consequências do processo de concretização dos objectos técnicos

Podemos distinguir, fundamentalmente, dois tipos de consequências deste processo de concretização dos objectos técnicos que temos vindo a estudar: consequências económicas e sociais e consequências de natureza propriamente científica.

As consequências económicas e sociais são a reprodutibilidade, a descentralização e a constituição de um mundo técnico-científico autónomo.

As consequências científicas têm a ver com a constituição de uma mecanologia ou ciência dos seres técnicos, de uma espécie de biologia dos objectos técnicos, enquanto saber enciclopédico que compendia a súmula dos conhecimentos teóricos que regem a estrutura e o funcionamento tecnológicos. A cibernética é esta nova enciclopédia tecnológica que se apresenta como uma espécie de saber universal da tecnicidade. A cibernética dá assim conta das possibilidades, adquiridas com o nível de concretização atingido pela tecnicidade moderna, de estudo indutivo dos objectos técnicos. Ao constituir-se sob a forma de um novo enciclopedismo, a cibernética apresenta-se como um neo-iluminismo que se impõe ao conjunto dos conhecimentos científicos, votando-os a uma espécie de devir logotécnico, não só dos conhecimentos científicos acerca do mundo da tecnicidade tradicional ou do mundo natural mas também dos que têm a ver com o mundo subjectivo, com o mundo intersubjectivo e com o mundo da linguagem.

8. Princípios que regem a evolução dos objectos técnicos

O princípio fundamental que rege a evolução concretizante dos objectos técnicos é o da sua superespecialização, da hipertelia.

A hipertelia consiste numa cada vez mais fina adaptação dos objectos técnicos não só às condições materiais e humanas da sua produção ou às tarefas a que se destinam, mas ao mundo em que devem funcionar.

Existem três tipos de hipertelia. Nuns casos, o objecto adapta-se às suas condições de produção e às tarefas que tem de realizar e ao mundo em que funcionam, preservando a sua autonomia sem se fragmentar. É o caso do motor de uma fábrica que integra, sucessivamente, a multiplicidade das funções que é chamado a realizar. Noutros casos, o objecto preserva a sua autonomia fraccionando-se. A dupla foguetão-satélite representa o caso mais claro de realização fragmentada da hipertelia. O caso mais corrente da hipertelia é, no entanto, o misto. A locomotiva do comboio é o exemplo mais perfeito da hipertelia mista.

Para compreendermos correctamente o princípio da hipertelia, não podemos ignorar a natureza do meio em que o objecto é chamado a funcionar. O meio natural constitui o conjunto dos obstáculos, das resistências a vencer e a ultrapassar. Distingue-se do meio técnico e do meio associado, espécie de compromisso entre o meio natural e o meio técnico. É este meio associado que constitui a unidade do ser técnico como análoga à unidade do ser vivo. A sua natureza construída assimila o objecto técnico ao ser do homem, constituindo por isso a sua invenção o processo de humanização da natureza por excelência.

A estes dois princípios da evolução dos objectos técnicos, o da hipertelia e o da natureza mediadora entre o mundo técnico e o mundo natural, corresponde o terceiro princípio, o da individuação.

A individuação dos objectos técnicos resulta da imaginação criativa ou inventiva do homem. Os objectos técnicos são indivíduos técnicos por serem inventos do indivíduo humano, o ser que traz consigo o seu próprio meio associado, não apenas um conjunto heteróclito de formas, mas um sistema organizado de formas que, enquanto sistema, constitui um fundo ou sistema de virtualidades previsíveis. Esta relação do objecto técnico ao meio é, por isso, uma relação entre o pensamento e a vida.

Podemos assim classificar os objectos técnicos, em função da sua possibilidade de associação ao meio natural, em elementos, indivíduos e sistemas técnicos. Ao contrário dos elementos técnicos que não comportam meio associado e não possuem por isso autonomia técnica, os indivíduos técnicos possuem o seu próprio meio associado e funcionam por isso autonomamente. Os indivíduos técnicos tendem a constituir-se em sistemas estruturados.

Cada uma destas classes de objectos técnicos é autónoma em relação às outras, ao contrário daquilo que se passa com os seres vivos. A evolução de cada uma destas classes não corresponde necessaria-

mente à evolução das outras. A invenção de um elemento pode, por outro lado, interferir na evolução de indivíduos diversos, funcionando segundo a lógica dos componentes.

9. A relação do homem à técnica

Simondon distingue dois modos de relação do homem à técnica, o de minoridade e o de maioridade.

A relação de minoridade, análoga à maneira como na infância o homem se relaciona com os objectos, é uma relação de uso, dependente do meio ambiente em que o homem nasce, cresce e se forma. Depende de um saber técnico implícito, não reflectido mas regido pelo hábito. O conhecimento técnico correspondente é um conhecimento intuitivo, esotérico, instintivo e participativo. É este modo de conhecimento que caracteriza o saber do aprendiz e do artesão.

Ao contrário desta relação de minoridade, a relação de maioridade parte da tomada de consciência da tecnicidade. É uma relação reflectida e teórica à técnica. Caracteriza-se pela natureza discursiva, universal, racional e exotérica do conhecimento técnico. Pressupõe a formulação discursiva do saber técnico mais do que uma relação de familiaridade.

Na cultura ocidental distinguem-se claramente três etapas de acesso a uma relação adulta à técnica. Correspondem aos três enciclopedismos, o técnico, o tecnológico e o logotécnico.

O enciclopedismo técnico, que se desenvolveu a partir do fim da Idade Média e que se estende até aos finais do século XVII, acompanha o desenvolvimento acelerado da invenção de elementos técnicos. Esta etapa corresponde ao aparecimento das Sumas e está na base do Renascimento humanista e da Reforma.

O enciclopedismo tecnológico dos séculos XVIII e XIX, do período das Luzes, corresponde ao desenvolvimento da invenção de indivíduos técnicos. Ficou associado à era do maquinismo industrial.

O enciclopedismo logotécnico, actualmente em curso, é o da era da cibernética ou da invenção dos sistemas técnicos, com o desenvolvimento das técnicas da informação.

A cada uma destas etapas do acesso a uma relação adulta ao mundo técnico corresponde uma viragem importante na ideia de *progresso* que caracteriza o enciclopedismo.

Assim, à primeira modalidade de enciclopedismo, o enciclopedismo técnico, entre o século XIII e o século XVII, corresponde uma

concepção humanista eufórica de progresso. A invenção técnica incide, sobretudo, sobre a descoberta de elementos técnicos de cujo desenvolvimento se espera um progresso contínuo, crescente e ilimitado. É um período de descoberta de *utensílios* que equipam o corpo do homem para a realização de gestos produtivos e de *instrumentos* que equipam os órgãos dos sentidos para o afeiçoamento da percepção à realidade a perscrutar.

Já o enciclopedismo tecnológico dos séculos XVIII e XIX corresponde a uma ideia ambivalente de progresso. O desenvolvimento técnico passa a incidir sobre a invenção de indivíduos técnicos que aparecem como concorrentes do próprio homem. Ao espantoso surto do maquinismo anda por isso associada uma modalidade específica de inquietação, por se pensar que o papel do homem será doravante desempenhado por máquinas. De centro em que se repercute o acréscimo de força, de rapidez e de precisão dos novos utensílios e instrumentos, o homem passa a adquirir um novo papel até então desconhecido, o de espectador de um funcionamento autónomo das máquinas. Este papel de espectador do funcionamento da máquina leva o homem a repensar o seu lugar especificamente humano, ao posicionar-se agora como responsável pela concepção e pela organização dos indivíduos técnicos. Corresponde à autonomização de um novo lugar especializado no meio técnico, o de engenheiro. Deste modo, a noção de progresso passa a associar a ideia crepuscular e inquietante da tecnicidade com uma nova concepção prometeica. A esta ambivalência são inerentes os movimentos sociais contra a máquina, acusada de despojar o lugar central do homem em favor das máquinas.

O enciclopedismo logotécnico que se desenvolve no nosso século, sobretudo desde o fim da última guerra, acompanha a constituição de sistemas técnicos. A auto-regulação interna dos indivíduos técnicos, uma vez organizados em sistemas e, através dos sistemas, da própria humanidade, gera uma espécie de desfasamento entre a estrutura e o funcionamento dos indivíduos técnicos, por um lado, o capital e o trabalho, por outro. A máquina já não se insere no esquema corporal nem dos trabalhadores nem dos proprietários dos meios de produção. Perante os sistemas técnicos, tão alienados são os trabalhadores, que vendem a sua força de trabalho e são assim desapropriados da parte produtiva do seu tempo, como os proprietários dos meios de produção, também eles desapropriados do controlo dos sistemas técnicos.

Deste modo, até à fase logotécnica, são os instrumentos e os utensílios que são enxertos dos órgãos de relação. As logotécnicas desti-

nam o homem a um devir parasita das injunções da técnica. Permanece, no entanto, uma margem de indeterminação da estrutura e do funcionamento dos sistemas técnicos a exigir a intervenção determinante do homem. Considerar a realização total da auto-regulação do homem, da sociedade e da linguagem equivaleria a esquecer que a auto-regulação é sempre determinada pelo facto de só o pensamento poder conceber a totalidade dos objectos técnicos enquanto fundo da tecnicidade, devido à inalienável ressonância do futuro no seio do presente, do virtual no actual, do projecto na realização.

10. A questão da instrumentalidade logotécnica

O que está em jogo com o aparecimento daquilo que designamos aqui por *logotécnicas* é, antes de mais, o alargamento da performatividade maquínica aos *media*, à esfera do discurso que, até à emergência da nossa modernidade, escapava em larga medida ao domínio instrumental. A performatividade maquínica tem, sobretudo, a ver com a obliteração das componentes simbólicas do mundo do discurso, nomeadamente das que têm a ver com as estratégias particulares da enunciação, para focalizar o puro jogo das formas sígnicas e as trabalhar de acordo com o esquematismo behaviourista do estímulo-resposta que encontramos no mundo biológico.

De acordo com esta redução do discurso, as logotécnicas tendem, assim, a fundar a legitimidade da sua prática discursiva em função da capacidade dos dispositivos para fazerem passar apenas aquilo que há de significante na linguagem.

Ao dar-se, ao longo da tradição ocidental, como domínio excluído ou, pelo menos, como domínio menor da razão, como esfera relegada para as margens da cultura, a técnica, herdeira da *techne* grega, em vez de marcada pelos valores nobres da gratuidade, surge como um domínio associado à manipulação interessada do mundo, como um limite imposto pela urgência das tarefas materiais à livre expressão do gosto e ao confronto das razões, do *logos*, em que o consenso se fundamenta e legitima. O recente acesso da tecnicidade à esfera até há poucas décadas considerada como não técnica, à esfera da linguagem, com a constituição das chamadas logotécnicas, altera radicalmente esta concepção: de limite, a técnica está em vias de passar a ser o próprio modo de realização do processo comunicacional. Se, por um lado, a inscrição da técnica na teoria da comunicação releva da relação ambivalente da tecnicidade à razão e à linguagem, por

outro lado, tem a ver com a viragem que conduz a própria linguagem a tornar-se cada vez mais inserida no domínio da tecnicidade.

Existem, no entanto, além de razões teóricas para esta importância crescente da relação entre a técnica e a comunicação, razões de natureza prática, a julgar pela averiguação das mudanças que se perfilam no horizonte da prática comunicacional. Do equacionamento destas mudanças ressaltam, nomeadamente, problemas de natureza ética, estética, lógica, cuja identificação está longe de poder ser exaustivamente identificada.

A perspectiva hoje mais comum tem a ver com a consideração das mudanças que ocorrem a partir do momento em que, em vez da tradicional clivagem entre o mundo da linguagem e o mundo técnico, assistimos à sua progressiva interpenetração. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, não é apenas pela tecnicidade da linguagem que esta interpenetração ocorre, é também pela moldagem do mundo técnico às regras, à estrutura e ao modo de funcionamento do mundo da linguagem. Assim, desta interpenetração recíproca depende a instauração de uma nova modalidade da técnica, constituída sob a forma de um sistema reticular, à imagem do sistema da língua, feito já não de utensílios e de instrumentos, de máquinas e de aparelhos, mas de circuitos, de nós de conexão, de automatismos e de reflexos, e a instauração de uma nova modalidade da linguagem, constituída sob uma forma maquínica. A técnica tende assim para a constituição de um mundo humano cada vez mais à imagem naturalizada do mundo da linguagem natural, tanto na sua estrutura como no seu modo de funcionamento. O mundo técnico torna-se, por conseguinte, imperceptível à medida que vai assimilando o mundo natural, incorporando-se ao próprio ser biológico. Deixando de lhe aparecer na estranheza do artefacto que violenta e manipula o mundo natural exterior, o mundo técnico acaba assim por se tornar de difícil apreensão e por escapar tanto mais ao pensamento quanto mais naturalizadas forem a sua estrutura e as suas modalidades de funcionamento. À estranheza do mundo técnico sucede por isso a estranheza do pensamento que lhe corresponde, como pensamento cada vez mais votado a um devir exterior ao jogo da performatividade reticular da tecnicidade.

É desta viragem que procede a actual ambivalência da reflexão. Um dos aspectos desta ambivalência diz respeito à dialéctica entre a sujeição e a libertação, constitutiva da própria categoria do sujeito que atravessa o pensamento moderno ocidental desde o humanismo renascentista e a *Aufklärung*.

A esta questão está, aliás, intimamente associado o debate em torno da instrumentalidade da razão. É que, a partir do momento em que a técnica passa a orientar a razão sob a forma de instância legitimadora do saber, este converte-se em instrumento da performatividade técnica. É por isso que a tecnofobia, atitude de recusa da técnica como «realidade estrangeira», não é senão a outra face da tecnolatria, considerada como uma «idolatria da máquina»[12]. Ambas estas atitudes partilham a mesma perspectiva desequilibrada de oposição e desconhecimento da realidade cultural da tecnicidade.

Assim, uma reflexão sobre a técnica que pretenda evitar a dupla cegueira a que esta perspectiva desequilibrada conduz, a da *instrumentalidade*, que consiste na redução da tecnicidade às suas *performances* utilitárias, e a da *legitimação* exclusiva ou, pelo menos, dominante do campo do saber, tanto a montante como a jusante da sua constituição em esfera técnico-científica autónoma, não pode esquivar a natureza do mundo do homem e da relação que este mundo estabelece com o mundo técnico.

O mundo técnico aparece logo na duplicidade constitutiva do mundo de mediação e do mundo próprio, duplicidade que partilha com o modo de o homem estar no mundo e de estar perante o mundo, de lhe fazer face ao mesmo tempo que faz parte dele. É na medida em que o mundo técnico partilha com o homem esta situação ambivalente que lhe aparece, ao mesmo tempo, como estranho e como familiar, originando assim uma relação vertiginosa e abissal com os objectos técnicos. Esta vertigem tende, no entanto, a ser progressivamente anulada, à medida que a relação de familiaridade vai suplantando a relação de estranheza.

A vertigem provocada pela duplicidade dos objectos técnicos não é, necessariamente, vivida sob o modo tecnófobo; revela-se, igualmente, no entusiasmo e no espanto das conquistas do engenho e nas celebrações das descobertas. Aquilo que tanto o medo e a vertigem como o entusiasmo revelam tem a ver com um mesmo fenómeno, a promessa prometeica de criação de duplos do homem, com a descoberta das suas potencialidades criadoras.

A relação entre a linguagem e a técnica tem a ver com o modo de substituição de uma pela outra ou, dito de outra maneira, com o modo como o dizer e o fazer se relacionam entre si. Deste ponto de vista, a linguagem assume uma tríplice função: uma função projectiva, uma função descritiva e uma função nostálgica.

---

[12] Cf. Gilbert Simondon, *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, Paris, Aubier-Montaigne, 1969, pp. 9-10.

Tanto sob a forma de projecto ou de descrição como sob a forma nostálgica, a linguagem representa sempre em relação à técnica uma modalidade incontornável de deslocação e de diferimento da sua realização total. Daí a questão actualmente central de saber qual a distância, no espaço e no tempo, qual a deslocação e qual o diferimento tanto da realização técnica em relação ao discurso que a prefigura como da representação discursiva em relação à performatividade técnica que a realiza. Prefiguração e realização são por isso os dois modos, o discursivo e o performativo, que se jogam nas relações entre a linguagem e a técnica.

Actualmente, este problema assume uma nova configuração, dado que, em vez da dicotomia tradicional entre *logos* e *techne*, a logotécnica representa uma espécie de curto-circuito, uma nova síntese entre a linguagem e a técnica. Assistiremos assim, actualmente, à anulação desta deslocação e deste diferimento constitutivos da relação entre o discurso e a técnica que impediam, nomeadamente, a consumação do imaginário e o domínio total da performatividade técnica. Podemos responder negativamente a esta questão do seguinte modo:

1. A distância entre a técnica e o discurso não será propriamente anulada com o advento das logotécnicas; é *deslocada*. A fusão entre a ordem do discurso e a ordem técnica produzida pelas logotécnicas é uma fusão, não real mas imaginária. O mundo que elas realizam totalmente é da ordem da *Bildung*; forma um mundo efémero e feérico, como o dos hologramas. Coloca-nos em directo com todos os teatros de operações, à superfície de todos os espaços siderais, inscreve-nos nas imagens de síntese. Mas este mundo de realização total do imaginário discursivo não coincide com o mundo das coisas. É um mundo à parte, diagramático, tanto mais distanciado do mundo real quanto mais as logotécnicas o realizam totalmente, visto o mundo real ser, por definição, sempre parcial.

2. A distância entre a técnica e o discurso, em vez de anulada, é *ultrapassada* pelo devir reticular das logotécnicas. Tanto a técnica como o discurso, em vez de anularem a natureza imprevisível e parcial do real, ultrapassam-na ao constituírem-se como fluxo constante de circuitos de um sistema comum e inextricável.

A resposta positiva, por seu lado, é de natureza apocalíptica, visto consistir na previsão de uma total anulação do diferimento e da distância entre a prefiguração discursiva e a realização técnica, diferimento e distância em que assenta a possibilidade de domínio por parte do mundo técnico do mundo do homem.

De qualquer modo, o devir reticular da técnica tem como consequência a assimilação da estrutura e do modo de funcionamento dos

objectos técnicos à estrutura e ao modo de funcionamento dos objectos naturais, dos seres vivos, tornando assim cada vez mais imperceptível a sua distinção.

Esta imperceptibilidade e indistinção resulta da natureza reticular das logotécnicas, da sua natureza diagramática.

11. A natureza reticular das logotécnicas

Uma rede é um sistema constituído por linhas e por pontos que definem circuitos e nós de conexão. A modalidade reticular da técnica confere à tecnicidade uma natureza lógica e abstracta, a de uma dis-ponibilidade para determinados usos e a de dis-posição ou de adequação dos usos às regras de circulação do sistema ou da rede, numa circularidade quase perfeita entre estes dois aspectos, o activo e o passivo, de disposição.

Para compreendermos a disposição reticular da técnica e apreciarmos a viragem que esta disposição representa em relação a outras modalidades estruturais e funcionais, tais como as das técnicas artesanais e industriais, podemos compará-la, por exemplo, com a lógica do xadrez. É esta lógica, aliás, que preside à organização de inúmeras realizações técnicas, à maneira das redes viárias, com os seus circuitos, fluxos, nós, trajectórias.

No xadrez, cada uma das peças tem um valor, não substancial nem formal, mas diferencial. Não é a matéria de que as peças são feitas nem a forma que lhes foi dada que ditam o seu valor. O valor das peças, do cavalo, da torre, do bispo, do rei ou da rainha, depende exclusivamente da posição que ocupam, dos circuitos de deslocamento permitidos ou proibidos, das aberturas que em cada momento da partida são realizadas. O valor das peças, embora constante, visto permanecer ao longo da partida inalterável, obedecendo às mesmas regras de deslocamento, varia, no entanto, na sequência de cada uma das jogadas, de acordo com as configurações posicionais que em cada momento se constroem. Esta articulação da imprevisibilidade e da previsibilidade relativas constitui semanticamente os valores que se jogam sintacticamente no decurso do encadeamento dos lances. Os lances, por seu turno, dependem não apenas das regras do jogo mas também das estratégias prosseguidas pelos jogadores. É esta dimensão estratégica ou pragmática, tal como a encontramos, por exemplo, na natureza reticular do xadrez, que vamos igualmente encontrar, nos próximos capítulos, nas dimensões discursiva e crítica do processo comunicacional.

7

DIMENSÃO DISCURSIVA DA COMUNICAÇÃO

«A linguagem é um centro em que se reúnem o eu e o mundo, ou melhor, em que ambos aparecem na sua unidade originária (...). O ser que pode ser compreendido é linguagem.»[1]

Um dos aspectos mais complexos e controversos da teoria da comunicação tem a ver com o estabelecimento das relações entre a comunicação verbal e as restantes modalidades do processo comunicacional, não faltando a este propósito inúmeras concepções ideológicas ditadas pela visão redutora da comunicação. Esta questão presta-se, assim, a inúmeros equívocos e a múltiplos usos de acordo com estratégias que visam acima de tudo utilizações predominantemente instrumentais da teoria da comunicação.

A comunicação verbal e as outras modalidades da comunicação não são de natureza homóloga, visto ser heterogéneo o estatuto semiótico das respectivas formas significantes.

Na comunicação verbal, os locutores actualizam uma língua, sistema constituído por unidades significantes distintivas. Em nenhuma das outras modalidades de comunicação (gestualidade, artes plásticas, música) encontramos algo de semelhante ao papel que o sistema da língua desempenha na comunicação humana. Por isso, quando pretendemos determinar as unidades significantes das outras modalidades de comunicação somos forçados a passar pela mediação da linguagem. A razão desta obrigatoriedade de mediação da linguagem resulta do facto de a linguagem ser o único sistema semiótico susceptível de dar conta de todas as outras modalidades de comunicação e de as traduzir inequivocamente.

A música é também constituída por elementos distintivos, mas o papel destas unidades elementares não possui estatuto significante;

---

[1] Hans-Georg Gadamer, *Verdad y Metodo*, Salamanca, Ed. Sígueme, 1988, p. 567.

são figuras assignificantes que só adquirem valores expressivos quando inseridas num trecho musical. Nas artes plásticas só por analogia podemos distinguir unidades elementares, uma vez que os seus elementos expressivos oferecem-se à percepção como um todo indiviso, não discreto mas contínuo. Não podemos também determinar inequivocamente as unidades significantes do gesto nem conseguimos com clareza distinguir os diferentes traços que o constituem[2].

Deste modo, sempre que pretendemos isolar as unidades elementares destas diferentes modalidades da comunicação e reconhecer o seu estatuto semiótico, somos forçados a designá-las através da sua tradução verbal e é graças a esta tradução verbal que acabam por adquirir um estatuto significante.

A comunicação verbal, por seu lado, apenas pode ser representada pelas modalidades dela derivadas, tais como a representação gráfica da escrita, que pressupõe a determinação do sistema significante dos seus elementos constitutivos assim como todo um complexo processo de correspondências com os seus traços grafemáticos. Em relação à comunicação verbal, as outras modalidades de comunicação não estabelecem relações de tradução mas de sugestão, abrindo assim um campo relativamente indeterminado e, por conseguinte, plurívoco de experiências estéticas.

Fala-se hoje com insistência de *linguistic turn* ou de «viragem linguística» para caracterizar um certo estado da experiência do mundo na época moderna. Vamos procurar compreender o que está subjacente a esta experiência, de modo a entendermos a sua relação histórica com a problemática comunicacional tal como se coloca na modernidade.

Em virtude da sua dimensão discursiva, a comunicação humana é um processo através do qual os consensos se criam sob um fundo incontornável de diferendos. Depois de termos visto a dimensão técnica da comunicação, é agora o momento de nos debruçarmos sobre a dimensão discursiva, tentando compreender as implicações que a viragem linguística actual comporta para a compreensão do processo comunicacional na modernidade.

Para dar conta da dimensão discursiva da comunicação têm sido propostas várias formalizações, nomeadamente a semântica, a retórica e a estilística. Também os contributos da filosofia analítica têm

---

[2] Uma tentativa para tratar a gestualidade de acordo com as regras de estruturação da linguagem pode ser apreciada em A. J. Greimas, J. Kristeva, Claude Bremond e outros, *Práticas e Linguagens Gestuais*, Lisboa, Vega, 1979.

vindo a ser referidos para pôr em relevo a natureza ilocutória dos actos da linguagem e a sua força performativa. Procuraremos mostrar os princípios destas diversas abordagens, pondo em relevo a natureza estratégica do discurso que todas elas revelam, de modo a entendermos o discurso como trabalho específico de fragmentação dos espaços públicos modernos. Tentaremos assim compreender a relação da institucionalização do discurso público por excelência nas sociedades modernas, do discurso dos *media*, com a constituição de figuras e dos correspondentes efeitos de sentido que se impõem com força indiscutível. Duas estratégias dominantes parecem impor-se: uma estratégia esteticizante, em que predominam os jogos formais de linguagens estereotipadas, e uma estratégia ético-jurídica, em que se prossegue uma redução dos sistemas axiológicos a prescrições normativas discutíveis.

Embora possa mobilizar autonomamente o discurso público, esta dupla estratégia discursiva constitui um todo imbricado, o que exige um olhar atento e a prática de uma análise cuidadosa de modo a poder ser destrinçado o peso relativo de cada uma destas estratégias. Procederemos a partir da desconstrução do discurso referencial que predomina nas pretensões objectivantes da linguagem jornalística e do tratamento das figuras retóricas dos títulos da imprensa.

1. O discurso do acontecimento[3]

No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre mas que os factos são soberanos.

É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma diversidade aleatória de factos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia

[3] Este parágrafo retoma com pequenas alterações um texto publicado na *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 8, Lisboa, CECL, Dezembro de 1988, pp. 9-15.

e de integrar assim o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um facto jornalístico, mas se um homem morder um cão então estamos perante um acontecimento susceptível de se tornar discurso noticioso. O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito mais vasto. Todos os factos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora do seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexo aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registado discursivamente.

Há diversos registos da notabilidade dos factos. O registo do *excesso* é de todos o mais corrente, visto ser irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, tanto dos corpos individuais como dos corpos colectivos e institucionais. Assim, por exemplo, o massacre de uma aldeia pelas tropas regulares é um acontecimento notável na proporção directa da excessiva forma como o corpo militar desempenhou uma das suas funções normais, que é fazer a guerra. O juiz que aplica a pena máxima prevista no Código Penal, sem ter em conta as circunstâncias atenuantes, indo assim contra o aforismo *summum jus, summa injuria*, provoca um acontecimento notável de ser registado. A embriaguez ou a *performance* do desportivo, a longevidade ou o ficar a dançar dias a fio sem descanso são acontecimentos notáveis por idêntica razão de funcionamento excessivo de actividades normais. Neste registo são compreendidas todas as figuras do cúmulo, da *hubris* grega, da desmedida que tanto pode ser celebrizada com a entrada para o *Guiness Book* como sancionada de maneira extrema pela ultrapassagem do limiar físico da morte ou do limiar moral da condenação. Pode por isso também consistir numa prova de idoneidade ou de valentia, à maneira dos antigos rituais de iniciação, ora afirmando publicamente o direito à admissão no círculo reservado dos heróis demiúrgicos ora fazendo valer o direito à admiração e ao respeito dos outros.

Um outro registo da notabilidade do acontecimento é o da *falha*. Ao contrário do excesso, a falha procede por defeito, por insuficiência do funcionamento normal e regular dos corpos. O actor que se esquece da deixa no meio da cena ou o revólver que se encrava no

instante em que o agressor executa a agressão são exemplos deste registo do acontecimento jornalístico. É a morte que fulmina repentinamente o corpo são ou a queda imprevisível dos valores na Bolsa, a revolta inesperada que rebenta na penitenciária ou a brusca paragem do funcionamento da máquina, a garrafa de champanhe que teima em não se partir contra o casco do navio no momento de este ser lançado ao oceano. Os acidentes pertencem habitualmente a este registo, os acidentes cósmicos, naturais, dos cataclismos, das inundações, dos terramotos, mas também os acidentes da circulação automóvel que param o fluxo normal do trânsito, os acidentes do funcionamento normal do organismo humano, sobretudo se intervêm no corpo jovem e saudável, os acidentes das centrais nucleares com sistemas de segurança máxima considerados infalíveis, os acidentes espectaculares das naves espaciais. A falha no funcionamento dos corpos instituídos não é menos notável do que a que ocorre nos corpos físicos e nos dispositivos maquínicos. O divórcio que quebra os laços da família ou a sentença do juiz que condena o inocente, o licenciado em letras que desconhece as regras da gramática são acontecimentos notáveis por defeito no funcionamento da instituição familiar, da instituição jurídica, da instituição escolar.

A *inversão* é outro registo da notabilidade do acontecimento. A teoria jornalística que considera o facto de um homem morder um cão como notícia inscreve-se claramente neste registo. Quando um militar dispara sobre o general no momento em que este passa revista às tropas em parada, produz-se um discurso jornalístico pelo facto de se tratar de uma inversão no funcionamento do corpo militar. É o modelo do *arroseur arrosé* consagrado pelos irmãos Lumière nos primórdios do cinema. É o acontecimento-*boomerang*, o «voltar-se o feitiço contra o feiticeiro», o «ir por lã e ficar tosquiado». Todas as figuras da paródia que o destino, o *heimarmene* grego, nos reserva estão compreendidas neste registo. O pombo que vem depenicar as migalhas na boca do transeunte ou o moribundo que se levanta do leito de morte para ir ao café tomar uma cerveja, o ladrão que vem entregar o carro roubado com dois bilhetes para o teatro, com os agradecimentos pelo passeio, são exemplos eloquentes e irónicos deste registo.

O discurso do acontecimento é uma anti-história, o relato das marcas de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir. Pertence, por conseguinte, ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições. O nascimento e a morte são por isso os acidentes-limite por exce-

lência, em relação aos quais todas as outras ocorrências se posicionam e se referem. Para o nascimento e para a morte nunca há explicação última plausível, porque não existe sentido racional que os compreenda numa lógica causal definitiva, encadeamento natural entre um antes e um depois. Por isso, a notícia é no mundo moderno o *negativo* da racionalidade, no sentido fotográfico deste termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas; rege-se por regularidades e por leis. O acontecimento é imprevisível; irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo, no sentido que os estóicos davam a este termo na sua teoria da linguagem. Pertencia, na Antiguidade, ao campo da adivinhação e da premonição, dois processos utilizados para exorcizar o seu carácter aleatório considerado como demoníaco e inquietante, perturbador da ordem pendular que rege a normal sucessão dos factos, permitindo assim o seu domínio. O apelo à investigação do adivinho ou da pitonisa, personagens votadas à perscrutação do destino, visava a introdução de regras de leitura dos indícios de uma ordem outra que preside à irrupção da aparente desordem no mundo. Era uma prevenção racionalizante perante aquilo que de irracional e de inexplicável pudesse ocorrer.

Hoje, apesar de continuarem a existir diversas práticas de adivinhação, desde a cartomancia à astrologia, a descrença na veridicidade das suas possibilidades, em consequência das modalidades da moderna racionalidade, tende a criar novas formas de regulação dos acontecimentos imprevisíveis. O discurso jornalístico inscreve-se inequivocamente neste processo de enquadramento e de regulação.

Os registos da notabilidade dos factos que acabámos de inventariar não esgotam, no entanto, a gama dos acontecimentos notáveis. É o próprio discurso do acontecimento que emerge como notável, a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. Uma segunda categoria de acontecimentos veio assim alastrar no mundo actual, uma espécie de acontecimentos segundos, de meta-acontecimentos, provocados pela própria existência do discurso jornalístico. O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notoriedade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autónomo das restantes dimensões da experiência humana. O desvio do avião ou a revolta que se produz frente

às câmaras da televisão ou diante dos repórteres, a explosão de raiva ou de dor captada em directo pelas objectivas das máquinas mediáticas são exemplos de irrupções de acontecimentos que têm nos próprios dispositivos da informação a fonte e a urgência.

Os registos do meta-acontecimento só aparentemente coincidem com os registos dos acontecimentos referenciais. O excesso, a falha, a inversão são apenas registos-pretexto em relação ao meta-acontecimento; são formas referenciais simuladoras das figuras discursivas que definem os meta-acontecimentos. Estes continuam, é claro, a dar-se como factos, mas a sua emergência é toda ela inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cénica. São por isso factos discursivos e, como tais, associam valores ilocutórios e valores perlocutórios, na medida em que acontecem ao serem enunciados e pelo facto de serem enunciados[4].

O meta-acontecimento não é, por isso, regido pelas regras do mundo natural dos acidentes da natureza que atingem os corpos físicos cósmicos, como os cataclismos ou as inundações, nem os corpos individuais, como o nascimento ou a morte, nem os corpos institucionais, das religiões, dos exércitos, das famílias, da produção, dos Estados. É regido pelas regras do mundo simbólico, pelas regras da enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer. Articula as instâncias enunciativas do sujeito e do objecto da enunciação, individuais ou colectivas, dos agentes e dos actores sociais. É a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito acção e uma acção feita discurso. Aquilo que o desvio de um avião realiza é assim a consumação de uma palavra que se esgota no acontecimento que dá a ver ao mundo, que fala pelo silêncio que dá em espectáculo, pela demora ansiosa do desenlace imprevisível e extremo.

Os meta-acontecimentos são por isso a face perversa da informação, a transformação logotécnica da linguagem em acontecimento dissuasor da explosão do imprevisível no mundo contemporâneo. A sua lógica não é, por conseguinte, explosiva, como nos acontecimentos referenciais, mas implosiva. Os meta-acontecimentos são acidentes que irrompem no seio da ordem regular do funcionamento das coisas, das pessoas e das instituições; não são a emergência da desor-

---

[4] Os factos ilocutórios e perlocutórios foram definidos por J. L. Austin, *How to do things with words*, Oxford Univ. Press, 1962. Trad. francesa: *Quand Dire, c'est Faire*, Paris, Du Seuil, 1970. Ver, igualmente, G. Dispaux, *La Logique et le Quotidien*, Paris, Minuit, 1984, e J. R. Searle, *Les Actes de Langage*, Paris, Minuit, 1983.

dem do exterior que, de fora, vem alterar a regularidade da experiência normal e conforme. Os próprios acontecimentos referenciais estão doravante votados a um devir discursivo, espectacular. O acidente do *Challenger*, em 28 de Janeiro de 1986, na Califórnia, produzido em directo pela televisão, inscreve-se já claramente nesta lógica acidental espectacular da morte própria. As centrais nucleares aí estão para demonstrar à evidência que a violação da norma está doravante votada a um devir acidental que atinge não os inimigos de fora, mas o cidadão indefeso e inocente. É o inocente, não o culpado, que os bandidos do ar atingem. Não é a morte nem a violência reais que os meta-acontecimentos visam, mas o direito à visibilidade, à encenação, de quantos não consideram respeitados os direitos à palavra dentro da ordem mediática generalizada.

Os meta-acontecimentos são, por isso, actualizações de enunciados pertencentes a vários regimes discursivos que se encadeiam entre si segundo regras de encadeamento próprias. Esta afirmação vai contra a ideia corrente de que o discurso é uma mera representação das coisas e de que, como tal, é passível de ser apreciado apenas em termos de adequação ou de não adequação às coisas referenciadas. Esta concepção referencial do discurso é uma espécie de filosofia espontânea positivista e maniqueia da linguagem que consiste na pretensão de que é possível eliminar completamente do horizonte do discurso as dimensões não constatativas ou referenciais da linguagem, nomeadamente as dimensões avaliativas e prescritivas. Trata-se, no entanto, de uma pretensão insustentável, tanto por razões teóricas como por motivos de natureza prática. Praticamente, um discurso meramente constatativo seria ilegível e incompreensível, visto obliterar não só a carga enunciativa que constitui todo o seu interesse como também o sentido dos factos relatados. Teoricamente, a adequação aos factos pressupõe um ponto de vista singular, o do enunciador, ponto de vista que não é nunca da ordem da constatação mas da situação contingente dos interlocutores e da sua relação recíproca. Mais radicalmente ainda, a pretensa possibilidade da eliminação das dimensões avaliativas e prescritivas do discurso para o confinar a uma função meramente constatativa não é uma dimensão constatativa mas valorativa, uma ordem ditada à enunciação, fundada na crença impossível de fundar numa verdade universal, a-histórica e indiscutível, pressupondo a possibilidade de uma espécie de visão transcendente ao curso da história, de um olhar de Sirius sobre o mundo.

Ao relatar um acontecimento, os *media*, para além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do aconteci-

mento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo. Este novo acontecimento não é uma mera locução, um acto material de agenciamento mecânico de formas verbais; realiza um acto ilocutório. Os actos ilocutórios não estão apenas sujeitos aos valores de verdade ou falsidade, de adequação ou de não adequação ao estado de coisas relatado; estão igualmente subordinados aos valores inerentes à credibilidade e à sinceridade do locutor, à clareza ou à obscuridade da exposição, à justeza dos juízos formulados, à coerência dos argumentos aduzidos, à capacidade para levar o(s) outro(s) à satisfação de um pedido, do reconhecimento ou do apreço, do conselho dado, do aviso, da saudação. Os valores de credibilidade, de sinceridade, de clareza, de justeza, de coerência e de correcção, de satisfação e de aceitação são actos inerentes ao discurso, integram também o mundo. Por isso, Austin designou-os actos ilocutórios que, como tais, acontecem ao dizerem-se, distinguindo-os assim claramente da mera proferição «dos sons que pertencem a um determinado vocabulário, organizados segundo as prescrições de uma determinada gramática e possuindo uma determinada significação»[5].

Os meta-acontecimentos abrangem, no entanto, ainda uma outra gama de actos discursivos, a gama dos actos perlocutórios, que Austin define do seguinte modo: «Aqueles que, além de fazerem aquilo que fazem enquanto são também uma locução (isto é, enquanto dizem qualquer coisa), produzem qualquer coisa "pelo facto de" dizerem.»[6] Assim, por exemplo, o bandido do ar que ameaça fazer explodir o avião, a aprovação de uma nova taxa de juro, a declaração da desvalorização da moeda ou a investidura dos membros do governo, a aprovação ou a rejeição de uma medida, a abertura de uma sessão do Parlamento ou a inauguração de uma ponte são actos que se realizam no mesmo instante em que a entidade competente, no exercício da sua competência própria, os enuncia. Não são puras constatações de estados de coisas previamente existentes aos enunciados que as realizam.

Ao darem conta de actos enunciativos, os *media* não só lhes conferem notoriedade pública, alargando assim indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo, como realizam igualmente novos actos ilocutórios e perlocutórios de acordo com as suas próprias regras enunciativas.

---

[5] Austin, *op. cit.*, 1970, p. 181.
[6] Austin, *op. cit.*, p. 181.

É muito corrente a ideia de que os jornalistas se devem limitar a tornar públicos os factos ocorridos e os discursos proferidos por locutores competentes, que se devem assim limitar a servir de instrumentos de mediação das acções e das palavras que ocorrem no mundo. Pela sua simples existência, os *media* não podem, no entanto, evitar que os actores e os locutores os utilizem para darem a entender ou para deixarem entender mais ou menos ou outra coisa diferente daquilo que dizem ou para fazerem algo diferente daquilo que fazem. É o caso, por exemplo, das palavras de um ministro da Energia que, à saída de uma reunião do Conselho de Ministros que acaba de decidir o aumento dos combustíveis, diz ao jornalista que nada obriga a que os preços aumentem, de modo a evitar que os automobilistas ou outros agentes económicos procedam a formas de açambarcamento e esgotem em poucas horas as reservas disponíveis. Aliás, a melhor maneira de saber antecipadamente o efeito de uma determinada medida e de poder assim medir o seu alcance e impacte consiste em fazer saber indirectamente que ela vai ser tomada, reservando assim o direito ao desmentido no caso de ela se revelar posteriormente inoportuna ou desadequada. Neste domínio cabe o largo espectro das notícias oficiosas e das «fontes bem informadas».

É também costume ouvir-se fazer uma distinção entre aquilo que os jornalistas devem ou podem dizer no exercício da profissão e aquilo que os *media* dizem como opinião de personalidades exteriores à profissão. Aos primeiros só seria permitido o relato objectivo dos factos, enquanto aos segundos se permitiria a formulação de juízos de valor e de apreciações subjectivas. No entanto, cada um dos relatos objectivos não pode esquivar uma carga valorativa subjacente, quanto mais não seja a que consiste em considerar estes factos e não outros dignos de serem relatados, de serem relatados aqui e agora e de serem narrados desta e não de outra forma, e de uma apreciação da relação entre os interlocutores que torna estes factos e não outros susceptíveis de os interessar.

Deste modo, a afirmação das componentes valorativa, normativa e prescritiva do discurso pretensamente factual e objectivo não equivale à descoberta de qualquer vício a erradicar do discurso. Consiste, antes, na afirmação da inseparabilidade destas diferentes dimensões, levando a suspeitar de que é, ao fim e ao cabo, a pretensão objectivante que se converte em estratégia destinada a inculcar a credibilidade na legitimidade dos corpos sociais que fazem do discurso a sua profissão, no seio da modernidade que, como vimos na primeira parte, se caracteriza pela crise de legitimidade.

Basta, aliás, tomar consciência de que a maioria dos discursos com pretensão puramente factual se fundamenta na fiabilidade do testemunho do locutor e raramente na observação e na verificação directa dos factos. Quando assistimos ao telejornal ou folheamos as páginas de um jornal partimos sempre do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e de que nos relata aquilo que efectivamente aconteceu, fazemos normalmente fé na credibilidade da sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento. Raramente nos encontramos na situação de podermos verificar *in loco* a veracidade dos factos relatados. A suspeita do contrário não passa, aliás, da excepção que confirma a regra.

A escolha dos termos, a ordem da sua apresentação, a selecção dos factos narrados pressupõem inevitavelmente a existência de juízos de valor fundamentados em critérios partilhados por uma comunidade de palavra com todo um conjunto de definições de critérios, algumas equívocas, outras unívocas, acerca das quais se exige o estabelecimento de um acordo prévio.

Para que um acordo se estabeleça acerca dos critérios que fundamentam os valores exige-se a existência de normas prescritas universalmente ou de maneira contingente. É graças à existência deste acordo implícito que os meta-acontecimentos são possíveis. Mas é também a sua existência que institui uma espécie de ponto de fuga que pára o processo interminável de *mise en abîme* da enunciação. Depois da crise dos discursos fundadores de natureza transcendente, o devir fragmentário do discurso tem nos dispositivos mediáticos a instituição de um lugar de palavra comum, partilhado por uma comunidade universal de palavra, a partir do qual é possível perspectivar a multiplicidade dos discursos do presente, de uma história a fazer-se.

Nas sociedades tradicionais, eram os mitos que asseguravam o quadro de referência comum da experiência do mundo. Os homens acreditavam nos mitos, embora soubessem que não narravam verdades no sentido moderno do termo. Não confundiam a verdade dos mitos com a verdade verificável do mundo humano. A verdade do mito era da ordem da crença num quadro *a priori* de concepções do mundo que dava coerência e unidade à experiência individual e colectiva. Eram quadros conceptuais, visões do mundo (*Weltanschaungen*) que ofereciam as explicações pertinentes para os acontecimentos com que os homens se confrontavam ao longo da sua história. Não confundiam este saber mítico com o conhecimento dos acontecimentos que se dão na história dos homens. Por isso, o mito pertencia a um mundo à parte, a-histórico, e o seu conhecimento, parti-

lhado indiscutivelmente por todos, formava o ponto de referência comum, o espelho da identidade cultural e da integração da comunidade como um todo.

O mito é assim uma forma vazia de discurso, uma ordem de natureza prescritiva que dita as regras de formulação da experiência, uma forma disponível para todos os investimentos que permanece válida enquanto for actualizada em práticas rituais históricas. Permanece sempre uma diferença entre o tempo do mito e o tempo histórico do acontecimento e um diferimento da actualização ritual em relação à totalidade mítica. A época moderna, pelo contrário, faz do pensamento mítico o dispositivo do obscurantismo e da dominação, considerando-o como cegueira da razão iluminada, como o entrave ao conhecimento positivo da indagação racional. Despojado, assim, de quadros explicativos susceptíveis de organizar coerentemente o desenrolar dos acontecimentos do mundo, o discurso dos *media* surge como a nova modalidade organizadora da experiência do aleatório. Fazem-no de modo especular, reflectindo e integrando num todo os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente. A esta prosa do presente confia o homem moderno a função remitificadora da experiência, assegurando a constituição imprescindível de uma perspectiva unitária securizante perante a desintegração da identidade colectiva e de uma ordem identitária que lhe devolva uma imagem coerente do destino.

2. As figuras dos títulos da imprensa[7]

Os títulos da imprensa representam manifestações constantes do trabalho plástico da linguagem no mundo moderno. O arranjo gráfico da página do jornal associa-se, aliás, à disposição fonética, sintáctica e semântica das formas linguísticas para constituírem em conjunto uma manifestação particularmente complexa, ao mesmo tempo estética e estratégica, assegurando uma multiplicidade de funções comunicacionais, nomeadamente poéticas, fáticas, referenciais, apelativas, metalinguísticas[8].

Das três relações fundamentais que os estóicos distinguiam no discurso — relações de *designação*, de um determinado estado de coi-

---

[7] Este parágrafo reproduz parcialmente um texto publicado na *Revista de Comunicação e Linguagens*, Porto, Afrontamento, n.º 3, Junho de 1986, pp. 81-97.

[8] Cf., a propósito das diferentes funções da comunicação aqui referidas, Roman Jakobson, *Essais de Linguistique Générale*, Paris, Minuit, 1970, pp. 213-221.

sas, de acontecimentos, acções e paixões, relações de *manifestação*, de afectos, desejos, crenças, relações de *significação*, entre significantes e significados —, as relações de designação parecem à primeira vista ser de longe as preponderantes nos títulos dos jornais[9]. Por isso, os títulos dos jornais tendem a eliminar categorias discursivas, tais como os pronomes, os artigos, os verbos, susceptíveis de marcar a veracidade ou a falsidade dos enunciados, assim como as categorias do discurso através das quais se estabelecem as próprias condições do verdadeiro e do falso, categorias pertencentes, como se sabe, à manifestação e à significação, em proveito de puros designadores. Os nomes, pelo contrário, ocupam um lugar privilegiado, e por vezes exclusivo, nos títulos. É que a nomeação é o processo por excelência através do qual se estabelecem as relações de designação. Nomear consiste, de facto, em designar uma entidade particular, uma singularidade. Pela sua natureza distintiva, o nome designa a realidade única que indica; produz um efeito de real, reduzindo ao mínimo o jogo das significações e das manifestações. De entre os nomes, o nome próprio presta-se maravilhosamente a este efeito específico de real. Ao contrário do nome comum, que pressupõe sempre um processo de abstracção generalizante, o nome próprio dá imediatamente a ver o indivíduo que designa.

É muito raro encontrar um título que não comporte nomes próprios de pessoa, individual ou colectiva, de lugar ou de acontecimento. Os títulos podem com justeza ser considerados o grande dispositivo de nomeação do mundo moderno. A partir do momento em que surge nas primeiras páginas de um quotidiano, um nome impõe-se e passa a integrar o mundo onomástico moderno. A manifestação e a significação acabam, assim, por servir este trabalho generalizado da nomeação, subordinando-lhe estrategicamente as outras dimensões discursivas. De entre as estratégias desta subordinação ressaltam os processos da citação ou de relato do discurso de outrem, marcados muitas vezes por marcas supra-segmentais como as aspas (de distanciamento ou de simples sinalização), os dois pontos, os sublinhados ou a distinção de caracteres tipográficos.

---

[9] Cf., acerca do pensamento estóico e da sua importância para a constituição de uma teoria da linguagem de que todo o pensamento ocidental continua ainda hoje tributário, Victor Goldschmidt, *Le Système Stoicien et l'Idée de Temps*, Paris, Vrin, 1986, 4.ª ed.; Emile Bréhier, *La Théorie des Incorporeles dans l'Ancien Stoicisme*, Paris, Vrin, 1982; Gilles Deleuze, *Logique du Sens*, Paris, Seuil, 1969, em particular pp. 22-35.

A estratégia designativa dos títulos da imprensa não se limita, por conseguinte, apenas à utilização dos nomes próprios. As restantes categorias linguísticas também se metamorfoseiam em categorias designativas, em denominadores de singularidades. Os nomes comuns convertem-se em singularidades, em designadores de exemplaridades onomásticas.

É graças a esta estratégia de subordinação das restantes dimensões da linguagem à dimensão designadora que os títulos da imprensa asseguram a produção de antonomásias. A supressão dos artigos e dos pronomes converte os nomes em representantes por excelência, em espelho exemplar e exclusivo, do mundo designado, ofuscando pela sua transparência reificada qualquer outra realidade concorrente virtual. À sua maneira, um título é o próprio mundo, a sua exemplaridade indiscutível. Por isso, o estudo dos títulos da imprensa reveste-se de particular importância para a compreensão dos mecanismos discursivos que intervêm na elaboração de um sentido único que se autolegitima pela sua própria enunciação, sem necessidade, por conseguinte, de qualquer outro processo de justificação, fazendo assim a economia de processos argumentativos susceptíveis de porem em causa ou, pelo menos, de explicitarem os pressupostos implícitos da sua legitimidade.

Aquilo que torna hoje possível este mecanismo de autolegitimação, mais do que qualquer intuito consciente de manipulação da verdade, é a própria natureza plástica da língua, a literariedade de que falavam, já nos anos 20, os formalistas russos [10], a poética de que tratou exemplarmente Roman Jakobson [11], a figuratividade discursiva estudada, nomeadamente, por Gérard Genette [12]. Os títulos da imprensa utilizam, de facto, a fundo estas possibilidades plásticas da língua.

Os títulos da imprensa recorrem, no entanto, tanto à plasticidade verbal como à plasticidade gráfica. É aliás através do grafismo que a retórica discursiva se abre a recursos semióticos extralinguísticos, com particular relevo para a imagética. Dos recursos da imagética, os títulos utilizam, sobretudo, o material fotográfico, a disposição gráfica da mancha da página, o cromatismo, a disposição dos grafemas, o *design* topográfico da paginação. É por isso uma prática semiótica que sintetiza de modo particularmente original todos estes domínios, conferindo ao seu estudo uma extrema complexidade.

---

[10] Cf. Tzvetan Todorov, *Teoria da Literatura*, 2 vols., Lisboa, Ed. 70, 1964 e 1965.
[11] Cf. Roman Jakobson, *op. cit.* e *Questions de Poétique*, Paris, Du Seuil, 1973.
[12] Cf. Gérard Genette, *Figures I, II, III*, Paris, Du Seuil, 1966, 1969, 1972.

Os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. Em virtude da sua diafaneidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver[13]. Nesta estratégia paradoxal da relação entre as singularidades designadas e os sentidos pressupostos assenta uma verdadeira encenação do texto, pela qual se instaura uma certa forma original de relação à verdade e à vontade de saber, em que são enredados tanto o enunciador como o leitor. Como em qualquer forma de encenação, estamos perante a elaboração de um suplemento ou de uma mais-valia, regida pelas leis da economia do sentido, do processo de elaboração específico desta forma de discurso.

2.1. As figuras discursivas dos títulos da imprensa

Do complexo domínio da figuratividade dos títulos da imprensa, o campo discursivo é o de mais fácil tratamento e sistematização pelo facto de utilizar a materialidade plástica da língua, materialidade que, como se sabe, obedece ao princípio da dupla articulação[14].

De facto, se a língua partilha com outros campos semióticos a distinção de dois planos, o plano do *significante* ou da expressão, constituído pelas imagens sensoriais, e o plano do *significado* ou do conteúdo, constituído por imagens mentais associadas às imagens sensoriais, distingue-se pela multiplicidade das unidades discretas, situadas nos seguintes níveis de articulação: — o nível infra-linguístico, formado, no plano da expressão, pela articulação de traços distintivos assignificantes ou merismas em feixes fonológicos para formarem os fonemas e os grafemas e, no plano do conteúdo, pela articulação de semas ou unidades de significação em núcleos sémicos;

---

[13] A figura mais frequente é a metáfora que Bouhours define deste modo: «Les métaphores sont des voiles transparents qui laissent voir ce qu'ils couvrent, ou des habits de masque, sous lesquels on reconnaît la personne qui est masquée», citado por Condillac e referido por Jacques Derrida, *La Carte Postale*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, p. 443.

[14] Para o quadro teórico das figuras do discurso podem consultar-se as seguintes obras: Pierre Fontanier, *Les Figures du Discours* (or: 1827 e 1830), Paris, Aubier-Flammarion, 1977; Jacques Dubois et alii, *Rhétorique Générale*, Paris, Larousse, 1970. Pode ler-se na página 87 desta última obra a propósito da retórica dos títulos da imprensa: «Le style télégraphique et la disposition ironique vouent le titre de presse à deux altérations typiques: la supression d'une part et la permutation de l'autre.»

— o nível *elementar*, formado, no plano da expressão, por fonemas ou grafemas que se articulam em sílabas e em monemas e, no plano do conteúdo, por núcleos sémicos que se articulam em sememas ou unidades classemáticas; — o nível *complexo*, formado, no plano da expressão, pela articulação de monemas em frases e em proposições e, no plano do conteúdo, pela articulação de sememas em desenvolvimentos de natureza descritiva, narrativa ou dedutiva; — o nível propriamente *textual*, que articula as entidades, tanto expressivas como semânticas, do nível mais complexo em unidades textuais de maior amplitude a que podemos dar o nome de obra e que, no objecto deste parágrafo, corresponde ao conjunto dos títulos de um jornal particular.

Nos títulos da imprensa são utilizados abundantemente os recursos que são postos à sua disposição por estes diferentes níveis de articulação das unidades plásticas da língua.

As figuras discursivas resultam de alterações ou de metáboles introduzidas em qualquer destes níveis de articulação, podendo uma mesma realização figurativa resultar de alterações a um ou a diversos níveis, num ou nos dois planos semióticos.

As figuras podem alterar elementos pertencentes ao plano da expressão ou ao plano do conteúdo. As alterações ou metáboles de unidades da expressão ora incidem sobre a forma do material plástico, fonético (metaplasmas) ou gráfico (metagrafismos) ora incidem sobre as articulações sintácticas (metataxes). As alterações ou metáboles de unidades de conteúdo ora incidem sobre a forma semântica (metassememas) ora incidem sobre o seu encadeamento lógico (metalogismos). As realizações metabólicas ou alterações figurativas podem resultar formalmente dos seguintes processos: *substanciais*, através da supressão, da adjunção ou da substituição de outra unidade pertencente ao eixo paradigmático da unidade suprimida, por um lado, e *relacionais*, através da permuta de unidades presentes no eixo sintagmático, por outro lado. A figura surge assim como um processo de violação de uma norma, de um uso, violação tanto mais ousada quanto mais inesperada for a unidade suprimida, acrescentada ou permutada. Existe, por conseguinte, um limiar inferior da figura, a que podemos dar o nome de grau zero, e um limiar superior, a partir do qual a figura se torna incompreensível e perde o seu efeito específico. Entre estes limiares, espraia-se o campo mais ou menos vasto da figuratividade. Quando o uso de uma figura se generaliza, ela passa a integrar a norma e perde por esse facto o seu efeito específico.

Pela sua generalização e repetição, a imprensa apresenta dois fenómenos curiosos. Por um lado, tende a normalizar as figuras que

cria, a fazê-las integrar na norma, embotando assim o efeito específico de violação e de surpresa, o efeito propriamente poético da figuratividade. Tende a estandardizar as figuras numa espécie de *corpus* abstracto relativamente fechado. Mas, por outro lado, a imprensa tende a produzir sempre novos mecanismos de surpresa, a acelerar a criação poética.

Tanto os processos de normalização e de estandardização como os mecanismos de aceleração dos processos poéticos produzem universos discursivos de usos distintivos da língua com efeitos de natureza simbólica inegáveis de distinção dos leitores habituais do jornal. Mas podem, igualmente, criar universos discursivos mais vastos do que os dos públicos de cada jornal, dada a permeabilidade e a transversalidade do discurso jornalístico. Estes fenómenos têm a ver com a natureza colectiva do texto jornalístico.

Do conjunto dos processos teoricamente possíveis da figuratividade discursiva, nem todas as possibilidades são igualmente frequentes. Apesar de as metataxes serem os processos mais correntes, encontramos igualmente o recurso a outras categorias. As mais raras são as que jogam com a forma da expressão como o palíndrome ou o verlen. Mais uma vez isto deve-se ao facto de predominarem as funções designativas do texto jornalístico. Abundam habitualmente as supressões do verbo e dos artigos, de nomes ou de parte dos nomes, correntemente substituídas por elementos de pontuação ou por grafismos.

A supressão do verbo tem como resultado a fragmentação do enunciado, levando o leitor a inserir-se nos interstícios da frase de modo a complementar o sentido. A relativa ambiguidade daí resultante produz um efeito específico, o de enigma a decifrar. Este trabalho do leitor na compensação das unidades suprimidas é, no entanto, facilitado pelo uso que os títulos fazem da crase, isto é, das supressões das unidades discursivas que o próprio discurso jornalístico introduz na norma. Apesar de difícil identificação, a crase joga com os hábitos mais arreigados e actuais de lexicalização e de formação de novos vocábulos que entram no uso corrente, quer por aférese, quer por apócope, quer por síncope: «Cinexpresso», «Olh'ó lugar-comum fresquinho».

2.2. As figuras imagéticas dos títulos da imprensa

Apesar de sóbria, a imprensa portuguesa utiliza os recursos semióticos da imagem e da sua articulação com o texto como uma das suas componentes intrínsecas.

Podemos facilmente distinguir três modos de articulação do material plástico da imagem com os títulos: o de reforço, o de complementaridade e o de contradição.

Os casos de reforço mais correntes consistem na justaposição de reportagens fotográficas, processo que tende a generalizar-se provavelmente por contaminação com a concorrência de outros *media*, nomeadamente da televisão e do cinema.

Os usos mais brilhantes da imagem como componente dos títulos são os de complementaridade e os de contradição. Quando o título fala das destruições da guerra e se faz acompanhar da imagem de um apartamento reconstruído no meio de um edifício em ruínas ou quando, para ilustrar o enunciado da fome que dizima milhares de crianças no Terceiro Mundo, se mostra um notável do país coberto de jóias, a contradição rebenta com um efeito particularmente violento.

O uso do cromatismo contribui, igualmente, para sublinhar, reforçar e distinguir, jogando como efeito hiperbólico ou metafórico particularmente potente. À sua maneira, o cromatismo destaca e confere aos títulos uma dimensão pictórica, jogando com a mancha do papel como espaço de representação do mundo. Além da sua função propriamente discursiva, o jornal, graças ao emprego das cores, torna-se quadro pictórico dirigido ao olhar e ao sentimento mais do que à razão. O emprego das cores contribui para a função lúdica e sensual dos títulos da imprensa.

Através dos múltiplos e complexos processos de que dispõem, os títulos da imprensa são de facto a instauração de uma forma específica de sentido que ordena o mundo. São uma semeiotecnia[15].

---

[15] Cf. Cornelius Castoriadis, *L'Institution Imaginaire de la Société*, Paris, Du Seuil, 1975, pp. 313-324.

8

A DIMENSÃO CRÍTICA DA COMUNICAÇÃO[1]

As ciências humanas surgiram de uma vontade positiva de preenchimento do fosso que separa o *logos* da técnica. Quer se trate das modernas ciências históricas, económicas ou literárias, quer da psicologia, da antropologia ou da linguística, deparamo-nos sempre, a partir do momento em que o homem se dá na modernidade, não só como sujeito, mas igualmente como objecto de saber, com a duplicidade do seu projecto disciplinar. Confrontada, por um lado, com os imperativos da realização da racionalidade e, por outro lado, com as implicações, previsíveis ou imprevisíveis, das invenções técnicas mais recentes, esta duplicidade procede da própria natureza técnica da racionalidade moderna assim como da autonomia que os objectos técnicos adquirem pelo facto de, na modernidade, se constituírem, sob a forma de sistemas, como mundo próprio. Por isso, as ciências humanas não podem deixar de se apresentar como modalidades duais do saber, o que de facto acontece se nos lembrarmos da oposição entre sujeito e objecto do conhecimento, da tensão entre agente e paciente, da dicotomia entre sentido visado pelos agentes e significação das obras realizadas, das oposições entre estrutura de base e estrutura de manifestação, entre inconsciente e consciência, entre modos de produção e relações sociais. Ao longo da sua relativamente curta história, as ciências humanas têm sido as disciplinas por excelência da modernidade, reflectindo as suas contradições e as suas crises de legitimidade; têm sido efectivamente o «braço secular» da racionalidade, na medida em que dão conta e pretendem resolver esta tensão entre a ordem racional do discurso e a ordem instrumental da técnica. Elaboram por isso um largo campo de formalizações con-

---

[1] Este capítulo reproduz, com algumas alterações de pormenor, um artigo publicado com o título «As ciências humanas na hora da viragem logotécnica», na *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 3, Lisboa, 1989, pp. 3-28.

ceptuais destinadas a reflectir especularmente, a compreender, a explicar e a tratar adequadamente este *no man's land* da razão que se desenvolveu nas margens da racionalidade moderna, abarcando tanto as patologias psíquicas e sociais como estes domínios fluidos das contradições e das crises que espreitam a estrutura e os modos de funcionamento das instituições. Respondem, assim, à própria ordem moderna da razão que, como se sabe, conta mais com procedimentos lógicos ou discursivos do que com modos repressivos pré-modernos para fundamentar a sua legitimidade.

Destacam-se, no procedimento das ciências humanas, algumas figuras típicas: a figura da alteridade ou da diferença, que acompanha o conjunto dos procedimentos associados à visibilidade e à promoção, tanto individuais como colectivas, e a figura terapêutica, que assegura a sua função disciplinadora, sob duas modalidades, a cirúrgica e a pedagógica.

A natureza promocional do tratamento das formas identitárias confere à figura da alteridade um destino apologético, o que confere às ciências humanas a função de exercerem uma violência teórica inegável. Esta violência é acompanhada por uma modalidade crítica para com as modalidades homogeneizadoras de uma suposta razão universal, anuladora, portanto, das formas identitárias de resistência à modernização. Sob esta forma edulcorada da ideia de progresso que nos chegou do Iluminismo, a modernização representa hoje o sucedâneo neutralizado da mesma face optimista e eufórica que presidiu, desde o século XIV, à progressiva autonomização do mundo técnico.

Mas esta figura identitária, ao mesmo tempo promocional e crítica, é inseparável da figura terapêutica. Na sua modalidade cirúrgica, o funcionamento terapêutico das ciências humanas consiste ora na amputação das formas exógenas que resistem ou gangrenam o tecido maioritário do senso comum ora na enxertia no corpo, tanto colectivo como individual, de novas formas susceptíveis de compensar o disfuncionamento das estruturas institucionais, a sua desadequação à racionalidade instrumental moderna. A modalidade pedagógica, por seu lado, consiste na inculcação do projecto modernizador de acordo com as necessidades performativas da racionalidade técnica, canalizando assim as energias dispersas e recentralizando as margens que escapam ao modo de funcionamento das instituições.

A estas duas figuras, a identitária e a terapêutica, correspondem, no entanto, outras tantas modalidades de resistência, inerentes à nossa modernidade, a da indiferença e a da dispositividade.

A partir do momento em que a diferenciação identitária se converte em projecto disciplinar, são as próprias identidades que se con-

vertem em processo generalizado de indiferenciação, votando assim as marcas diferenciadoras a um devir museiforme, a uma espécie de criogenização. De facto, pretender que tudo seja marcado pelo signo da diferença equivale a fazer com que tudo se valha indiferentemente, com que todas as novas formas diferenciais sejam de antemão votadas à indiferença. Quando, de facto, a distinção é promovida a processo generalizado imperativo, o seu resultado é a indistinção e a homogeneidade. É por isso que, por exemplo, o incremento de um número ilimitado de jornais, de rádios livres, de cadeias de televisão tem inevitavelmente como resultado a constituição, a médio ou a longo prazo, de um modelo único de programação e do gosto. Ao converterem-se em imperativo generalizado, obrigadas a imporem-se ao maior número possível, todas as modas, passado o momento efémero da novidade, acabam por se valer indistintamente. O próprio momento da novidade torna-se, assim, cada vez mais fugaz e breve, a ponto de se anular completamente. Este é um dos aspectos mais importantes do círculo vicioso da cultura de massas e do sistema da moda.

À figura terapêutica, quer cirúrgica quer pedagógica, corresponde a conversão do mundo técnico em dispositivo de realimentação do moderno com as formas esquecidas do arcaico. A dispositividade consiste na sucessiva incorporação da técnica e corresponde, por conseguinte, à obliteração da sua memória, levando assim a uma progressiva naturalização da sua forma de racionalidade. Deste modo, à medida que o processo pedagógico e a intervenção cirúrgica alcança os mais íntimos redutos e as margens mais distantes do tecido social, este devir incorporado da racionalidade instrumental vota a técnica a um grau de imperceptibilidade que anula a própria fronteira que separava tradicionalmente o mundo técnico do mundo humano, confundindo-os num novo mundo, sincrético, no mundo *logotécnico*. Assistimos assim, hoje, à realização total daquilo que se dá na linguagem como fundo pré-significante e que deixa assim de resistir à realização performativa, fundo que é da ordem do pro-jecto que se anuncia no *logos*. É esta realização total que equivale já à desrealização generalizada e nos vota a uma forma identitária definida pela conexão viral às imagens logotécnicas do mundo, tanto do mundo natural como do mundo intersubjectivo e do mundo intra-subjectivo[2].

---

[2] Henri-Pierre Jeudy desenvolve esta ideia da contaminação do sentido por uma nova forma de troca de natureza viral e propõe um projecto de constituição de uma teoria epidemiológica do social, no livro *Les Ruses de la Communication*, Paris, Plon, 1989, em particular nas pp. 39-74.

A interferência das ciências humanas neste processo de desrealização generalizada da racionalidade instrumental tem a ver com o facto de as ciências humanas não estudarem objectos mas factos e obras. Max Weber (1844-1919) definia a sociologia como «uma ciência que se propõe compreender por interpretação (*deutend verstehen*) a actividade social e assim explicar causalmente (*ursächlich erklären*) o seu desenrolar e os seus efeitos[3].

Wilhelm Dilthey (1833-1911), na esteira, aliás, de Schleiermacher (1768-1834), vira já na consciência historicamente operativa (*Geschichtlichkeit*) o fundamento epistemológico da distinção entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*), cujo objecto consiste na descoberta das leis que explicam (*erklären*) o desenrolar dos fenómenos do mundo da natureza, e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), votadas à compreensão (*verstehen*) do sentido visado pelo agir humano e da significação das obras. A memória destas distinções inaugurais das ciências humanas é hoje particularmente importante, na medida em que precisamente a realização logotécnica actual tende a anular a sua especificidade ou, pelo menos, a confundi-las.

A epistemologia das ciências humanas apresenta duas vertentes distintas, a vertente instrumental e a vertente genealógica. A radicalidade desta distinção provém, sobretudo, do esquecimento, operado pela modernidade e pela consequente autonomização das ciências humanas, da perspectiva hermenêutica originária. O diálogo entre as diferentes epistemologias que se confrontam só é possível se tivermos em conta a natureza discursiva do saber e aceitarmos assim tomar a sério as preocupações esquecidas da hermenêutica. Deste modo, o conflito das razões inerente às aporias do conhecimento científico, postas em relevo, nomeadamente, pela recente questão da irredutibilidade dos diferentes paradigmas e modelos, exacerbada, aliás, pela epistemologia histórica, ganha em ser compreendido dentro da lógica que preside às formações discursivas. Esta lógica exige, inevitavelmente, um entendimento prévio, nomeadamente quanto: *a*) à realidade a que o discurso se refere; *b*) à significação do léxico utilizado; *c*) aos processos de encadeamento das designações utilizadas; *d*) ao sentido visado pelo discurso.

A racionalidade moderna comporta a distinção de diversos domínios de realidade que constituem outros tantos mundos autónomos. É desta distinção que procede, aliás, a relação desencantada, adulta

---

[3] Max Weber, *Economie et Société*, Paris, Plon, 1971, p. 4 (or: *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tubingen, Mohr, 1956).

e racional, tanto à linguagem como à técnica. Jürgen Habermas esquematiza estas distinções, agrupando-as em torno de cinco realidades: a do mundo objectivo da natureza, a do mundo das relações intersubjectivas, a do mundo intra-subjectivo, a do mundo da linguagem e a do mundo comunicacional[4]. É por conseguinte racional o homem moderno e o seu agir, na medida em que a sua actividade pragmática ou expressiva for adequada à lógica própria de cada um destes mundos, fazendo-lhes corresponder, respectivamente, um «agir teleológico-estratégico», um «agir regulado por normas», um «agir dramatúrgico» e um «agir comunicacional»[5]. Semelhante maneira de esquematizar a autonomização dos diferentes domínios da experiência do homem moderno presta-se, no entanto, a dois reparos. Em primeiro lugar, por que razão nos deveremos limitar aos cinco mundos referidos por Habermas? É evidente que, prosseguindo as distinções propostas por Max Weber, Habermas prefira situar-se a um nível ideal-típico. Mas ao introduzir a autonomia do mundo da linguagem e do mundo comunicacional, não serão todas as experiências singulares do homem que acabam hoje por adquirir o direito à autonomização, com uma consequente pulverização da experiência, uma vez que é próprio da linguagem a gestação de mundos singulares? O segundo reparo tem a ver com a historicização da noção de racionalidade, confundindo-a abusivamente com a forma que ela apresenta historicamente na Europa dos últimos três séculos. A este propósito, refira-se que dificilmente poderemos conceber e verificar historicamente a existência de sociedades humanas em que não ocorram, de uma maneira ou de outra, processos de desencantamento e de racionalidade com a consequente constituição de mundos autónomos da experiência[6].

Seja como for, a brecha cavada entre as diferentes esferas de realidade ou, para falarmos ainda como Habermas, entre os diferentes mundos da experiência torna sempre problemático o consenso acerca da delimitação de um objecto de saber. É por isso que, por exemplo, apesar de a nossa cosmologia ter sido radicalmente alterada desde Copérnico e Galileu, a linguagem quotidiana e toda a nossa vida social continuam a referir-se e a guiar-se por uma visão antropocêntrica do

---

[4] Cf. Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, vol. 1, *Rationalité de l'Agir et Rationalisation de la Société*, Paris, Fayard, 1987, pp. 64-69.

[5] *Ibidem*, pp. 90-117.

[6] Veja-se, a este propósito, o meu texto «O desencantamento da nossa modernidade», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 6/7, Lisboa, CECL, 1988, pp. 249-255.

universo. Na vida de todos os dias, continuamos a referir-nos às antigas tradições míticas apesar do processo desmitificador a que a modernidade as submeteu. O hiato entre o mundo da cultura e o mundo da ciência consiste, antes de mais, na referência a mundos distintos da experiência.

Uma das acepções mais controversas é a de significação. Todos pensamos saber utilizá-la, mas dificilmente a poderíamos definir de maneira consensual. Ogden e Richards, já nos anos 30, enumeraram cerca de vinte e três sentidos distintos do termo[7]. Alguns autores substituem-no por referência, outros por conceito, outros ainda preferem falar de operação de contextualização ou de uso de um termo. Deste modo, ainda que nos atenhamos a um mesmo mundo da experiência, a natureza dos termos utilizados para o referir abre um novo campo de indeterminação a exigir acordo prévio.

Assim, por exemplo, sistema, estrutura, código são termos que atravessam hoje os mais diversos domínios do conhecimento. Mas a identidade de uma mesma designação não passa de uma ilusão quanto à significação que uns e outros lhe atribuem. Quando, por exemplo, no domínio da cibernética empregamos o termo sistema, pretendemos significar as probabilidades de ocorrência de um acontecimento, permitindo assim medir estatisticamente a maior ou menor probabilidade de um fenómeno ocorrer, de acordo, aliás, com a chamada lei da informação. A fórmula matemática que lhe corresponde, fixada por Shanon e Weaver, equivale à da entropia em termodinâmica: $I = N \log 2\, h$[8]. Esta fórmula define a informação de uma mensagem enquanto probabilidade de um acontecimento acontecer de entre N escolhas de h símbolos ou acontecimentos prováveis. Mas a noção de sistema foi igualmente utilizada, por exemplo, por Ferdinand de Saussure com uma acepção completamente diferente: «Um sistema de puros valores em que nada de exterior determina o estado momentâneo dos seus termos.»[9] Para Saussure, o sistema determina assim «a combinação de uma forma, não de uma substância»[10], ao contrário dos engenheiros da informação. Radicalizando, aliás, a concepção saussuriana, Louis Hjelmslev define sistema como uma «tota-

---

[7] Cf. K. Ogden-I. A. Richards, *The Meaning of Meaning*, Londres, 1936; C. C. Fries, «Meaning of Linguistic Analysis», in *Language*, XXX, 1954.

[8] Cf. C. E. Shanon-W. Weaver, *The Mathematical Theory of Information*, Urbana, Univ. of Illinois Press, 1949.

[9] Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique Générale*, Paris, Payot, 1972, p. 116 (or: 1915).

[10] *Ibidem*, p. 157.

lidade que se basta a si própria»[11] e ainda como uma hierarquia ou classe de classes correlacional cuja função é disjuntiva, do tipo *ou... ou...*, contrapondo-a assim à noção de processo, «hierarquia relacional, cuja função é conjuntiva, do tipo *e... e...*»[12]. Este exemplo ilustra a existência de divergências não só entre os diferentes mundos da experiência e as diversas designações para a nomearmos mas também entre as acepções dos termos utilizados. Estas divergências, ao contrário daquilo que pretendem os defensores da existência da possibilidade de um termo positivo e universal do saber científico, não resultam do estado mais ou menos embrionário do conhecimento, mas permanecem por resolver mesmo no seio das ciências mais avançadas, como um limite incontornável de todo e qualquer tipo de linguagem.

Mas o saber, em virtude da sua inscrição na lógica discursiva, não se limita a uma pura justaposição dos termos. Comporta ainda modalidades de encadeamento das designações em frases e em conjuntos discursivos mais vastos de natureza textual. Procede assim por encadeamentos de natureza interrogativa, expressiva, indicativa, demonstrativa, argumentativa[13]. A ordem destas modalidades e a forma do seu encadeamento pressupõem a existência de um acordo prévio acerca do próprio mundo do texto, no qual os interlocutores, reais ou virtuais, se inserem. Desse acordo depende em última instância a própria construção do mundo do saber.

Além de visar obviamente o conhecimento de uma determinada esfera de realidade, o saber não pode deixar igualmente de visar outros sentidos, como, por exemplo, a sua transmissão, a determinação da actividade humana, a valorização moral, cultural ou social dos indivíduos ou dos agentes sociais, a satisfação intelectual ou estética produzida pela elegância do raciocínio ou da sua expressão. Estes diferentes sentidos visados podem mesmo ser contraditórios entre si, ditar inclusive modalidades de encadeamento textual divergentes. Podem alterar a significação dos termos utilizados, presidem à escolha de terminologias diversas para tratar os mesmos fenómenos, definem mundos da experiência diversos. A título de exemplo, refira-se que uma exposição didáctica raramente pode seguir modalidades de encadeamento das frases idênticas às que prosseguem objectivos técnicos des-

---

[11] Louis Hjelmslev, *Prolégomènes à une théorie du Langage*, Paris, Minuit, 1971, p. 158.

[12] *Ibidem*, pp. 164-165.

[13] Cf. Jean-François Lyotard, *Le Différend*, Paris, Minuit, 1983.

tinados à intervenção nessa esfera do saber nem se adequa em princípio à da exposição sistemática do cientista.

Deste modo, um largo e diversificado espectro permanece como pressuposto não dito do conhecimento, votando-o assim a um questionamento virtual incessante, como consequência inevitável da sua natureza discursiva, como resultado incontornável da necessária inscrição dos diferentes mundos da experiência moderna no mundo da linguagem e no mundo da comunicação. A presença silenciosa deste mundo discursivo e comunicacional, com as suas regras e as suas modalidades próprias de agenciamento, é, ao mesmo tempo, limite e abertura da realidade, ponto de partida e ponto de chegada das designações e das significações, ordem classificatória dos signos e princípio de variação indefinida do seu uso, numa palavra, horizonte de todos os sentidos virtuais. Por isso, comentando a obra de Michel Foucault, Dreyfus e Rabinow podiam afirmar: «Contrariamente à maior parte dos territórios conhecidos, este (o do discurso) é-nos tão próximo que temos muita dificuldade em encontrá-lo.»[14]

É, no entanto, do esquecimento (*lethe*) desta inscrição incontornável de todo e qualquer saber na *ordem do discurso*[15] que a redução da racionalidade moderna à sua modalidade instrumental se torna possível, votando assim as ciências a um devir mítico, a um retorno à confusão mítica entre o ser e o dizer. É, no entanto, paradoxalmente deste esquecimento que procede hoje não só a conversão do mundo da linguagem em dispositivo logotécnico como também a autonomização do questionamento da linguagem como mundo próprio.

A fim de melhor compreendermos esta maneira paradoxal de a linguagem se dar na modernidade, vejamos agora como se coloca a questão da instrumentalidade, a sua relação com o projecto genealógico e o ressurgimento da hermenêutica.

1. A questão da instrumentalidade

Quando nos referimos à natureza instrumental da ciência moderna, confundimos facilmente nesta designação dois sentidos diferentes e em grande parte opostos: o sentido operativo e o sentido performativo.

---

[14] Hubert Dreyfus-Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un Parcours Philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, p. 72.

[15] Cf. Michel Foucault, *L'Ordre du Discours*, Paris, Gallimard.

A instrumentalidade operativa tem a ver com a relação que as ciências modernas estabelecem com os instrumentos de percepção, de medida, de experimentação e de confirmação ou validação dos conhecimentos. O lugar e a importância da instrumentalidade operativa foram claramente postos em relevo por Claude Bernard, logo nas primeiras páginas da «Introdução» ao *Estudo da Medicina Experimental*:

«Um instrumento construído de uma determinada maneira, o emprego de um reactivo em lugar de outro são suficientes para resolver as mais elevadas questões gerais. Cada vez que um meio novo e seguro de análise experimental surge, vemos sempre a ciência fazer progressos nas questões em que este meio pode ser empregado. Pelo contrário, um mau método e processos defeituosos de investigação podem ter como consequência os mais graves erros e atrasar a ciência descaminhando-a.»[16] A instrumentalidade performativa, por seu lado, designa uma modalidade de legitimação do saber inversa, na medida em que assenta na eficácia ou na eficiência que os conhecimentos proporcionam em ordem à transformação do mundo, em ordem a projectos humanos de intervenção num determinado domínio da experiência. Depois de associada, predominantemente, à performatividade técnica de intervenção no mundo físico, a instrumentalidade performativa estende-se hoje ao mundo da experiência intersubjectiva, ao mundo intra-subjectivo, ao mundo da linguagem e ao mundo da comunicação. Deste modo, a instrumentalidade, na sua modalidade performativa, emerge como questão de uma urgência incalculável, visto atingir domínios da experiência que, até há pouco tempo, escapavam ao seu controlo, o que contribui para a sua autonomização em mundos próprios.

Devido ao facto de a modalidade performativa da instrumentalidade atingir hoje os domínios da linguagem e da comunicação, convertem-se em técnicas da informação e adquirem uma dimensão modelizadora autónoma, informando e orientando os projectos e a actividade das instituições, intervindo eficazmente na esfera económica, condicionando a produção e o consumo, comandando e orientando os mercados, gerando a conformidade dos comportamentos, ditando as exigências e a pulverização dos públicos.

O alargamento da tecnicidade ao domínio da linguagem, com a autonomização das logotécnicas, corre, no entanto, o risco de nos

---

[16] Claude Bernard, *Principes de Médecine Expérimentale*, col. «Quadrige», Paris, PUF, 1987 (1.ª ed. 1947), pp. XI-XII.

distrair da componente operativa da instrumentalidade do saber, cada vez mais reservada ao controlo de um corpo autónomo, ao controlo do corpo científico que se rege cada vez mais pelos princípios da eficácia dos instrumentos disponíveis para a percepção, a experimentação e a medida dos fenómenos.

Em vez de se reger pelo princípio de não contradição para a determinação da verdade, a ciência moderna, mercê da importância adquirida pela modalidade operativa da instrumentalidade, converte-se em tecnociência. Os seus princípios são, portanto, os da adequação a fins visados pela acção, pela intervenção do homem nos diferentes mundos da experiência. Deste modo, tendo em conta determinado objectivo, um dispositivo técnico é legítimo, para a ciência moderna, se permitir alcançá-lo melhor, mais depressa e com menores custos do que outros dispositivos técnicos alternativos.

É conveniente, a este propósito, não esquecer a distinção entre utensílios e instrumentos. Enquanto compete aos utensílios contribuir para a realização de acções exteriores, os instrumentos servem para adequar a percepção sensorial aos fenómenos, permitindo assim observar aquilo que sem o seu concurso permaneceria fora do alcance da percepção humana ou, pelo menos, seria percepcionado de maneira confusa ou até enganadora. Deste ponto de vista, a modalidade operativa da instrumentalidade consiste na adequação a um determinado estado de coisas preexistente; tem a ver com a percepção e com a experimentação, ao passo que a modalidade performativa da instrumentalidade está associada à eficácia com que entendemos intervir no mundo, em ordem a projectos humanos de transformação.

A questão da instrumentalidade depende, assim, da natureza da racionalidade moderna tanto no que se refere à determinação dos objectivos da acção como no que se refere à dependência da experiência em relação aos dispositivos disponíveis. Por seu lado, a extensão da tecnicidade ao domínio da linguagem e da comunicação tem como consequência a sua conversão em processo informativo instrumental. Esta viragem comporta aspectos de natureza técnica, mas repercute-se, igualmente, nos domínios das relações sociais e da legitimidade política.

Do ponto de vista técnico, observamos hoje três mudanças importantes: a cobertura em simultâneo do planeta pelos dispositivos logotécnicos, a sua miniaturização e a instalação de um sistema reticular de informação.

As sociedades tradicionais viveram sempre confinadas ao espaço da colectividade e as suas relações não iam além das sociedades limí-

trofes. As tradições, o saber e a técnica estavam assim delimitados pelas fronteiras culturais da colectividade concreta dos que partilhavam o mesmo território comum. Para além destas fronteiras, era o desconhecido, com a sua ambivalência, de espaço ao mesmo tempo temido e sedutor.

Hoje, os satélites geostacionários de telecomunicações cobrem em permanência o globo terrestre e estendem até o seu raio de influência para além do nosso planeta. As sociedades humanas passaram assim a contar com um devir conectado em permanência ao conjunto do universo. A comercialização de antenas parabólicas, o aperfeiçoamento dos aparelhos de recepção e dos sistemas de difusão contribuem para a planetarização do sistema.

O desenvolvimento técnico destes últimos três séculos esteve sempre associado a uma cada vez maior dimensão das máquinas, uma vez que o desenvolvimento dependia, sobretudo, das soluções de compatibilidade, tanto energéticas como mecânicas, dos seus elementos constituintes. A informatização corresponde hoje a uma viragem radical em relação à perspectiva industrial do desenvolvimento técnico precedente. Veio permitir gerir sistemas complexos, inscrevendo-os em programas logísticos e, deste modo, reduzindo as dimensões das máquinas a proporções cada vez mais miniaturizadas. Esta viragem prova, inequivocamente, que o grau de tecnicidade dos utensílios e dos instrumentos não depende da sua dimensão mas sim do grau de imperceptibilidade da sua estrutura e do seu funcionamento, até atingirem a capacidade de quase se confundirem com os seres naturais e de serem por eles incorporados[17]. Com a informatização, assistimos de facto ao destino mediático da técnica, convertendo-a numa quase prótese do corpo, enxertando-se nele e confundindo-se quase com os órgãos de percepção. O sentido da miniaturização técnica coincide, assim, com o seu devir imperceptível de dispositivo biotécnico[18].

Durante os últimos três séculos, o desenvolvimento industrial consistiu numa solução de compromisso entre os elementos que integram a máquina, de modo a permitir um modo de funcionamento integrado e a manter a máquina ao abrigo das disfunções que adviriam das incompatibilidades de articulação funcional dos seus elementos. Com

---

[17] Cf. Gilbert Simondon, *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, Paris, Aubier-Montaigne, 1969.

[18] Cf. Michel Foucault, *Histoire de la Sexualité*, vol. 1, *Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard, 1976.

a informatização, estamos perante a organização de modelos funcionais em sistemas integrados, redes que originam uma estrutura técnica já não mecânica mas reticular. Os sistemas de cablagem actualmente em curso de implantação prosseguem a integração no mesmo sistema de uma grande diversidade de serviços, aumentando assim exponencialmente o volume do tráfego, a imbricação dos diferentes dispositivos, tornar mais fino e fiável o funcionamento do próprio sistema. A rede substitui já a máquina, convertendo a máquina numa realidade tanto mais funcional quanto maior for a multiplicidade de elementos que por ela passar.

Esta progressiva substituição das relações imediatas e concretas pela conexão à rede logotécnica corresponde a uma maneira diferente de percepção do espaço e do tempo. Assiste-se a uma progressiva hipervalorização do instante, em detrimento da memória do passado e dos projectos de investimento no futuro. A instantaneidade sobrecodifica a oposição tradicional do presente, do passado e do futuro. Do mesmo modo, a oposição entre o território concreto de pertença e o exterior, ao mesmo tempo temido e aliciante, é substituída pelos valores inerentes à conexão ao sistema reticular da informação instantânea.

Até há pouco tempo ainda, podíamos distinguir três modelos de sociabilidade, o da comunhão, o da comunidade e o da sociedade[19]. Estes três modelos correspondem a um esquema sociológico tradicional ditado por uma matriz constituída pelo cruzamento de duas variáveis, o da autonomia *versus* dependência e a do indivíduo *versus* grupo. Partindo da comunhão, sociabilidade em que a dependência do indivíduo em relação ao grupo é máxima, e da comunidade, em que a autonomia é relativa, a sociedade caracterizar-se-ia pelo facto de nela ser o indivíduo que possui a maior autonomia, sobretudo nos espaços regidos pelas normas do anonimato. A actual constituição de redes de solidariedade mediática oferece a experiência de um novo modelo de sociabilidade caracterizado pelo valor de conexão ao sistema de informação, transversal às formas tradicionais da sociabilidade. Não é pois que esta nova forma de sociabilidade reticular tenha surgido de repente nem a sua implantação anula completamente as formas tradicionais. Já conhecíamos a sua existência no passado. Até na Antiguidade múltiplas redes de relações sociais estabeleciam influências à distância entre os indivíduos e entre as culturas. Hoje,

---

[19] Cf. George Gurvitch, *A Vocação Actual da Sociologia I*, Lisboa, Cosmos, 1979, pp. 145-284.

porém, a integração destas formas de sociabilidade reticular num sistema técnico próprio convertem-na na forma privilegiada de organização do espaço público, a ponto de se ter já tornado na forma de mediação e de visibilidade do conjunto das nossas relações sociais, sobrepondo-se assim às relações de vizinhança, de convívio directo e imediato, de participação na vida pública e até de trabalho. Paradoxalmente, as relações sociais são já hoje tanto mais directas, no quadro das formas de sociabilidade reticular, quanto mais mediatizadas forem.

A vida social é regida por todo um jogo de regularidades baseadas na experiência adquirida e na memória que perpetua as suas marcas. É em função deste jogo de regularidades que se criam as expectativas e os hábitos de comportamento individual e colectivo. Estas regularidades podem até tornar-se anacrónicas e insuportáveis, quando coarctam a emergência de inovação desejada, mas sem elas a vida social seria votada à imprevisibilidade e a vida quotidiana tornar-se-ia assim extremamente desgastante e por isso insuportável.

O sentido, tanto da linguagem como da acção, está intimamente associado a esta memória, assim como aos projectos que prosseguimos. O facto de hoje coexistir, no sistema mediático, uma multiplicidade indefinida de modelos virtuais e de os termos em permanência à disposição faz com que o presente surja como dimensão temporal própria, relativamente autónoma em relação à memória do passado e dos projectos de futuro. A própria reabilitação do passado tende a converter-se, neste contexto, numa forma folclórica de revivalismo. O futuro é assim encarado como problemático e aberto a toda a panóplia de investimentos virtuais disponíveis de antemão no próprio sistema informativo.

Nas sociedades tradicionais, as relações intersubjectivas estavam relativamente confinadas a um lugar concreto de enraizamento, a uma comunidade de pertença. Na distinção entre os que partilhavam connosco idêntico destino, os de dentro e os outros, assentava o reconhecimento de regras de convivência e de conivência[20]. Os actuais sistemas reticulares são transversais às clivagens que costumavam constituir a nossa visão do mundo e as regras que presidiam às nossas relações sociais. Definem assim novas clivagens entre os que estão conectados a um mesmo sistema planetário de informação, independentemente da área geográfica e cultural em que residam, e aqueles que não lhe têm acesso.

---

[20] Cf. Pierre Mayol, *L'Invention du Quotidien*, vol. 2, *Habiter, Cuisiner*, col. «10/18», Paris, Un. Géné. d'Ed., 1980, pp. 23-50.

Assistimos assim, hoje, à emergência de novas modalidades de legitimidade, de acesso ao exercício do poder, com a consequente redefinição do conceito e da prática da dominação política. De resultado de uma vontade soberana, fundamentada na hereditariedade ou na delegação publicamente expressa pelos cidadãos, a legitimidade política tende hoje a converter-se em mecanismo de convencimento através da produção de efeitos plausíveis de sentido. Deste modo, a um sistema de representação vicária substituem-se cada vez mais a encenação de um modo de representação teatral e as funções de gestão do sistema reticular da informação, mecanismo destinado a irrigar por capilaridade, em permanência e instantaneamente, o tecido social. Assim, em vez de se fundar na produção de uma razão legitimante, a nova ordem política assenta na capacidade de sedução, de acordo com o tratamento instrumental da linguagem e da comunicação, destinando-a doravante, claramente, a um devir informativo, a processos ritualizantes retóricos, pela conversão da linguagem em dispositivo mecânico sujeito a processos análogos aos dos reflexos condicionados que encontramos no funcionamento do sistema biológico. É este devir instrumental da linguagem que confere à memória a sua dimensão arcaizante, que se observa, nomeadamente, na folclorização e na criogenização de toda a espécie de marcas culturais identitárias. As reminiscências culturais e o restauracionismo ecologista, tão em voga, convertem-se ora em modalidades nostálgicas ora em exotismo, outras tantas maneiras de encenação do sentido perdido e de realização de um mundo há muito desaparecido.

2. A questão genealógica

O sentido da racionalidade moderna tende assim a esgotar-se no próprio movimento de realização das suas modalidades instrumentais, rompendo com a ideia de um progresso linear, contínuo e cumulativo e substituindo-a pela de modernização[21]. A crítica da instru-

[21] A propósito desta conversão da ideia de progresso e de modernidade na de modernização, ver Jürgen Habermas, *Le Discours Philosophique de la Modernité*, Paris, Gallimard, 1988. Para Habermas, a modernização representa uma viragem, ocorrida a partir dos anos 50. Esta viragem consiste num processo de abstracção temporal, em relação às suas origens iluministas, e espacial, em relação à Europa em que se enraiza como princípio de racionalização, de modo a apresentá-la «como um modelo geral dos processos de evolução social, indiferente ao quadro espácio-temporal a que se aplique» (p. 3).

mentalidade adquire assim uma forte componente genealógica que permita dar conta do processo de gestação das figuras que integram este devir modernizador da instrumentalidade. É que, como dizia Michel Foucault, «por detrás das coisas existe algo inteiramente diferente delas: de modo algum o seu segredo essencial e sem data, mas o segredo de que elas não possuem essência, ou de que a sua essência foi construída peça a peça a partir de figuras que lhe eram estranhas»[22].

Deste modo, mais do que da impossibilidade de acesso a uma origem essencial e a uma finalidade teleológica, joga-se no saber actual o termo do discurso da reminiscência e do progresso, modalidades especulares de substituição estratégica das grandes narrativas do progresso pelas figuras edulcoradas e abstractas dos discursos da modernidade pela modernização. Assim, depois de termos feito recuar interminavelmente a data da fundação e ultrapassado todos os prazos concedidos à realização plena dos nossos sonhos, estamos votados a uma visão irónica e duplamente desencantada, não só em relação ao encantamento das narrativas míticas primitivas mas também em relação aos próprios mitos da razão e do progresso iluministas modernos.

A questão genealógica surge assim enquanto ultrapassagem tanto do relativismo historicista como dos pressupostos metafísicos inerentes à crença nos valores transcendentes da origem e da finalidade. A sua preocupação é dar conta dos reflexos do arcaico que atravessam a actualidade, conferindo-lhe marcas regressivas e efeitos imprevisíveis de sentido. A sua metodologia não é por isso estrutural mas figural: procura não as formas invariantes e as combinatórias proibidas ou permitidas pela estrutura, como o estruturalismo fazia até aos finais dos anos 60, mas as figuras in-significantes de que é tecido o presente efémero, geradoras de efeitos aleatórios, de reflexos.

Não se trata, no entanto, apenas de identificar os retornos efémeros do antigo no novo, nomeadamente sob as figuras folclóricas do *retro*, tão em voga nas actuais ideologias ecológicas populistas. Estes processos estão ainda eivados de uma velha crença na energia revitalizadora da reconstituição do arcaico, de um paraíso perdido. Trata-se antes de dar conta da sua in-significância, da função estratégica da sua criogenização ritualizante.

A genealogia é por isso componente positiva da crítica. À dissolução das noções de verdade, do perspectivismo, do real, da signifi-

[22] Michel Foucault, «Nietzsche, la Généalogie, l'Histoire», in *Hommage à Jean Hyppolite*, Paris, PUF, 1971, p. 148.

cação e do sentido, do novo e do progresso, contrapõe-se a multiplicidade positiva das perspectivas que informam o devir errático do devir finito incontornável da razão. Em vez da ortodoxia e da ortopraxia, o projecto genealógico busca, nos interstícios ou nas brechas por onde se disseminam as exclusões, as marcas que geram e alimentam os reflexos das práticas jurídicas, éticas, estéticas, económicas, políticas, discursivas.

O saber aparece assim mais como um palimpsesto reescrito um número indefinido de vezes, sempre outro e sempre o mesmo, votado, por conseguinte, a um autêntico agonismo hermenêutico, ao conflito das interpretações. Ao contrário, por conseguinte, da perspectiva histórica, que postula para o devir um sentido linear, uma origem e um fim a encontrar, o projecto genealógico procura «identificar a singularidade dos acontecimentos, fora de qualquer finalidade monótona»[23].

Para o projecto genealógico não são, por conseguinte, signos mas figuras in-significantes que se estendem à superfície dos acontecimentos do mundo. É com estas figuras que se geram as configurações de sentido, graças à sua recorrência ritualizada.

O desencantamento inerente ao campo actual do saber está assim intimamente relacionado com a realização técnica do pensamento, deste fundo inomeável da linguagem, com o facto de o conhecimento se apresentar como domínio da racionalidade instrumental sobre os diferentes mundos da experiência. Apresenta-se assim como substituto e como termo do devir do pensamento e da linguagem. Daí a dupla questão que atravessa o projecto genealógico: — qual a forma do pensamento que a técnica realiza? — como se chega hoje ao nível de realização técnica do pensamento?

É a modalidade instrumental do pensamento, com a sua dupla componente operativa e performativa, que a técnica realiza. Nesta realização, a técnica tende para a instrumentalização de todo o pensamento, o que equivale a dizer para o termo da modalidade reflexiva em favor da modalidade mecânica, constituída por modelos operativos e por processos funcionais automatizados. O seu princípio é, por conseguinte, a operacionalidade e a automatização, não é o questionamento e a reflexividade.

Seria, no entanto, erróneo considerar este devir instrumental como limite susceptível de vir alguma vez a ser atingido completamente. Este devir instrumental é um limite, mas a sua natureza não é histórica;

---

[23] Michel Foucault, «Nietzsche, la Généalogie, l'Histoire», *op. cit.*, 1971, p. 145.

é tensional. Dá-se sob a forma de uma miragem que se projecta no horizonte de um novo mundo sincrético, de um mundo homogeneizador da modernidade, confrontada com a diversidade de mundos cada vez mais autónomos. É, portanto, um limite tensional que preside ao desabrochar técnico dos diferentes mundos da experiência, inscrevendo-os num devir totalizante de natureza não despótica mas maquínica ou, por outras palavras, num devir desencantado em relação às formas originárias da indiferenciação totalizante mítica. É este o horizonte da objectivação das ciências e da razão que as sustenta. Por isso, este horizonte corresponde, igualmente, à sua impossibilidade real, funcionando apenas como estratégia mobilizadora da instrumentalidade e como modalidade perigosa de formas novas de totalitarismo doce.

Para este devir maquínico da razão contribuem ainda as experiências singulares, as falhas e as margens da própria instrumentalidade, enquanto alimento energético dos próprios dispositivos, como uma espécie de suplemento anímico, de concessão feita ao anacronismo do seu destino humano. Muitos vêem neste suplemento anímico e nesta fonte energética formas remanescentes arcaicas de resistência à instrumentalidade. Trata-se, no entanto, também de um fundo susceptível de integrar as formas modelizadas pelos dispositivos em figuras arcaicas reconhecíveis pelo homem. Através da realização técnica do pensamento chega-se pela extensão da racionalidade instrumental ao mundo da linguagem, uma vez reduzida a uma dimensão modelizadora da totalidade da experiência, a uma função predominantemente informativa.

O projecto genealógico não se confunde, por conseguinte, com o historicismo, dominante no século XIX, com a procura de uma explicação de natureza genética através da busca das origens. A relação à memória não é da mesma natureza num e noutro projecto. Enquanto para o historicismo as formas evoluem linearmente desde um estádio originário para um estádio final segundo uma ordem teleológica ditada por regras inscritas na memória individual ou colectiva, o projecto genealógico introduz uma relação entre a memória e o esquecimento que é susceptível tanto de descortinar no novo as marcas ou os vestígios do arcaico como de gerar sempre novas configurações presentes com formas do passado esquecidas. Por isso, para o projecto genealógico trata-se mais de irrupção do imprevisível, de dar conta do acontecimento singular, da emergência de marcas identitárias no seio da diferença e do diferimento interminável do sentido. O historicismo vê na história uma acumulação progressiva de significações; a genealogia considera as significações como os refle-

xos no presente de figuras in-significantes esquecidas. O presente é para a perspectiva genealógica a matriz embraiadora da rememoração, da actualização positiva de formas perdidas, de desvendamento (*a-letheia*) das figuras que alimentam os dispositivos de adestramento dos corpos, atribuindo-lhes uma identidade singular, um nome próprio.

3. A questão hermenêutica

A questão do esquecimento, da *lethe* grega, esteve sempre associada ao processo interpretativo, à *hermeneia*, das diferentes modalidades de expressão constituídas em textos. A natureza científica do conhecimento depende, no entanto, da fundamentação racional da interpretação, relegando concomitantemente para a esfera do *mythos*, os conhecimentos acríticos, fundamentados não no *logos*, na indagação racional, mas na crença ingénua numa colagem imediata e espontânea da linguagem às coisas e aos estados de coisas.

Tal como a instrumentalidade apresenta uma multiplicidade de aspectos, também a hermenêutica compreende uma diversidade de paradigmas e de níveis de interpretação, em função das diferentes modalidades de fundamentação racional do saber. No entanto, na hermenêutica moderna, nomeadamente depois de Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, sobressai o questionamento acerca das possibilidades do próprio processo de produção textual, inscrito, como se sabe, numa espécie de *mise en abîme* da enunciação, dando-se, portanto, como processo de interpretação interminável e aberta.

Podemos, no entanto, distinguir duas vertentes na hermenêutica actual: a vertente metodológica, que procura numa metateoria o ponto de fuga a partir do qual possa perspectivar uma prática textual finita, e a vertente fenomenológica, mais preocupada com as modalidades de diferenciação dos signos, votada doravante a um incontornável destino fragmentário. Enquanto a primeira vertente está intimamente associada à suspeita de uma realidade escondida, latente no texto manifesto, que a interpretação visa precisamente desvendar, a segunda vertente dedica-se a determinar as configurações que tecem a superfície expressiva do discurso, os reflexos significativos que emergem da cristalização de figuras in-significantes.

A hermenêutica metodológica é, por conseguinte, de natureza geológica e arquitectónica, visto procurar na leitura a ressonância de uma

palavra outra susceptível de compreender o jogo das significações manifestas e de lhe dar sentido. A hermenêutica fenomenológica, por seu lado, é genealógica e figural, visto prestar antes atenção aos processos de gestação do sentido, à superfície do texto.

O facto de em todo e qualquer processo interpretativo estarem em jogo não objectos mas obras, factos e acontecimentos, cuja emergência está portanto, já de antemão, inscrita num projecto humano com sentido, implica a co-presença do mundo a interpretar ao mundo do intérprete. É por esta razão que o projecto interpretativo está inevitavelmente inserido no círculo hermenêutico. O círculo hermenêutico consiste na inseparabilidade dos mundos que a racionalidade instrumental moderna se esforça por autonomizar, ao instaurar o homem como objecto de saber disciplinar. É já esta circularidade que encontramos, por exemplo, na interpretação do texto narrativo, com a distinção entre a história contada, o jogo funcional da intriga, o encadeamento das acções e das personagens, por um lado, e a temporalidade da sua narração singular, por outro lado. Ao separarmos estas duas temporalidades, a da narrativa contada e a da sua enunciação, esquecemos que é precisamente no processo enunciativo que o processo narrativo se gera e que é pelo facto de partilharmos com o narrador um mesmo universo de sentido que somos capazes de compreender o sentido do universo narrado. Paul Ricoeur chamou a atenção para o facto de esta exigência inescapável não ser apenas própria da narrativa de ficção; a narrativa histórica, mesmo aquela que dá conta de acontecimentos, factos e fenómenos humanos distantes de nós, não pode prescindir desta exigência[24]. O círculo hermenêutico está assim intimamente associado à exigência de implicação do intérprete assim como à distinção entre os factos e os dados, a obra e o objecto do conhecimento. Pelo facto de as ciências humanas se distinguirem das ciências da natureza por se debruçarem sobre obras e factos, e não dados e objectos, exigem a partilha por parte do intérprete do mesmo mundo em que as significações a interpretar emergem e são compreensíveis. Este mundo comum delimita assim o horizonte das significações virtuais da obra. É por esta razão que, apesar da natureza ilimitada dos signos e da consequente abertura do sentido, visto serem logicamente permitidas pelo jogo formal das regras de comutação e de permuta dos signos, nem todas as interpretações são igualmente possíveis nem possuem o mesmo grau de pertinência. A hermenêutica apresenta-se, deste ponto de vista, como princípio de contenção

[24] Cf. Paul Ricoeur, *Du Texte à l'Action*, Paris, Du Seuil, 1986, pp. 11-18.

do relativismo que caracteriza o estruturalismo, inscrevendo o universo ilimitado das significações possíveis num campo limitado de sentido pelo horizonte do mundo partilhado por uma comunidade concreta de linguagem, no seio do qual o homem se constitui como sujeito de discurso.

Deste modo, a *situação* desempenha um dos papéis mais importantes e no entanto mais esquecidos do processo hermenêutico, servindo de ancoradouro, de fixação do intérprete, delimitando o horizonte do sentido plausível e validando assim a interpretação. Os elementos que constituem a situação representam os critérios extrínsecos de validação do processo interpretativo. Não devemos, no entanto, confundir a situação com a intenção do autor nem com uma espécie de vontade colectiva, consideradas como princípios transcendentes do sentido, quer se apresente como uma instância de natureza psíquica quer de natureza social. A situação corresponde antes ao conjunto dos pressupostos que, dentro da obra e constituindo-se no decurso do próprio processo enunciativo, delimitam o horizonte daquilo que, dentro do seu próprio mundo, é possível ou impossível, provável ou improvável, necessário ou contingente. É este o horizonte que delimita o mundo comum à obra e ao intérprete e que torna possível, por um lado, a compreensão da obra antes mesmo de procedermos a uma interpretação sistemática e, por outro lado, a garantia de que a interpretação permanece fiel ao sentido primeiro visado pelo seu autor, mesmo que ele revele significações que escapam à própria consciência do autor. É por esta razão que a fidelidade da interpretação, apesar de se inscrever sempre no mundo da obra, apesar do círculo hermenêutico, não consiste em repetir tautologicamente aquilo que a obra dá a ler, mas em revelar ou em desvendar aquilo que ela configura no limite do seu horizonte de sentido. O processo hermenêutico é assim tanto mais fiel à obra quanto melhor acrescentar à compreensão primeira uma autêntica mais-valia interpretativa.

A situação, este ancoradouro do sentido que permite delimitar o horizonte da interpretação legítima, susceptível, por conseguinte, de validar o processo hermenêutico, não deve também confundir-se com o con-texto. O con-texto tem a ver com as materialidades significantes que estão relacionadas com o processo de constituição material da obra enquanto textualidade, como tecido de formas que sustentam a sua natureza sensorial. O contexto está, por conseguinte, para a situação como a forma para o fundo, para utilizarmos a distinção de Kant. É em virtude do fundo realizado pela situação, do horizonte ou do ponto de fuga a partir do qual se perspectiva a com-

preensão da obra, que as materialidades, que formam com ela um conjunto de manifestações permutáveis e comutáveis, são percepcionadas e adquirem o estatuto significante.

4. Conclusão

O horizonte que delimita hoje o campo do saber é o da razão instrumental tal como se dá na linguagem e na comunicação. Podemos distinguir claramente três modalidades na constituição deste horizonte: a pedagogização, a biologização e a sociologização.

Na sua modalidade pedagogizante, o saber define-se predominantemente, senão já exclusivamente, pela sua natureza disciplinar, subordinando-se assim às suas exigências de inculcação da sua ordem, dos seus princípios e dos seus procedimentos. As próprias funções críticas e de questionamento subordinam-se a esta função disciplinadora ou servem-lhe de estratégia de camuflagem. A modalidade pedagogizante é, sobretudo, uma modalidade prescritiva, «uma palavra de ordem» ditada ao mundo, procurando fazê-lo entrar numa espécie de molde prévio que anule ou pelo menos neutralize qualquer irrupção das singularidades imprevisíveis[25].

A biologização é outra modalidade instrumental do saber. Consiste no cuidadoso apagamento das marcas da linguagem, das suas regras enunciativas e do seu mundo específico, de modo a fazer coincidir o seu mundo com o mundo real da vida, a anular o hiato intransponível entre o mundo humano e o mundo natural. A biologização apresenta-se hoje de maneira paradoxal, na medida em que se dá como um progresso tecnicizante que consiste no retorno imaginário às concepções mais arcaicas da cultura, à indistinção entre o mundo da linguagem e os mundos natural, social, individual e discursivo. Este retorno à experiência mítica originária acentuou-se, indiscutivelmente, com a viragem logotécnica a que temos vindo a assistir nestas últimas décadas. O mundo técnico-científico actual tende a confundir a estrutura e o funcionamento do saber com dispositivos cada vez mais imperceptíveis e miniaturizados, com autênticas próteses

[25] Gilles Deleuze e Felix Guattari, no livro *Mille Plateaux*, Paris, Gallimard, 1980, p. 95, dizem-no de maneira peremptória: «La maîtresse d'école ne s'informe pas quand elle interroge l'élève, pas plus qu'elle n'informe quand elle enseigne une règle de grammaire ou de calcul. Elle "ensigne", elle donne des ordres, elle commande. Les commandements du professeur ne sont pas extérieurs à ce qu'il nous apprend, et ne s'y ajoutent pas. (...) L'unité élémentaite du langage — l'énoncé —, c'est le mot d'ordre.»

incorporadas nos próprios dispositivos biológicos. Não admira que o campo do saber se torne cada vez mais indissociável do funcionamento da vida natural. O que hoje é considerado como científico, nomeadamente nos jornais e nas revistas que se encarregam de formar os consensos, confunde-se cada vez mais com aquilo que incorpora um alto teor técnico e, deste modo, está destinado a ser incorporado pelo mundo natural.

A teoria dos sistemas é claramente o novo *organon* destinado a assimilar num mesmo quadro conceptual a explicação e a manipulação tanto do mundo natural como do mundo técnico, do mundo social, do mundo da linguagem e do mundo da comunicação. A medicina encarrega-se já há muito de substituir os órgãos e os tecidos do corpo por próteses. A informação constitui, mais do que uma redoma discursiva, a prótese técnica do mundo da linguagem humana.

A sociologização, a terceira modalidade constitutiva do horizonte da tecnicidade moderna, consiste em fazer estender até às margens mais periféricas das instituições as regras da racionalidade instrumental. Esta constante reformulação técnica da ordem previne de antemão qualquer forma de irrupção incontrolada de resistência à sua inculcação. Deste ponto de vista, o saber instrumentaliza-se, ao converter-se em estratégia dissuasora das resistências, em estratagema de conivência generalizada que se sobrepõe às conivências concretas das comunidades tradicionais.

TERCEIRA PARTE

O *CAMPO DOS MEDIA* E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Esta terceira parte é consagrada à constituição moderna de um campo autónomo de mediação e às suas relações com as outras instituições sociais.

A abrir o nosso percurso, tentaremos apresentar sistematicamente uma teoria geral dos campos sociais (capítulo 9) que sirva de ponto de referência topológica para o enquadramento do *campo dos media* (capítulo 10).

A título exemplar, trataremos a seguir as relações que o *campo dos media* estabelece com a instituição política (capítulo 11), com a instituição militar (capítulo 12) e com a instituição cultural (capítulo 13).

9

PARA UMA TEORIA GERAL DOS CAMPOS SOCIAIS

Os processos comunicacionais estão intimamente relacionados com a constituição de uma esfera pública, esfera responsável pela criação e pela manutenção de regularidades que ditam as normas da conformidade e da conveniência da linguagem e das acções assim como definem o estatuto e os papéis dos agentes e dos actores sociais. A esfera pública é, por conseguinte, a cena em que o jogo das interacções sociais e o movimento dos actores ganham visibilidade social. Por isso, a comunicação não é apenas um instrumento à disposição dos indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer factos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afectos. É, sobretudo, o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas acções e os seus discursos e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam. Daí a natureza paradoxal da comunicação, ao mesmo tempo instituinte e instituída, processo de elaboração de um espaço público e agenciamento das regras impostas pela conformidade social, pluralidade feita de múltiplas singularidades.

A comunicação inscreve-se, por isso, no *mundo comum*; pressupõe-no, elabora-o, restabelece-o, desloca-o. É esta multiplicidade de modalidades de inscrição dos processos comunicacionais no mundo comum que torna a abordagem positivista da ciência da comunicação uma pretensão ideológica redutora, uma abordagem instrumental que oblitera as dimensões que escapam a interesses, imediatos ou mediatos.

1. Arqueologia e genealogia dos campos sociais

A autonomia dos campos sociais está intimamente associada com a modernidade, como vimos na primeira parte. O processo de auto-

nomização tem a ver, por um lado, com a fragmentação da experiência em diferentes esferas, com vista a uma maior eficácia na prossecução dos respectivos objectivos, e, por outro lado, com a luta bem sucedida de movimentos sociais que pretendem eximir-se à coacção que os corpos constituídos exercem numa determinada esfera de competência.

O campo religioso exerceu nas sociedades tradicionais a função aglutinadora do conjunto das esferas indivisas. O próprio sentido etimológico do termo religião (do latim *religare*), ao mesmo tempo atar e desatar, dá conta desta função simbólica homogeneizadora do conjunto da experiência humana. Nas sociedades tradicionais, não se pode por isso falar com rigor de termos de campos sociais, na medida em que nenhuma esfera projecta uma ordem axiológica própria e autónoma do religioso com força suficiente para se autonomizar da sua ingerência. É graças à natureza transcendente da sua legitimidade que, como vimos, a religião exerce a indispensável coesão do conjunto da experiência humana.

Esta *harmonia mundi* apresenta-se, assim, como uma concordância perfeita entre as dimensões ontológicas tanto na ordem aléctica da distinção entre o verdadeiro e o falso como na ordem ética da distinção entre o bom e o mau, na ordem estética da distinção entre o belo e o feio ou na ordem política entre o justo e o injusto. As discrepâncias atestadas pela experiência contingente e histórica da vida são encaradas, neste contexto, como o resultado das deficiências do homem, da sua deficiente indagação da natureza una, imutável e indivisa das coisas, espelho perfeito do Verbo criador.

A autonomização dos campos sociais na modernidade está assim intimamente relacionada com a ruptura em relação a esta ordem totalizante do religioso. Este processo apresenta uma dupla face. Por um lado, apresenta-se como reivindicação da razão humana iluminada com as suas luzes a proceder à descoberta das leis que explicam a origem, a natureza e o funcionamento dos fenómenos observados tanto no mundo objectivo da natureza como no mundo subjectivo da experiência individual ou no mundo das relações sociais. Por outro lado, aparece como aceitação da autonomia das ordens de valores de verdade em relação aos valores éticos e aos valores estéticos.

Do ponto de vista sociológico, este duplo processo de autonomização dá-se através do desencadeamento de movimentos sociais com suficiente força para despoletar lutas bem sucedidas pelo reconhecimento público do direito à institucionalização de esferas da experiência e à sua imposição como fontes de legitimidade para criar, gerir, inculcar e sancionar uma ordem axiológica própria.

O desencadeamento deste processo, apesar de situado historicamente na viragem da modernidade, com a emergência do Iluminismo, não deve, no entanto, ser encarado exclusivamente como um processo apenas situado historicamente. A modernidade é uma visão do mundo que atravessa, em graus diferentes é certo, toda a história de qualquer cultura. A modernidade está por isso já presente, ainda que de forma virtual e embrionária, nas sociedades mais antigas. É, porém, a partir do século XIV que nas sociedades ocidentais assistimos à aceleração e à intensificação do processo de fragmentação do tecido social numa multiplicidade de esferas de legitimidade, observando-se o aparecimento de novas formas de lutas que têm como objectivo o enfraquecimento e mesmo o fim do domínio hegemónico do campo religioso sobre as esferas científica, médica, política, jurídica. Chartres, Paris, Oxford, Bolonha são alguns dos centros que serviram de palco, a partir do fim da Idade Média, à exacerbação deste processo, em torno das respectivas universidades. Galileu, Leonardo da Vinci, Copérnico, Erasmo, Lutero, Maquiavel são alguns dos homens que deixaram os seus nomes associados a este processo. Cada um dos campos sociais passou assim a contar a sua história e os seus heróis, mas também os seus mártires. Apesar da sua relativa consolidação com a secularização que entretanto atingiu a estrutura e o funcionamento da sociedade actual, continuamos ainda hoje a assistir ao ressurgimento de conflitos entre os diversos campos sociais, sobretudo acerca de questões que se põem nas fronteiras das suas competências. Bastará aqui referir, a título de exemplo, as controvérsias recentes acerca das questões relacionadas com a sexualidade e com as técnicas de reprodução assistida, em que as intervenções do médico, do político, da família e da ciência retomaram explicitamente o confronto com o religioso.

2. Legitimidade e formalização

Um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade[1]. O religioso, a família, o militar, o político, o cientí-

[1] O termo *campo* é amplamente utilizado por várias disciplinas, nomeadamente em física, em mecânica, em óptica, em electricidade, em magnetismo e no cinema. Em física, um *campo* designa um conjunto de valores de uma grandeza física, geralmente com diversas componentes, em todos os pontos do espaço. Habitualmente, um *campo* depende também do tempo; fala-se então de evolução de um *campo*. A classificação dos *campos* em física pode fazer-se tendo em conta a sua natureza física ou

fico, o económico são indiscutivelmente campos sociais. Por isso os designamos quase sempre com um artigo definido. Definem esferas de legitimidade que impõem com autoridade indiscutível actos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência. A legitimidade é assim o critério fundamental de um campo social. Reconhece-se pelo facto de poder ocupar o lugar de sujeito de enunciação: «a família exige», «a economia deve e exige», «a política impõe» são enunciados que colocam instituições sociais no lugar de sujeito de um dizer ou de um fazer e remetem para a capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social.

Um domínio de competência apresenta-se, em função da sua natureza indiscutível, do consenso que gera à sua volta, como uma axiologia, isto é, como um conjunto de valores que se impõem a todos com força vinculativa, mesmo e talvez sobretudo quando as suas prescrições são violadas. De facto, da violação de valores prescritos por uma determinada instituição retira o campo social correspondente uma espécie de mais-valia institucional, mercê da própria consciência anómica que provoca. O efeito mais notável destes mecanismos da culpabilidade e do perdão é o do estreitamento da dependência dos prevaricadores para com a instituição.

Nem todas as instituições são, no entanto, igualmente visíveis e organizadas como as que acabámos de mencionar. A maioria das instituições que regulam o espaço público age de maneira informal, à maneira da própria instituição da linguagem. Assim, por exemplo, o vestuário, a sexualidade, a gestualidade são tanto mais poderosos

---

a natureza matemática da função representativa. Segundo o primeiro critério, podemos falar de *campo térmico*, de *campo de densidade*, de *campo electromagnético*, etc. Utilizando o segundo critério, falamos de *campo escalar*, de *campo vectorial*, de *campo tensional*, etc. Em física atómica, utiliza-se a noção de *campo de forças*.

Em óptica corpuscular, fala-se, por exemplo, de *campos eléctricos* e de *campos* susceptíveis de provocar desvios, calculados pela óptica geométrica, das partículas em movimento carregadas electricamente. Designa-se por curvatura de *campo* a aberração que consiste no desvio ao plano normal de projecção de um raio luminoso que atravessa uma lentilha plano-convexa fortemente diafragmatizada.

No cinema, são utilizados os termos *campo* e *contracampo* para designar a apresentação alternada das personagens em diálogo, numa forma analítica de *découpage*. Em reacção contra esta maneira originária de *découpage*, Renoir introduziu o *découpage* em profundidade de *campo*, também designado *découpage* sintético. René Bazin considerava a introdução da profundidade de *campo* no *découpage* cinematográfico como uma «reintrodução da ambiguidade na estrutura da imagem, senão como necessidade pelo menos como possibilidade, uma dimensão suplementar que se pode dar à imagem». Cf. *Enc. Univ.*, vol. 7, 62b; vol. 11, pp. 88-89; vol. 18, pp. 351-352.

e legítimos quanto menos visível e consciente é a força vinculativa da sua intervenção. É esta complexa rede de instituições informais que, intervindo contínua e espontaneamente, nos dita a maior parte das normas da conformidade social que constituem o espaço público.

A legitimidade de um campo social, quer se afirme formal quer informalmente, incide sobre todo o processo de institucionalização dos valores que lhe são próprios, desde a sua criação e gestão até à sua inculcação e sanção. A dimensão originária de uma instituição social é, por conseguinte, uma axiologia, uma hierarquia ordenada de valores.

Por valor devemos aqui entender quaisquer objectivos para a obtenção dos quais os indivíduos e os grupos estão dispostos a renunciar a algo. Um valor é, por conseguinte, tanto mais elevado quanto maior for o número e a importância dos comportamentos a que os agentes e os actores sociais estão dispostos a renunciar para os atingir e/ou preservar. Esta noção sociológica de valor é uma noção relativa e sujeita por isso a alterações de uma sociedade para a outra e de uma época para a outra. Perante uma determinada configuração sociológica, as perguntas a fazer são deste ponto de vista as seguintes: a que é que os indivíduos e os grupos são capazes de renunciar? O que entendem alcançar ao renunciarem àquilo que renunciam?

A partir das respostas a estas questões obtemos a configuração positiva de um campo social e deste modo podemos com aproximação delimitar o seu horizonte específico.

3. Hierarquia e corpo social

É da natureza hierárquica da sua ordem axiológica que um determinado campo social retira o princípio da hierarquia dos detentores da legitimidade de que é constituído. Está-se assim tanto mais perto do vértice da pirâmide de um campo quanto maior for a competência que se possui para criar, gerir, inculcar e sancionar a respectiva ordem axiológica.

O conjunto dos detentores da legitimidade instituinte de um determinado campo social forma ou constitui o seu corpo.

A característica principal do corpo social é a sua visibilidade. A visibilidade do corpo social é tanto maior quanto mais formal for a organização do respectivo campo. Um corpo social pode ser visível através de insígnias (máscaras, tatuagens, fardas, emblemas, etc.) que distinguem os detentores da sua ordem legítima. Mas reduzir as

formas de visibilidade de um corpo social a estas formas materialmente manifestas seria esquecer as formas implícitas de visibilidade que se tornam predominantes nos campos modernos, embora já existam nos campos tradicionais. É que mesmo as instituições informais, aquelas que, como vimos, intervêm de maneira contínua e espontânea no processo de imposição de maneiras conformes de dizer e de agir, possuem o seu próprio corpo social e asseguram a sua visibilidade através, nomeadamente, de modalizações dos discursos, dos gestos e dos comportamentos. Estas modalizações marcam distintivamente os detentores da legitimidade institucional nos mais diversos domínios da vida colectiva.

É pela comparação das modalizações dos discursos e dos comportamentos dos actores e dos agentes sociais que podemos determinar a sua pertença a um determinado corpo social e o lugar relativo que ocupam na sua ordem hierárquica. Esta pertença e este lugar não são, no entanto, sempre claramente manifestados, na medida em que uma das maneiras que os corpos modernos têm de se manifestar pode consistir no apagamento sistemático das suas marcas, sobretudo quando este apagamento intervém como estratégia de campo em ordem à sua composição com outros campos concorrentes.

4. Processos rituais e visibilidade simbólica

O processo instituinte de um determinado campo social realiza-se através de processos rituais. De uma maneira geral, um processo ritual é um encadeamento de discursos e de gestos publicamente visíveis que se desenrolam num espaço e numa temporalidade próprios, separados, por conseguinte, dos espaços e dos momentos da vida quotidiana. Mesmo quando a sua origem é funcional, a memória desta funcionalidade originária é cuidadosamente apagada, de modo a originar uma forma específica de investimento, a forma simbólica. A força da forma simbólica que os gestos e os discursos rituais adquirem quando apropriados por um campo social alimenta-se precisamente do fosso entre a funcionalidade originária esquecida e a ritualização a que se prestam. O princípio desta apropriação é por isso o da metaforicidade, no sentido próprio desta apropriação das formas por parte de um campo social, enquanto deslocação ou transferência do sentido das formas apropriadas.

Uma vez institucionalmente investidos da sua carga simbólica, os gestos e os discursos ritualizam-se e convertem-se em formas de visi-

bilidade do campo social que os apropriou. Consoante a carga ou a força simbólica dos discursos e dos gestos, assim os rituais e os símbolos que os integram (espaços, tempos, corpo social legítimo, mas também objectos, palavras, gestos) recebem as marcas da sacralização, assumindo assim de maneira mais ou menos clara, visível e coerciva a função ambivalente de inclusão e de exclusão, de abertura e de clausura que caracteriza precisamente a simbólica. É aliás graças à natureza ambivalente das suas marcas que uma instituição assegura a sua coerção, encerrando numa espécie de círculo vicioso os indivíduos e os grupos sobre que exerce o seu domínio institucional. É esta a razão da existência de fenómenos de duplo constrangimento, de *double bind*, para com as instituições e em particular para com tudo e para com todos os que a simbolizam[2].

5. Funções expressivas e funções pragmáticas

A ordem axiológica de um determinado campo define, como vimos, as regularidades no desempenho das funções expressivas e das funções pragmáticas que os agentes e os actores sociais exercem ou, dito de outro modo, ditam a conformidade e a conveniência nos domínios do /dizer/ e do /fazer/. Ao contrário do que uma análise positivista do discurso pressupõe, não se trata apenas da determinação do código da língua sobre os falantes. Essa visão oblitera a natureza eminentemente social dos actos de fala, considerando-os unicamente como desempenho individual do código da língua, devido a uma concepção imperialista da linguística estrutural preocupada exclusivamente com critérios de objectivação descritiva das formas lexicais e gramaticais[3]. Os campos sociais ditam também autênticas regras discursivas, modos de dizer conformes e convenientes[4].

---

[2] Cf. P. Watzlawick, J. Helmick Beavin, Don D. Jackson, *Une Logique de la Communication*, Paris, Du Seuil, 1979, pp. 187-260; Bateson, Birdwhistel, Goffman, Hall, Jackson, Scheflen, Sigman, Watzlawick, *La Nouvelle Communication*, Paris, Du Seuil, 1981, pp. 7, 31-44, 38-40, 41-43, 55-56, 76, 248, 252, 286-287, 328-329.

[3] Ver, a este propósito, a discussão sugestiva de Gilles Deleuze, «Les Postulats de la Linguistique», in *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980, pp. 95-139. Para uma abordagem sistemática do debate em questão com a linguística estrutural, ver o excelente prefácio de Oswald Ducrot a John R. Searle, *Les Actes de Langage*, Paris, Hermann, 1972, pp.7-34.

[4] Acerca da noção de conformidade e da noção de conveniência, ver, nomeadamente, Pierre Mayol, «Habiter», *in* Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien*, vol. 2, *Habiter/Cuisiner*, Paris, Un. Géné. d'Ed., 1980, pp. 13-145.

6. Regimes de funcionamento dos campos sociais

Um campo social não funciona em permanência e em toda a parte com o mesmo ritmo e idêntica intensidade. Podemos dizer que possui diversos regimes de funcionamento consoante os lugares e os momentos. Assim, por exemplo, o campo político funciona de maneira acelerada e intensa por ocasião de uma revolução política, de um processo eleitoral, no Parlamento. O campo religioso acelera-se por ocasião de uma peregrinação aos lugares santos de Meca ou por ocasião de um ofício religioso[5]. Fora dos momentos e dos locais simbolicamente apropriados, os campos sociais funcionam em regime lento, como que em ponto morto, apesar de continuarem a vigiar a normalidade dos processos de aplicação reprodutora da sua ordem expressiva e da sua ordem pragmática. De uma maneira geral, qualquer campo social que não preserve um determinado ritmo de aceleração do seu modo de funcionamento tende a diluir-se, a fazer esquecer a sua presença vigilante e a enfraquecer, por conseguinte, a sua força coerciva. O seu ritmo de funcionamento é tanto mais frequente, intenso e acelerado quanto mais sagrada e total é a sua ordem ou então quanto mais a sua força se encontra contestada e diminuída. É no decorrer da aceleração do seu ritmo de funcionamento que um campo social se formaliza e aumenta a sua visibilidade simbólica. Por seu lado, os campos sociais modernos, como veremos mais em pormenor no próximo capítulo a propósito do *campo dos media*, tendem a diluir o seu ritmo de funcionamento e a visibilidade simbólica da sua presença, prescindindo ou, pelo menos, reduzindo ao mínimo os momentos e os lugares específicos de aceleração do seu funcionamento, acabando por converter em mero ritualismo as suas marcas rituais, esvaziando-as assim da sua sacralidade. Semelhante estratégia insere-se no processo de secularização de que demos conta na primeira parte.

Esta discrepância no ritmo de funcionamento dos campos sociais prende-se com a natureza eminentemente estratégica do modo de funcionamento dos campos sociais, com a maneira como entendem mobilizar o espaço público para a salvaguarda da sua ordem axiológica específica.

---

[5] Elias Canetti deixou-nos páginas eloquentes quanto a este processo de aceleração e de intensificação dos campos sociais por ocasião da constituição de diversas formas e modalidades de funcionamento massivo. Ver o seu livro *Masse et Puissance*, Paris, Gallimard, 1986. Acerca dos fenómenos religiosos, ver, em particular, as páginas 135 a 176 e sobre os fenómenos políticos ver as páginas 299 a 353.

7. Dimensões dos campos sociais

Até agora considerámos os campos sociais como se constituíssem compartimentos estanques sem relações entre si. Não é porém deste modo que as coisas se passam. Cada um dos campos sociais coexiste com uma multiplicidade de outros campos, compondo entre si a repartição da força dos respectivos processos rituais e ordens axiológicas, assim como as funções expressivas e pragmáticas e as formas simbólicas de visibilidade.

Desta composição dos processos e das funções entre os diferentes campos sociais resultam reflexos que se projectam em cada um dos campos e o atravessam. A estes reflexos damos o nome de *dimensões*. É por isso que podemos encontrar, por exemplo, no campo político dimensões religiosas, militares, económicas, que o campo religioso integra dimensões políticas, económicas, pedagógicas, terapêuticas. Trata-se de outras tantas maneiras de dizer e de agir metaforizadas, transpostas, por conseguinte, de campo para campo, com efeitos específicos de eficácia funcional, de suplência, de visibilidade, de coerção. Um campo é aliás tanto mais forte quanto mais conseguir impor aos outros campos a sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projectá-la.

As dimensões que atravessam um determinado campo social e se reflectem nele como num espelho têm a ver com a própria arqueologia dos campos. De uma maneira geral, podemos dizer que dão conta dos seus processos de gestação e de autonomização, testemunhando assim da sua genealogia[6]. Seria, no entanto, erróneo considerar esta genealogia das dimensões de um determinado campo social apenas do ponto de vista histórico, como se pudéssemos reduzi-las ao resultado das relações entre os campos ao longo da história. As dimensões de um campo social funcionam, sobretudo, sincronicamente enquanto estratégias funcionais que se articulam, no presente, com os procedimentos tácticos dos agentes e dos actores sociais.

---

[6] Estas noções de arqueologia e de genealogia dos campos sociais devem ser aqui entendidas no sentido que Nietzsche lhes dá e que Michel Foucault retomou, nomeadamente, em *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969, em *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard, 1975, e em *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*, Paris, Gallimard, 1972. Para uma discussão acerca da maneira como Michel Foucault emprega estes conceitos, ver, nomeadamente, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un Parcours Philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 17-70.

8. Modalidades estratégicas dos campos: cooperação e conflito

A imposição de uma ordem axiológica, a sanção positiva da sua observância e a sanção negativa da sua violação fazem intervir um modo de funcionamento específico dos campos sociais, um modo de funcionamento estratégico. Podemos, no entanto, distinguir com clareza dois tipos de estratégias: a estratégia pedagógica e a estratégia terapêutica. A modalidade pedagógica do funcionamento de um campo consiste num processo contínuo de inculcação da sua ordem, ao passo que a modalidade terapêutica da sua estratégia consiste no restabelecimento da ordem violada e na consequente interiorização dos mecanismos da culpabilidade.

A partir do momento em que a autonomização de uma pluralidade de campos se processa com a modernidade, as estratégias, quer pedagógicas quer terapêuticas, compreendem inevitavelmente modalidades de composição entre os diferentes campos de modo a repartirem e a aumentarem a força da sua intervenção. As modalidades de composição entre as diferentes estratégias dos campos sociais são, sobretudo, a cooperação e o conflito. A cooperação intervém como modalidade de composição entre as estratégias de dois ou mais campos enquanto modalidade amplificadora dos efeitos institucionais de coerção. Pressupõe, para se manter, a anulação da especificidade da ordem axiológica própria a cada um dos campos cooperantes, reduzindo-se a estratégia a uma pura forma esvaziada de funções específicas que tende a institucionalizar-se, por si própria, num campo mediador com uma ordem axiológica que faz da neutralidade o valor fundamental da sua estrutura e do seu funcionamento.

Quando, pelo contrário, se acentua a pretensão de dois ou mais campos a imporem, cada um exclusivamente, a sua própria ordem axiológica numa mesma esfera da experiência, assistimos ao desenrolar de uma modalidade estratégica conflitual. O confronto que continua a verificar-se na experiência da sexualidade entre o religioso, o jurídico, o médico, o científico e o político é particularmente eloquente quanto à modalidade conflitual da estratégia.

De uma maneira geral, o conflito surge sempre que ocorre um processo de autonomização de uma esfera até então indiscutivelmente subordinada a um ou mais campos tradicionais, com a emergência de práticas que rompem com os discursos e comportamentos conformes às regras que tradicionalmente o campo em que elas se inscreviam ditava. Assim, no exemplo referido, o aparecimento de novos dispositivos técnicos no domínio da reprodução humana assistida vem

pôr hoje em causa a estruturação tradicional do campo da sexualidade, alimentar a pretensão de diversos campos a ditar a sua conformação axiológica, ao mesmo tempo que assistimos à emergência da autonomização da esfera da reprodução biológica da espécie em relação ao domínio da sexualidade e da sua carga afectiva, relegada para um novo domínio, para a esfera privada, definida pelo direito à opacidade em relação à ingerência dos outros.

10

O *CAMPO DOS MEDIA*

Vimos anteriormente que a esfera da comunicação se constitui na modernidade como um campo relativamente autónomo, enquanto instituição de uma ordem axiológica própria, a dos valores de mediação entre os restantes campos sociais. Depois de termos procurado caracterizar a noção de campo social, vejamos agora como se situa este campo de mediação em relação ao quadro traçado anteriormente pela teoria geral dos campos sociais.

Entendemos por *campo dos media* o campo cuja legitimidade expressiva e pragmática é por natureza uma legitimidade delegada dos restantes campos sociais e que, por conseguinte, está estruturado e funciona segundo os princípios da estratégia de composição dos objectivos e dos interesses dos diferentes campos, quer essa composição prossiga modalidades de cooperação, visando, nomeadamente, o reforço da força da sua legitimidade, quer prossiga modalidades conflituais, de exacerbação das divergências e dos antagonismos.

O termo *media* adquire, por conseguinte, a partir desta definição, um sentido mais lato do que a expressão anglo-saxónica de *mass media*. Enquanto a expressão *mass media* designa habitualmente o conjunto dos meios de comunicação social (imprensa escrita, radiodifusão sonora e televisiva, publicidade, cinema), *campo dos media* é a designação que aqui utilizamos para dar conta da instituição de mediação que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objectivos e ao respeito dos seus interesses. Por este motivo, nem todas as funções dos meios de comunicação social ou dos *mass media* se inscrevem na lógica institucional do *campo dos media*, assim como muitas funções de mediação são asseguradas por dispositivos distin-

tos dos meios de comunicação social. O *campo dos media* é, por isso, uma instituição fluida e disseminada pelo conjunto do tecido social moderno. É uma noção abstracta com a qual se pretende dar conta de todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade dividida e confrontada com a necessidade de assegurar, apesar de tudo, uma relativa homogeneidade da sua estrutura e um entendimento acerca dos seus princípios, objectivos, prioridades e modalidades de acção.

1. Arqueologia e genealogia do *campo dos media*

Em 1986, apareceu um programa europeu de televisão transmitido por via do satélite *Olympus*, a TV Europa. No genérico do programa, podia ver-se um triângulo e uma pomba branca, acompanhados em voz *off* pela seguinte frase: «Em qualquer país, cada um poderá ouvir a TV Europa na sua própria língua.» Apesar de o programa vir a ter uma vida efémera, o seu genérico era um excelente exemplo do fundo arcaico de que o *campo dos media* se alimenta em permanência, constituído por todo um conjunto de estratos subterrâneos, por um imaginário mítico primitivo. Na apresentação deste programa, reencontramos toda uma série de reminiscências obliteradas pelo processo secularizante das sociedades modernas: a confusão babélica das línguas e a poliglossia do Pentecostes aliadas à ideologia tecnológica de realização daquilo que a descida do Espírito Santo, aqui sugerida iconicamente pela representação de uma pomba branca, prometera: a reunificação linguística da comunidade dos povos dividida desde Babel.

É o facto de o *campo dos media* ser predominantemente regido pelo princípio da mediação que lhe permite utilizar dimensões arqueológicas particularmente inesgotáveis, indo buscar ao fundo arcaico que serve de princípio constitutivo dos campos pré-modernos a fonte das suas modalidades expressiva e pragmática, depois de enterradas na memória e recicladas de acordo com as regras dessacralizantes da modernidade. Este fundo primitivo presta-se, assim, a novos reflexos e a novos efeitos de sentido que são lançados no quotidiano efémero da experiência colectiva. A componente mais habitual deste fundo mítico provém, por conseguinte, das instituições antigas, em particular do religioso, do guerreiro, do familiar, do político, do jurídico e do científico. É a partir deste seu retorno ao *campo dos media* que os mais antigos mitos são hoje relançados no espaço público.

Para se prestar, no entanto, a esta reciclagem mediática, um determinado fundo mítico primitivo tem de ser submetido a um processo específico de esquecimento e de ocultação, de modo a estabelecer-se com ele não uma relação de rememoração actualizante como nos processos rituais das respectivas instituições de origem, mas de reminiscência. Sem este processo de ocultação não poderia gerar-se um processo de anamnese ritualizante de que depende a mais-valia simbólica de que se alimenta em permanência a própria legitimidade do *campo dos media*, como legitimidade distinta da dos campos de origem deste fundo mítico. O fundo guerreiro de que se alimenta, por exemplo, a metáfora do título de um jornal, «A Guerra dos Fogos», ao referir-se à recrudescência dos incêndios no período do Verão, não consiste obviamente na actualização de qualquer ritual guerreiro, mas na utilização de um fundo que permanece enterrado na memória, para com ele se proceder à elaboração de um efeito específico de sentido.

Poderá perguntar-se qual a distinção entre a memória que os campos sociais pré-modernos actualizam nos seus rituais e a reminiscência que alimenta este processo mediático. O *campo dos media* não actualiza propriamente o fundo mítico primitivo escondido nos mais profundos estratos do imaginário colectivo. O seu retorno dá-se antes sob um modo específico adaptado à sua estrutura, sob o modo da «traição», no sentido em que dizemos que o rubor «trai» uma emoção demasiado forte que nos esforçamos por denegar. O retorno à superfície da pele daquilo que recalcamos não pertence, por conseguinte, à ordem significante mas ao regime de funcionamento do sintoma. O triângulo e a pomba do genérico da TV Europa não actualizavam propriamente o fundo judaico-cristão nem o significavam. Traíam-no, à maneira das manchas da pele que exigem o olhar perspicaz do médico para a detecção do mal que apesar de tudo dão a ler. As manchas não estão na pele para significar o que quer que seja não são intencionalmente produzidas para mostrar ao médico a doença, nem o rubor da face é produzido para significar a emoção. Irrompem sintomaticamente e traem aquilo que continua a permanecer ocultado.

É este funcionamento que inscreve o *campo dos media* no funcionamento naturalizante da tradição[1], enquanto dispositivo por exce-

[1] O dicionário de latim de Torrinha (Porto, ed. Marânus, 1945, p. 881) dá as seguintes acepções de *traditio*: «1. Acção de entregar ou dar (alguém ou alguma coisa); entrega, transmissão. 2. Narração, narrativa; história. 3. Traição.» Daí o duplo sentido originário do termo que veio a dar nas línguas modernas *tradição* e *traição*.

lência do retorno do antigo no moderno, de alimento da modernidade com os recursos enterrados no fundo primitivo da tradição.

2. A natureza vicária da legitimidade do *campo dos media*

Ao contrário da natureza própria da legitimidade dos campos sociais pré-modernos, a legitimidade do *campo dos media* é de natureza predominantemente vicária ou delegada. A fonte da sua legitimidade resulta de um processo de autonomização de uma parte das funções de mediação dos outros campos sociais, autonomização exigida pelo processo generalizado de disseminação das esferas da experiência no mundo moderno.

Ao autonomizarem-se nas sociedades modernas, estas funções de mediação constituem-se, no entanto, como uma ordem axiológica própria e, por conseguinte, como esfera legítima autónoma. Corresponde deste modo à exigência estratégica de articulação entre os valores legítimos divergentes e por vezes conflituais dos diferentes campos em concorrência. A legitimidade específica do *campo dos media* assenta assim na elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência no seio de uma sociedade caracterizada pela natureza fragmentada da experiência do mundo. Para tanto, procede à elaboração de normas de apagamento cuidadoso e de sistemática obliteração das dimensões simbólicas que integram o processo de enunciação, dimensões simbólicas susceptíveis de pôr em causa o direito à representação e à transparência universal do campo, assim como de travar ou, pelo menos, de parar o processo de instauração desses valores.

Apesar de a pretensão à universalidade e à formação de consensos assemelhar os princípios da legitimidade do *campo dos media* aos do campo científico, a natureza da legitimidade do *campo dos media* distingue-se, no entanto, da que predomina no campo científico, pelo facto de prevalecerem naquele os valores da transparência e da publicidade sobre os do rigor e de adequação ao real. Embora os valores da adequação e da transparência persistam em ambos os campos, a relação hierárquica entre eles é, no entanto, invertida, prevalecendo a transparência no *campo dos media* e a adequação no campo científico. Daí a natureza tensa e problemática que caracteriza as relações entre os detentores da legitimidade institucional de um e de outro campo, manifestada, nomeadamente, pela mútua desconfiança e sedução.

A natureza vicária do *campo dos media* tem a ver com a delegação por parte dos outros campos de uma parte das suas funções expressivas, daquelas que dizem respeito à inscrição da sua ordem no espaço público, da componente exotérica das respectivas funções expressivas. Não admira, por isso, que os restantes campos abram amplamente o acesso ao público em determinados espaços e momentos, tendendo até a criar serviços especiais de articulação com o público, tais como conferências de imprensa, comunicados, gabinetes de relações públicas, e o restrinjam nos espaços e nos momentos do seu funcionamento sacralizado, esotérico, para os quais se exige a pertença à ordem hierárquica do campo próprio e a detenção das marcas simbólicas dessa pertença. Nestes espaços reservados, a função de mediação ou não é aceite ou, pelo menos, é sujeita a discussão. Recorre-se então à criação de um discurso distinto, destinado ao uso externo, à visibilidade pública de que se encarregam os porta-vozes ou os serviços de informação, distinto em todo o caso do discurso específico do campo por marcas discursivas que lhe conferem uma notável importância simbólica. Em geral, os enunciadores do discurso destinado ao público, os porta-vozes, são também distintos dos membros que representam simbolicamente o campo, pela dupla pertença que exibem.

3. Hierarquia do corpo social do *campo dos media*

A hierarquia do corpo social do *campo dos media* é ditada, como em qualquer outro campo social, pelo lugar relativo que os detentores da legitimidade ocupam em relação à capacidade socialmente aceite de criarem, gerirem, imporem, sancionarem os valores de mediação que constituem a ordem axiológica específica do *campo dos media*. No entanto, ao contrário daquilo que se passa com os outros corpos sociais, a sua organização é mais informal, menos estável, visto se tratar do campo por excelência da modernidade regido pelo princípio da dessacralização da sua simbólica. As diferenças do corpo social do *campo dos media* têm, por conseguinte, a ver com a própria genealogia do campo, com a sua íntima relação com a modernidade e a natureza predominantemente vicária da sua legitimidade.

Pela duplicidade da sua pertença, enquanto membros que se arrogam, por um lado, o direito a circularem pelos diferentes campos e a identificarem-se, portanto, com os seus valores e, por outro lado, a pertença ao espaço público, o corpo social do *campo dos media*

é uma entidade simbolicamente submetida à pressão contraditória dos interesses que constituem o tecido social complexo das sociedades modernas.

4. Processos rituais de visibilidade simbólica do *campo dos media* e transparência

Em virtude da íntima relação com a genealogia do espaço público moderno, os processos rituais do *campo dos media*, em vez de estarem delimitados a espaços e a momentos separados, estão disseminados pelo conjunto do tecido social moderno, abrangendo assim o conjunto da experiência do mundo. Não se trata, por conseguinte, de rituais esotéricos, como os que encontramos nas instituições pré-modernas, reservados a uma comunidade concretamente enraizada num território de pertença, mas de procedimentos exotéricos cujo horizonte é, pelo menos virtualmente, a totalidade da experiência do mundo. Por isso, ao contrário da opacidade e da reserva que define a especificidade simbólica dos outros campos, o princípio que define a simbólica do *campo dos media* é o da transparência, princípio intimamente relacionado com o processo dessacralizante da modernidade, indispensável à sua pretensão à universalidade e à formação dos consensos.

A dessacralização e a transparência são, por conseguinte, os mecanismos que presidem ao processo de ritualização do *campo dos media*. A ritualização é um processo que consiste na geração de modalidades estereotipadas de funcionamento de um campo e de reciclagem dessacralizante moderna da correspondente simbólica. Em vez de uma temporalidade marcada pelo retorno cíclico de momentos fortes de actualização dos mitos fundadores da legitimidade do campo, o *campo dos media* tende para a instauração de uma periodicidade formal e estereotipada, de natureza cronométrica, tal como a da programação televisiva e radiofónica, a da publicação periódica dos jornais ou a da repartição das rubricas nas páginas dos periódicos. Estes ritmos estereotipados da estrutura e do funcionamento do *campo dos media* têm a ver com a própria estratégia de habituação e de transparência de que depende em última instância a criação da própria entidade secularizada moderna do público, enquanto entidade abstracta e omnipresente, cujo horizonte não é o de um território concreto de pertença mas uma espécie de diagrama constituído sob a forma de uma rede de circulação informativa.

5. As funções expressivas e pragmáticas do *campo dos media*

Pelo facto de as suas funções serem fundamentalmente o resultado da delegação de uma parte das funções expressivas dos restantes campos sociais, das que têm a ver com a necessidade de composição dos objectivos e dos interesses divergentes que prosseguem no mundo moderno, o *campo dos media* é fundamentalmente um campo em que as funções expressivas predominam sobre as funções pragmáticas. É um campo em que o dizer prevalece sobre o fazer; a importância destas funções faz com que o discurso assuma na modernidade uma posição central na estruturação do tecido social.

A importância das funções expressivas no seu funcionamento não significa, no entanto, que as funções pragmáticas estejam ausentes do seu horizonte. É o próprio discurso que se converte em modalidade pragmática, num fazer específico gerador de reflexos de sentido destinados a assegurar a constituição de acontecimentos mediáticos, de figuras da experiência a partir do fundo arqueológico que o *campo dos media* transporta constantemente dos outros campos.

Deste valor pragmático das funções expressivas do *campo dos media* já tratámos na segunda parte, em particular quando, no capítulo 7, abordámos a dimensão discursiva da comunicação. Refira-se apenas a força ilocutória e perlocutória a que o campo submete a prática discursiva com a consequente força de natureza estratégica de que se apropriam os outros campos sociais na sua luta pela imposição da sua ordem.

6. Regimes de funcionamento do *campo dos media*

Ao contrário dos campos sociais pré-modernos, o *campo dos media* tende a funcionar em regime uniformemente acelerado, apenas pontuado pelo ritmo de uma periodicidade regulada por uma cadência cronométrica. Esta modalidade de funcionamento tem obviamente a ver com a natureza dessacralizada da sua simbólica e da sua ritualização, mas permite-lhe assegurar a criação de processos de habituação específicos, de inscrição da sua ordem mediática, não em horizontes separados, mas no seio da vida quotidiana. A sua lógica não é, por conseguinte, a da excepção, mas a da regra que tende a impor-se ao funcionamento normal e regular das instituições.

A regularidade do seu funcionamento não exclui a existência de regimes acelerados. Pelo contrário. O facto de se tratar de um campo

de composição de objectivos e de interesses divergentes, a sua própria duplicidade simbólica e a natureza pragmática das suas funções expressivas destinam o campo a uma permanente tensão. Quando a tensão aumenta e põe em causa a legitimidade da sua ordem axiológica, *o campo dos media* procede à aceleração do seu funcionamento, de modo a impor a indiscutibilidade dos seus valores.

7. As dimensões do *campo dos media*

A natureza vicária da legitimidade do *campo dos media*, o facto de se tratar de um campo constituído pelo conjunto das funções expressivas destinadas a impor ao conjunto do tecido social moderno a pluralidade dos valores expressivos e pragmáticos dos diferentes campos autónomos, faz com que se trate de um campo formado pelos reflexos projectados pela multiplicidade de perspectivas que se confrontam no seio das sociedades modernas. Daí a natureza especular da sua estrutura.

Da especularidade do *campo dos media* já demos suficientemente conta ao tratarmos da sua genealogia e da sua arqueologia.

8. Modalidades estratégicas do *campo dos media*

A modalidade pedagógica é a que melhor se adequa à natureza do funcionamento do *campo dos media*, visto ser a que se presta à composição com os restantes campos sociais, predominantemente regida pelo princípio da cooperação e da inculcação dos valores divergentes que tentam promover. A neutralização e a objectivação são as maneiras como asseguram esta cooperação, contribuindo assim para o despoletar dos conflitos sempre prestes a irromper no mundo moderno.

A neutralização pode consistir na justaposição das posições dos diferentes campos e apresentar-se assim sob a figura do «dar a palavra a». Um caso típico é o do debate público, em particular por ocasião de mesas-redondas, para as quais se convidam representantes legítimos dos diferentes campos com pretensão a gerir uma determinada ordem, para debaterem uma opinião controversa. Como diz de maneira exemplar Gilbert Dispaux, «o confronto erístico é apenas justificado pelo olhar do espectador que, testemunha exterior do diálogo, obrigatoriamente passivo, não tomou nenhum compromisso de

manter uma opinião. Assim, os debates públicos realizam este absurdo de apenas poderem mudar de opinião as pessoas que não têm o direito a tomar a palavra»[2].

O processo de neutralização é complementado pelo da objectivação, processo que consiste numa subtil camuflagem do sujeito da enunciação. Além de consistir na obliteração das pessoas do seio do enunciado, construído na terceira pessoa gramatical, utiliza ainda outras formas discursivas, nomeadamente as regras da exclusividade do direito à formulação das perguntas e na recusa por parte dos membros legítimos do campo, do corpo social, a ocuparem o lugar de resposta («aqui sou eu quem põe as questões» — dizem frequentemente os entrevistadores ou os apresentadores dos debates públicos perante os entrevistados e os participantes que ousam interrogá-los).

Além dos processos de neutralização e de objectivação, dois outros processos prosseguem a estratégia de cooperação específica do *campo dos media*: a sedução e a simulação.

A sedução é o processo por excelência da cooperação, visto ser a maneira mais directa de se proceder à implicação do espaço público, neutralizando as razões divergentes e os conflitos através do envolvimento afectivo e não através da repressão. É este o mecanismo que corresponde àquilo a que Mac Luhan dava o nome de «massagem» do *medium*[3]. A sedução prossegue uma forma de cooperação e de adesão através de processos análogos aos dos reflexos condicionados, isto é, apelando mais para a exacerbação do regime pulsional do que para os processos racionais da reflexão. É o mecanismo por excelência de alimento da ordem desejante.

A simulação do real tem a ver com o processo já estudado no capítulo 7 acerca do lugar que os acontecimentos ocupam como forma legitimante da natureza pragmática do processo discursivo dos *media*.

---

[2] Gilbert Dispaux, *La Logique et le Quotidien. Une Analyse Dialogique des Mécanismes d'Argumentation*, Paris, Minuit, 1984, p. 56.

[3] Cf. Marshall Mac Luhan, *Pour Comprendre les Media*, Paris, Mame/Seuil, 1968, pp. 23-38; *Message et Massage*, Paris, J. J. Pauvert, 1968,

11

O *CAMPO DOS MEDIA* E A INSTITUIÇÃO POLÍTICA

Muito se tem escrito acerca das relações entre o campo político e a informação para sublinhar os processos de manipulação de que os jornalistas são objecto por parte do poder e para reivindicar a autonomia dos órgãos de comunicação social, autonomia que é confundida demasiado depressa com a liberdade de expressão. Em torno desta fórmula se constituiu um aparente consenso em quase todos os quadrantes ideológicos que se identificam com os ideais democráticos. É, no entanto, em nome da liberdade de expressão e da democracia que se perpetram hoje, em praticamente todos os países democráticos, formas de tirania e limitações ao direito de acesso à informação.

É difícil delinear todos os contornos e descrever todos os aspectos relevantes das relações que hoje se estabelecem entre o poder político e a informação nos regimes democráticos, mas os seus resultados são particularmente notórios não só por ocasião das campanhas eleitorais mas também no relacionamento dos governantes com os *media*. É que os órgãos de informação tornaram-se, nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de proposta de projectos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens políticos, em função da sua própria estratégia de diversão e de sedução. O campo político, por seu lado, molda-se à lógica publicitária e do *marketing* em detrimento da sua função ideológica tradicional. Este fenómeno contribui poderosamente para a ideologia pós-moderna da impropriamente chamada morte das ideologias.

Nas sociedades democráticas, generaliza-se hoje a ideia de que o poder político tende para a transparência total dos seus actos, esquecendo que a lógica do poder, ao contrário da lógica da informação, não é função de transparência mas do segredo, que detém o poder aquele que for detentor do segredo, ao passo que partilhar a infor-

mação não é deter mas disseminar o poder. Deste modo, regida pelo princípio da transparência, a informação contribui para o fenómeno da deslocação incessante dos segredos, nomeadamente de Estado, banalizando e despoletando os segredos revelados. Nas sociedades democráticas, nas sociedades em que o *campo dos media* penetra o conjunto do tecido social, o trabalho do poder consiste, por conseguinte, em deslocar interminavelmente as zonas de segredo. Paradoxalmente, é através do mecanismo de revelação das margens do tecido social, da criação da ilusão da totalidade da transparência total, do acesso directo e espontâneo à totalidade, da experiência, aos acontecimentos e aos factos, que os *media* contribuem para a camuflagem das zonas de sombra do poder, desviando delas pudicamente os olhares. É que o *campo dos media* torna-se hoje o meio obrigatório de publicidade e da consequente geração do efeito de realidade. O que se desloca assim para a zona do secreto é o acesso não mediatizado ao real, onde precisamente o sujeito pode emergir como fonte de poder efectivo, como poder autónomo de palavra e de acção. Neste jogo entre, por um lado, a relação mediatizada a uma totalidade espectacular ou encenada pelos *media* e, por outro lado, a relação imediata a um real sempre fraccionado e parcelar, enraizado como está inevitavelmente no horizonte subjectivo do mundo da experiência, gera-se precisamente a mais-valia política das sociedades democráticas. À natureza espectacular e ficcional da relação mediatizada corresponde a estratégia sedutora da dominação que substitui a violência das sociedades tradicionais, das sociedades em que a informação não está constituída como um campo autónomo de legitimidade. Podem claramente distinguir-se, nas sociedades modernas, sobretudo a partir do século XVIII, duas modalidades de relacionamento do campo político com a informação: a modalidade disciplinar e a modalidade dos simulacros.

1. A disciplina e os simulacros

Estas duas modalidades correspondem a duas estratégias distintas, servidas ambas por dispositivos, por mediações tecnológicas, destinadas a dar a ver aos homens políticos a vontade dos súbditos e a repercutir junto dos súbditos as decisões do político. Ao dispositivo maquínico industrial corresponde a modalidade disciplinar, nomadizante e policial do poder de massa. Ao dispositivo electrónico e cibernético corresponde a modalidade dos simulacros, implosiva e

irradiante do poder gestionário dos sistemas reticulares. Deste modo, a informação tem vindo a desempenhar indiscutivelmente no mundo moderno um papel importante de organização de uma sociedade secular homogeneizada não em torno do campo religioso, mas do campo político. Este papel está, porém, paradoxalmente associado à conquista da independência que a informação reclama e tem progressivamente alcançado em relação ao poder político, obrigando este a ter de contar muito mais com procedimentos sedutores do que com processos repressivos.

No início deste processo paradoxal encontramos a constituição, nos finais do século XVIII, de todo um conjunto de invenções de dispositivos utópicos de visibilidade de que o panopticismo do jurista Jeremy Bentham é certamente o mais célebre e eloquente.

2. O dispositivo panóptico de visibilidade

Em 1791, no rescaldo da Revolução Francesa, Jeremy Bentham (1748-1832) publicava *The Panopticon*, uma obra ignorada do grande público, mas cujas ideias atravessaram fronteiras e influenciaram profundamente o imaginário das instituições modernas, certamente mais pela utopia legitimadora dos discursos humanistas que alimentou o despotismo iluminado do que pela fidelidade ao dispositivo espacial que descreve com minúcia quase maníaca.

Trata-se, de facto, de um modelo arquitectónico para a construção das prisões modernas, mas os seus princípios destinavam-se, na mente do autor, a ser aplicados igualmente na construção de hospitais, de hospícios para velhinhos e mendigos, de escolas, de fábricas, de casernas e até mesmo das cidades modernas:

«O princípio panóptico pode adaptar-se com sucesso a todos os estabelecimentos em que se deve associar a inspecção à economia; não está necessariamente associado com as ideias de rigor: podem suprimir-se as grades de ferro; podemos ter comunicações; podemos tornar a inspecção cómoda e não penosa. Uma casa de indústria, uma manufactura construída de acordo com este plano, confere a um único homem a facilidade de dirigir os trabalhos de um grande número; e os diferentes apartamentos, podendo estar abertos ou fechados, permitem diferentes aplicações do princípio. Um hospital panóptico não toleraria qualquer abuso de negligência nem de limpeza, nem na renovação do ar, nem na administração dos remédios: uma grande divisão de apartamentos serviria para melhor separar as

doenças; os tubos de ferro branco dariam aos doentes uma comunicação contínua com os guardas; uma vitragem da parte de dentro em vez de grades deixaria à sua escolha o grau da temperatura; um cortinado poderia eximi-los a todos os olhares. Enfim, este princípio pode aplicar-se com satisfação a escolas, a casernas, a todos os empregos em que um único homem está encarregado do cuidado de vários. Por intermédio de um panóptico, a prudência interessada de um único homem é uma melhor garantia de sucesso do que seria, em qualquer outro sistema, a probidade de um grande número.»[1]

O panopticismo consiste numa disposição arquitectónica circular do espaço de modo a que tudo se torne constantemente visível no interior do círculo a partir de uma torre central habitada por um vigilante. Entre outras vantagens, este dispositivo acabaria por fazer com que todos quantos seriam nele envolvidos não só deixassem de poder fazer o mal mas, sobretudo, acabassem por deixar até de o desejar.

Tratava-se, assim, de substituir através deste expediente objectivo, independente, por conseguinte, do livre arbítrio tanto do vigilante, convertido em simples olhar, como do vigiado, reduzido à categoria de olhado, o princípio clássico da punição bárbara do corpo pela *reformation* civilizada e útil da alma.

Qual é o problema que a Bentham se punha e que procurava resolver com o seu dispositivo? É ele próprio quem no-lo diz:

«Como é que um único homem pode bastar para vigiar perfeitamente um grande número de indivíduos? Como é que mesmo um grande número de indivíduos poderia vigiar perfeitamente um só? Se admitirmos, como é forçoso fazê-lo, uma sucessão de pessoas que se substituem, deixa de haver unidade nas suas instruções e continuação nos seus métodos.»[2]

Mas quais as componentes do dispositivo arquitectónico proposto?

O panóptico comporta, antes de mais, uma componente ocular de vigilância universal e permanente, graças à transparência total do espaço e dos corpos vigiados e à completa opacidade da torre central e do vigilante que a habita. Nada nem ninguém escapa, por conseguinte, ao olhar omnipresente e constante de uma instância inspectora mas invisível. É, por conseguinte, um sistema que garante a higiene da visão e a transparência dos corpos. Para reforçar esta trans-

[1] Jeremy Bentham, *Le Panoptique*, Paris, ed. Belfond, 1977. Esta edição reproduz a versão francesa, editada por Garran, deputado à Assembleia Nacional Francesa, em 1791, agora reeditada em 1977 por Michel Foucault.

[2] Cf. Jeremy Bentham, *op. cit.*, p. 4.

parência total da visão, o panóptico, ao contrário do sistema carceral clássico, é totalmente iluminado por largas janelas rasgadas no perímetro exterior do círculo, contrastando com a obscuridade do interior. Trata-se, portanto, segundo os próprios termos de Bentham, de uma «faculdade de ver, num relance, sem se ser visto, tudo quanto aí se passa», «a livro aberto»; trata-se de uma espécie de teatro em que a cena dá a ver a totalidade do social.

Este dispositivo ocular está, portanto, orientado em dois sentidos opostos, de maneira a instaurar a unidireccionalidade da visão: ao ver sem se ser visto do vigilante corresponde antiteticamente o ser visto sem ver do vigiado.

No panóptico, joga-se assim a passagem da punição bárbara dos corpos à *reformation* civilizada moderna da alma, através não só da inspecção presente e actual do inspector mas, sobretudo, da «opinião da sua presença». É que, a partir do momento em que a disposição do espaço é totalmente regida pela ordem panóptica, torna-se absolutamente impossível averiguar se e quando se está a ser inspeccionado, acabando assim por se interiorizar, por se subjectivar o próprio princípio da vigilância. Por isso, Bentham pensa que o panóptico impressiona (*frappe*) mais a imaginação do que os sentidos.

Quais as características do panóptico?

Em primeiro lugar, o panóptico cria a equivalência entre o poder e o querer, anula completamente a possibilidade de desordem, quer ela venha do exterior quer ela surja no interior. Qualquer veleidade subversiva está assim de antemão anulada pelo facto de o dispositivo ocular generalizado fazer equivaler a vontade do indivíduo à vontade do poder.

Em segundo lugar, o panóptico estabelece uma perfeita reciprocidade entre o inspector e o inspeccionado, na medida em que, neste sistema objectivado de disposição espacial, o inspector inspeccionado é simultaneamente o inspeccionado inspector. Uma vez generalizado ao conjunto do tecido social, deixa de ser pertinente a própria distinção entre vigilante e vigiado; cada indivíduo desdobra-se em duas entidades antagónicas, com economia óbvia para a ordem policial do poder.

Em terceiro lugar, o panóptico abole por completo o segredo e a possibilidade desta subversão silenciosa que representam os gestos, as palavras, os pensamentos e até os sonhos não controlados pelo poder.

Esta ordem policial da alma economiza a ordem da punição, potencialmente gratuita, injusta e sempre dispendiosa porque inútil,

dos corpos. Desaparecendo até a possibilidade de querer fazer o mal, deixa de se justificar qualquer espécie de sofrimento corporal inútil, na medida em que subtrai ao bem comum energias preciosas para o trabalho útil produtivo. As regras da administração são, por conseguinte, a doçura, a economia produtiva, a utilidade social, a classificação minuciosa e objectiva das faltas e a adequação exacta entre a culpa e o castigo. A termo, a própria sanção subjectiva-se e torna-se imanente à própria falta. Deste modo, o dispositivo arquitectónico panóptico regula por dentro a perfeita adequação dos corpos à máquina produtiva.

Desaparecem, assim, quaisquer espécies de poluições tanto corporais como morais, sendo instantaneamente vistas e prevenidas as causas poluidoras e destruídos os focos infecciosos.

Este dispositivo corresponde ao imaginário utópico sensualista da ideia moderna de progresso, tal como foi quantificado pelo utilitarismo de John Stuart Mill, ideia confrontada mais com a questão da acumulação interna do que com a preservação do estado de pureza que alimentou o imaginário da sociedade medieval. Michel Foucault chama por isso a atenção para o facto de este novo ideal se inscrever na sequência da instauração de uma sociedade organizada com vista mais à compartimentação do espaço colectivo, numa sociedade obrigada a fazer face à peste e já não à exclusão purificadora de uma sociedade confrontada com o problema da lepra, a exigir a expulsão dos leprosos para fora das portas da cidade. Trata-se, por conseguinte, de uma sociedade mais preocupada com a função disciplinar segmentadora do poder do que com a expulsão dos impuros. O poder moderno surge, assim, da preocupação em organizar internamente a vida colectiva, distinguindo e segmentando o tecido social sob o olhar vigilante e classificatório do funcionário e instaurando redes ou canais de mediação entre os diferentes segmentos do tecido social. Higienização, asseptização das relações entre as pessoas, criação de redes de transporte dos doentes, dos mortos, dos alimentos, da limpeza são as novas tarefas asseguradas por toda uma panóplia de novas funções organicamente hierarquizadas, para as quais se constitui um pessoal especializado, controlado e gerido pelos poderes públicos. É assim garantida uma diferenciação cada vez mais meticulosa do território e das pessoas graças à instauração e à gestão racional e objectiva do seu registo.

Esta nova função registadora do poder disciplinar está na origem de um novo tipo de escrita, de uma escrita burocrática objectiva, destinada a ligar as periferias ao centro, a centralizar tudo e todos, ao

serviço da segmentação classificatória do tecido social e da sua transparência ao olhar vigilante do poder. Aliás, a *estatística*, etimologicamente ciência do Estado, surge para objectivar este olhar e fornecer parâmetros de gestão racional.

Esta nova escrita, objectiva e disciplinar, converte-se em dispositivo ordenador, analisante do caos potencial, do imprevisível sempre prestes a irromper nas margens do tecido social moderno. Representa como que uma máscara identitária que canaliza as pulsões desenfreadas que o medo do contágio e a promiscuidade dos corpos provocaria. Mas ao mesmo tempo assegura a função capilar do poder, fazendo penetrar até ao mais ínfimo recôndito, aos mais pequenos pormenores da vida colectiva, a ordem classificatória do poder.

É neste contexto que o discurso dos *media* surge como dispositivo panóptico das consciências, de penetração capilar do despotismo iluminado, das injunções performativas ditadas pelo utilitarismo económico, servindo claramente a produção e a acumulação do capital, canalizando para a esfera da produção industrial nascente a nova ordem separada do consumo.

Ainda hoje se faz sentir na escrita da imprensa a inviolabilidade do olhar que esta escrita serve. Manifesta-se de múltiplas formas, sendo os manuais do jornalismo eloquente processo da sua imposição aos profissionais da imprensa. As regras inquestionáveis de transparência do discurso jornalístico, sob o pretexto da facilidade da leitura, a interdição de frases longas, a adjectivação, a excomunhão lançada sobre todos quantos caem no sacrilégio de ousarem levantar novas questões que não correspondam às respostas pré-programadas pelas expectativas dos leitores são algumas das múltiplas e subtis formas da função classificatória e disciplinar da utopia panopticista.

Mas a generalização deste dispositivo atinge o auge da subtileza com as mais recentes tecnologias da informação. A partir do momento em que a utopia panóptica se generaliza com o mito contemporâneo da transparência total do mundo, com a objectivação e a instantaneidade da informação, é o próprio olhar do vigilante que se subjectiva no olhar do cidadão, invertendo e domesticando a própria ordem vigilante do poder. Em cada lar instalam-se, enfim, os dispositivos maquínicos da vigilância generalizada do mundo que naturalizam e tornam imperceptíveis os próprios jogos modernos do poder disciplinar. É finalmente com as novas tecnologias que os vigiados se tornam vigilantes. Inspeccionados e inspectores confundem-se na moderna categoria da opinião pública, interiorizando-se de

maneira doce e asséptica a disciplina do poder das massas, das maiorias silenciosas, de todos sobre todos.

Se os poderes instituídos se convertessem, de facto, em gestores objectivos da máquina informativa, da rede das telecomunicações, como a utopia moderna da transparência objectiva da informação pretende, delas dependendo totalmente a estratégia de institucionalização da legitimidade, todas as ordens e todas as disciplinas se tornariam flutuantes, simuladas pelo simples funcionamento retórico da rede mediática, pelas intermináveis figurações do jogo informativo. Continua, no entanto, a persistir uma margem irredutível à objectivação informativa e ao poder disciplinar da rede mediática.

3. As figuras do poder político

«É sempre por qualquer coisa de incorporal que um corpo se separa e se distingue de um outro. Enquanto é a extremidade de um corpo, a figura é o atributo não corporal que o limita e o acaba: a morte é a figura.»[3]

A figura disciplinar de articulação do campo político com a informação, que vimos no parágrafo precedente exemplarmente formulada no ideal panopticista de Bentham, correspondia ao dispositivo maquínico disciplinar e policial do poder de massa. Uma nova figura generaliza-se hoje com a instauração do dispositivo electrónico cibernético, sob uma forma reticular, irradiante e implosiva, a figura dos simulacros.

São inegáveis as vantagens que o poder político tem retirado da sua modalidade disciplinar e policial: tem feito interiorizar a sua ordem sem recorrer, como nas sociedades pré-modernas, à punição dolorosa dos corpos, acabando assim por economizar o espectáculo da repressão externa e da violência física, convertendo os indivíduos em objectos de informação, travando a veleidade de se tornarem sujeitos autónomos de partilha da palavra. Bastaria o regime da vigilância contínua do olhar do poder e a transparência total dos corpos dos súbditos para dissuadir a própria vontade de subversão.

É este o objectivo que o poder acalenta em relação ao *campo dos media*: discipliná-la, convertê-la e mantê-la como regime policial das opiniões livres, não sujeitas à repressão física, como caixa

[3] Gilles Deleuze e Felix Guattari, *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980, p. 136.

de ressonância amplificadora da sua voz, como dispositivo de inscrição capilar da sua ordem, domesticando-a através da prática de uma escrita registadora conforme ao senso comum, às ideias feitas, às ideias populistas, numa palavra, a tudo quanto lisonjeia e mobiliza a vertente pulsional de que o poder moderno se alimenta. Sob esta modalidade disciplinar, a opinião apresenta-se como variação entre margens marcadas pela ordem classificatória do registo objectivante da informação, dos enunciados de uma escrita registadora sem sujeito manifesto.

No entanto, com a actual constituição do *campo dos media* sob a forma de redes da informação já não se trata sequer de uma ordem a preservar, mas da instauração de simulacros do real, de modelos de significação relativamente fechados sobre si próprios, que não se abrem para qualquer sentido referencial. Na figura dos simulacros deixa de haver qualquer diferença entre o verdadeiro e o falso, entre o ser e o parecer. Todos os modelos se valem. Como para o computador do *War Games*, que diferença há entre o jogo e a realidade, entre a simulação da guerra total e o seu efectivo desencadeamento, uma vez que real e simulação acabam por se confundir na ordem discursiva do programa?

O terror da figura dos simulacros reside precisamente na impossibilidade de distinção entre o figurante e o figurado, na perfeita obliteração da diferença, na morte dissuasora do real e na dissuasão mortífera da própria representação.

Um dos simulacros mais eficazes e siderantes das sociedades actuais é o da crise. A função do discurso da crise consiste numa perfeita táctica dissuasora. É puro modelo discursivo siderante. Que importa a sua realidade desde que desencadeie uma cascata de respostas condicionadas operatórias? É a sua dimensão de escala que a torna indiscutível e anula como insensato quaisquer resíduos de gratuitidade, quaisquer desvios que escapem à sua mobilização.

Se a figura disciplinar correspondia à violência doce do interior, os simulacros da rede mediática anulam definitivamente a diferença entre o interior e o exterior, interiorizando qualquer forma de exterioridade.

O funcionamento disciplinar do poder contava ainda com uma realidade exterior e secreta que resistia à vontade do político, alimentando o seu dispositivo maquínico de vigilância e de transparência. Nessa diferença se inseriam as resistências e a autonomia do sujeito, com a sua margem improdutiva. É da obliteração desta diferença e destas possibilidades de resistência, desta margem, da total sidera-

ção dos corpos e das vozes que se alimenta o imaginário reticular do *campo dos media* e se jogam os actuais jogos do poder.

Podemos ver no dicionário de Littré as seguintes acepções de figura: a forma exterior do corpo, o rosto do homem, a aparência, as maneiras («fazer boa ou má figura»), a representação de certos objectos ou de certas personagens, o traçado da forma de um edifício (as figuras arquitectónicas), uma nota musical, um espaço delimitado por linhas (as figuras geométricas), a maneira como as palavras são organizadas no discurso (as figuras gramaticais ou sintácticas), a forma de transgressão do significado habitual das palavras, dos sintagmas ou do raciocínio para os tornar mais incisivos e coloridos (as figuras de retórica), um símbolo, a analogia enquanto representação visível de realidades invisíveis ou espirituais (as figuras místicas).

Ao falarmos de figuras do político entendemos, por conseguinte, a esfera do político como um corpo delimitado por uma forma que lhe confere uma aparência, uma configuração, o que equivale a dizer que, além e aquém da sua natureza plena, significante, o político apresenta uma dimensão figural ou geométrica, uma topologia.

A dimensão figural é, portanto, um jogo de posicionamentos sucessivos, tal como, por exemplo, no jogo de xadrez a sucessão das jogadas resulta em cristalizações provisórias, contingentes, aspectuais, configurações móveis, mobilidades ora uniformemente aceleradas ora variáveis. Na dimensão figural há, por um lado, recorrência de ritmos equivalentes entrecortados de variações rítmicas e, por outro lado, entidades abstractas, puras posições diferenciais. Das variações rítmicas e das entidades posicionais geram-se mnemónicas que esconjuram a amnésia que impossibilitaria as estratégias, consignam-se na memória traços mnésicos feitos de recorrências e de variações originais.

É importante considerar o político na sua dimensão figural para não nos deixarmos ingenuamente encerrar nas ilusões representativas e simbólicas que camuflam e recalcam o jogo vazio das configurações que lhe dão consistência e lhe conferem a natureza especular da sua aparência. O que de um lado é substância, legitimidade, racionalidade, plenitude, ao nível da sua dimensão representativa, é do outro lado da cena do político xadrez constituído por puras regras de construção, posicionamentos diferenciais, configurações caleidoscópicas contingentes reguladas pelas regras do jogo do poder que produz, no seu longo processo, ao longo das jogadas, as suas entidades: o discurso e a acção, o dizer e o fazer. Entidades autónomas, as

dimensões expressiva e pragmática são as modalidades sujeitas ao regime figurativo do jogo do poder. Figuras reversíveis, na medida em que o discurso e a acção do poder são antes de mais o poder dizer e o poder agir com legitimidade.

Ao contrário do corpo biológico, o corpo do poder não possui, no entanto, um regime inato; tudo nele resulta de uma gestação, de uma espécie de procriação institucional. Daí a importância que o processo de naturalização a que o *campo dos media* submete o político para camuflar a sua natureza contingente e histórica.

12

O *CAMPO DOS MEDIA* E A INSTITUIÇÃO MILITAR

Começaremos por chamar a atenção para alguns aspectos que a instituição militar partilha com os meios de comunicação social, nomeadamente os que pertencem à dimensão sensorial dos seus dispositivos e dos seus processos de actuação. Num segundo tempo, assinalaremos a natureza estratégica dos dispositivos e dos processos comunicacionais, o que implica uma crítica e uma desconstrução das leituras humanistas ingénuas da comunicação social. A título de exemplo, veremos um caso exemplar, o das relações da rádio com o militar.

Da natureza estratégica desta coalizão da comunicação social com a instituição militar ressalta um dos traços dominantes da modernidade, o do imaginário da guerra total com a sua dupla componente, tecnológica e discursiva.

1. A dimensão sensorial dos dispositivos da comunicação e do militar

O toque dos clarins, o rufar dos tambores, o uivo angustiante das sirenes, o ribombar dos canhões estiveram sempre associados à marcha cadenciada dos exércitos e às operações bélicas. Estes diferentes sinais anunciam a presença e a ordem da instituição militar. Mas, no teatro de guerra, têm sobretudo como objectivo imobilizar e neutralizar pelo terror os movimentos do adversário. É que, como diz Paul Virilio, num livro consagrado às relações da guerra com o cinema, «abater o adversário é menos capturá-lo do que cativá-lo, é infligir-lhe, antes da morte, o espectro da morte»[1].

Também o clarão que acompanha o deflagar das bombas tem idêntico efeito de deslumbramento. Por isso os holofotes e os pro-

[1] Paul Virilio, *Guerre et Cinéma, 1. Logistique de la Perception*, Paris, Galilée, 1984, p. 7.

jectores são utilizados para varrer o espaço da noite, pondo assim a nu os esconderijos, desmantelando os refúgios, desemboscando as trincheiras, deixando o inimigo imóvel e impotente, fulminado mais pelo olhar transparente do agressor do que propriamente pelas armas.

Sideração é este processo de estupefacção provocado pelos dispositivos sensoriais do ruído uniforme e cadenciado tanto da marcha compacta do exército como do estrondo das armas e do clarão que torna diáfana a transparência das coisas e dos corpos.

Não existe técnica militar sem dispositivos de sideração neutralizadora do adversário. É por isso que o instrumental bélico é revelador da tecnologia moderna; ao mesmo tempo que utiliza os inventos disponíveis ligados ao domínio da percepção sensorial, nomeadamente os *media* visuais e auditivos, associa-se à sua lógica a ponto de acabar por produzir a sua própria tecnologia. Não admira, por isso, que a fotografia, o cinema, o megafone, a telefonia, o telégrafo, a televisão tenham sido logo associados desde os primeiros tempos ao campo militar. A história, senão a origem dos *media*, depende em grande parte da história das próprias armas. Isto está bem patente, por exemplo, nas transmissões e na fotografia cartográfica aérea, desde sempre elementos imprescindíveis dos exércitos.

Étienne Jules Marey (1830-1904), o inventor da cronofotografia, concebeu o seu aparelho de decomposição do movimento como uma espingarda equipada com um *barillet* e um canhão giratório idêntico à pistola *Colt* e à metralhadora *Gatling* recentemente inventada[2]. Entre os *media* visuais e as armas nunca deixou de haver relações particularmente estreitas, se tivermos em conta a utilização recente dos raios *laser* pela US Air Force, a Navy e a NASA: o *Eye-Tracked*, sistema de sincronização que fixa o olhar do piloto de tal maneira que, desde que a acomodação binocular é feita, o tiro possa ser executado com precisão milimétrica[3].

Trata-se de assegurar assim a rápida transmissão da ordem, a surpresa do ataque inesperado, de confundir ou de distrair dos alvos potenciais as atenções do inimigo e de descobrir as suas posições camufladas.

Os *media* participam, por isso, da estratégia bélica tanto ofensiva como defensiva. Sendo no início utensílios mais ou menos dispersos, destinam-se hoje a produzir *simulacros* tão perfeitos quanto possível das posições ocupadas que levem o adversário a tomá-las

---

[2] A metralhadora *Gatling* foi inventada em 1861 e o revólver *Colt* em 1874.
[3] Paul Virilio, *op. cit.*, p. 145.

pelas posições reais e a descobrir as posições reais do adversário pela interpretação adequada dos simulacros que ele produz para se dissimular. Por isso, Paul Virilio diz que «a primeira vítima de uma guerra é o conceito de realidade»[4]. Às armas bélicas estão intimamente associadas as armadilhas dos *media* que simulam a realidade e prendem os beligerantes nas suas teias sensoriais. Guerra e *media* convertem-se numa gigantesca máquina de gestação de efeitos especiais, de desrealização, o que não impede que funcionem segundo uma lógica hiper-real[5].

Conta ainda Paul Virilio que os membros da equipagem do *Nimitz*, um dos porta-aviões nucleares americanos, declaravam recentemente a uma jornalista: «O nosso trabalho é totalmente irreal; de tempos a tempos, seria bom que a ficção se tornasse realidade para nos dar a prova irrefutável, brilhante, da nossa presença aqui.»[6] Desabafo inesperado feito precisamente a uma jornalista de quem, no fundo, se espera que realize, através do discurso específico do *campo dos media*, a irrealidade denegada da guerra total. É que, a partir do momento em que é impossível fazer a experiência do nuclear, os jogos de guerra, os *war games*, são essenciais à modalidade estratégica do funcionamento do campo militar.

Se a imaginação actual se impressiona com o facto de Hitler ter investido somas fabulosas na produção de cinema de propaganda e se ainda continuamos a ver emocionados filmes americanos que exaltam os valores da democracia e a bravura dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, esquecemos facilmente que algumas batalhas foram até repetidas só para que o olhar da câmara de cinema as pudesse registar com o máximo de realismo. A natureza simulacral das estratégias bélicas actuais corresponde, no entanto, a uma mutação irreversível das relações entre os *media* e a instituição militar. Os efeitos desta mutação estão, contudo, ainda longe de poderem ser reconhecidos com clareza[7].

---

[4] Paul Virilio, *op. cit.*, p. 44.

[5] O surrealismo foi, em arte, o estilo correspondente.

[6] Paul Virilio, *op. cit.*, p. 119.

[7] Recordemos que a utilização da telefonia se tornou proverbial durante a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se um autêntico dispositivo de guerra posto ao serviço da guerra psicológica do convencimento e da astúcia contra o inimigo, de moralização das tropas em campanha, de resistência ao ocupante, de mobilização da população civil. Os grandes nomes da rádio, do cinema, da canção, do *sex appeal* foram criados pela instituição militar. Griffith durante a Primeira Guerra Mundial, Lily Marlene, Marlene Dietrich, Glen Miller, Luis Buñuel, Orson Welles, Fred Astaire durante a Segunda Guerra Mundial, Marilyn Monroe durante a Guerra da Coreia são alguns dos mais célebres exemplos desta aliança entre a estratégia bélica e a estratégia dos *media*.

2. O caso da rádio

Logo desde a sua origem, a rádio atravessou as fronteiras dos Estados e assegurou a instantaneidade da repercussão à distância da voz e da percepção sonora dos acontecimentos. Alguns momentos históricos assinalam de maneira paradigmática este desenvolvimento do dispositivo radiofónico.

A rádio existe, pelo menos, desde que, em 1899, Marconi conseguiu realizar a primeira ligação por TSF entre a França e a Inglaterra, cobrindo uma distância de 46 km. Ao novo invento estava então destinado o desempenho de funções militares: facilitar a coesão das ligações e das operações navais, transmitir informações entre os militares em campanha, fazendo-lhes chegar as ordens do quartel-general, reforçar a segurança e acelerar a chegada de socorros em casos de baixa, de naufrágio ou de catástrofe.

Em 1910, já o governo americano decretava a obrigatoriedade de todos os navios, à saída dos portos dos Estados Unidos, estarem equipados com postos de TSF. O desastre do *Titanic*, ocorrido como se sabe em 14 de Abril de 1912, emocionaria o mundo pelo facto de o seu posto de TSF não ter podido captar as mensagens angustiadas de um humilde cargueiro que anunciava a presença de um icebergue nas imediações do paquete. As mensagens eufóricas dos passageiros mantinham o posto ocupado em permanência. O incidente ficou como um símbolo premonitório dos perigos que espreitam as sociedades modernas que, apesar dos sofisticados dispositivos de que dispõem, correm o risco de se deixarem distrair pela monopolização da voz dos poderosos.

São, no entanto, os exércitos os principais utilizadores da rádio dos primeiros tempos.

Em França, Gustave Ferrié, que desde 1897 era o comandante da Escola de Telegrafia do Forte Mont Valérien, foi encarregado pelo ministro da Guerra de estabelecer uma rede francesa de comunicações independente do estrangeiro. Cientista exímio e bem informado acerca das experiências que Marconi prosseguia então em Inglaterra, Ferrié utilizaria a recém-inaugurada Torre Eiffel para instalar, em 1903, as primeiras antenas de TSF, iniciando as primeiras experiências de transmissões militares logo em 21 de Janeiro de 1904. Em 1907, o tenente da Armada Tissot criava o serviço permanente de transmissão radiofónica do sinal horário também a partir da Torre Eiffel. A TSF do comandante Ferrié desempenha já durante a guerra que então opunha a França a Marrocos um papel determinante.

Foi, porém, durante a guerra de 14-18 que a rádio consolidou a sua importância para a estratégia militar, convertendo-se numa autêntica arma, com funções análogas não só às do automóvel e do avião mas também às dos tanques e das bombas. É que, além das funções estratégicas de transmissão de ordens e de informações, a rádio passa a ser utilizada para a escuta das comunicações do inimigo, desemboscando assim a tempo as suas posições e decifrando as suas estratégias de ataque, e para aumentar a precisão do movimento das tropas no terreno. A partir da Torre Eiffel estabelecem-se redes de ligação com a Grã-Bretanha, a Rússia, a Sérvia e Bucareste. Equipam-se os aviões, os automóveis e os tanques com postos de escuta e de emissão. Os melhores cientistas da época trabalharam na Torre Eiffel na equipa de G. Ferrié e em Lyon. Um extraordinário incremento viria a ser dado à investigação e à indústria radioeléctrica, incremento que prosseguirá, aliás, depois da guerra, com o concurso tanto das empresas do Estado como das empresas privadas.

Durante o período entre as duas guerras, já todos os países europeus tinham tomado consciência do papel que a rádio desempenhava na estratégia bélica e procuraram utilizá-la agora para a estratégia do desenvolvimento das relações internacionais. Esta dimensão internacional só viria a ser de novo experimentada durante a guerra de 39-45.

É então que a rádio desempenha pelo menos três funções militares imprescindíveis: a de arma de desmoralização do adversário, a de apoio moral às populações e às tropas, a de elo de ligação com os combatentes entrincheirados em território inimigo ou com os resistentes isolados.

Estas funções viriam a ser amplamente tratadas pelo cinema do pós-guerra. Durante os combates, juntamente com o telefone e com o radar, recentemente inventado, a rádio assegurava a precisão do ataque e a coordenação dos movimentos das tropas no terreno. Os sistemas radioeléctricos de comunicação formam já uma autêntica rede de vias invisíveis e dissimuladas que se percorrem e parasitam tal como se utilizam e dinamitam, no terreno, as estradas e as pontes. Com três diferenças de monta que tornam as redes de comunicação radiofónica particularmente temíveis e eficazes: a da *instantaneidade*, que gera efeitos de surpresa e de imprevisibilidade nunca antes sonhados, a da *multiplicidade* e a da *simultaneidade* das mensagens veiculadas. O alargamento da exploração do espectro das redes hertzianas e a utilização de cabos, inventados em 1912 por Pupin, que já atingiam 20 000 km em 1948, acabariam por tornar quase ili-

mitadas as capacidades de transmissão simultânea de muitos milhares de sinais e de mensagens. Apesar da luta renhida pela ocupação e pela salvaguarda das frequências do espectro radioeléctrico, o problema da saturação das ondas hertzianas iria sendo assim, a pouco e pouco, ultrapassado ou, pelo menos, gerido graças à constituição de um novo organismo europeu, a União Europeia de Radiodifusão (UER).

3. As estratégias discursivas

A importância militar da rádio, em particular no campo de batalha, tem sobretudo a ver com a sua função no domínio da propaganda. Mac Luhan considerava que tanto as vítimas como os críticos de Hitler «dançaram, enfeitiçados pelo tam-tam tribal da rádio, que prolongava o sistema nervoso central e impunha a todos uma participação em profundidade»[8]. A escuta radiofónica envolve-nos de facto numa redoma sonora que acorda ressonâncias arcaicas do nosso imaginário. Por isso, Mac Luhan afirmava também «que a existência política de Hitler só tinha sido possível como consequência directa da rádio e dos sistemas de sonorização»[9].

Mas a rádio também serviu a Resistência contra as forças da ocupação nazi. Desde então podemos dizer que nunca mais deixou de desempenhar esta função moderna de detonador dos grandes momentos de viragem do curso da história. Podemos destacar deste ponto de vista, pela sua natureza paradigmática, três grandes momentos históricos recentes: Maio de 68 em França, a Primavera de Praga em 1969 e o 25 de Abril de 1974 em Portugal.

Roland Barthes descreveu de maneira admirável o papel que a rádio desempenhou em França por ocasião de Maio de 68:

«A palavra radiofónica colou ao acontecimento, à medida que se ia produzindo, de maneira ofegante, dramática, dando a ideia de que o conhecimento da actualidade já não pertence à imprensa mas sim à palavra. A história "quente", em curso, é uma história auditiva, o ouvido converte-se de novo no que era na Idade Média: não só o primeiro dos sentidos (antes do tacto e da vista), mas o sentido que fundamenta o conhecimento (tal como para Lutero é a origem da fé para o cristianismo). Mas ainda não é tudo. A palavra informa-

---

[8] Mac Luhan, *Pour Comprendre les Media*, Paris, Mame-Seuil, 1964, p. 326.
[9] Mac Luhan, *op. cit.*, p. 328.

tiva (do repórter) esteve tão intimamente ligada ao acontecimento, à própria opacidade do seu presente (basta recordar algumas noites de barricadas), que era o seu sentido imediato e consubstancial, a maneira de aceder à inteligibilidade instantânea; isto quer dizer que, nos termos da cultura ocidental, em que tudo aquilo que estiver privado de sentido não pode ser percepcionado, a palavra era o próprio acontecimento. A distância milenária entre o acto e o discurso, o acontecimento e o testemunho reduziu-se: surgiu uma nova dimensão da história, doravante unida intimamente ao seu discurso, enquanto toda a "ciência" histórica tinha pelo contrário como função reconhecer esta distância, a fim de a controlar. A palavra radiofónica», prossegue Barthes, «não só informava os participantes acerca do prolongamento da sua acção, que se desenrolava, aliás, a alguns escassos metros de distância, a tal ponto que o transístor se convertia num apêndice corporal, em prótese auditiva, num novo órgão científico-ficcional de alguns manifestantes; ela inflectia ainda, modificava o acontecimento pela compressão do tempo, pela ressonância imediata do acto, numa palavra, escrevia-o: fusão do signo e da sua escuta, reversibilidade da escrita e da leitura que é exigida pela revolução da escrita que a modernidade tenta realizar completamente.»[10]

É esta coalizão, esta fusão dos factos narrados com a narração dos factos, que confere à rádio um lugar central na cultura moderna. Anula a distância ou, pelo menos, diminui o fosso entre o ser e o dizer. Provoca a imediata colagem aos acontecimentos e a espontaneidade tanto dos factos como da palavra que os narra, com a consequente reversibilidade da relação entre os factos e os discursos: o próprio discurso se torna acontecimento notável da mesma maneira que o acontecimento se converte em fenómeno discursivo, destinado como está doravante ao discurso dos *media*.

4. A natureza estratégica dos dispositivos bélicos e comunicacionais

Observamos, no entanto, duas formas de discurso sobre a comunicação que ignoram ou, pelo menos, menosprezam esta relação: a forma instrumental e a forma humanista.

---

[10] Roland Barthes, *Le Bruissement de la Langue*, Paris, Du Seuil, 1984, pp. 177-178.

O discurso instrumental da comunicação oblitera a estreita relação dos dispositivos tecnológicos com os dispositivos bélicos. Predomina hoje no discurso político da modernização tecnológica, em particular da telemática, em paralelo com o do rearmamento e o da escalada bélica tanto estratégica como táctica. O pressuposto desta concepção é o de que os *media*, tal como as armas, são puros instrumentos técnicos neutros, objectivos; de que o seu valor ético depende unicamente do uso que deles fizermos.

O discurso humanista, por seu lado, parte do pressuposto de que os *media* são um mecanismo regulador das tensões destinado à solução dos conflitos entre os povos.

Estas duas formas de discurso dominante, em particular nas instituições tradicionais, são duas ideologias insidiosas que camuflam a natureza estratégica dos dispositivos mediáticos e o seu fundamento belicista. E, no entanto, já Maquiavel vira com sagacidade e perspicácia a natureza estratégica da comunicação:

«Todos sabemos que é louvável que o príncipe mantenha a palavra empenhada, e viva com integridade e não com astúcia. Contudo, a experiência dos nossos tempos mostra que os príncipes que tiveram pouco respeito pela boa-fé puderam com astúcia confundir os espíritos e chegaram a superar os que basearam a sua conduta na lealdade.

«Como sabemos, pode-se lutar de duas maneiras: pela lei e pela força. O primeiro método é o dos homens; o segundo, o dos animais. Porém, como o primeiro pode ser insuficiente, tem de se recorrer ao segundo. É necessário, portanto, que o príncipe saiba usar bem tanto o processo dos homens como o dos animais.

«Sendo obrigado a agir como um animal, deve o príncipe usar a raposa e o leão, pois o leão não se pode defender das armadilhas e a raposa não consegue defender-se dos lobos. Aqueles que desejam ser como o leão não compreendem que um governante prudente não deverá agir com boa-fé quando, para fazê-lo, precise de trabalhar contra os seus interesses e quando os motivos que o levaram a contrair uma obrigação deixarem de existir.»[11]

Este texto, escrito em 1515 e dedicado a Lourenço II de Médicis, é hoje mais do que nunca actual, devido ao poder acrescido que uma indústria cultural florescente proporciona.

Mas perante a estratégia de sideração, a hiperlucidez crítica não parece ser melhor solução do que a ingenuidade positivista dos huma-

---

[11] Maquiavel, *O Príncipe*, cap. XVIII, 1-3.

nismos. La Fontaine ilustra bem o que se acaba de dizer na célebre fábula *A Raposa e as Galinhas-da-Índia*:

«Contra os assaltos de uma raposa
Uma árvore servia de guarita a umas galinhas-da-índia.
A pérfida, depois de dar uma volta em redor da cerca e de ver cada uma postada de sentinela,
Gritou: "O quê! Querem gozar comigo?
Serão estes os únicos a eximir-se à lei comum?
Não, por tudo quanto há de mais sagrado, não!"
Aqui acabou o seu discurso.
A Lua, então reluzente, parecia estar contra o grande senhor e a favor das galinhas-da-índia.
Ele, porém, não era nenhum noviço na profissão de sitiante.
Recorreu ao seu arsenal de astúcias celeradas.
Fingiu querer subir, alçou-se nas patas, fez-se morto, depois ressuscitado.
Arlequim não teria executado tantas personagens diferentes.
Levantou a cauda, fazia-a brilhar, e mil outras facécias.
Durante todo este tempo nenhuma galinha-da-índia teria ousado pregar olho.
O inimigo deixava-as em paz, mantendo-lhes a vista sempre posta no mesmo objecto.
Algumas das pobrezinhas, ficando ao fim de algum tempo hipnotizadas,
Iam caindo: sempre eram algumas de ganho.
Outras eram postas de parte: cerca de metade sucumbe.
O camarada leva-as para a despensa.
Demasiada atenção prestada ao perigo
Faz com que a mais das vezes nele se caia.»

André Glucksmann, que cita precisamente esta fábula num livro sobre a actual estratégia nuclear, faz um inventário de algumas figuras destes jogos:

«Com as suas mímicas, a raposa prende o olhar, fascina, hipnotiza as galinhas-da-índia. Assediadas pelo astuto animal, deixam de comunicar entre si, o espectáculo desloca as relações entre os espectadores. Cada um, absorvido por uma imagem demasiado forte, corta o contacto e rompe as amarras.»[12]

---

[12] André Glucksmann, *La Force du Vertige*, Paris, Gallimard, 1983, p. 82.

Desviando o olhar, o poder orienta para si todas as atenções, desloca o espaço de percepção e põe a presa à mercê do estrategista. Sem a conivência da presa, cuja hiperlucidez ao perigo debilita a sua capacidade de percepção, a actual estratégia de sideração não funcionaria. É por isso que a fábula de La Fontaine, apesar de ter sido publicada em 1685, é um excelente exemplo do modo de funcionamento da natureza total dos dispositivos actuais de simulação, da natureza belicista comum tanto aos que utilizam como aos que recebem os efeitos dos *media*.

5. Dispositivo do fórum planetário

Desde os seus começos, a rádio foi o *medium* por excelência do debate e do confronto políticos. Nos Estados Unidos da América, a Westinghouse começava as suas emissões comerciais, em 1921, assegurando a reportagem do duelo entre os candidatos à presidência, o republicano Warren G. Hardin e o democrata Cox. Calvin Coolidge (1923-1929), Herbert Hoover (1929-1933), Franklin Roosevelt (1933-1940 e 1940-1941) ficaram também a dever a eleição à habilidade com que souberam adaptar o discurso político ao estilo radiofónico. Consciente deste fenómeno, Roosevelt viria até a criar, durante o seu segundo mandato, os célebres *fireside chats,* as conversas à lareira, estilo que consistia em aproveitar politicamente a natureza intimista da escuta radiofónica e que viria a servir de primeiro modelo do discurso político moderno. Apesar de, a partir de 1945, a televisão ter passado a competir com a rádio, nunca a conseguiu substituir completamente, acentuando antes a especialização do estilo radiofónico, mais personalizado e intimista. A rádio tornara-se assim, rapidamente, no primeiro dispositivo de constituição de um grande fórum planetário de apropriação e de partilha imaginária de palavra.

É que a rádio ocupa um lugar central no processo de incorporação da voz, tal como o relógio de pulso incorpora, como vimos no capítulo 8, o sentido moderno do tempo, cronométrico, mecânico e linear. Mas, tal como os restantes dispositivos que passaram a fazer parte integrante da nossa vida, a rádio naturaliza uma palavra mecanizada.

Através da dimensão vocálica, a palavra é uma realidade corporal irreversível, visto estar delimitada pelas contingências históricas do espaço e do tempo. Uma vez proferida, a palavra perde-se inevi-

tavelmente no circuito da troca generalizada, irrepetível: as palavras que proferimos não retornam à nossa boca. Mesmo quando repetimos uma palavra, uma frase, um discurso, a repetição faz-se sempre num novo contexto, acrescentando-lhe novas modulações e novos efeitos de sentido, quanto mais não seja torna-se não uma palavra originária mas a repetição de uma palavra outra num tempo outro. Por isso nunca dizemos da mesma maneira a mesma coisa nem enunciamos a mesma coisa da mesma maneira, por mais fiel que seja a repetição. O povo costuma até dizer que quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto. A enunciação comporta sempre incerteza, imprevisibilidade. A palavra radiofónica, no entanto, é a realização imaginária deste projecto utópico da repercussão indefinida da mesma voz através de uma multiplicidade de espaços. Graças ao registo magnético, pretende realizar a reversibilidade do discurso que a fala habitualmente interdita. É este um dos segredos mais óbvios do fascínio que provoca e das utilizações a que se presta dentro do processo de gestão da palavra pelo poder, à semelhança do que já se conseguira durante os dois últimos séculos no domínio da gestão da produção. De certo modo, podemos considerar a rádio como um enorme supermercado da palavra no espaço público.

O circuito de troca da palavra é limitado pelas dimensões do espaço e do tempo. O alcance da voz não ultrapassa um raio de difusão relativamente restrito e desaparece com o encadeamento de outras vozes. A rádio tende a provocar a libertação destas limitações espácio-temporais, ao ultrapassar as barreiras geográficas, sociais, culturais e políticas, assim como pelo facto de fazer repercutir instantaneamente os acontecimentos, os discursos, o eco sonoro do mundo para além das fronteiras da sua percepção imediata.

6. A dupla estratégia: planetarização e transversalidade da violência

A partir dos anos 50, a estratégia dos Estados passou a oscilar entre, por um lado, investir no aperfeiçoamento das técnicas de comunicação, com a implantação de redes de satélites geostacionários de telecomunicações, capazes de manter todos os povos em conexão permanente e de fazer assim chegar a todos os recantos do globo a voz dos novos senhores do mundo, e, por outro lado, aperfeiçoar as técnicas de extermínio do planeta, desde o nuclear à chamada Guerra das Estrelas. É neste contexto que assistimos, no mundo contemporâneo, à internacionalização ou mundialização tanto das redes e dos

sistemas de comunicação como dos dispositivos bélicos[13]. Os efeitos de radicalização da estratégia é assim claramente o resultado da coalizão da técnica com a linguagem, com a constituição a que, no capítulo 8, demos o nome de logotécnicas. A estreita articulação das comunicações com a guerra é particularmente nítida no desenvolvimento dos dispositivos de telecomando de torpedos, dispositivos que consistem na articulação da rádio com a arma, aumentando assim a precisão e o alargamento do raio de acção, permitindo até atingir hoje em poucos minutos distâncias intercontinentais.

Foi ainda nos derradeiros anos da Segunda Guerra Mundial que surgiram os primeiros receptores de rádio de formato reduzido, alguns já do tamanho de uma lâmpada eléctrica. Semelhante processo de miniaturização, acelerado com a invenção e a generalização do uso do transístor e da microinformática, conduziria a rádio a um nível de perfeição tecnológica considerável, convertendo-a numa prótese quase perfeita do ouvido.

Para apreciarmos convenientemente o sentido desta evolução tecnológica não podemos perder de vista que a rádio é o *medium* por excelência da palavra oral. O mundo ocidental assentara na escrita e no grafismo a sua viragem modernizadora, descurando em grande parte a oralidade que fizera na Antiguidade a grandeza das épocas de ouro de grandes civilizações. Sócrates, por exemplo, via a escrita como a morte do processo por excelência da procura da verdade, se dermos crédito à interpretação que Platão nos deixou do seu pensamento. A escrita representava uma mecanização formal e simulada da palavra viva[14]. Podemos assim encarar o incremento da técnica radiofónica e dos seus usos como uma espécie de processo nostálgico das sociedades contemporâneas, votadas doravante a uma vida colectiva cada vez mais mecanizada. O fascínio que a rádio exerce tem certamente muito a ver com a utopia de uma nova era de ouro da sociabilidade em que se restituiria de novo a partilha generalizada da palavra.

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação alteraram os mecanismos e o sentido da violência e, por conseguinte, os dispositivos bélicos.

---

[13] Acerca desta estreita relação dos satélites de telecomunicações e do nuclear, ver, nomeadamente, Armand e Michèle Mattelart, *De l'Usage des Media en temps de Crise*, Paris, Alain Moreau, 1979, e Hector Schmucler, «O Mitológico Advento dos Satélites. O Caso da América Latina», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 4. *Tecno-Lógicas*, Porto, Afrontamento, Dezembro de 1986, pp. 69-76.

[14] Cf., em particular, Platão, *Fedro*, 275 d.

Podemos considerar a Segunda Guerra Mundial como o culminar de todas as formas de guerra movidas por jogos de supremacia territorial, apesar de se terem prolongado até aos finais dos anos 70 através das guerras coloniais, em sociedades que tinham ficado à margem da modernidade. Os conflitos punham frente a frente as nações em função de uma identidade geográfica. Aos exércitos incumbia, neste contexto, ora a defesa da integridade dentro dos limites traçados pelas fronteiras geográficas ora o alargamento da soberania dos Estados a novas áreas geográficas.

A teoria clássica da guerra era assim regida pela oposição entre soberanias, dentro das fronteiras que delimitam os que se identificam pelo facto de pertencerem a um mesmo espaço nacional dos que não possuem a mesma identidade, os de dentro dos de fora. É aliás o sentido da analogia entre a guerra e a diplomacia. A diplomacia é assim considerada como o prolongamento dos objectivos da guerra em tempo de paz.

Com os dispositivos actuais dos sistemas de comunicação, a concepção clássica da guerra e da paz está a sofrer profunda reformulação. Os dispositivos bélicos são já claramente redes de informação que se jogam ao nível não nacional mas planetário. Os sistemas de informação, ao atingirem este nível planetário, permitem converter o mundo inteiro em terreno de batalha simultânea, anulando, por conseguinte, as oposições territoriais clássicas. A simultaneidade entre o ataque e a defesa torna hoje impossível determinar qualquer hipótese de solução definitiva dos conflitos a não ser a do extermínio tanto do atacante como do defensor.

A violência tende, por conseguinte, a tornar-se cada vez mais um processo implosivo e disseminado. Tanto a violência dos dispositivos bélicos como a violência dos discursos não se jogam hoje em torno de interesses inerentes à defesa da integridade geográfica dos Estados; põem antes em confronto razões e interesses antagónicos que atravessam as culturas e as sociedades. A irrupção da violência assemelha-se, assim, mais a processos vulcânicos, irruptivos e imprevisíveis, não nas fronteiras que delimitam as nações mas um pouco por todo o lado. As guerrilhas urbanas, os terrorismos, as tomadas de reféns, os desvios de aviões, a violência nos estádios desportivos são manifestações eloquentes desta natureza vulcânica e transversal da violência relacionada com a planetarização dos dispositivos da própria informação. É por isso que tudo quanto for susceptível de ser captado pelas redes da informação (jogo de futebol, cimeira, conferência internacional, deslocação de altas personalidades) é hoje alvo

preferencial da violência. Os dispositivos policiais sofisticados e os dispositivos mediáticos que nestas ocasiões são montados assemelham-se à mobilização preventiva de que fala a fábula de La Fontaine *A Raposa e as Galinhas-da-Índia.*

Também a estratégia militar se tornou assim já claramente um processo submetido à divisão internacional do trabalho, visto estar sujeita ao acordo entre os inimigos potenciais quanto aos arsenais militares a constituir e às zonas de descompressão da violência a desencadear. A guerra é cada vez mais operação interposta entre os beligerantes para evitar a eclosão radical do extermínio. Os terroristas ficam de fora da previsibilidade e da divisão internacional do trabalho da violência. Os inimigos que partilham entre si a soberania real sobre o mundo inteiro tornam-se cada vez mais aliados e inimigos fictícios perante os novos adversários reais que irrompem dentro das suas próprias fronteiras. É por isso que é cada vez mais difícil destrinçar o real do imaginário, a verdade da ficção. A simulação é já ameaça real e o confronto real está de antemão votado à encenação dos *media.*

A rádio atravessou desde os seus começos as fronteiras. Apesar de ter servido muitas vezes para alimentar a coesão entre os povos e a compreensão das outras culturas, assim como para acelerar a prestação de socorros, insere-se neste processo de planetarização das redes de informação que nos coloca perante a urgência de repensar muitos dos princípios em que assentava a coerência das instituições, ditando-lhes as formas de organização e as normas de funcionamento.

7. As armas e os discursos

No mundo contemporâneo, a estratégia comunicacional tornou-se, de facto, uma outra maneira de prosseguir a guerra. Em vez de a guerra ser a maneira violenta de prosseguir a política e de alcançar a paz, como pretendia Clausewitz[15], é a política que se torna hoje a outra maneira, a dissuasora, de continuar a guerra, como observa Glucksmann[16]. Podemos aliás dizer, com Léo Scheer, que a Segunda Guerra Mundial não terminou em 1945, mas se transformou desde Hiroxima em armadilha de informação dissuasora. É por isso que

[15] Cf. Clausewitz, *Vom Kriege,* 1832, trad. port.: *Da Guerra,* Lisboa, Publ. Europa-América, s.d.

[16] Cf. André Glucksmann, *op. cit.*

uma Terceira Guerra Mundial é praticamente impossível, uma vez que a Segunda é interminável. De facto, a dissuasão não é persuasão nem paz, mas criogenização, o congelamento do conflito. As formas dissuasoras da informação confundem-se assim com as formas da estratégia comunicacional dos *media* de massa[17].

Esta convergência estratégica entre a dissuasão e a comunicação é o resultado do fantasma da guerra total, da deflagração apocalíptica global, na medida em que anula a lógica bipolar da disjunção entre sujeito e objecto, tanto na acção bélica como no discurso de massa. Tanto a guerra como o discurso tornam-se um jogo dissuasor e de vertigem com a consequente interiorização do adversário, a passagem da ordem militar à ordem policial, a conversão do regime bélico em regime terrorista. No regime bélico convencional assistimos ao jogo bipolar de duas forças antagónicas e à consequente subordinação de uma à outra no termo do litígio, tal como no processo discursivo de convencimento destinado a reduzir um dos contendores ao silêncio. No regime terrorista, pelo contrário, é toda a humanidade que se torna potencialmente, de maneira fantasmática, mas nem por isso menos real, refém de si própria, dos dispositivos mortíferos que ela própria secreta e alimenta. Já não há por isso vencedor nem vencido, mas chantagem infindável, como na comunicação de massa não pode haver convencimento mas infindáveis jogos retóricos performativos conducentes a determinada acção ou atitude predeterminada. Os actos terroristas ocasionais e efémeros não passam de epifenómenos do estado terrorista generalizado que a comunicação social não pode deixar de encenar periodicamente. Não existe, aliás, acto terrorista sem reivindicação de publicidade mediática. As próprias câmaras de televisão atraem a acção terrorista e provocam-na com a sua simples presença.

Glucksmann salienta a «global paralisia do espírito» produzida pela natureza espectacular do terrorismo associada à sua encenação mediática[18]. Arma psicológica por excelência que neutraliza e congela qualquer veleidade de resposta, deixando inteiros os conflitos, convertendo-os em diferendo insanável[19].

Mas há ainda duas outras razões para a correspondência entre as armas bélicas e as armadilhas discursivas e espectaculares dos *media*: a anulação da distância entre os campos adversos e a instan-

---

[17] Cf. Léo Scheer, *La Société sans Maitre. Essai sur la Société de Masse*, Paris, Galilée, 1978.

[18] André Glucksmann, *op. cit.*, p. 18.

[19] Cf. Jean-François Lyotard, *Le Différend*, Paris, Minuit, 1983.

taneidade automática da resposta. À máxima mobilidade, graças, nomeadamente, à miniaturização e à automatização da tecnologia, corresponde a imobilização e a sideração, com o espantoso efeito de engarrafamento dos fluxos e o curto-circuito do próprio sistema. É aliás a este curto-circuito e a este engarrafamento dos fluxos da informação, da política, das armas e da produção que nos habituámos a dar o nome de crise. Neste sentido, a mundovisão e a informatização tornam potencialmente todos presentes a todos ao mesmo tempo em toda a parte tal como os dispositivos bélicos nucleares fazem deflagrar potencialmente agressor e vítima ao mesmo tempo. Esta neutralização da distinção entre sujeito e objecto da informação, tal como entre agressor e vítima, subverte efectivamente a lógica tradicional da disjunção (ou sujeito ou objecto, ou agressor ou agredido, ou vencedor ou vítima, ou convencedor ou convencido, ou guerra ou paz) em favor da lógica da neutralização (nem... nem...).

É este certamente o resultado lógico da «explosão da informação», análogo ao da explosão nuclear: a vertigem da neutralização dos contrários e a dissuasão de qualquer iniciativa radical susceptível de resolver definitivamente os conflitos. Einstein, numa célebre conversa com o Abbé Pierre no fim da vida, reconhecia até que a explosão da informação é bem mais temível do que a explosão da bomba nuclear.

8. Em conclusão

As relações entre a instituição militar e o *campo dos media* situam-se a dois níveis: ao nível tecnológico e ao nível discursivo. É que qualquer campo social detém, como vimos no capítulo 8, a legitimidade de fazer e de dizer, da acção e da expressão. Possui o monopólio da acção legítima e do discurso eficaz, dentro das fronteiras de uma determinada ordem de valores.

O campo militar, enquanto detentor da legitimidade da violência, possui um saber orientado para a defesa do território comum perante a agressão ou a ameaça externa; é detentor da tecnologia bélica, tal como, por exemplo, o campo económico é detentor da tecnologia produtiva ou o campo político é detentor da tecnologia do poder.

A imposição ao conjunto da sociedade da legitimidade de um determinado campo não é, no entanto, possível sem a capacidade de

a fazer saber ou de a exprimir. Qualquer campo social para sobreviver e reproduzir-se necessita de uma forma apropriada de discurso que torne pública com autoridade a sua competência e a faça acatar pelo conjunto do tecido social.

O discurso militar distingue-se pela referência aos valores da integridade territorial e aos meios adequados à sua defesa. A sua lógica rege-se, por isso, pela oposição entre o exterior e o interior, no que respeita à dimensão territorial da sua jurisdição, e pela oposição entre estratégia e táctica, no que respeita à dimensão pragmática da sua acção. Esta lógica está hoje desqualificada pela mundialização já descrita, processo inseparável, como vimos, da convergência com o *campo dos media*.

Uma das mais recentes instituições a autonomizar-se e a delimitar-se como campo social foi precisamente a instituição dos *media*. Constituiu-se como o campo por excelência de mediação entre os diferentes campos tradicionais, confrontados com a indefinida divisão a que o tecido social foi sujeito na modernidade.

Desenvolveu-se assim, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, uma tecnologia propriamente discursiva. Podemos descortinar as seguintes características deste campo:

1. Objectivação técnica do discurso, enquanto modalidade estratégica de mediação, através, nomeadamente, da obliteração das categorias personalizantes da enunciação.
2. Aceleração da velocidade de circulação da informação, enquanto estratégia siderante, através, nomeadamente, da instantaneidade da realização mediática das mensagens, da anulação da diferença entre espaço de produção e espaço de recepção das mensagens.

Deste modo, o discurso dos *media* tecnológicos caracteriza-se sobretudo:

1. Pela supremacia do jogo retórico das formas sobre o referencial semântico, enquanto estratégia de sedução e de realização de um referencial imaginário, dissuadindo a violência potencial do real imediato.
2. Pela simplificação ou redução dos desvios a uma forma média susceptível de circular e de ser aceite pela massa indiferenciada, sem explosão da sua carga potencial.
3. Pela anulação ou nivelamento das marcas originais dos discursos provenientes dos diferentes campos sociais, através do processo de objectivação.

É precisamente devido à automatização do *campo dos media*, constituído sob a forma de uma rede que atravessa o conjunto do tecido social, circulando em todos os sentidos por todos os campos sociais e penetrando por osmose ou capilaridade até aos mais ínfimos recônditos das sociedades contemporâneas, que a lógica do discurso militar tradicional é reciclada ou, pelo menos, folclorizada, à semelhança daquilo que se passa, aliás, em relação a qualquer outro campo tradicional. Assim, por exemplo, no campo político, a lógica do *campo dos media* torna as campanhas eleitorais num espectáculo feérico sedutor, cuidadosamente encenado pelos técnicos da informação, sobretudo televisiva e publicitária. Também a introdução da simbólica militar na música «disco» e na cançoneta e a democratização da moda vestimentária das fardas constituem alguns dos usos aparentemente inocentes da perversão simbólica do campo militar, dessacralizando-o. Esta dessacralização é uma peça essencial da introjecção do sentido num processo que tende para o automatismo.

Assim, os usos deste processo não são assim tão inócuos quanto parecem, na medida em que a sua lógica profunda tem afinidades com a emergência dos terrorismos e do nuclear, levando à neutralização dissuasora, à globalização potencial e fantasmática dos conflitos e à exacerbação dos diferendos.

13

O *CAMPO DOS MEDIA* E A CULTURA

Que políticas culturais para o fim do século?[1]

A falência generalizada dos modelos políticos herdados do passado, a aceleração dos processos de degenerescência dos projectos e dos consensos, a crise que mina por dentro as instituições fazem parte integrante da experiência das sociedades humanas neste fim de século. A acção política tornou-se assim predominantemente gestionária, procurando evitar que esta falência, esta degenerescência e esta crise desemboquem no colapso final, prolongando deste modo artificialmente uma espécie de estado letárgico difuso.

Deste modo, a gestão da cultura equivale mais a um trabalho de preservação do passado, de recuperação dos objectos enterrados na memória colectiva, de remoção das escórias que o tempo foi acumulando do que a um autêntico projecto de renovação e a um incentivo à imaginação. Como salienta Jean Baudrillard a propósito do Centro Pompidou de Paris, trata-se mais de reanimação da cultura em estado de coma do que de animação[2].

Apesar de durante algum tempo ainda nos terem feito crer no valor intrínseco dos projectos e da boa vontade dos governantes, torna-se hoje cada vez mais clara a desadequação dos primeiros e a insuficiência da segunda perante a natureza inexorável das transformações que se estão a efectivar no tecido social contemporâneo.

Perante a derrocada geral dos sucessivos projectos, as escolhas são cada vez mais ditadas pelo princípio do mal menor do que pela adesão clara e inequívoca a um ideal ou a um modelo de sociedade. A confiança no futuro é assim condicionada tanto por apostas suces-

---

[1] Este capítulo reproduz com alterações de pormenor um texto publicado, em Abril de 1985, na revista *Palácio Foz, Tempo de Mudança*, pp. 11 a 13.

[2] Cf. Jean Baudrillard, *L'Effet Beaubourg*, Paris, Galilée, 1977, p. 15.

sivas em contratos a prazo como por estratégias de alianças conjunturais que evitem hipotecar irremediavelmente o futuro. Deste modo, ao adiamento das soluções corresponde uma estratégia de neutralização das urgências, tal como as políticas identitárias, as que têm como objectivo a preservação de uma identidade mítica, equivalem a um restauracionismo museiforme dos projectos culturais. Neste final de século, comportamo-nos como náufragos que procuram salvar desesperadamente os restos de um passado perdido que representa uma espécie de viático para a derradeira viagem colectiva. A sobrevalorização da história que observamos na retórica dominante corresponde assim paradoxalmente ao fim da história, ao paroxismo que acompanha o estertor da própria sociabilidade. No meio da debandada geral, cada um vai-se despojando do presente como de um empecilho ou de um estorvo para a sobrevivência a que doravante está votado o imaginário. A estes farrapos fragmentários do passado, cada vez mais diáfanos e ligeiros, sem verdadeira espessura mnésica, se reduzem os nossos investimentos precários no presente.

Por isso, os homens políticos arrimam-se ao imaginário dicotómico da oposição entre o reino sólido das urgências e o reino fluido do luxo cultural, fazendo depender os investimentos culturais, regidos pela miragem da gratuitidade e do dom, da produtividade sempre precária e problemática da economia.

Esta forma ideológica do nosso tempo naturaliza um imaginário dicotómico produzido precisamente para servir de estratégia de legitimação ao controlo do tecido social pelo poder político. Graças a esta estratégia, o político camufla a natureza imaginária dos próprios investimentos económicos, o fundamento cultural da produção, autonomizando até ao enlouquecimento o funcionamento da máquina produtiva. A prova de que, com esta estratégia, a máquina produtiva funciona como uma roda dentada que não embreia sobre nada é a natureza estrutural do processo inflacionista generalizado, autêntica sanção económica ao enlouquecimento da economia contemporânea. Elias Canetti descreveu com particular colorido as relações do dinheiro e da inflação monetária com a maneira como os indivíduos e a massa se identificam e põem em causa a sua coesão[3]. É ainda graças a esta ideologia dicotómica que o poder político trava os processos de produção da sociedade que escapam ao seu controlo, censurando, por dentro e com a cumplicidade de todos, os mecanismos de invenção de novas formas de sociabilidade e de mudança. Se o

[3] Cf. Elias Canetti, *Masse et Puissance*, Paris, Gallimard, 1966, pp. 194-199.

exemplo da televisão é uma das mais eloquentes manifestações desta camuflagem e desta censura interna, o mesmo mecanismo funciona, de maneira mais ou menos clara, em quase todos os domínios da actividade cultural. A justificação económica para a retracção dos investimentos culturais corresponde assim a uma autêntica perversão da economia, na medida em que é precisamente pela travagem dos investimentos culturais que os objectivos económicos não podem ser prosseguidos.

No caso português, estes mecanismos apresentam uma particularidade de monta, graças à fragilidade das estruturas políticas e à falta de imaginação que impede a sociedade portuguesa de tornar positivas as suas vantagens peculiares. Assim, em vez de serem utilizadas como um trunfo a fazer valer, as formas culturais que diferenciam os modos de vida nacionais degradam-se e desvalorizam-se perante a avalanche de modelos importados. Devido a este fenómeno de permeabilidade e degradação, a actividade cultural transforma-se em mera actividade consumista, uma vez que se limita à ostentação de objectivos que não correspondem a qualquer espécie de actividade produtiva nem se enquadram nos hábitos de vida das sociedades que os produzem.

Exemplos eloquentes podem ser observados por todo o lado no território português. A importação de modelos arquitectónicos de países frios e pluviosos, que não correspondem, por conseguinte, à configuração climatérica do nosso país, é talvez uma das manifestações mais evidentes deste fenómeno. Mas idêntico processo se observa em comportamentos talvez menos notórios, ao nível dos discursos e das ideologias.

Uma das consequências de semelhantes fenómenos é a rápida ritualização das formas culturais, com a consequente perca da sua dimensão funcional, guardando-se apenas a sua dimensão expressiva, sob um modo museiforme. Basta entrar nas casas da nova burguesia portuguesa para termos a impressão de penetrar numa espécie de museu destinado a ostentar aos olhos dos outros a imagem estática do sucesso consumista, constituído por toda uma panóplia de objectos que apenas têm a função de recordar as viagens, a emigração bem sucedida ou a rápida ascensão na pirâmide do prestígio.

Idêntico fenómeno atinge as formas culturais portuguesas através do processo de folclorização que as esvazia da sua referência social efectiva. Tornam-se assim puros símbolos exotéricos destinados a «popularizar» um espaço impopular destinado a atrair estrangeiros em ruptura de contrato e as suas divisas. Um dos casos mais notó-

rios é o das danças regionais nas casas de fado ou na programação televisiva. Por vezes a folclorização tinge-se de revivalismo nacionalista, num derradeiro e desesperado esforço para avivar nostalgicamente as cinzas da identidade e do passado míticos.

Este restauracionismo é próprio das sociedades decadentes que se agarram ao passado como a uma tábua de salvação para exorcizar o medo perante as incógnitas do futuro e o absurdo de um presente sem sentido. Procurando compensar a falta de projectos e de coragem para romper com estruturas esclerosadas que as impedem de refazer um tecido social desfeito, lançam-se loucamente na especulação desenfreada e no lucro fácil através de toda a espécie de contrabandos, dos quais o que passa pelas alfândegas ainda é o mais inofensivo. Assim, ao predomínio da chamada economia subterrânea, que mais se assemelha à pirataria do que ao modelo *underground* das culturas urbanas contemporâneas, corresponde a cultura de pacotilha promovida pelo compadrio das alfândegas massmediáticas. Tal como a cortiça portuguesa que importamos depois de trabalhada no estrangeiro ou o papel que nos chega da Suécia feito com a pasta dos nossos pinheiros e dos nossos eucaliptos, a música, o teatro, o cinema, o romance, a tecnologia, o saber só são verdadeiramente valiosos no mercado português dos bens culturais depois da sua consagração pelas fábricas estrangeiras de polissagem intelectual.

Não há de facto nada tão incompreensível como a cultura. Incompreensível no duplo sentido do termo. Por um lado, aos agentes culturais escapam muitas das razões da sua acção e, por outro lado, as acções culturais não podem ser compreendidas com exaustividade dentro de fronteiras ou de limites universalmente aceites. Qualquer tentativa para abarcar a cultura dentro de uma definição entra inevitavelmente em conflito com uma multiplicidade indefinida de outras definições possíveis. À concepção panculturalista, que considera como culturais todas as manifestações da vida colectiva de um povo, desde a mitologia, a língua, as artes e as práticas rituais até à culinária, ao vestuário, às maneiras de cultivar a terra e de educar os jovens, opõe-se a concepção restrita, que apenas considera as formas mais elaboradas e consagradas pelas formas de legitimação instituídas.

Não admira, por isso, que a definição de políticas culturais dependa em grande parte do jogo entre posições que se confrontam no campo legitimante da consagração das obras. Quando eram as academias que desempenhavam esse papel de legitimação, a cultura era

predominantemente aquilo que as escolas promoviam e publicavam. Hoje, essa função encontra-se disseminada por uma multiplicidade de instâncias, das quais sobressai a instância massmediática subordinada ao *campo dos media*.

Nos países que viveram directamente a experiência da Segunda Guerra Mundial, a autonomização do *campo dos media* como instância de legitimação cultural foi-se impondo desde os finais dos anos 40. Em Portugal, pelo contrário, este movimento só se acelerou desde os meados dos anos 70, numa altura em que a própria cultura massmediática entrava por toda a parte em crise.

É neste novo contexto que os *mass media* começaram também entre nós a exercer uma função homogeneizadora do gosto e dos padrões culturais, esbatendo as diferenças em nome da promoção de uma cultura média, acessível ao maior número. É esta cultura média que ficou conhecida pelo nome impróprio de «cultura de massas» e que Jean Baudrillard designou como «o mais pequeno denominador comum cultural»[4].

Vista por uns como o mecanismo democratizante por excelência, visto pôr finalmente à disposição da maioria as obras e as ideias mais valiosas da humanidade, a cultura de massas nunca deixou de ser estigmatizada por outros como abastardamento, como estratégia consumista e promocional.

Debate perverso na medida em que apenas serve para esconder a natureza arbitrária tanto da legitimação académica como da legitimação massmediática, impedindo de ver a conversão da cultura num campo estratégico autónomo. É que no campo da cultura joga-se o processo necrológico do político, alimentado, por dentro, pelas suas próprias regras de funcionamento democrático. De facto, o *campo dos media* converte a cultura em informação, depois de a própria informação ter sido cuidadosamente convertida, pelo campo económico, em mercadoria.

A transformação da cultura em informação corresponde ao processo de modelização do mundo numa forma miniaturizada, reduzindo-a a uma forma transportável através da rede massmediática, até ao mais ínfimo recôndito do tecido social.

O cultural deixa assim de se enraizar na experiência identitária ou de corresponder à ordem subversiva da produção, para se tornar fluxo de formas aleatórias, rede labiríntica de circuitos e de conexões diferenciais, *puzzle* de uma combinatória indefinida de signos. O sen-

---

[4] Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Ed. 70, 1981, pp. 121-130.

tido torna-se jogo de signos, virtualiza-se e abre-se a toda uma multiplicidade de derivas parcelares.

Está portanto reservada ao campo da cultura uma segunda vida de gratuitidade e de efemeridade, depois de ter servido toda a gama de investimentos revolucionários. Gratuitidade, no entanto, fictícia, na medida em que é esta a nova modalidade de reciclagem do poder, confrontado com a morte da produção e da sua ideologia eufórica, enquanto moeda de troca magnânima perante a falência generalizada da sua ordem. A cultura já não é assim o espaço da representação onde se dá a ver o sentido que alimenta a historicidade contingente do quotidiano e se encenam as contradições sociais. É o campo da simulação hiper-real, como adverte Baudrillard.

A sua forma massmediática dissuade toda e qualquer modalidade representativa em nome da performatividade e da aceleração do seu funcionamento. A instantaneidade do processo de circulação das obras e dos modelos não só anula a distância e a diferença entre a produção e o consumo como também tende para a neutralização da distinção entre a resposta e a questão.

A cultura ocidental tem-se distinguido, desde a época clássica, pela procura de uma racionalidade, de um sentido e de uma ordem em contraposição à irracionalidade, ao absurdo e à desordem que proliferam nas suas margens. Depois das subversões incontáveis que alimentaram as vanguardas e foram sendo interiorizadas por todo um processo de reciclagens, é a distinção entre a ordem e a desordem, o centro e a periferia que se anula hoje com os modos de funcionamento da máquina pós-moderna. Funcionamento acelerado de libertação dos fluxos económicos, políticos, sexuais, mas que trava os processos de informação ao seu nível de indiferença total e de dissuasão de todos os investimentos, ao seu nível de massa:

«Esta massa, esta maneira inerte do social, não resulta da falta de trocas, de informação e de comunicação. Resulta antes da multiplicação e da saturação das trocas, da informação, etc. Nasce da hiperdensidade das cidades, das mercadorias, do astro frio do social e, nos arredores desta massa, a história arrefece, desacelera-se, os acontecimentos sucedem-se e destroem-se na indiferença. (...) Não têm história nem sentido nem consciência nem desejos. São o resíduo potencial de qualquer história, de qualquer sentido, de qualquer consciência, de qualquer desejo.»[5]

---

[5] Jean Baudrillard, «L'An 2000 ne passera pas», in *Traverses*, n.º 33/34, Janeiro de 1985, p. 10.

A cultura está assim, hoje, votada à irrisão sofisticada dos efeitos especiais, substitutos dos efeitos de sentido, do desaparecimento dos acontecimentos pela informação, sob o manto diáfano da sua simulação hiper-real. Simulação tanto mais perfeita quanto mais perfeita a sua confusão com os acontecimentos nos discursos narrativos em directo e em cima do acontecimento. A sua fragmentação atomizante subleva a sua carga histórica, a sua referência a uma qualquer carga identitária, a um sentido. É pura estratégia de aniquilamento da memória. Quem se recorda ainda do desastre ou da vitória desportiva ou do rosto de uma criança que pareciam mobilizar o planeta há menos de 24 horas? Quem pensa que a difusão televisiva aos quatro cantos do mundo mobiliza realmente os espectadores?

Os acontecimentos estão assim, doravante, votados ao arquivo da máquina informativa e aí sobrevivem indefinidamente, criogenizados pelo tratamento jornalístico da sua forma narrativa e da sua figuração retórica, não ao esquecimento mas no esquecimento. São mensagens informatizadas, reduzidas a cifras electrónicas, destinadas imaginariamente a qualquer sobrevivente interplanetário. Tarefa imensa de tudo museificar antes que desapareça, desde o testemunho do artesanato em vias de extinção até à máquina industrial substituída pelo computador, desde a aldeia soterrada por uma barragem à poesia ingénua do aldeão, desde o ritual da tribo perdida na floresta amazónica até à festa patronal, desde o arado trasmontano até ao computador da 2.ª ou da 3.ª geração.

Onde parar o arquivo a partir do momento em que ao próprio arquivo não está reservado mais nenhum sentido a não ser o de ser também ele arquivado?

É à morte do homem, à deriva transanimal do Homo sapiens, ao termo da discursividade que parecem estar votados os projectos culturais neste fim de século. De pouco ou de nada servem os apelos apologéticos moralistas, eles próprios ingurgitados incessantemente pela máquina informativa como mecanismo simulador restauracionista, como efeito de sentido *retro*.

Que nos resta como solução a não ser a da resistência positiva, a procura de uma sabedoria que substitua as que tingiram de sangue os campos de batalha em nome dos grandes ideais do homem, inclusive pela sua libertação? Será provavelmente mais uma maneira de estar, uma linha de minorização subjectivante dos percursos do que um modo de ser objectivante das identidades maioritárias.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. — *Tradição e Crise, I*, Coimbra, Faculdade de Letras 1986, p. 468.
— *Modernes et Après. Les Immatériaux*, Paris, Autrement, 1985, p. 241.
— *Introduction à l'Analyse du Discours en Sciences Sociales*, Paris, Hachette, 1979, p. 254.
— «Tecno-lógicas», *Rev. Com. Linguagens*, 4, 1986.

ADORNO, Theodor W. — *La Ideologia como Lenguage* (*Jargon der Eigentlichkeit*, 1967), Madrid, Taurus, 2.ª ed., 1982, p. 127.

ALBERONI, DORFLES, ECO, LIVOLSI, LOMAZZI, SIGURTA — *Psicologia do Vestir*, Lisboa, Assírio & Alvim.

ALBERTI, Leon Battista — *De Re Aedificatoria* (*ed. princeps*: 1483), Florença, Bonucci, 1843-1849.

ARENDT, Hannah — *Vies Politiques* (*Men In Dark Times*, 1955), Paris, Gallimard, 1974, p. 327.

ASH, R. — *Information Theory*, Nova Iorque, 1965.

AUSTIN, J. L. — *Quand Dire c'est Faire* (*How to do things with words*, 1962), Paris, Du Seuil, 1970, p. 186.

BACHELARD, G. — *La Philosophie du Non*, Paris, PUF.
— *La Formation du Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 1957.

BAUDRILLARD, J. — «L'An 2000 ne passera pas», in *Traverses*, n.° 33-34, Paris, Centre G. Pompidou, Jan. 1985, pp. 8-16.
— *Oublier Foucault*, Paris, Galilée, 1977.
— *Le Système des Objets*, Paris, Denoel/Gonthier, 1976, p. 245.
— *De la Séduction*, Paris, Galilée, 1979.
— *Miroir de la Production*, Paris, Casterman, 1973, p. 148.
— *La Société de Consommation*, Paris, SGPP, 1970, p. 303.
— *L'effet Beaubourg. Implosion et Dissuasion*, Paris, Galilée, 1977, p. 50.
— *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo* (*Pour une Critique de l'Economie Politique du Signe*, 1972), Lisboa, Edições 70, 1981, p. 278.
— *La Gauche Divine*, Paris, Grasset, 1985, p. 165.
— *L'Echange Symbolique et la Mort*, Paris, Gallimard, 1976.
— *Simulacres et Simulation*, Paris, Galilée, 1981, p. 237.

BEAUD, P. — *La Société de Connivence. Media, Médiations et Classes Sociales*, Paris, Aubier, 1984.
BEAUNE, Jean-Claude — *La Technologie Introuvable*, Paris, Vrin, 1980, p. 287.
— *La Technologie*, Paris, PUF, 1972.
BELL, Daniel — *O Advento da Sociedade Pós-Industrial* (*The Coming of Post-Industrial Society*, 1973), São Paulo, Cultrix, 1977, p. 540.
BENJAMIN, Walter — *Obras Escolhidas*, 2 vols., São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 254-278.
BENVENISTE, Emile — *Problèmes de Linguistique Générale*, 2 vols., Paris, Gallimard, 1966, 1974, p. 356, p. 288.
— *Le Vocabulaire des Institutions Indo-Européennes*, 2 vols., Paris, Minuit, 1969.
BERGSON, H. — *L'Évolution Créatrice*, Paris, Vrin, 1980.
BERNARD, Cl. — *Principes de Médecine Expérimentale*, Paris, Quadrige, PUF, 1987.
BIEMEL, Walter — *Le Concept de Monde chez Heidegger* (1960), Paris, Vrin, 1987.
BLEICHER, Joseph — *The Hermeneutic Imagination — Outline of a Positive Critique of Social Sciences*, Londres, Boston, Melb. Routledge/Kegan Paul, 1982, p. 172.
BLUMENBERG, Hans — *The Legitimacy of the Modern Âge* (*Die Legitimitaet der Neuzeit*, 1976, 2.ª ed.), Massachusetts, MIT Press, 1983, p. 677.
BOEHM/STIERLE/WINTER (Hrsg) — *Modernitaet und Tradition*, Munique, Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 317.
BOUVERESSE, Jacques — *La Force de la Règle. Wittgenstein et l'Invention de la Nécessité*, Paris, Minuit, 1987, p. 175.
BURGELIN, O. — *La Communication de Masse*, Paris, SGPP, 1970, p. 304.
CAMPANELA — *A Cidade do Sol* (or: 1623), Lisboa, Guimarães & C.ª, s. d.
CANETTI, Elias — *Masse et Puissance*, Paris, Gallimard, 1966, p. 526.
CAZENEUVE, J. — *La Société de l'Ubiquité*, Paris, Denoel, 1972.
CHABROL, Claude — *Le Récit Féminin. Contribution à l'Analyse Sémiotique du Courier du Coeur*, The Hague-Paris, Mouton, 1971.
CORDON, Manuel Navarro — *Foucault: História de la Verdad y Ontologia del Presente*, Madrid, Cincel, 1987.
DAGOGNET, François — *Le Nombre et le Lieu*, Paris, Vrin, 1984.
DAUMAS, M. — *Histoire Générale des Techniques*, 5 vols., Paris, PUF, 1962, 1965, 1968, 1978, 1979.
DE CERTEAU, M. — *L'Invention du Quotidien*, 2 vols., Paris, Un. Géné. d'Éditions, 1980.
DE ROSNAY, Joel — *As Origens da Vida. Do Átomo à Célula* (*Les Origines de la Vie*, 1966), Coimbra, Almedina, 1977, p. 211.
DELEUZE, Gilles — *Logique du Sens*, Paris, Minuit, 1969, p. 392.
— *Foucault*, Paris, Minuit, 1986.

DELEUZE, G./GUATTARI, F. — *L'Anti-Oedipe*, Paris, Minuit, 1975, p. 494.
— *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980, p. 645.
DERRIDA, Jacques — *La dissémination*, Paris, Du Seuil.
— *L'Ecriture et la Différence*, Paris, Du Seuil.
— *De la Grammatologie*, Paris, Minuit.
DESAN, Philippe — *Naissance de la Méthode — Machiavel, La Ramée, Bodin, Montaigne, Descartes*, Paris, Lib. A.-G. Nizet, 1987, p. 180.
DÉTIENNE, M./VERNANT, J.-P. — *Les Ruses de l'Intelligence. La Mètis des Grecs*, Paris, Flammarion, 1974, p. 316.
DISPAUX, Gilbert — *La Logique et le Quotidien*, Paris, Minuit, 1984, p. 188.
DREYFUS, H./RABINOW, P. — *Michel Foucault. Un Parcours Philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, p. 366.
DURKHEIM, Emile — *A Divisão do Trabalho Social*, 2 vols. (*La Division du Travail Social*), Lisboa, Presença, 1977.
FABRE, M. — *História da Comunicação*, Lisboa, Moraes.
FERRY, Luc/RENAULT, Alain — *68-86: Itinéraires de l'Individu*, Paris, Gallimard, 1987, p. 134.
FOUCAULT, Michel — *Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969.
— *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard, 1966.
— *L'Ordre du Discours*, Paris, Gallimard, 1971.
— *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard, 1975, p. 318.
— *Histoire de la Sexualité 1. La Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard, 1976, p. 211.
FRIEDMANN, George — *The Political Philosophy of the Frankfurt School*, Ithaca, Cornell University Press, 1981.
FRONTISI-DUCROUX, Françoise — *Dédale. Mythologie de l'Artisan en Grèce Ancienne*, Paris, Maspéro, 1975.
GADAMER, Hans-Georg — *Verdad y Metodo* (*Wahrheit und Methode*, 1975, 4.ª ed.), Salamanca, Ed. Sígueme, 1988, p. 691.
GARCIA, Ramon Rodriguez — *Heidegger y la Crisis de la Epoca Moderna*, Madrid, Cincel, 1987, p. 218.
GILLE, Bertrand (dir.) — *Histoire des Techniques*, Paris, Bibl. de la Pléiade, Gallimard, 1978.
GILLE, Bertrand — *Les Ingénieurs de la Renaissance*, Paris, Hermann, 1964.
— *Les Mécaniciens Grecs. La Naissance de la Technologie*, Paris, Du Seuil, 1980.
GIMPEL, J. — *La Révolution Industrielle du Moyen-Âge*, Paris, Du Seuil, 1975.
GIRARD, René — *La Violence et le Sacré*, Paris, Grasset, 1974, p. 453.
GOFFMAN, Erving — *Les Rites d'Interaction* (*Interaction Ritual*), Paris, Minuit, 1974, p. 231.
— *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*, Petrópolis, Vozes.
GREIMAS, Algirdas-Julien — *Semântica Estrutural* (*Sémantique Structurale*), São Paulo, Cultrix, 1976, p. 330.

— *Sémiotique et Sciences Sociales*, Paris, Du Seuil, 1976, p. 219.
— *Du Sens II*, Paris, Du Seuil, 1983, p. 254.
— *Du Sens*, Paris, Du Seuil, 1970, p. 317.
GUILLAUME, Marc — *Le Capital et son double*, Paris, PUF, 1975.
HABERMAS, Jürgen — *Le Discours Philosophique de la Modernité* (*Der Philosophische Diskurs der Moderne*, 1985), Paris, Gallimard, 1988, p. 484.
— *Profils Philosophiques et Politiques* (*Philosophisch-Politische Profile*, 1971), Paris, Gallimard, 2.ª ed., 1987, p. 292.
— *Morale et Communication* (*Moralbewusstsein und Kommunikatives Handeln*, 1983), Paris, Cerf, 1986, p. 213.
— *Théorie de l'Agir Communicationnel*, 2 tomos (*Theorie des Kommunikativen Handels*, 1985), Paris, Fayard, 1987, pp. 448+480.
— *La Technique et la Science comme idéologie* (*Technick und Wissenschaft als Ideologie*), Paris, Denoel, 1973, XLIX-214.
— *L'Espace Publique. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.
HAUSSMANN — *Mémoires*, Paris, 1890-1893.
HEIDEGGER, Martin — *Essais et Conférences* (*Vorträge und Aufsätze*, 1954), Paris, Gallimard, 1958, p. 351.
— *Qu'est-ce qu'une chose* (*Die Frage nach dem Ding*, 1962), Paris, Gallimard, 1971, p. 254.
— *Carta sobre o Humanismo* (*Platons Lehre der Wahrheit mit einem Brief über den «Humanismus»*), Lisboa, Guimarães Ed., 1980, p. 135.
— *Acheminement vers la Parole* (*Unterwegs zur Sprache*, 1959), Paris, Gallimard, 1976, p. 261.
— *Etre et Temps* (*Sein und Zeit*, 1976), Paris, Gallimard, 1986, p. 591.
— *Concepts Fondamentaux* (*Grundbegriffe*, 1981), Paris, Gallimard, 1985, p. 163.
HJELMSLEV, Louis — *Prolégomènes à une Théorie du Langage* (*Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse*, 1943), Paris, Minuit, 1971, p. 233.
HOGGART, Richard — *As Utilizações da Cultura*, 2 vols., Lisboa, Presença, 1973.
HOMERE — *L'Iliade*, Paris, Flammarion, 1965, p. 445.
HOTTOIS, Gilbert — *Pour une Ethique dans l'Univers Technicien*, Bruxelas, Ed. de l'ULB, 1984.
— *Le Signe et la Technique. La Philosophie à l'épreuve de la Technique*, Paris, Aubier, 1984, p. 222.
ILLICH, I. — *La Convivialité*, Paris, Du Seuil, 1973, p. 158.
JAUME, Lucien — *Hobbes et l'État Représentatif Moderne*, Paris, PUF, 1986, p. 236.
JEUDY, Henri-Pierre — *Mémoires du Social*, Paris, PUF, 1986.
— *Parodies de l'Autodestruction*, Paris, Lib. des Méridiens, 1985.
— *La Panique*, Paris, Galilée, 1981.
— *La Mort du Sens*, Paris, Mame, 1973.

— *La Peur et les Médias*, Paris, PUF, 1980.
— *La Publicité et son Enjeu Social*, Paris, PUF, 1977.
— *Imaginaires de l'Insécurité*, Paris, Lib. des Méridiens, 1983.
— *Les Ruses de la Communication. L'Euthanasie des Sages*, Paris, Plon, 1989, p. 178.
LACOUE-LABARTHE, Philippe — *La Fiction du Politique: Heidegger, l'Art et la Politique*, Paris, Christian Bourgois, 1988, p. 188.
LADRIERE, Jean — *Civilisation Technique et Humanisme*, Paris, Beauchesne, 1968.
— *Les Enjeux de la Rationalité. Le Défi de la Science et de la Technique*, Paris, Aubier-Montaigne, UNESCO, 1975.
LANDOWSKI, Eric — *La Société Réfléchie*, Paris, Du Seuil, 1989.
LAWSON, Hilary — *Reflexibility: The Postmodern Predicament*, Londres, Hutchinson, 1985, p. 132.
LE CORBUSIER — *Maneiras de Pensar o Urbanismo* (*Manières de Penser l'Urbanisme*, 1963), Lisboa, Publ. Europa-América, 1977.
LEROI-GOURHAN, André — *Milieu et Techniques*, Paris, Albin Michel, 1945-1973.
— *L'Homme et la Matière*, 2 vols., Paris, Albin Michel, 1943-1973.
— *Le Geste et la Parole*, 2 vols., Paris, Albin Michel, 1964-1965, pp. 323 + 285.
LEVI-STRAUSS, Claude — *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon, 1962, p. 395.
— *Le Regard Eloigné*, Paris, Plon, 1983, p. 398.
— *Les Structures Elémentaires de la Parenté*, Paris, Mouton, 1967 XXX-591.
— *L'Home Nu*, Paris, Plon, 1971, p. 688.
— *L'Origine des Manières de Table*, Paris, Plon, 1968, p. 478.
— *Du Miel aux Cendres*, Paris, Plon, 1966, p. 450.
— *Le Cru et le Cuit*, Paris, Plon, 1964, p. 402.
— *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1958, p. 452.
— *Mito e Significado* (*Myth and Meaning*, 1978), Lisboa, Ed. 70, 1981, p. 93.
LEVY-BRUHL, Lucien — *La Mentalité Primitive*, Paris, PUF, 1947, IV-543.
LIPOVETSKY, Gilles — *L'Ere du Vide. Essai sur l'individualisme contemporain*, Paris, Gallimard.
— *L'Empire de l'Ephémère. La mode et son destin dans les soc. modernes*, Paris, Gallimard, 1987, p. 340.
LYOTARD, Jean-François — *Le Différend*, Paris, Minuit, 1983, p. 280.
— *La Condition Postmoderne*, Paris, Minuit, 1979.
MANNHEIN, Karl — *Diagnóstico de Nuestro Tiempo* (1943), México, Fondo de Cultura Económica, 1959, p. 232.
MARIETTI, Angèle — *Michel Foucault. Archéologie et Généalogie*, Paris, Lib. Géné. Française, 1985, p. 286.
MAUSS, Marcel — *Sociologia e Antropologia*, 2 vols. (*Sociologie et Anthropologie*, 1950), São Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária, 1974.

MENERES, Clara — *L'Horloge et le Concept de Temps en Occident*, Paris, Tese de 3.° Ciclo, roneo, 1983.
MERLEAU-PONTY, Maurice — *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard, 1976 (or: 1946), p. 531.
MIRANDA, Michel — *La Société Incertaine: Pour un Imaginaire Social Contemporain*, Paris, Méridiens, 1986, p. 206.
MORRIS, Charles — *Signos e Valores* (*Signification and Significance*, 1964), Lisboa, Via, p. 131.
MORUS, Thomas — *A Utopia* (or: 1516), Lisboa, Guimarães & C.ª
MOSCOVICI, Serge — *Essai sur l'Histoire Humaine de la Nature*, Paris, Flammarion, 1977.
— *La Société contre Nature*, Paris, Un. Géné. d'Ed., 1972.
MUMFORD, L. — *Technique et Civilisation*, Paris, Du Seuil, 1950.
— *Le Mythe de la Machine*, 2 vols., Paris, Fayard, 1973-1974.
OGDEN, K.-RICHARDS, I. A. — *The Meaning of Meaning*, Londres, 1936.
PALMER, Richard E. — *Hermenêutica* (*Hermeneutics — Interpretation Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer*), Lisboa, Edições 70, 1986, p. 284.
PARRET, Herman — *Les Passions. Essai sur la mise en discours de la Subjectivité*, Bruxelas, Pierre Mardaga, 1986, p. 200.
— *Enunciação e Pragmática*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1988, p. 256.
PAZ, Octavio — *Os Filhos do Barro* (*Los Hijos Del Limo*, 1974), Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984, p. 217.
PIRENNE, H. — *Histoire Economique et Sociale au Moyen-Âge*, Paris, PUF, 1969.
QUERE, L. — *Des Miroirs Equivoques*, Paris, Aubier, 1980.
REMY, J., VOYE, L., SERVAIS, E. — *Produire ou Reproduire*, 2 vols., Bruxelas, Ed. Vie Ouvrière, 1980.
RICOEUR, Paul — *Du Texte à l'Action — Essais d'Herméneutique II*, Paris, Du Seuil, 1986, p. 414.
RODRIGUES, A. D. — *O Campo dos Media*, Lisboa, Vega, 1988.
RORTY, Richard (org.) — *The Linguistic Turn*, Chicago, The University of Chicago Press, 1967, p. 360.
ROVATTI, Pier Aldo — *Il Declino della Luce*, Roma, Marietti, 1988, p. 140.
RUBERT DE VENTOS, Xavier — *Teoría de la Sensibilidad*, Barcelona, Peninsula, 1989, 4.ª ed., p. 580.
RYLE, Gilbert — *Contemporary Aspects of Philosophy*, Londres, Oriel Press, 1976.
SANTO AGOSTINHO — *De Civitate Dei*, *Patrologie Latine*, Paris, J. P. Migne, 1845-1849.
SANTOS, Boaventura Sousa — *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*, Lisboa, Afrontamento, 1989, p. 199.
SAUSSURE, Ferdinand de — *Curso de Linguística Geral* (*Cours de Linguistique Générale*, 1916), Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1978, p. 392.

SEARLE, John R. — *The Philosophy of Language*, Oxford, Oxford Univ. Press, 1974, p. 149.
— *Les Actes de Langage* (*Speech Acts*, 1969), Paris, Hermann, 1972, p. 261.
SENNETT, Richard — *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Du Seuil, 1979.
SERRES, Michel — *Hermes I — La Communication*, Paris, Minuit, 1968, p. 247.
— *Hermes V — Le Passage du Nord-Ouest*, Paris, Minuit, 1980, p. 197.
— *Hermes IV — La Distribution*, Paris, Minuit, 1977, p. 291.
— *Hermes III — La Traduction*, Paris, Minuit, 1974, p. 271.
— *Hermes II — L'Interférence*, Paris, Minuit, 1972, p. 237.
SHANNON, E. E.-WEAVER, W. — *The Mathematical Theroy of Information*, Urbana Univ. of Illinois Press, 1949.
SIMONDON, Gilbert — *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, Paris, Aubier-Montaigne, 1969, p. 265.
VATTIMO, Gianni (org.) — *Filosofia 87*, Roma, Laterza, 1988, p. 223.
VEBLEN, Thorstein — *The Theory of the Leisure Class. An Economic Study of Institutions*, Macmillan Company, 1899.
VEYNE, Paul — *Acreditavam os Gregos em Seus Mitos?* (*Les Grecs Ont--Ils Cru à Leurs Mythes?*, 1983), São Paulo, Brasiliense, 1964, p. 172.
VIRILIO, Paul — *L'Horizon Négatif*, Paris, Galilée, 1986.
— *Guerre et Cinéma 1. Logistique de la Perception*, Paris, L'Étoile, 1984, p. 147.
— *L'Espace Critique*, Paris, Bourgois, 1984.
— *Vitesse et Politique*, Paris, Galilée, 1977, p. 151.
VITRUVIUS — *De Architecture Libri Decem*, (*ed. princeps*, 1486), Milão, 1966.
WEBER, Max — *Economie et Société* (*Wirtschaft und Gesellschaft*, Tubingen, Mohr, 1956), Paris, Plon, 1971, p. 650.
WUNENBURGER, Jean-Jacques — *La Fête, le Jeu et le Sacré*, Paris, Ed. Universitaires, 1977.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abbé Pierre, 187
Alberti, L. B., 33
Albertoni, 29
Antíloco, 76-78
Aristóteles, 59, 76
Austin, J.-L., 102-107
Bachelard, G., 19
Barthes, R., 29, 177-178
Bateson, 15, 147
Baudrillard, J., 11, 15, 30, 61-62, 190 ss.
Beavin, J. H., 147
Benjamin, W., 84
Bentham, J., 163-168
Benveniste, E., 31
Bernard, Cl., 122
Birdwhistel, 147
Bréhier, E., 108
Bremond, Cl., 97
Campanella, 33
Canetti, E., 148, 191 ss.
Castoriadis, C., 113
Clastres, H., 27
Clastres, P., 27, 47-48
Clausewitz, 185
Comte, A., 59
Condillac, 110
Coolidge, 181
Copérnico, 118, 143
Cox, 181
Dagognet, F., 38
De Certeau, M.. 25. 147
De Maisière, F., 44
De Rosnay, J., 15
Dédalo, 77-78
Deleuze, G., 30, 107-108, 134, 147, 168
Derrida, J., 30, 110
Detienne, M., 75-77
Di Dondi, G., 44
Dilthey, W., 117, 131
Dispaux, G., 102
Dorfles, 29
Dreyfus, H., 121, 149
Ducrot, O., 147
Dumézil, G., 27
Durkheim, E., 32, 35
Eco, U., 29
Einstein, A., 187
Erasmo, 143
Estóicos, 108
Ferrié, G., 175-176
Formalistas russos, 109
Foucault, M., 10, 121, 124, 127-130, 149, 163 ss.
Freud, S., 10
Frontisi-Ducroux, Fr., 77-78
Gadamer, H.-G., 96, 131
Galileu, 118, 143
Gauchet, M., 28
Genette, G., 109
Gimpel, J., 44
Glucksmann, A., 180-181, 185-186
Goffman, E., 26
Goldschmidt, V., 108
Greimas, A.-J., 97
Guattari, F., 134, 168
Guillaume, M., 30
Gurvitch, G., 125
Habermas, J., 36-42
Hall, 147
Harding, W. G., 181
Haussmann, 33-34
Heidegger, M., 80-81, 131

Hephaistos, 75
Hermes, 75
Hesíodo, 27
Hitler, 174, 177
Hjelmslev, L., 119-120
Homero, 27, 76-78
Hoover, H., 181
Jackson, D. D., 147
Jakobson, R., 107, 109
Jeudy, H.-P., 56, 61, 116
Kant, I., 133
Kristeva, J., 97
La Fontaine, 180-181
Le Corbusier, C. E., 35-36
Lemoigne, J.-L., 15
Leonardo da Vinci, 143
Leroi-Gourhan, A., 46
Lévi-Strauss, Cl., 27
Livolsi, 29
Lyotard, J.-F., 13, 120, 186-187
Mac Luhan, M., 160, 177
Marx, K., 10, 41
Mattelart, A., 183
Mauss, M., 49 ss., 53
Mayol, P., 126
Menelas, 76-78
Morus, Th., 33
Moscovici, S., 48
Mumford, L., 45
Nestor, 76-78
Nietzsche, Fr., 128-131, 149
Obrechts-Tyteca, L., 15
Ogden, K., 119
Opiano, 76
Palo Alto, 15
Perelman, C., 15
Petrarca, 44
Platão, 59, 76, 77-78, 183
Prometeu, 75-76
Pupin, 176
Quéré, L., 26
Rabinow, P., 123, 149
Richards, I. A., 119
Ricoeur, P., 131, 132
Romanos, 37
Roosevelt, F., 181
Rousseau, J. J., 59
Santo Agostinho, 33
Saussure, F. de, 16, 46, 119
Scheer, L., 186
Scheflen, 147
Schleiermacher, 117, 131
Schmucler, H., 183
Searle, J. R., 102, 147
Sennett, R., 43
Serres, M., 14, 16-20
Shanon, C. E., 119
Sigman, 147
Sigurtà, 29
Simondon, G., 83-95, 124
Sócrates, 183
Sofistas, 59, 75
Starobinski, J., 50-51
Stuart Mill, J., 166
Tissot, 175
Titanic, 175
Todorov, Tz., 109
Torre Eiffel, 175-176
Toth, 77
U. E. R., 177
Ulisses, 77-78
Veblen, Th., 31
Vernant, J. P., 75-78
Virilio, P., 171-174
Vitruvius, 33
War Games, 169
Watzlawick, P., 15, 147
Weaver, W., 119
Weber. M., 10, 117
Wunenburger, J.-J., 50

ÍNDICE ANALÍTICO

Abstracção, 16, 40, 59
Acção, 29, 40, 67-73, 123
Acção política, 190
Aceitabilidade, 72
Acessório, 84
Acidente, 99-100
Acontecimento, 19, 27, 61, 98 ss., 129, 132, 158, 160, 162, 175, 177
Acto de linguagem, 97-98, 101-107, 144
Actor social, 26, 141
Actualização ritual, 56
Adequação, 103, 123, 155
Afectividade, 55 ss., 160
Agenciamento, 18, 60-61, 104, 117, 120, 141
Agonia, 36, 40
Agora, 36, 40
Aiole, 76-78
Aleatório, 14, 15-17, 19, 101, 107
Aletheia, 131
Algoritmo, 17
Alteridade, 115 ss.
Ambivalência, 14, 15, 54, 62, 69, 71, 90, 92, 124, 155
Amnésia, (*ver* Esquecimento), 55 ss., 170
Anamnese, 55, 154
Animação cultural, 190
Ankulometis, 77-78
Anomia, 35
Anonimato, 35-36, 41-42, 125
Anormalidade, 32
Antecipação, 17
Antropocentrismo, 10
Aparência, 84
Apocalipse, 186
Aporia, (*ver* Paradoxo), 134
Apresentação, 37, 55
Apropriação, 51
Apropriação da palavra, 181
Apropriação do espaço, 43
Apropriação exclusiva, 37
Apropriação privada, 37
Apropriação simbólica, 48 ss., 53
Aprovação, 68
Arbitrariedade, 26, 30
Arborescência, 13
Arcaismo, 29, 61, 77, 127-128, 153
Armadilha, 75 ss., 185 *ss.*
Armas, 49, 172 ss.
Arqueologia, 36, 74-80
Arquitectónica, 131
Arquivo, 196
Arte, 30, 39
Artefacto, 92
Artes liberais, 44
Artes mecânicas, 44
Artes plásticas, 96
Artificialidade, 81
Astúcia, 15, 76 ss.
Atena, 75
Atomização, 196
Atributo, 37
Aufklärung, (*ver* Iluminismo e Luzes), 9, 29, 39, 92
Autodestruição, 62
Automatismo, 187
Automatização, 129
Automóvel, 18
Autonomia, 29, 38, 55 ss., 59, 86, 125 ss.
Autonomia axiológica, 142
Autonomia do sujeito, 169

Autonomização, 28, 32, 40, 42, 51 ss., 78, 90, 122, 191
Auto-regulação, 90
Auto-suficiência, 53
Axiologia, 57-62, 155
Bastidor, 26
Behaviorismo, 15, 91
Benevolência, 31
Biologização, 134-135
Bios politikos, 36
Bio-tecnologia, 124
Bricolage, 17
Burocracia, 23
Cálculo, 28
Câmara fotográfica, 71
Campo, 19, 39-40
Campo: noção, 144
Campo científico, 155
Campo da cultura, 190-196
Campo dos media, 42-43, 60, 141-196
Campo dos media: arqueologia, 153-155
Campo dos media: corpo social, 155-156
Campo dos media: dimensões, 159
Campo dos media: estratégias, 159-160
Campo dos media: funções expressivas, 158
Campo dos media: funções pragmáticas, 158
Campo dos media: genealogia, 153-155
Campo dos media: hierarquia, 156-157
Campo dos media: legitimidade, 152, 155-156
Campo dos media: noção, 152-153
Campo dos media: transparência, 157
Campo dos media: visibilidade, 157
Campo militar, 172-189
Campo político, 161-171
Campo pré-moderno, 153, 157, 158
Campo religioso, 142
Campo semiótico, 110
Campo social, 42, 59, 61, 141-151
Campo social: arqueologia, 142-143, 149
Campo social: autonomização, 150-151
Campo social: axiologia, 144-145
Campo social: competência, 143 ss.
Campo social: dimensões, 149-150
Campo social: estratégia, 150-151
Campo social: força vinculativa, 145
Campo social: formalização, 144
Campo social: genealogia, 142-143
Campo social: hierarquia, 145-146
Campo social: intensidade de funcionamento, 148
Campo social: legitimidade, 143-144
Campo social: multiplicidade, 149
Campo social: regime de funcionamento, 148
Campo social: ritmo de funcionamento, 148
Campo social: sanção, 145
Campo social: suplência, 149
Campo social: vigilância, 148
Campo social: visibilidade, 141, 144
Camuflagem, 15, 26, 29, 133, 179, 192
Carga simbólica, 147
Carta de Atenas, 35
Catedral, 38
Cena, 26, 165
Cena do político, 170
Cenário, 26
Censura, 191
Cerimonial religioso, 37-38
Cibernética, 87, 119
Cidadania, 31, 39
Cidade, 23, 33, 35, 79
Cidade industrial, 34, 119
Ciência, 122
Ciência clássica, 13
Ciências humanas, 9-20, 114-135
Circuito, 94-95
Circulação, 35
Círculo hermenêutico, 132-133
Circunstância, 77
Citação, 108
Civilização, 164
Clareza, 143-144
Claridade, 50
Classificação, 69
Clausura simbólica, 147
Coacção, 32, 55 ss., 57
Código, 60, 62
Coerção, 29, 147
Coerência, 27, 104
Coesão, 175
Combinatória, 15, 20, 60-62, 128, 194
Combinatória serial, 20
Combinatória transitiva, 20
Comensalidade, 54
Commercium, 37
Competência, 104

Complexidade, 14-15, 18
Complexidade lógica, 84
Complexidade técnica, 84
Comportamento, 67, 122
Compreensão, 114-115
Computador, 62
Comunhão, 125
Comunicação, 19, 23, 25, 72-73
Comunicação: emergência, 9 ss.
Comunicação animal, 69-70
Comunicação humana, 69-70
Comunicação verbal, 96
Comunidade, 27, 31, 37, 51, 71, 125
Comunidade de vida, 33, 106
Comutação, 133
Concorrência, 155
Concretização, 16, 83-89
Conexão, 17, 95, 124, 126
Configuração, 16, 95, 131, 133, 170
Configuração caleidoscópica, 18
Configuração diacrónica, 17
Confirmação, 122
Conflitualidade, 13
Conformidade, 29, 122, 141
Conhecimento, 28
Conivência, 32, 70, 126, 181
Consciência, 114
Consciência anómica, 144
Consenso, 23, 29, 91, 97, 118, 135, 144, 155, 157, 190
Consentimento, 68
Consoada, 51 ss.
Consumação, 50 ss., 94
Consumismo, 192
Consumo, 50, 122, 167
Contexto, 133
Contingência, 70, 106
Continuidade, 97
Contos populares, 49
Contracepção, 55
Contradição social, 195
Controlo, 35, 39, 59
Convencimento, 186
Convencionalidade, 30
Conveniência, 32, 126, 141
Convivialidade, 23, 32, 36, 56, 126
Corpo, 61-62, 124
Corpo social: competência, 105-106, 145
Corpo social: hierarquia, 145-146
Corpo social: insígnias, 145
Corpo social: visibilidade, 145
Correspondência, 19
Cosmogonia, 51, 76
Cosmopolitismo, 30
Cosmos, 25, 33
Crase, 112
Credibilidade, 104, 106
Criação, 27
Criança, 51
Criminalidade, 35-36
Criogenização, 116, 127, 128, 186, 196
Crise, 36, 70, 114, 169, 187
Crítica, 17, 28, 62, 114-135
Criticismo, 14
Cromatismo, 109, 113
Cronometria, 44-46
Culpabilidade, 150-151
Cultura, 27, 35, 190-196
Cultura de massa, 42, 116, 194
Cultura média, 194
Cultura ocidental, 178
Cultura semita, 54
Cumplicidade, 191
Debate, 41, 159
Decoração, 18
Degenerescência, 18
Degradação, 35, 192
Democracia, 14
Democracia grega, 36, 40
Democratização, 30, 194
Dependência, 32, 39, 125, 144
Deriva, 17
Desagregação, 36
Descentralização, 87
Desconcentração, 34
Desconfiança, 155
Descrição, 155
Desencantamento, 28, 118 ss., 129
Desenraizamento, 24, 43, 57
Desenvolvimento, 90
Desenvolvimento técnico, 124
Design, 18, 109
Designação, 14, 80, 107
Designadores, 108
Desintegração, 107
Deslocação simbólica, 53
Deslocamento, 19, 71 ss., 94, 95
Deslocamento dos segredos, 162
Desmedida, 99
Desmitificação, 119

Desmoralização, 176
Desordem, 195
Despojo de guerra, 31
Despotismo iluminado, 163
Desrealização, 116-117, 174 ss.
Dessacralização, 153, 157-158, 189
Dessexualização, 61-62
Desterritorialização, 61
Destino, 23, 100, 107
Destino flutuante, 30
Desvendamento, 131-132
Desvio, 14-15
Determinação, 16
Determinismo, 16
Diafaneidade, 110
Diagrama, 94-95, 158
Diferença, 54, 61, 107, 115, 130
Diferenciação, 78, 131
Diferencialidade, 18, 170, 194
Diferendo, 97, 185-189
Diferimento, 72 ss., 94, 107, 130
Digitalidade, 19
Dimensão arqueológica, 153
Dimensão avaliativa, 103, 105
Dimensão constativa, 103, 105
Dimensão expressiva, 67, 72
Dimensão ontológica, 142
Dimensão pragmática, 67, 72
Dimensão prescritiva, 103, 105, 134
Dimensões, 14, 27-28, 58 ss.
Diplomacia, 184
Direito, 60
Direito romano, 37
Discernimento, 25
Disciplina, 9 ss., 19, 114 ss.
Discreção, 97
Discurso, 15-17, 20, 28, 57, 60, 67 ss., 75, 96-113, 158
Discurso anómico, 35
Discurso dos media, 61, 96-113, 167
Discurso sagrado, 37-38
Discussão, 39-40
Disfunção, 124
Disfunção social, 35
Disjunção, 187
Disponibilidade, 17, 56, 70, 95
Disposição, 16, 95
Dispositivo, 17, 45-46, 51, 56, 59, 61-62, 69, 71 ss., 81 ss., 91-95, 101, 108, 115, 121-127, 130
Dispositivo disciplinar, 162-163
Dispositivo mnésico, 16
Dispositivo panóptico, 163-168
Dispositivo reticular, 162-163
Dispositivo tabular, 16
Disseminação, 28, 129, 153, 155, 157, 184, 194
Disseminação do poder, 162
Dissimulação, 174 ss.
Dissuasão, 18, 102, 186, 189
Distância, 35
Divergência, 14
Diversidade, 76-78
Dogmatismo; 14
Dokeuein, 77-78
Dom, 60
Domesticação, 168 ss.
Domesticidade, 33, 37, 39, 54
Dominação, 20, 37, 163
Domínio, 27
Domínio privado, 37
Dominium, 37
Domus, 33
Double Blind, 15, 147
Dupla articulação, 110
Duplicidade simbólica, 159
Duplo, 30, 93
Duplo constrangimento, 147
Duração, 45
Ecologia, 33
Ecologismo, 127 ss.
Economia, 10, 12, 15, 53, 74, 83, 163 ss.
Economia subterrânea, 193
Efeito de realidade, 98-107, 162, 174 ss.
Efeito de sentido, 18-19, 42, 98, 127-129, 153, 182, 196
Efeito especial, 196
Efeito perverso, 14
Efémero, 50, 56, 94, 128, 153, 195
Eficácia, 53, 122 ss., 149
Eleutheroi, 37
Emissor (*ver* Receptor), 16
Empirismo, 14, 33
Empresa, 23
Encantamento, 128
Encenação, 18, 69, 102-107, 110, 127, 161, 185-186, 189, 195
Enciclopedismo, 87, 89-91
Enciclopedismo logotécnico, 89-91
Enciclopedismo técnico, 89

Enclausuramento, 61, 62, 73
Encontro, 29
Enigma, 75, 112
Entendimento, 23
Entidade formal, 23
Entidade substancial, 23
Entrevista, 160
Entropia, 15
Enunciação, 20, 25, 69-73, 91, 102, 103, 106, 131-132
Enunciação: sujeito, 144
Enunciado, 19, 25, 72 ss.
Enxertia, 124
Ephemeroi, 77
Epimeteia, 76
Episteme, 19, 76
Epistemologia, 9, 17, 19, 73, 117
Erklären, 117
Errância, 77 ss., 129
Escola, 23
Escolha, 16
Escravatura, 31, 37
Escrita, 39, 77, 97, 166 ss., 169 ss., 183
Esfera pública (*ver* Espaço público), 141
Esoterismo, 89
Espaço, 25, 56, 125
Espaço de excepção, 29, 50
Espaço de representação, 195
Espaço doméstico, 33
Espaço habitado, 18, 33-34
Espaço intersticial, 35
Espaço público, 13, 25-43, 98, 141, 144, 153, 156, 182
Espaço social, 29, 57
Especialização, 34
Espectacularidade, 162
Espectáculo, 26, 102-103, 168 ss., 180 ss.
Espectador, 38, 90, 159, 196
Espectro rádio-eléctrico, 177
Especularidade, 33, 43, 62, 107, 128, 170
Esquecimento (*ver* Amnésia), 117, 121, 130-131, 147, 154, 162, 196
Estabilidade, 58
Estado, 38-39
Estandardização, 34, 55, 83
Estatística, 166 ss.
Estátua, 78
Estética, 97
Estética renascentista, 33
Estilística, 97-98
Estilo radiofónico, 181
Estranheza, 72, 93
Estratégia, 12 ss., 15, 17-19, 36, 38, 60, 91, 96, 105, 107, 128 ss.
Estratégia amnésica, 147
Estratégia bélica, 173 ss., 176 ss., 178 ss.
Estratégia conflitual, 150-151, 152, 159-160
Estratégia de composição, 152, 159-160
Estratégia de cooperação, 150-151, 152, 159-160
Estratégia de mediação, 17
Estratégia de neutralização, 150-151
Estratégia de opacidade, 150-151
Estratégia designativa, 109
Estratégia disciplinar, 162-163
Estratégia esteticizante, 97-98, 107
Estratégia ético-jurídica, 97-98
Estratégia nuclear, 180-181
Estratégia pedagógica, 150-151
Estratégia terapêutica, 150-151
Estratégias de campo, 145-146
Estratégias de composição, 146, 149-151
Estrutura, 73, 114, 128
Estruturalismo, 73, 133
Esvaziamento, 30, 36
Ética, 59
Evasão, 56
Evidência, 50
Evolução, 59
Excesso, 99
Exclusão, 147
Êxodo rural, 34
Exorcisar, 53
Exoterismo, 89
Exotismo, 127
Expectativa, 16, 26, 61, 67
Experiência, 19, 24, 26, 27-28, 30, 36, 43, 44-56, 58, 60, 71 ss., 74, 107, 117--118, 122 ss., 126, 142
Experiência histórica, 27
Experimentação, 28, 86, 122
Experimentalismo, 30
Explicação, 115
Explícito, 70
Explosão urbana, 34
Expressão, 69

Extermínio, 185
Facto, 132
Fala, 69
Falha, 100
Falsidade, 19, 108
Família, 23, 39, 51
Familiaridade, 71 ss., 93
Fascínio, 182
Fazer, 28
Fazer-saber, 105
Fealdade, 35
Feed-back, 15
Feitiçaria, 32
Fenomenologia, 131
Ficção, 185
Fidelidade, 133
Figura, 17-18, 36, 98, 107-113, 129, 131
Figura do poder, 168-171
Figuração, 18, 37
Figuratividade, 16, 19, 108-113, 129
Filosofia analítica, 97
Fim da história, 191 ss.
Fim de século, 190-196
Fireside chats, 181
Firmitas, 33
Fluxo, 94-95, 195
Fluxo de informação, 187
Folclorização, 126 ss., 189, 192
Força estratégica, 158
Força ilocutória (*ver* Ilocutório), 158
Força perlocutória (*ver* Perlocutório), 158
Forma, 17, 88
Forma simbólica, 146-147
Formalização, 65
Forum planetário, 181-182
Fotografia, 173 ss.
Fragmentação, 88, 98, 106-107, 112, 131, 143, 191, 196
Fronteira, 72, 124
Fruição, 54 ss.
Funcionalidade, 72, 147
Funcionalismo, 33, 35, 81
Funcionamento, 73
Função expressiva, 147
Função expressiva esotérica, 156
Função expressiva exotérica, 156, 157
Função lúdica, 113
Função pragmática, 147
Funções comunicacionais, 107
Fundo, 88, 129, 133
Fundo mítico, 154
Gadgetização, 84
Genealogia, 36, 70 ss., 82, 117, 127-131
Generosidade, 31
Geologia, 131
Geschichtlichkeit, 167
Gestão, 38, 60, 127
Gestualidade, 46 ss., 67, 74, 144
Gosto, 116
Governo, 23
Grafismo, 109, 183
Gratuitidade, 18, 91, 169, 191, 195
Grécia, 27, 31, 58, 74-78
Grupo, 125
Guerra colonial, 184
Guerra das Estrelas, 183
Guerra Fria, 60
Guerra total, 172 ss.
Habituação, 157-158
Harmonia, 33
Harmonia mundi, 142
Hábito, 89
Heimarmene, 100
Hermeneia, 131
Hermenêutica, 117, 129, 131-134
Higienização, 166 ss.
Hiper-realidade, 195-196
Hipertelia, 87-89
Hiroshima, 185 ss.
História colectiva, 35
História comum, 35, 106
História contada, 132
Historicidade, 80, 106, 117, 195
Historicismo, 14, 128, 130, 149
Homem (*ver* Mulher), 52
Homem livre, 31
Homogeneidade, 116
Horizonte da experiência, 121
Horizonte da significação, 133
Horizonte do mundo comum, 133
Horizonte hermenêutico, 71 ss.
Hóspede, 31
Hubris, 99
Humanismo, 14, 17, 81, 90, 92
Idade, 48, 51
Idade Média, 33, 58, 177
Identidade, 11, 26, 29-30, 32, 42, 47, 57, 100, 107, 127, 194

Ideologia, 38
Idios, 36
Ilegibilidade, 103
Ilocutório (*ver* Força ilocutória), 98, 102-104
Iluminismo (*ver Aufklärung* e Luzes), 19, 28, 33, 59, 77 ss., 115, 128
Imagem de marca, 161
Imagética, 109-113
Imaginação, 190, 192
Imaginação criativa, 88
Imaginário, 27, 60, 61 ss., 94, 153, 163, 170, 185
Imperceptibilidade, 43, 92, 116, 124, 134, 167
Imperium, 37
Implícito, 68 ss., 70 ss.
Implosão, 102, 162-163, 184
Imprensa (*ver* Jornal), 39, 107-113
Imprevisibilidade, 18, 72, 126, 182
Inclusão, 147
Incompatibilidade, 124
Incompreensão, 103
Inconsciente, 114
Inconveniência, 35
Incorporação, 46, 92, 116, 134-135
Inculcação, 134-135, 150-151
Indiferença, 23, 116
Indiferenciação, 18, 130
Indiscutibilidade, 26, 29, 30, 69, 103--104, 144, 159, 169
Indistinção, 116
Individuação, 43, 88
Indivíduo, 125
Indivíduo técnico, 88-91
Indução, 19
Industrialização, 34, 84-85
Indústria cultural, 179
Inflação, 191
Informação, 15, 17-18, 23, 102, 122
Informatização, 124 ss.
Informática, 17
Infra-significante, 16
Iniciação, 32, 48, 77
Inocência, 103
Inovação, 29, 126
Insegurança, 35-36
In-significância, 128-129, 131
Inspecção, 163
Instância de enunciação, 19-20, 102
Instância institucional, 69
Instância terceira, 69
Instância transcendente, 26
Instantaneidade, 77, 125, 127, 167, 175, 186-187, 195
Institucionalização, 39, 142
Instituição, 15, 23-24, 29-30, 67 ss., 70, 122, 135, 141-196
Instituição formal, 144-145
Instituição informal, 144-145
Instituição militar, 172-189
Instituição moderna, 30
Instituição política, 161-171
Instrumentalidade, 60, 81-83, 91-95, 96, 115, 117, 121-127, 129, 178 ss.
Instrumentalização, 15, 58, 129
Instrumento, 74, 86, 90, 93, 123, 141
Inteligência técnica, 74-78
Inteligibilidade, 27, 178
Intenção do autor, 133
Interacção, 67 ss., 141
Intercepção, 15-16
Intercompreensão, 71 ss.
Interdisciplinaridade, 10
Interdito, 54, 68 ss.
Interesse, 59 ss.
Interferência, 15-16, 19
Interiorização, 165, 169 ss.
Interiorização da norma, 150-151
Interlocutor, 68 ss., 70-73, 103-105, 120
Interpretação, 28, 50, 71, 129, 131-134
Intérprete, 133
Intersubjectividade, 58, 122
Intimismo, 41-42, 181
Intriga, 132
Invenção técnica, 44 ss., 49, 86 ss.
Inversão, 62, 100-101
Irmãos Lumière, 100
Ironia, 128
Irradiação, 162-163
Jogo retórico, 186
Jornal (*ver* Imprensa), 61-62, 106, 107-113
Jornalista, 105-106
Juízo, 40, 68 ss.
Juízo de valor, 105-106
Jurisdicção colectiva, 37
Justeza, 104
Kairos, 77-78
Koinos, 36

Labirinto, 77, 194
Lebenswelt (*ver* Mundo da Vida), 43
Legibilidade, 155
Legitimação, 9-10, 18, 109, 191, 193
Legitimidade, 13, 28, 30, 39, 43, 46, 51, 57, 58, 70, 91, 105, 114, 123, 127, 152
Legitimidade vicária, 152, 155-156
Lethe, 121, 131
Lexis, 36, 40
Liberdade, 36-37
Libertação, 92
Libido, (*ver* Ordem desejante), 61-62
Limiar, 16
Limite, 72
Linearidade, 16
Língua, 16, 46, 69 ss., 92, 96
Linguagem, 18, 25, 28, 48, 72 ss.
Linguagem comum, 133
Linguagem: mito de Babel, 49 ss., 153
Linguagem: Pentecostes, 153
Linguagem: plasticidade, 107-113
Linguistic turn, 97
Linhagem técnica, 85
Literariedade, 109
Litígio, 186
Liturgia, 37-38
Livre-cambismo, 41
Locutor, 25
Logomaquia, 18
Logos, 28, 74 ss., 91, 94, 114, 116, 131
Logotécnica, 74-95, 116 ss., 122, 183
Lógica, 59
Lógica da informação, 161-162
Lógica da modernidade, 30
Lógica de excepção, 158
Lógica dialéctica, 15
Lógica do poder, 161
Lógica hiper-real, 174
Lógica reticular (*ver* Rede e Sistema Reticular), 14-15
Lógica sacrificial, 60
Lógica tabular, 16
Lógica transcendente, 29
Lutero, 143, 177
Luzes (*ver* Iluminismo e *Aufklärung*), 33, 89
Magia, 32, 53, 77-78
Magnanimidade, 35
Maio de 1968, 177-178
Maioria silenciosa, 168
Maioridade, 89
Mais-valia interpretativa, 133
Mais-valia política, 162
Mais-valia simbólica, 50, 56, 110, 154
Manha, 75
Manifestação, 108
Manipulação, 19, 91
Manipulação genética, 23
Manipulação técnica, 86
Maquiavel, 143, 179
Máquina, 19, 74
Maquinismo, 89-90
Marconi, 175
Margens do social, 162
Marginalidade, 35
Marketing, 161
Mass media, 15, 61, 152, 194
Massa, 168
Matança do porco, 51-54
Materialidade significante, 133
Mecanização, 181
Mecanologia, 87
Media (*ver* Campo dos media), 91, 103, 162, 175
Mediação, 74, 86, 93, 96
Megafone, 173 ss.
Meio ambiente, 46-47
Meio associado, 88
Meio de transporte, 35-36
Meio natural, 88
Meio técnico, 88
Memória, 17, 36, 45-56, 70, 116, 125 ss., 130-131, 153-154, 190, 196
Mensagem, 17, 69, 72 ss.
Mercadoria, 194
Messiânico, 14
Mestria, 75
Metacomunicacional, 69-73
Metaforicidade, 146-147, 149
Meta-acontecimento (*ver* Acontecimento), 102-107
Metábole, 111
Metagrafismo, 111
Metalogismo, 111
Metamorfose, 75
Metaplasma, 111
Metassemema, 111
Metataxe, 111
Metateoria, 131
Métis, 75-78

Micro-informática, 183
Miniaturização, 43, 46, 123, 134-135, 183 ss., 194
Minoridade, 89
Minorização, 196
Mise en abîme (*ver* Ponto de fuga), 71 ss., 106, 131
Mistério do mundo, 28
Mito, 128, 153
Mito fundador, 27-28, 47, 128, 157
Mito prometeico, 18
Mitologia, 27-28, 75-80, 106-107
Mitologia grega, 27-28
Mitologia indo-europeia, 27-28
Mitologia judaico-cristã, 27-28
Mobiliário, 17
Mobilidade, 29, 77-78
Moda, 17, 29-30, 56, 61
Modelização, 122, 194
Modelo, 18
Modelo utópico, 33
Modernidade, 10, 24, 27, 28, 32, 36, 40, 44, 58 ss., 97, 105, 114 ss., 142, 152
Modernização tecnológica, 18, 127-128
Modo de produção, 114
Modo de vida, 192
Monotonia, 35-36
Morte das ideologias, 161
Movimento social, 90, 142
Mudança, 44
Mulher (*ver* Homem), 36-37, 51
Multiplicidade, 14-16, 73, 176
Mundialização, 59, 182
Mundo, 17, 25, 28, 30, 67, 87, 102, 118, 122
Mundo: transformação, 122 ss.
Mundo a interpretar, 132
Mundo comum, 132-133
Mundo da comunicação, 122
Mundo da linguagem, 75, 87, 92, 96--113, 118, 120, 122, 134
Mundo da obra, 133
Mundo da vida (*ver Lebenswelt*), 43, 71, 118, 122
Mundo do intérprete, 132
Mundo inter-subjectivo, 122
Mundo intra-subjectivo, 122
Mundo simbólico, 102, 122
Mundo técnico, 74-95, 114 ss.
Mundo tecno-científico (*ver* Tecno-ciência), 134
Mundovisão, 187
Museificação, 61, 196
Museiforme, 56, 116, 191-193
Mythos, 131
Não-dito, 68 ss.
Narração, 178
Narrador, 132-133
Narrativa das origens, 10, 18, 27, 56
Narratividade, 10, 18, 56, 128, 132, 196
Nascimento, 31-32, 48 ss.
Naturalização, 12, 86, 92, 116, 154, 159, 167, 171, 181
Natureza, 23, 35, 59
Naturwissenschaft, 117
Não-dito, 68 ss.
Necessidade, 36, 70, 133
Negatividade, 17
Neo-iluminismo, 87, 89-91
Neo-totalitarismo, 12
Neutralização, 172, 187, 189, 191, 195
Nó politópico, 15
Nomadismo, 30, 43, 47-48, 162-163
Nome, 13
Nomeação, 108
Norma, 28, 30, 50, 57, 68, 70, 99-101, 103, 111
Normalidade, 35, 36
Normalização, 24, 35, 57-62, 69
Normativa, 17
Nostalgia, 93, 127, 186, 193
Notabilidade, 99-107
Notícia, 98-107
Notoriedade, 36-37
Novidade, 29
Nuclear, 23
Númen, 28
Objectivação, 69, 159-160, 188
Objecto artesanal, 84-85
Objecto industrial, 84-85
Objecto técnico, 80-85
Objecto técnico primitivo, 86
Obliteração, 55, 91, 103, 155, 160, 179, 188
Obra, 132
Obrigatoriedade, 26, 36, 69 ss.
Obscuridade, 104
Observação, 26, 28, 86
Observância, 26
Ocorrência, 98-107
Ocultação, 154

Oikodespotes, 36-37
Oikos, 33, 36-37
Olimpo, 75
Omissão, 67
Omnipresença, 164
Ondas hertzianas, 177
Onomástica, 108
Opacidade, 157, 164, 178
Operatividade, 121-127
Opinião, 38-40, 105
Opinião pública, 167-168
Oportunidade, 16, 77-78
Ordem classificatória (*ver* Classificação), 166 ss.
Ordem desejante (*ver* Libido), 160
Ordem do discurso, 121
Ordem feudal, 37
Ordem geométrica, 33
Ordem interpretativa, 38
Ordem legítima, 38
Ordem medieval, 37
Ordem policial, 165
Ordem substancial, 16
Ordem tabular, 16
Orfismo, 75
Organismo, 70
Organismo internacional, 23
Organização, 38, 144
Organon, 135
Ortodoxia, 129
Ortopraxia, 129
Paginação, 109
Países industrializados, 34
Palavra originária, 28
Palavra viva, 183
Palimpsesto, 129
Panculturalismo, 193
Panopticismo, 163-168
Panteão, 75
Pantoie, 76-77
Papel social, 49, 69, 141
Paradigma, 10, 131
Paradigma alético, 16
Paradigma comunicacional, 9-20, 74
Paradoxo (Ver Aporia), 15, 29, 69, 162
Paraíso perdido, 14, 128
Pares, 36
Partilha, 56
Partilha da palavra, 183
Paterfamilias, 36
Paternidade, 77
Patologia, 35-36, 115
Pedagogização, 134-135
Percepção, 57, 69, 74, 122, 181
Percurso diferido, 14, 17
Percurso errático, 17
Percurso linear, 17
Perfomatividade, 17-18, 19, 56, 60 ss., 91-95, 98, 99-101, 116, 121-127, 186, 195
Periodicidade, 157-158
Perlocutório, 102-107
Permissão, 29, 67, 95, 128
Permuta, 133
Perspectiva, 70
Perspectiva linearis, 35
Perspectivismo, 72-73, 128
Persuasão, 15
Planetarização, 124, 182-185
Planificação, 34
Pluralidade, 13, 15-16, 17, 39, 141
Poder, 18, 76
Poder descricionário, 37
Poder-dizer, 102
Poética, 109
Poikilometis, 76-77
Polemos, 36, 40
Polifuncionalidade, 33-34
Poliglossia, 153
Polimorfismo, 75
Polis, 36-37
Política, 11, 18, 25, 60, 61
Política cultural, 190-196
Política identitária, 191
Poluição, 23
Poluplokoi, 76-77
Polutropoi, 76-77
Ponto crítico, 14
Ponto de fuga (*ver Mise en abîme*), 13, 26, 70, 72 ss., 106, 131, 133
Ponto de vista, 19, 35, 72, 103
População flutuante, 36
Porta-voz, 156
Pós-modernidade, 195
Posicionamento, 16, 19, 95
Positividade, 17,107
Possibilidade, 134
Potlatch, 53 ss.
Pragmática, 19, 59, 118
Prática simbólica, 49 ss., 106-107

Prática social, 25-26, 53, 129
Praxis, 36
Prazer (*ver* Libido), 33
Pre-significante, 116
Prefiguração, 94
Presa, 31
Prescrição, 68, 134
Preservação, 190
Pressuposição, 72, 133
Pretexto, 56
Prevenção, 185
Previsibilidade, 15, 18, 58, 72, 76, 95, 101, 102, 185
Primeiro Locutor, 25
Princípio de não-contradição, 123
Privado, 31-43
Privaticidade, 38, 41
Privatus, 37
Probabilidade, 16, 19, 70, 99, 133
Problemática comunicacional, 16, 44, 57 ss., 68 ss.
Problematização, 29
Processo comunicacional, 15, 67 ss., 71 ss., 73, 92
Processo de enunciação, 133, 155
Processo hermenêutico (*ver* Interpretação), 133
Processo instituinte, 141
Processos rituais, 147
Procriação, 53 ss.
Produção, 14, 30, 35, 41, 50, 59, 60-61, 74, 88, 122
Produção da sociedade, 191
Produtividade, 191
Profético, 14
Programação, 61
Progressismo, 14, 58 ss.
Progresso, 14, 33 ss., 98, 127-128
Proibição, 29, 70, 95, 128
Projecção, 93
Projecto, 59
Prolixidade, 18
Prometeu, 75
Promoção, 115
Propaganda, 174
Propriedade, 37
Protagonista, 16, 70 ss., 73
Prótese, 124
Prótese auditiva, 178
Provocação, 35
Publicar, 37
Publicidade, 38, 42, 61, 161, 162
Público (*ver* Espaço Público), 122, 126
Publicus, 37
Pulsional (*ver* Libido), 168-169
Punição, 164
Pureza, 166
Querer-dizer, 102
Questionamento, 23-24, 72, 129, 134
Racionalidade, 28, 33, 43, 55 ss., 58, 101, 114 ss., 195
Racionalização, 23-24, 57-62, 77 ss., 86
Radar, 176
Rádio, 23, 62, 157, 175-178, 181-182
Razão, 10, 19, 28, 59, 128
Razão dialéctica, 15, 16
Real, 185
Realidade, 30, 128
Realismo, 33
Reanimação da cultura, 56, 190
Receptor, 16
Reciprocidade, 165
Reconhecimento, 26, 71
Rede (*ver* Lógica Reticular e Sistema Reticular), 14, 123, 166 ss., 184, 194
Rede rodoviária, 14-16
Redução, 19
Refém, 32, 186
Referencialidade, 61, 98-107, 107-108, 117 ss., 169
Reflexividade, 69-70, 129
Reflexo, 26, 128, 131, 153, 158
Reflexo condicionado, 127, 160, 169
Refúgio, 56
Regime pulsional (*ver* Libido), 160
Registo de notabilidade, 101, 166 ss., 169 ss.
Regra, 16, 29, 35, 69
Regra de deslocação, 16
Regra universal, 13, 58
Regularidade, 24-30, 101, 126, 141
Reitificação, 12, 109
Relações sociais, 59, 114, 126 ss.
Relativismo, 133
Relativização, 27-28
Religião, 25, 28, 50-51
Relógio, 44-46, 59
Reminiscência, 53, 128, 154
Remitificação, 107
Renovação, 190

Repetição, 182
Réplica, 84
Reportagem fotográfica, 113
Representação, 26, 37-38, 102, 155
Repressão, 32, 168 ss.
Reproductibilidade técnica, 84, 86-87
Reprodução sexual, 23, 41
Reprovação, 68
Reserva, 46
Resistência, 54-55, 88, 115, 130, 169, 177, 196
Respeito, 26
Restauracionismo, 127, 193
Retardamento, 17
Reticular (*ver* Rede, Sistema Reticular, Lógica Reticular)
Retórica, 60, 75, 97-98, 196
Retorno do antigo, 56
Revelação, 26, 29
Reversibilidade, 178, 181, 182 ss.
Revivalismo, 126, 192-193
Revolução industrial, 33
Ritmo, 54-56, 158, 170
Rito, 25-30, 48, 107
Ritualismo, 148
Ritualização, 25-26, 48 ss., 60 ss., 72, 128 ss., 158, 192
Ruptura, 27, 30, 56, 74-75
Sabedoria, 72 ss., 196
Saber, 17, 19, 28, 37, 59, 62, 114, 124, 131
Saber-dizer, 102
Saber-fazer, 72
Saber clássico, 19
Saber disciplinar, 132, 134, 135
Saber discursivo, 85
Saber racional, 85
Saber tecnológico, 85
Saber técnico, 85, 124
Sacralidade, 148
Sacralização, 147
Sagradas Escrituras, 33, 37-38
Sagrado, 50
Sanção, 68 ss.
Sangue, 51
Satélites de telecomunicações, 124, 182-183
Saturação, 16, 85, 195
Secularização, 25-30, 57, 60, 143, 148, 153
Securização, 107
Sedentarização, 42 ss., 49 ss.
Sedução, 15, 127, 155, 160, 161
Segmentação, 34, 166 ss.
Segmentação do espaço, 166 ss.
Segredo, 165
Segredo: deslocamento, 162
Segunda Guerra Mundial, 174
Segurança, 175
Segurança social, 35
Semântica, 97
Semeiotecnia, 113
Semelhança, 54
Semiótica, 96
Semiótica da música, 96
Senhor feudal, 37-38
Senso comum, 169
Sensualismo, 166 ss.
Sentido, 14, 16-17, 69 ss., 71, 110, 114, 117 ss., 158, 178, 194-195
Sentido único, 114
Sentido: perca, 127
Ser vivo, 82-85, 124
Serialidade, 18, 20, 56
Serialidade lógica, 20
Serialidade narrativa, 20
Serialidade transitiva, 20
Sexualidade, 23, 48 ss., 51, 58, 143-144
Sideração, 169 ss., 173
Significação, 14, 69, 71 ss., 108, 114--115, 177 ss.
Signo, 61 ss., 68
Silêncio, 35, 67 ss., 102, 186
Simbólica, 45 ss., 51, 69-73
Símbolo (*ver* Simbólica), 37
Simulacro, 30, 162-163, 169, 173 ss.
Simulação, 30, 160, 169, 195-196
Simultaneidade, 176, 184
Sinergia, 85-86
Singularidade, 14, 16, 17-18, 62, 72, 85, 108 ss., 129, 130, 141
Síntese, 86
Sintoma, 154
Sistema, 18, 114, 119
Sistema fonético, 16
Sistema mediático, 126
Sistema reticular (*ver* Rede, Reticular, Lógica Reticular), 92, 95, 123 ss.
Situação, 29, 103, 133
Soberania, 75, 184 ss.

Soberano, 38
Sobrecodificação, 125
Sobreviência, 191
Sociabilidade, 25-30, 31-43, 44-56, 125 ss., 183, 191 ss.
Sociedade cinegética, 54
Sociedade civil, 40, 125 ss.
Sociedade global, 23-24
Sociedade ocidental, 27
Sociedade tradicional, 27, 25, 44 ss., 46-47, 162
Sociologia, 117
Sociologização, 134-135
Socius, 48
Solidão, 35-36
Solidariedade, 35, 39 ss., 125
Solidariedade abstracta, 83-89
Solidariedade concreta, 83-89
Solidez, 33
Sonho, 50
Subjectivação, 165, 196
Subjectividade, 51
Subúrbio, 35
Subversão, 165
Sujeição, 92
Sujeito, 25, 29-30, 46, 57, 162
Sujeito da enunciação, 15-16, 160
Sujeito do discurso, 133
Suplemento, 130
Surrealismo, 174 ss.
Táctica, 179, 188
Teatralidade, 26
Teatro de guerra, 172-173
Techne, 75-78, 91, 94
Tecido social, 143
Técnica, 10, 114
Técnica: importação, 12
Técnica: mito de Caim e Abel, 49 ss.
Técnicas de reprodução, 143
Tecnicidade, 74-95, 122-123
Tecnicização, 10 ss., 43, 46
Técnico-ciência (*ver* tecno-ciência)
Tecno-ciência, 59, 74, 85-87, 93, 123
Tecnologia, 74
Tecnologia da informação, 17, 167
Tecnoteca, 80
Telecomando, 183
Telefonia, 173 ss.
Telégrafo, 172 ss.
Teleologia, 128, 130
Televisão, 23, 157, 173 ss., 186
Tempo de excepção, 29-30, 50
Tempo mítico, 25, 47
Temporalidade, 25, 27, 44-56, 125, 132, 157
Temporalidade anhistórica, 27
Temporalidade mítica, 27
Tensional, 129-130
Teogonia, 27-28, 75
Teoria da Comunicação, 23
Teoria da Informação, 119
Teoria dos Sistemas, 15-16, 135
Terapia, 115
Terceirização, 35-36
Terceiro ausente, 69
Termo final, 17
Território comum, 32, 51, 56, 60, 124 ss., 157
Terror, 50
Terrorismo, 184-185, 189
Terrorismo do código, 61
Testemunho, 29
Textualidade, 16, 120, 133
Títulos da imprensa, 107-113
Topologia, 16, 72-73, 170
Topos, 28, 72-73
Totalidade, 14, 54-55, 57, 69, 71, 130, 142, 157, 162
Totalitário, 14, 130
Totalização, 60, 130
Totem, 53-54
Trabalho, 37
Traço fonemático, 16
Traço mnésico, 170
Tradição, 27, 46-47, 49 ss., 51, 123, 154
Traição, 154
Trajecto, 17
Transacção, 67, 70 ss.
Transcendência, 26, 103, 106, 128
Transdiciplinaridade (*ver* Interdisciplinaridade), 19
Transferência, 19
Transgressão, 29-30
Transparência, 18, 40, 109, 155, 161, 164, 173 ss.
Transversalidade, 182
Troca, 16, 41, 71
Troca da palavra, 35, 70
Troca generalizada, 181-182
Troca simbólica, 62
Underground, 193

Unidireccionalidade, 165
Uniformização, 46
Universalidade, 13-14, 77, 103, 155, 157, 164
Universidade, 14
Urbanismo, 23, 34
Uso, 29, 36, 56, 69, 84, 89, 111 ss.
Utensílio, 46-47, 74 ss., 90, 92, 123
Utilidade, 33
Utilitarismo, 59 ss., 164 ss.
Utilitas, 33
Utopia, 33, 163
Utopismo, 33
Validação, 121-122
Valor, 16, 57-62, 95, 106
Valor da mediação, 152
Valor de troca, 40-42
Valor de verdade, 108
Valor diferencial (*ver* Diferencialidade), 95
Valor do posicionamento, 16
Valor figural (*ver* Figura), 16
Valor formal, 16, 95
Valor informativo, 18, 98 ss.
Valor substancial, 16, 95
Vanguarda, 195
Variação, 15, 18
Variante, 84, 128
Vazio, 25
Venustas, 33
Veracidade, 108
Verbo bíblico, 28
Verdade, 16, 29, 104, 123, 185
Verificação, 106
Verstehen, 117
Vestuário, 18, 29, 50, 144-145
Viático, 191
Vida colectiva, 25-30, 35, 58 ss., 126
Vida quotidiana, 36, 37, 58 ss., 77, 158, 195
Vigilância, 69, 164 ss.
Violação da norma, 103, 144-145, 150
Violência, 115, 162, 168 ss., 187
Violência doce, 169
Viral, 116
Virtualidade, 14, 17, 70
Visão do mundo, 106, 126
Visibilidade, 26, 34, 37, 41, 43, 71, 101, 103, 115, 126, 163-168
Visibilidade simbólica, 102, 147
Vizinhança, 126
Vítima, 52
Weltanschauung, 106
Xadrez, 14, 16-17, 95
Zeus, 75
Zoning, 35

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A emergência da questão comunicacional e a nova racionalidade científica 9

PRIMEIRA PARTE — A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO COMUNICACIONAL NA MODERNIDADE

1 — O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS RITOS COLECTIVOS 25

2 — A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MODERNO 31

Para uma genealogia do espaço público 36

1. *A figura do* oikos *e do* koinos 36
2. *A figura do* publicus *e do* privatus 37
3. *A constituição burguesa da «publicidade»* 38
4. *A emergência da opinião pública iluminada* 38
5. *Do público* sujeito *ao público* objecto *de discurso* 40
6. *A figura do intimismo e do anonimato no espaço público moderno* 41
7. *A autonomização do campo discursivo dos* media 42

3 — O DESENRAIZAMENTO DA EXPERIÊNCIA COLECTIVA..... 44

4 — A RACIONALIZAÇÃO E A NORMALIZAÇÃO DOS VALORES 57

SEGUNDA PARTE — O PROCESSO COMUNICACIONAL

5 — COMUNICAÇÃO E EXPERIÊNCIA..... 67

6 — A DIMENSÃO LOGOTÉCNICA DA COMUNICAÇÃO 74

1. A *techne* grega: do mito à tecno-logia 75
2. Mito e técnica na tradição judaico-cristã 78
3. O que é um objecto técnico? 80
4. Objectos técnicos artesanais e industriais 84
5. Técnica e ciência 85
6. A origem absoluta de uma linhagem técnica 86
7. Consequências do processo de concretização dos objectos técnicos 87

8. Princípios que regem a evolução dos objectos técnicos 87
9. A relação do homem à técnica 89
10. A questão da instrumentalidade logotécnica 91
11. A natureza reticular das logotécnicas 95

7 — DIMENSÃO DISCURSIVA DA COMUNICAÇÃO 96

1. O discurso do acontecimento 98
2. As figuras dos títulos da imprensa 107
2.1. As figuras discursivas dos títulos da imprensa 110
2.2. As figuras imagéticas dos títulos da imprensa 112

8 — A DIMENSÃO CRÍTICA DA COMUNICAÇÃO 114

1. A questão da instrumentalidade 121
2. A questão genealógica 127
3. A questão hermenêutica 131
4. Conclusão 134

TERCEIRA PARTE — O *CAMPO DOS MEDIA* E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

9 — PARA UMA TEORIA GERAL DOS CAMPOS SOCIAIS 141

1. Arqueologia e genealogia dos campos sociais 141
2. Legitimidade e formalização 143
3. Hierarquia e corpo social 145
4. Processos rituais e visibilidade simbólica 146
5. Funções expressivas e funções pragmáticas 147
6. Regimes de funcionamento dos campos sociais 148
7. Dimensões dos campos sociais 149
8. Modalidades estratégicas dos campos: cooperação e conflito 150

10 — O *CAMPO DOS MEDIA* 152

1. Arqueologia e genealogia do *campo dos media* 153
2. A natureza vicária da legitimidade do *campo dos media* 155
3. Hierarquia do corpo social do *campo dos media* 156
4. Processos rituais de visibilidade simbólica do *campo dos media* e transparência 157
5. As funções expressivas e pragmáticas do *campo dos media* 158
6. Regimes de funcionamento do *campo dos media* 158
7. As dimensões do *campo dos media* 159
8. Modalidades estratégicas do *campo dos media* 159

11 — O *CAMPO DOS MEDIA* E A INSTITUIÇÃO POLÍTICA 161

1. A disciplina e os simulacros 162
2. O dispositivo panóptico de visibilidade 163
3. As figuras do poder político 168

12 — O *CAMPO DOS MEDIA* E A INSTITUIÇÃO MILITAR 172

1. A dimensão sensorial dos dispositivos da comunicação e do militar 172
2. O caso da rádio 175
3. As estratégias discursivas 177
4. A natureza estratégica dos dispositivos bélicos e comunicacionais 178
5. Dispositivo do fórum planetário 181
6. A dupla estratégia: planetarização e transversalidade da violência 182
7. As armas e os discursos 185
8. Em conclusão 187

13 — O *CAMPO DOS MEDIA* E A CULTURA 190

Que políticas culturais para o fim do século? 190

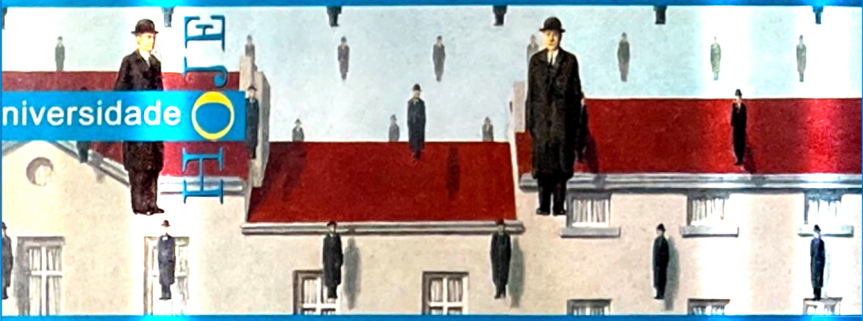
BIBLIOGRAFIA 197

ÍNDICE ONOMÁSTICO 205

ÍNDICE ANALÍTICO 207

universidade HOJE

1. **O Signo**, Umberto Eco
2. **O Pensamento de Nietzsche**, Michael Tanner
3. **Estratégias da Comunicação**, Adriano Duarte Rodrigues
4. **Como Se Faz Uma Tese**, Umberto Eco
5. **O Pensamento de Platão**, R. H. Hare
6. **As Regras do Método Sociológico**, Émile Durkheim
7. **Sociologia Geral – A Acção Social**, Guy Rocher
8. **Sociologia Geral – A Organização Social**, Guy Rocher
9. **Nós – Uma Leitura de Cesário Verde**, Helder Macedo
10. **Comunicação e Cultura**, Adriano Duarte Rodrigues
11. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**, Anthony Giddens
12. **Arte e Estética na Arte Medieval**, Umberto Eco
13. **Seis Lições Sobre os Fundamentos da Física**, Richard P. Feynman
14. **Raça e História**, Claude Lévi-Strauss
15. **Luís de Camões – O Épico**, Hernâni Cidade
16. **Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais**, A. Sedas Nunes



De que modo e por que razões a problemática comunicacional passou a ocupar um dos lugares centrais do nosso mundo? O autor tenta responder a esta pergunta e definir a comunicação como um processo ambivalente, tendo em conta a sua penetração na vida quotidiana. É neste contexto que propõe uma teoria sistemática dos *media* dentro da teoria dos campos sociais, definindo-se como um campo tendencialmente autónomo destinado a assegurar as estratégias expressivas do conjunto das instituições sociais e de onde resultam novas formas de sociabilidade.

ISBN 972-23-1207-3
9 789722 312073

Editorial Presença